MC
MercadoComum
ANO XXXI
mercadocomum.com

MercadoComum®

PUBLICAÇÃO NACIONAL DE ECONOMIA, FINANÇAS E NEGÓCIOS

BELO HORIZONTE | MG | EDIÇÃO 330 | MARÇO DE 2024

Juros Nominais sobre a Dívida Pública consolidada brasileira custaram ao país R$ 718,3 bi em 2023

Pág 63

EXCLUSIVO:
Desafios à economia de mercado e suas falácias
- Roberto Castello Branco
Pág 40

ECONOMIA BRASILEIRA
Plano Real 30 anos: desafiando tabus
– Luiz Paulo Rosenberg
Pág 93

ANUNCIE NA MELHOR

REVISTA DE ECONOMIA
FEITA EM MINAS, AGORA
EM TODO O BRASIL

20,6 MILHÕES

de visualizações no período de 01 de fevereiro de 2023 a 31 de janeiro de 2024 – de acordo com o Google Analytics Search.

Com 31 anos de tradição, a newsletter MercadoComum expandiu suas atividades para todo o território nacional, levando informação a um seleto público composto por formadores de opinião e executivos de alto nível das médias e grandes empresas.

Divulgue sua empresa para quem decide os negócios!

A CADA EDIÇÃO MENSAL:

- Estudos aprofundados sobre a economia de Minas Gerais, brasileira e mundial
- Artigos com análise política e de mercados assinados por nomes de peso no cenário nacional
- Reportagens especiais com foco nos mais relevantes setores econômicos
- MC promove, há 28 anos, o Prêmio Top of Mind – Marcas de Sucesso – Minas Gerais
- MC há 29 anos promove o Ranking de Empresas de Minas Gerais e realizará em 2024 o 26º Prêmio Minas – Desempenho Empresarial – Melhores e Maiores – Minas Gerais.
- As edições mensais são encaminhadas, em PDF e por e-mail, a um público de 120 mil formadores de opinião em todo o país.

MercadoComum®

HÁ 30 ANOS FORMANDO OPINIÕES!

Publicação de MinasPart Comunicação, Ltda.
Rua Padre Odorico, 128 – 10º andar - CEP 30.330-040 – Belo Horizonte – MG
Site: www.mercadocomum.com - E-mail: revistamc@uol.com.br - Fone: 31 3281-6474

MC MercadoComum ANO XXXI

MERCADOCOMUM®
PUBLICAÇÃO NACIONAL DE ECONOMIA, FINANÇAS E NEGÓCIOS

EXPEDIENTE

BELO HORIZONTE - MINAS GERAIS
MARÇO DE 2024
31 ANOS - EDIÇÃO 330

Publicação Nacional de Economia, Finanças e Negócios

Presidente/Editor Geral
Carlos Alberto Teixeira de Oliveira

Diretora de Desenvolvimento
Maria Auxiliadora Gontijo T. de Oliveira

Projeto gráfico/diagramação
Fio do Bigode Comunicação

Publicidade e Área Comercial
MinasPart Desenvolvimento Ltda.
Aline Cendon/Carlos Alberto
(31) 3281-6474
cato@mercadocomum.com
revistamc@uol.com.br

MercadoComum* é uma publicação mensal de MinasPart Comunicação, Ltda.
CNPJ 70.954.383/0001-12
Inscrição Estadual: 062.985.126 0079
Inscrição Municipal: 109866001-0

Marca registrada no I.N.P.I. sob o número: 817452753 de 02.08.1993

Endereço:
Rua Padre Odorico, 128 – 10º andar
Bairro São Pedro - 30.330-040
Belo Horizonte - MG - Brasil
Telefone: 55-31-3281-6474
E-Mail: revistamc@uol.com.br
www.mercadocomum.com

**Os artigos assinados podem não refletir, necessariamente, a opinião dos editores. Proibida a reprodução parcial ou total sem autorização prévia por escrito da direção desta publicação. MercadoComum é uma publicação independente, não associada a qualquer grupo empresarial e não possui filiais/sucursais ou representantes no país e no exterior*

SUMÁRIO

4
A Economia com Todas as Letras e Números

43
Mundo Empresarial

63
Debate Econômico: Juros Nominais sobre a Dívida Pública consolidada custaram ao país R$ 718,3 bi

89
Destaques

133
Opinião

Confira o ponto de vista de grandes nomes do cenário nacional, sobre vários assuntos.

120
Gastronomia

145
Lançamentos

Foto capa: Freepik

Precatórios, pensões e aposentadorias devem impulsionar economia em 2024

Injeção de recursos pode ser base para crescimento

Analistas do mercado financeiro acreditam que um dos vetores que podem impulsionar o PIB este ano é o pagamento de precatórios represados, pois bilhões de reais passam a irrigar a economia, além do volume de dinheiro deve irrigar a economia por meio do pagamento de pensões e aposentadorias. Precatórios são dívidas do governo com empresas e pessoas cujo pagamento já foi determinado pela Justiça em última instância. O governo Bolsonaro havia adiado este pagamento para 2026, mas o governo Lula decidiu honrar as dívidas e editou no final de 2023 uma Medida Provisória abrindo um crédito extraordinário de cerca de R$ 93 bilhões.

A MB associados projeta um crescimento de 1,7% para este ano e o Itaú de 1,8%. Bancos e consultorias acreditam que esses recursos dos precatórios podem adicionar entre 0,2 p.p. e 0,3 p.p. ao PIB. Em relatório recém-divulgado, o Fundo Monetário Internacional (FMI), aumentou a perspectiva de crescimento do Brasil de 1,5% para 1,7%. Já o Ministério da Fazenda, sempre mais otimista, projeta um avanço de 2,2% do PIB este ano.

As estimativas são de que as pessoas físicas recebam mais de R$ 40 bilhões, dos quais R$ 27,1 bilhões são destinados a aposentados e pensionistas do Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS). “Esse dinheiro vira renda extra para as famílias, que podem movimentar a economia com a aquisição de bens e serviços”, diz José Maurício Caldeira, sócio e membro do conselho da Asperbras, grupo que atua em diversos setores da indústria e do agronegócio. Ele pontua o cenário macroeconômico favorável. “Nos últimos três anos, o Produto Interno Bruto (PIB) surpre-

endeu positivamente, com avanço no encerramento do ciclo anual bem acima do previsto pelos economistas em janeiro. As previsões do mercado de crescimento para este ano começaram mornas, em 1,5%, mas em menos de um mês já estão subindo (1,6%) e instituições e consultorias importantes estão com estimativas mais altas ainda".

Outros vetores positivos apontados pelos especialistas são o mercado de trabalho, que tem se mostrado resiliente e com desempenho sempre superior ao esperado; o aumento real do salário-mínimo, já em vigor; e o Programa Desenrola Brasil, que foi prorrogado até março. Cerca de 11,5 milhões de pessoas já aderiram ao programa que renegociou, até o momento, R$ 34 bilhões em dívidas.

TAXA DE JUROS EM QUEDA

Além disso, embora ainda esteja alta, a expectativa a taxa de juros deverá continuar sua trajetória de queda este ano. "A inflação tem se mostrado comportada, vindo abaixo das expectativas e as previsões para 2024 têm caído semana a semana", lembra José Maurício Caldeira. "Os preços em queda possibilitam uma baixa consistente da Selic", avalia o sócio e membro do conselho da Asperbras. "O consenso de mercado estima uma taxa de 9% ao fim de 2024, mas se os preços continuarem surpreendendo para baixo o Banco Central será pressionado a intensificar o corte dos juros", complementa. Ele acredita que a redução dos juros é fundamental para o crescimento da economia, pois barateia o crédito tanto para as famílias, que desta forma conseguem consumir e adquirir bens mais caros, quanto para as empresas. "Crédito acessível é condição essencial para as empresas realizarem investimentos e é isso que garante um crescimento sustentado".

AGRO MAIS TÍMIDO

Importante vetor positivo para o crescimento do PIB de 2023, que deverá ficar próximo de 3%, a agricultura não dará um impulso tão forte à economia em 2024. No ano passado, com a supersafra de 320 milhões de grãos, a agropecuária cresceu 22%. Agora, por conta do clima, a estimativa de especialistas é de uma quebra de safra em torno de 15 milhões de toneladas de grãos.

Outra fonte de dúvidas é a incerteza fiscal que ainda paira sobre a economia brasileira. Em 2023, o governo registrou um déficit primário de R$ 230,5 bilhões, ou 2,1% do PIB. É o pior dado desde 2020, quando começou a pandemia de Covid-19. "Este valor inclui o pagamento dos precatórios, mas mesmo que sejam excluídos o déficit primário foi de R$ 138,15 bilhões, ou 1,27% do PIB", lembra José Maurício Caldeira.

ECONOMIA NORTE-AMERICANA

No âmbito global, as incertezas geopolíticas seguem em alta em função dos riscos referentes à guerra de Ucrânia e Rússia e aos combates entre Israel e o grupo Hamas, no Oriente Médio. Do ponto de vista macroeconômico, as perspectivas para o mundo melhoraram em relação ao último trimestre de 2023. No relatório Panorama Econômico Mundial de janeiro, o FMI prevê um crescimento global de 3,1% para 2024, um avanço de 0,2 p.p. em relação ao relatório de outubro de 2023.

A revisão das condições dos Estados Unidos para este ano, cuja estimativa de crescimento do FMI saltou de 1,5% (em outubro) para 2,1% (em janeiro), explica boa parte do cenário mais positivo.

Assim como o desempenho da China, com crescimento projetado de 4,6% (0,4 p.p. a mais que outubro), e da Índia, onde é esperado um forte avanço de 6,5% (0,2 p.p. a mais que outubro), refletindo a resiliência da demanda interna. "Esse conjunto de dados é uma boa notícia para o Brasil. Como é grande exportador de commodities, o país é um dos grandes beneficiados de um crescimento mundial robusto", finaliza José Maurício Caldeira.

Imposto de Renda: isenção alcançará quem ganha até dois mínimos

A medida é louvável, mas é paliativa, diante da defasagem da tabela do IR, que já alcançou 250%

O governo federal publicou Medida Provisória que isenta de Imposto sobre a Renda das Pessoas Físicas (IRPF) para quem ganha até R$ 2.824 mensais, o equivalente a dois salários-mínimos, atualmente. Segundo o texto, a nova tabela vale a partir de fevereiro deste ano, e deve beneficiar até 15,8 milhões de brasileiros.

Uma dessas pessoas é a microempreendedora Rosa de Lima, de 62 anos. "Acho uma excelente medida, veio até tardiamente, pois todos os anos precisava me preocupar com isso, já que estou dentro dessa faixa. Considero injusto contemplar trabalhadores com essa quantia, que já é pouca, com mais imposto", disse.

Em maio do ano passado, uma MP corrigiu a faixa de isenção do IRPF de R$ 1.903,98 para R$ 2.112 e instituiu uma dedução simplificada mensal de R$ 528, assim, seria possível isentar ganhos de até R$ 2.640, o equivalente a dois pisos, segundo valores vigentes em 2023. Com o novo reajuste, o desconto simplificado passa a ser de R$ 564,80, o que permite que a isenção atinja quem recebe até dois salários-mínimos.

Enquanto a correção da faixa de isenção beneficia todos os contribuintes, independentemente do salário, a dedução é, na prática, vantajosa apenas para quem tem remuneração menor e possui poucos descontos legais a declarar com contribuição previdenciária, pensão alimentícia, dependentes, entre outros.

"Devido à progressividade da tabela, todos os contribuintes do IRPF serão beneficiados com a alteração, ou seja, mais de 35 milhões de brasileiros e brasileiras", disse o Ministério da Fazenda,

por meio de nota. O documento da pasta informa ainda que a redução das receitas prevista com a medida para 2024 é de R$ 3,03 bilhões. O valor passa para R$ 3,53 bilhões em 2025 e para R$ 3,77 bilhões no ano seguinte.

REDUÇÃO

Para atender ao pedido do presidente Luiz Inácio Lula da Silva de isentar quem ganha até dois salários-mínimos sem impor um custo elevado às contas públicas, no ano passado, a equipe do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, promoveu algumas ações. Uma delas foi a correção nos valores do IRPF, conforme medida prometida por Lula em janeiro deste ano. "Com o reajuste do salário-mínimo, as pessoas parecem que vão voltar a pagar o Imposto de Renda, mas não vão. Porque nós vamos fazer as mudanças agora para que quem ganha até dois salários-mínimos não pague IR. Eu tenho um compromisso de chegar até o fim do meu mandato isentando todo mundo que ganhar até R$ 5.000. É um compromisso de campanha, mas, sobretudo, de muita sinceridade", disse Lula em 23 de janeiro, em entrevista a uma rádio na Bahia.

Na avaliação do Diretor de Políticas Estratégicas e Legislativas da Federação Nacional das Empresas de Serviços Contábeis e das Empresas de Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas. (FENACON), Diogo Ferri Chamun, a medida é louvável, mas não é o suficiente. "Na realidade, o governo está atualizando a tabela, assim como fez em maio de 2023, quando isentou também o mesmo público. A base de isenção foi aumentada para R$ 2.259, e a diferença para atingir os dois salários-mínimos que é de R$ 2.224, a medida prevê a antecipação do desconto simplificado da declaração anual do imposto de renda, então se antecipa o desconto e os trabalhadores ficam isentos, bem como da obrigatoriedade da entrega do imposto de renda", disse.

Ainda segundo o especialista, a medida é importante, já que beneficia esse público, mas ainda paliativa diante da forte defasagem da tabela que já atingiu 150%. "As demais faixas da tabela não foram corrigidas, como a dedução por dependente, o desconto simplificado da declaração do modelo simplificado ainda não foi atualizado. Mas é uma medida importante, pois esse público vai deixar de pagar e declarar, mas a medida ainda está distante da forte defasagem que a tabela sofreu, situação que vem se acumulando desde 1996 e isso impacta no bolso do trabalhador brasileiro, desde área pública e privada, pois todos têm renda tributada em cima de uma tabela que está fortemente defasada", destacou.

Setor de seguros cresce 9% em 2023 e supera R$ 380 bilhões arrecadados

Dados fazem parte do Relatório Síntese Mensal de Dezembro de 2023

A Superintendência de Seguros Privados (Susep) acaba de divulgar o seu relatório Síntese Mensal de Dezembro de 2023, com dados do setor de seguros referentes a todo o ano. Segundo o relatório, a arrecadação do setor supervisionado no acumulado de 2023 foi de R$ 388,03 bilhões, representando um crescimento de 9% em relação ao ano anterior.

O superintendente Alessandro Octaviani destaca o desempenho do setor e observa que é possível obter resultados ainda mais expressivos, incentivando o acesso ao seguro: "Nosso setor continua pujante e mesmo nas adversidades segue com crescimento acima de muitos mercados. Conforme previsto no nosso Plano de Regulação, a Susep aprofundará em 2024 o incentivo ao acesso, com a Política Nacional de Acesso ao Seguro. Apesar do excelente resultado, temos uma quantidade baixa de pessoas com seguros no país, portanto temos um mercado imenso a desenvolver, o que é uma oportunidade rara entre as grandes economias mundiais", afirma.

O documento apresenta ainda os valores que retornaram à sociedade através de indenizações, resgates e sorteios: um total de R$ 221,63 bilhões injetados na economia em 2023.

Os segmentos de seguros de danos e pessoas, excluindo-se o VGBL, fecharam o ano de 2023 com uma arrecadação de R$ 187,63 bilhões, um crescimento de 9,62% em relação ao ano de 2022, quando a arrecadação foi de R$ 171,16 bilhões.

Nos seguros de pessoas, o seguro de vida atingiu o montante acumulado de R$ 30,37 bilhões em 2023, valor que representa um crescimento de 12,4% em relação ao ano anterior.

Entre os produtos de previdência, o PGBL apresentou, em 2023, uma arrecadação 9,9% superior ao ano de 2022, totalizando R$ 13,93 bilhões no ano. No mês de dezembro de 2023, as contribuições do PGBL somaram R$ 3,57 bilhões, representando mais que 25% das contribuições de todo o ano.

Ainda de acordo com o relatório, os produtos de capitalização tiveram alta de 5,55% na receita de 2023, em comparação ao ano de 2022. Foram arrecadados R$ 29,97 bilhões em 2023.

Estes e outros destaques estão detalhados no relatório Síntese Mensal de dezembro, que pode ser acessado no site da Susep.

Para consultar os dados da autarquia de forma ainda mais dinâmica, acesse o Painel de Inteligência do Mercado de Seguros, o Painel Susep.

Brasil tem hoje mais de 70 milhões de inadimplentes

Mais de 70 milhões de brasileiros permanecem inadimplentes em 2024. Último levantamento do Serasa — referente ao mês de dezembro de 2023 — mostra que 43,35% da população ainda tem contas atrasadas. O valor total das dívidas ultrapassa R$ 367 bilhões. Recentemente, a Justiça decidiu que o saldo do FGTS fosse utilizado como alternativa para pagamento de dívidas em atraso. Mas especialistas esclarecem que é uma decisão que não se enquadra como alternativa para todos os casos.

"Usar o saldo do FGTS para pagamento de dívidas não é uma opção do trabalhador. Isso porque as regras para saque e uso do FGTS são determinadas pelo governo de forma taxativa, ou seja, o trabalhador não vai conseguir ir até o banco e sacar o que ele tem na sua conta do FGTS para poder fazer o pagamento das suas dívidas", explica.

No início do ano, a juíza Ana Cristina Viegas Lopes de Oliveira, da 10ª Unidade Jurisdicional Cível da Comarca de Belo Horizonte, permitiu que o saldo do FGTS de um credor fosse penhorado para pagamento de dívidas. Renata Belmonte explica que o saldo do FGTS pode sim ser penhorado, já que é considerado verba salarial. Mas pondera que a decisão vale somente para o dinheiro que já está na conta.

"O saldo do FGTS pode sim ser penhorado caso o devedor seja cobrado e mesmo assim ele deixe de pagar a dívida. Então, nesse caso, o credor poderá iniciar os meios expropriatórios e dentre eles nós temos o saldo do FGTS que poderá ser penhorado", analisa.

Segundo a advogada especialista em processo civil Helena Lariucci, o FGTS pode ser utilizado para pagamento de algumas dívidas, como parcelas do consórcio imobiliário e aquisição da casa própria. "Ele pode ser sacado no caso de rescisão do contrato de trabalho, em caso de aposentadoria ou falecimento — e, também, em caso de desastres naturais ou calamidades, e financiamento imobiliário vinculado ali à aquisição de imóveis", revela.

SAQUE-ANIVERSÁRIO DO FGTS

Uma outra modalidade no radar dos credores é o saque-aniversário do FGTS — quando o trabalhador pode sacar o valor que possui no fundo de forma parcial, uma vez ao ano, no mês de seu aniversário. De acordo com Renata Belmonte, é um movimento que muitos já estão atentos, mas vê com menor efetividade. "Para que haja uma penhora, é preciso que exista uma ordem judicial — e o saque salário é feito de acordo com o cronograma estabelecido pelo governo, que se baseia na data de aniversário da pessoa", avalia.

Já a especialista em processo civil Helena Lariucci alerta. "Muitas vezes existem juros, correção monetária, encargos, de uma forma geral, nesse tipo de situação e isso pode ocasionar um aumento no valor devido, já que há essas despesas acrescidas, se trata de um empréstimo bancário, cujo pagamento vai ser realizado quando do saque aniversário", salienta.

Para Lariucci, utilizar o saldo do FGTS para quitação de dívidas comuns deve ser uma decisão tomada pelo cidadão de forma cautelosa. "Nesse tipo de situação a gente aconselha que o cidadão procure um contador e um profissional da advocacia, um advogado, para que ele saiba, tenha ciência quais são os seus direitos, suas garantias e quais são as melhores alternativas de acordo com a situação que ele enfrente", orienta.

A especialista em Processo Civil e Líder em Recuperação de Créditos do escritório Albuquerque Melo, Renata Belmonte, ainda lembra: "O credor somente conseguirá a penhora do FGTS após esgotar todas as tentativas de receber o seu crédito. Isso porque o FGTS tem a mesma proteção do salário visto ser uma verba salarial. Assim, igual ao salário do trabalhador, o FGTS tem a mesma proteção da empenhorabilidade", alerta.

Fonte: Brasil 61 – Lívia Azevedo

Os impostos de importação cobrados no Brasil

Os impostos não têm valor fixo e são determinados por fatores diversos

Os impostos de importação são tributações que envolvem encargos aplicados à entrada de bens estrangeiros no país. Exercem, assim, um papel vital na preservação do mercado interno, variando conforme a natureza de cada item adquirido no exterior.

De acordo com Helmuth Hofstatter, CEO e fundador da Logcomex, empresa que oferece tecnologia para o comércio exterior por meio de uma plataforma completa end-to-end, ajudando gestores a planejar, monitorar e automatizar o seu supply chain, os impostos de importação têm como finalidade principal a proteção do mercado interno, garantindo que a entrada de produtos estrangeiros seja tributada de acordo com as leis e regulamentos vigentes.

"Eles não possuem um valor fixo, sendo determinados tendo como base em diversos fatores, como o tipo específico de produto, alíquotas associadas ao código NCM, bem como possíveis benefícios provenientes de acordos comerciais", explica.

Segundo Hofstatter, para descobrir quais são os impostos de importação incidentes sobre as mercadorias, é preciso saber a NCM em que elas se encaixam para que, a partir da classificação fiscal, seja possível identificar a carga tributária atribuída a elas. "Quando feita incorretamente, ela pode gerar multas ou mesmo cobranças indevidas", afirma.

OS IMPOSTOS DE IMPORTAÇÃO COBRADOS NO BRASIL:

Imposto de Importação (II)

Trata-se de um tributo aplicado sobre produtos estrangeiros que entram no território nacional, contribuindo para regular o fluxo de capitais. Pode ser utilizado para promover o desenvolvimento econômico, a industrialização e a competitividade de determinados setores. "Sua alíquota varia conforme a natureza do produto e é definida com base na Tarifa Externa Comum (TEC), que é uma lista de códigos e alíquotas que regula as importações", diz o CEO da Logcomex.

Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI)

Pode ser aplicado para regulamentar certos setores da economia, contribuindo para o desenvolvimento de indústrias específicas e o controle de produtos considerados estratégicos. A base de cálculo do IPI é o valor total da operação de industrialização do produto, podendo ser o valor da operação de venda ou o valor de avaliação, conforme determinado pela legislação. Sua alíquota varia conforme a natureza do produto, podendo ser específica (valor por unidade) ou ad valorem (percentual sobre valor total).

Programa de Integração Social e Formação do Patrimônio do Servidor Público (PIS/PASEP)

O tributo é uma contribuição social que tem como objetivo financiar o pagamento do seguro-desemprego, bem como o abono salarial e participar na receita dos órgãos e entidades para os quais os servidores públicos e empregados contribuíram. "Apesar de estar entre os impostos de importação, ele foca na previdência e apoio social aos trabalhadores por meio do seguro-desemprego e do abono salarial, contribuindo para a segurança financeira em momentos de desemprego. No comex, seu impacto é indireto, pois suas regras não afetam diretamente as transações internacionais", afirma Hofstatter.

Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS)

A Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social tem como objetivo financiar a seguridade social, abrangendo áreas como a Previdência Social, a Saúde e a Assistência Social. Ela incide sobre a receita bruta das empresas, sendo que, quando a empresa realiza importações, ela se aplica sobre o valor aduaneiro da mercadoria, somado aos tributos incidentes na importação. Já as exportações estão, em geral, sujeitas à alíquota zero do imposto, como uma medida para incentivar estas operações.

Taxa de utilização do Siscomex (Sistema Integrado de Comércio Exterior)

A Taxa Siscomex é devida no momento do registro da Declaração de Importação (DI) ou da Declaração Única de Importação (DUIMP). Seu fato gerador está na utilização do sistema, sendo cobrada independentemente da existência de outros tributos a recolher. Essa taxa passou por alterações ao longo dos anos, sendo a última em junho de 2021.

Adicional ao Frete para Renovação da Marinha Mercante (AFRMM)

É uma taxa que incide sobre o valor do frete cobrado por empresas de navegação brasileiras e estrangeiras que atuam nos portos do país. A Receita Federal do Brasil (RFB) é responsável por sua cobrança, cujo fato gerador ocorre no ato do descarregamento da embarcação.

Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviço (ICMS)

É um imposto estadual que incide sobre a circulação de mercadorias, de natureza física e jurídica e sobre a prestação de serviços de transporte interestadual e intermunicipal, comunicação e fornecimento de energia elétrica. O tributo está relacionado às operações que envolvem a movimentação de mercadorias entre estados brasileiros. No comércio internacional, este imposto incide sobre a entrada de mercadorias importadas no território nacional, sendo de responsabilidade dos estados estabelecerem suas alíquotas.

Criada em 2016, a Logcomex desenvolve soluções de tecnologia e oferece uma plataforma que auxilia as empresas no planejamento, monitoramento e automatização do supply chain global. A maior startup de comércio exterior do Brasil conta com aproximadamente 300 colaboradores, e está presente em mais de 11 países espalhados por cinco continentes.

A empresa oferece soluções como visibilidade em tempo real, eficiência na gestão de ponta a ponta da operação e informações estratégicas para negócios que atuam no comércio exterior.

Inflação brasileira deve atingir 4,2% em 2024, preveem economistas da Allianz Trade

Relatório Global Economic Outlook analisou o cenário macroeconômico em 14 países e aponta desaceleração do PIB no Brasil

A incerteza geopolítica e de políticas econômicas deve ter grande impacto negativo no fornecimento em 2024. Esta é a principal conclusão do relatório Global Economic Outlook, divulgado recentemente pelo time de economistas da Allianz Research, que fazem parte da Allianz Trade, líder global em seguro de crédito comercial.

Os economistas reforçam que o calendário eleitoral movimentado em 2024 aumentará a incerteza econômica, já que países que representam 60% do PIB global vão às urnas este ano. Nesse contexto, é provável que governos, famílias e empresas adotem uma abordagem de cautela, adiando decisões econômicas importantes.

Um ano eleitoral carregado significa também grandes chances de mudanças no quadro geopolítico, algo particularmente importante no contexto de conflitos em que vivemos: a guerra Rússia-Ucrânia, o conflito Israelense–Palestino e mais recentemente, a Crise no Mar Vermelho, por exemplo. Assim, monitorar os resultados das diversas eleições globais, além da evolução desses diversos confiltos será crucial ao longo do ano, uma vez que eles poderão ter implicações relevantes no cenário econômico.

QUEDA DA INFLAÇÃO BRASILEIRA

No Brasil, a previsão da inflação para 2024 é de 4,2%, uma queda de 0,4 pontos percentuais em comparação ao previsto para 2023 (4,6%). A inflação brasileira segue tendência de desaceleração também observada em várias economias avançadas, impulsionada pela queda nos preços de energia, relaxamento das tensões nas cadeias de

Inflation (yearly %)	2021	2022	2023f	2024f	2025f
Global	**4,3**	**8,4**	**6,6**	**4,6**	**3,6**
USA	**4,7**	**8**	**4,1**	**2,3**	**2,4**
Latin America	**13,9**	**14,9**	**23,4**	**15**	**9,2**
Brazil	8,3	9,3	4,6	4,2	3
UK	**2,6**	**9,1**	**7,1**	**3,8**	**2,6**
Eurozone	**2,6**	**8,4**	**5,5**	**2,5**	**2,1**
Germany	3,1	6,9	5,9	2,6	2,2
France	1,6	5,2	4,9	1,8	2
Italy	1,9	8,2	5,8	2,2	1,9
Spain	3,1	8,4	3,6	3,4	2,2
Central and Eastern Europe	**8,1**	**9,1**	**11,4**	**5,8**	**3,9**
Poland	5,1	14,4	11,6	6	4,1
Russia	6,7	13,8	5,9	6,4	4,5
Türkiye	19,6	72,3	53,6	37,8	17,4
Asia-Pacific	**1,7**	**3,7**	**2,7**	**2,6**	**2,3**
China	0,9	2	0,5	1,6	1,7
Japan	-0,2	2,5	3,3	2,2	1
India	5,1	6,7	5,6	5,3	4,5
Middle East	**15,8**	**10,3**	**7,7**	**5,6**	**5,1**
Saudi Arabia	3,1	2,5	2,8	2,8	2
Africa	**12,4**	**16,1**	**24,4**	**17,5**	**11,2**
South Africa	4,6	6,9	5,2	4,2	4,5

produção, além de efeitos de uma política monetária restritiva. Para a América Latina, os economistas apontam uma queda mais significativa, de 8,4 pontos percentuais em comparação ao ano passado, atingindo 15,0%. (Tabela 2)

Além disso, o estudo aponta que a seletividade será a chave para os mercados emergentes neste ano. Os cortes nas taxas de juros devem se generalizar nos mercados emergentes (EMs) em 2024: o ritmo e a profundidade desses cortes são efeitos dos progressos registrados na frente da desinflação, da evolução do equilíbrio global dos riscos e das condições monetárias e financeiras mundiais. Enquanto isso, o desequilíbrio nos balanços de pagamento deve continuar a melhorar, formando ventos favoráveis para a "reemergência" dos EMs.

A análise explica, ainda assim, que existe a possibilidade de que o espectro de riscos para os mercados emergentes se torne cada vez mais fragmentado, com alguns países avançando rapidamente e outros ficando para trás. As principais incógnitas persistem no lado da política monetária para algumas economias, e no lado fiscal para um maior número de países.

ANÁLISE DO PIB

O estudo também analisou o comportamento do PIB para 2024 em 14 países e os economistas preveem uma leve queda de 0,3 pontos percentuais no PIB Global. Por outro lado, a previsão é de crescimento de +1,4% nos Estados Unidos, +0,8% na Zona do Euro, +4,6% na China e +0,6% no Reino Unido.

Já na América Latina, a previsão também é de queda (0,6 pontos percentuais) em comparação a 2023. No Brasil, esse decréscimo é ainda maior e o PIB nacional, segundo os economistas, deve alcançar +1,5% em 2024, 1,6 pontos percentuais a menos que no ano passado, conforme mostra o gráfico abaixo.

Growth (yearly %)	2021	2022	2023f	2024f	2025f
Global	**6.2**	**3.0**	**2.7**	**2.4**	**2.8**
USA	**5.8**	**1.9**	**2.4**	**1.4**	**1.9**
Latin America	**7.1**	**3.9**	**2.3**	**1.7**	**2.3**
Brazil	5.3	3.0	3.1	1.5	1.9
UK	**8.7**	**4.4**	**0.5**	**0.6**	**1.5**
Eurozone	**5.9**	**3.4**	**0.5**	**0.8**	**1.7**
Germany	3.1	1.9	-0.3	0.5	1.7
France	6.4	2.5	0.8	0.7	1.5
Italy	8.3	3.9	0.7	0.6	1.5
Spain	6.4	5.8	2.4	1.5	1.8
Central and Eastern Europe	**6.1**	**0.8**	**0.9**	**2.3**	**3.1**
Poland	6.9	5.1	0.5	2.5	3.0
Russia	5.6	-2.1	3.1	1.6	1.5
Türkiye	11.4	5.5	3.9	2.9	3.9
Asia-Pacific	**6.4**	**3.2**	**4.4**	**4.0**	**3.9**
China	8.5	3.0	5.2	4.6	4.2
Japan	2.3	1.0	1.8	1.0	1.0
India	8.9	6.7	6.9	6.3	6.5
Middle East	**4.4**	**6.7**	**2.3**	**2.3**	**3.1**
Saudi Arabia	4.3	8.7	1.4	1.8	4.2
Africa	**5.8**	**3.8**	**2.7**	**3.4**	**4.1**
South Africa	4.7	1.9	0.7	1.4	1.6

Safra de grãos: Conab aponta para uma produção de 299,8 milhões de toneladas, influenciada por perdas na produtividade, em razão dos problemas climáticos

A colheita total de grãos na safra 2023/24 deve chegar a 299,8 milhões de toneladas, conforme a nova estimativa divulgada no 5º Levantamento da Safra de Grãos, no dia 8 de fevereiro, pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab). O volume é 6,3% inferior ao obtido na safra passada, o que representa 20,1 milhões de toneladas. Quando comparada com a primeira estimativa desta safra feita pela Conab, a atual projeção apresenta uma diminuição de 17,7 milhões de toneladas.

O comportamento climático nas principais regiões produtoras, sobretudo para soja e milho primeira safra, vem afetando negativamente as lavouras, desde o plantio. O atraso no plantio da soja possivelmente impactará no plantio da segunda safra de milho.

A produção de soja estimada é de 149,4 milhões de toneladas, o que representa queda de 3,4% se comparado com o volume obtido no ciclo 2022/23. Já se for considerada a expectativa inicial desta temporada, a quebra chega a 7,8%, uma vez que a Conab estimava uma safra de 162 milhões de toneladas. O atraso do início das chuvas nas regiões Centro-Oeste, Sudeste e Matopiba, seguido por chuvas irregulares e mal distribuídas, com registros de períodos de veranicos superiores a 20 dias, além das altas temperaturas, estão refletindo negativamente no desempenho das lavouras.

Outro importante produto que tem estimativa de menor produção é o milho. A queda na safra total do cereal deve chegar a 18,2 milhões de toneladas, resultando em um volume de 113,7 milhões de toneladas. O cultivo de primeira safra do grão, que representa 20,8% da produção total, enfrentou situações adversas como elevadas precipitações no Sul do país e baixas pluviosidades no Centro-Oeste,

acompanhadas pelas altas temperaturas, entre outros fatores.

Também é esperada uma queda na produção de feijão influenciada pelo clima adverso. A implantação da primeira safra da leguminosa caminha para a sua conclusão e vem apresentando alterações negativas devido às precipitações excessivas, atraso de plantio e ressemeaduras. A semeadura da segunda safra do grão já foi iniciada, especialmente na região Sul, porém o cenário geral é de atraso em razão da colheita da primeira safra estar atrasada. Mesmo assim, a Conab ainda estima uma safra de 2,97 milhões de toneladas de feijão no país.

O contexto do El Niño embora tenha afetado inicialmente a lavoura do arroz, não gerou perdas até o momento nesta safra. A produção está estimada em 10,8 milhões de toneladas, 7,6% acima da produção da safra anterior. Alta também para o algodão. A estimativa é que o país estabeleça um novo recorde para a produção da pluma, chegando a 3,3 milhões de toneladas. O preço da commodity e as perspectivas de comercialização refletiram no aumento de área de plantio, que apresenta crescimento de 12,8% sobre a safra 2022/23.

Culturas de inverno – As primeiras estimativas para as culturas de inverno apontam para uma recuperação na safra de trigo, estimada em 10,2 milhões de toneladas. O plantio do cereal tem início a partir de fevereiro no Centro-Oeste, e ganhará força em meados de abril, no Paraná, e em maio, no Rio Grande do Sul, estados que representam 82,7% da produção tritícola do país.

Mercado – Com a atualização na estimativa produção da soja, as exportações também devem ser reduzidas em 4,29 milhões de toneladas, saindo de 98,45 milhões de toneladas para 94,16 milhões de toneladas. Além disso, a Companhia realizou ajuste estatístico na quantidade da oleaginosa esmagada, totalizando aproximadamente 53,36 milhões de toneladas. Cabe registrar que as perdas da soja no Brasil estão sendo compensadas pela recuperação da safra argentina, semelhante ao ocorrido no Rio Grande do Sul.

As vendas de milho ao mercado internacional também foram ajustadas em 3 milhões de toneladas. Com isso, os embarques do cereal devem chegar a 32 milhões de toneladas. Essa queda se explica não só pela atualização da safra estimada, bem como é influenciada pela maior oferta do grão disponível no mercado internacional, em meio à boa safra norte-americana. Já a demanda doméstica está estimada em 84,1 milhões de toneladas.

Para o arroz, o volume exportado deverá cair para 1,5 milhão de toneladas, mesmo com a recuperação produtiva no país. Os preços internos acima das paridades de exportação e a recomposição produtiva norte-americana influenciam neste cenário.

No caso do algodão, o estoque final do produto teve um reajuste para 2,28 milhões de toneladas, uma vez que o consumo interno se manteve em 730 mil toneladas e as exportações estão estimadas em aproximadamente 2,5 milhões de toneladas.

Desafios da Reforma Tributária no Brasil

Com um dos sistemas tributários mais intrincados do mundo, o Brasil enfrenta o desafio de modernizar sua estrutura fiscal de maneira a promover justiça social, eficiência econômica e competitividade global

INTRODUÇÃO

A reforma tributária no Brasil é um tema de extrema relevância e complexidade. Com um dos sistemas tributários mais intrincados do mundo, o Brasil enfrenta o desafio de modernizar sua estrutura fiscal de maneira a promover justiça social, eficiência econômica e competitividade global. Na visão da advogada Dra Marcela Bocayuva "Para o Brasil crescer, ela precisa acontecer".

DESAFIOS DA REFORMA TRIBUTÁRIA

Desafios na Justiça (Execuções Fiscais): O impacto sobre a justiça das execuções fiscais é uma preocupação é um problema que não foi debatido com profundidade, pois o sistema atual é caracterizado pela sua lentidão e ineficiência. A alta quantidade de processos de execuções fiscais no Brasil é resultado de uma série de fatores sistêmicos e estruturais. Aqui estão algumas razões principais:

COMPLEXIDADE DO SISTEMA TRIBUTÁRIO

O Brasil é conhecido por ter um dos sistemas tributários mais complexos do mundo. Essa complexidade pode levar a interpretações divergentes das leis tributárias por parte dos contribuintes e do governo, resultando em disputas que muitas vezes acabam em litígios.

ALTA CARGA TRIBUTÁRIA

A carga tributária elevada no Brasil pode ser um incentivo para a evasão e elisão fiscal. Quando os contribuintes, especialmente as empresas, enfrentam dificuldades em cumprir suas obrigações fiscais, eles acabam em processo judicial.

INEFICIÊNCIAS NO SISTEMA PROCESSUAL DE COBRANÇA

As ineficiências no processo de cobrança de tributos e na gestão dos litígios fiscais contribuem para o acúmulo de processos. O tempo necessário para resolver uma disputa tributária no Brasil é um dos mais longos do mundo, o que aumenta o volume de casos pendentes.

RISCOS DE AUMENTO DA CARGA TRIBUTÁRIA E DESIGUALDADE

Há temores de que a reforma possa aumentar a carga tributária sobre certos setores ou consumidores e desequilibrar as finanças de estados e municípios.

COMPARAÇÃO COM MODELOS TRIBUTÁRIOS INTERNACIONAIS

Ao examinar modelos internacionais, observa-se uma variedade de abordagens em sistemas tributários. Países como a Dinamarca e a Suécia, por exemplo, têm sistemas tributários de alta carga, mas oferecem amplos serviços sociais. Por outro lado, economias como Singapura e Hong Kong adotam uma abordagem de baixa tributação, incentivando o investimento e o crescimento empresarial. Esses modelos destacam diferentes equilíbrios entre arrecadação de impostos e provisão de serviços públicos, oferecendo modelos que interessam ao Brasil em termos de eficiência, equidade e incentivos econômicos.

BENEFÍCIOS DA REFORMA TRIBUTÁRIA

Os benefícios da reforma tributária são vários, mas podemos destacar alguns:

SIMPLIFICAÇÃO DO SISTEMA

Um dos principais benefícios esperados da reforma tributária é a simplificação do sistema fiscal. Atualmente, o Brasil possui uma variedade de impostos federais, estaduais e municipais, com regulamentos muitas vezes sobrepostos e contraditórios. A simplificação ajudaria a reduzir a burocracia e os custos associados ao cumprimento tributário, beneficiando tanto empresas quanto cidadãos.

ESTÍMULO À ECONOMIA

Ao tornar o sistema tributário mais eficiente e menos oneroso, a reforma pode estimular a economia. Isso se traduziria em um ambiente mais favorável para negócios, atraindo investimentos internacionais e incentivando o empreendedorismo interno, o que é fundamental para o crescimento econômico e a geração de empregos.

JUSTIÇA FISCAL

Outro aspecto importante é a promoção de uma maior justiça fiscal. Atualmente, o sistema tributário brasileiro é considerado regressivo, onerando proporcionalmente mais os mais pobres. A reforma poderia distribuir essa carga de maneira mais equitativa, aliviando a pressão sobre as camadas mais vulneráveis da população.

DESAFIOS DA REFORMA TRIBUTÁRIA

A reforma tributária é um tema complexo e polêmico, que envolve diversos interesses e desafios. A reforma tributária deve simplificar e racionalizar o sistema tributário, eliminando a multiplicidade, a sobreposição e a complexidade dos impostos sobre o consumo, que geram custos, insegurança jurídica e distorções econômicas.

CONCILIAÇÃO DE INTERESSES DIVERGENTES

Um dos maiores desafios é a conciliação de interesses divergentes. A reforma tributária afeta uma ampla gama de stakeholders, incluindo governos estaduais e municipais, setor privado e cidadãos. Alcançar um consenso entre esses diferentes grupos, cada um com suas próprias demandas e expectativas, é uma tarefa complexa.

CONTEXTO POLÍTICO DA APROVAÇÃO NO CONGRESSO NACIONAL

Marcela Bocayuva explica que a diversidade partidária no Brasil exige negociações e alianças complexas para a aprovação de qualquer legislação. Na reforma tributária, isso se traduziu em um equilíbrio delicado entre interesses regionais, pressões econômicas, influência de grupos de interesse, opinião pública e cobertura da mídia. Os parlamentares consideraram as mudanças tributárias à luz do orçamento federal, a economia dos estados que representam parte da política eleitoral e a vida dos cidadãos brasileiros.

IMPACTO NAS FINANÇAS PÚBLICAS

O impacto da reforma nas finanças públicas, especialmente no que tange a distribuição de receitas entre a União, estados e municípios, é um ponto crítico. A redistribuição dos recursos tributários pode levar a desequilíbrios financeiros regionais se não for bem planejada.

DEBATE PÚBLICO E O PAPEL DA MÍDIA

O debate público em torno da reforma tributária foi intensificado pela cobertura da imprensa, esta que desempenha um papel crucial na formação da opinião pública, destacando diferentes aspectos da reforma, seus impactos potenciais e fomentando um diálogo entre governo, setor privado e sociedade civil. Uma cobertura equilibrada e informada é essencial para garantir que todas as vozes sejam ouvidas e que o debate seja

CONCLUSÃO

A reforma tributária no Brasil é uma necessidade inegável para impulsionar o desenvolvimento econômico e social do país. Apesar dos desafios consideráveis, os benefícios potenciais — um sistema mais simples e justo, uma economia mais dinâmica e um ambiente de negócios mais atrativo — são objetivos valiosos. A realização desses benefícios, no entanto, depende de uma implementação cuidadosa e de um compromisso contínuo com o diálogo e a negociação entre todos os setores envolvidos. A reforma tributária não é apenas uma questão de ajustes fiscais, mas um passo fundamental para um Brasil mais justo e próspero. Contudo, fica o questionamento: entre as vantagens e os desafios da Reforma, será que essa combinação de fatores cria um ambiente onde as execuções fiscais serão simplificadas? É preciso criar e fomentar segurança jurídica para o sistema judiciário, para o governo e para os contribuintes.

A diversidade partidária no Brasil exige negociações e alianças complexas para a aprovação de qualquer legislação. Na reforma tributária, isso se traduziu em um equilíbrio delicado entre interesses regionais, pressões econômicas, influência de grupos de interesse, opinião pública e cobertura da mídia. Os parlamentares consideraram as mudanças tributárias à luz do orçamento federal, a economia dos estados que representam parte da política eleitoral e a vida dos cidadãos brasileiros.

Taxa de desemprego em 2023 foi a menor desde 2014 no Brasil

A taxa de desemprego caiu a 7,8% no ano passado no Brasil, segundo dados apresentados no último dia 31 de janeiro pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). A queda de 1,8% em relação a 2022 deixou o país com o menor índice registrado desde 2014, quando chegou a 7%.

De acordo com o IBGE, o resultado confirma a "tendência já apresentada em 2022 de recuperação do mercado de trabalho após o impacto da pandemia da Covid-19". Em 2023, 8,5 milhões de pessoas formavam o contingente da população desocupada, uma redução de 17,6% em relação ao ano anterior (10,2 milhões).

O ano registrou alta também nos empregados com carteira assinada (+5,8%) que chegaram a 37,7 milhões de pessoas, outro recorde histórico. No setor privado, 73,8% estão registrados, mas ainda há um total de quase 6% (ou 13,4 milhões de pessoas) que não têm seus direitos garantidos. A informalidade garante ainda o sustento para 39,4 milhões de trabalhadores (39,2%), mas a população desalentada teve redução de 12,4% no período, representando em média 3,7 milhões de pessoas.

"Houve expansão em diversos segmentos. Nos últimos resultados, notávamos um movimento mais concentrado no setor de serviços. Para este tri encerrado em dezembro, indústria e construção também contribuíram significativamente", afirma a coordenadora das Pesquisas por Amostra de Domicílios do IBGE, Adriana Beringuy. –

ESTABILIDADE EM 2024

Para o ano que recém-começa, especialistas acreditam que haverá uma estabilização nos números do desemprego, causados por uma desaceleração da economia. "Para 2024, não vemos espaço para quedas significativas no desemprego, já que o mercado de trabalho deve refletir o menor crescimento da economia. Contudo, a taxa de desemprego deve se acomodar em níveis bem mais baixos que nos últimos anos e deverá continuar impulsionando o consumo das famílias", disse Rafael Perez, economista da Suno Research. Fonte: Rede Lado

Serviços ligados ao Turismo em Minas Gerais cresceram 15% em 2023

Segundo boletim econômico do BDMG, volume da atividade turística impulsionou resultado do setor, que fechou o ano com avanço de 7,7%

Minas Gerais fechou 2023 com o melhor desempenho do país no Turismo, com crescimento de 15%. O resultado positivo impulsionou o setor de Serviços, que no acumulado de janeiro a dezembro do ano passado avançou 7,7%, índice bastante superior ao do país (2,3%). Os dados estão no Boletim Econômico do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais divulgado nesta sexta-feira (9/2) a partir do levantamento do IBGE.

Para o economista-chefe do BDMG, Izak Carlos da Silva, o recuo da inflação e o aumento do rendimento das famílias foram responsáveis por impulsionar a atividade turística no Estado. "Minas liderou no Turismo no país, seguido por Rio de Janeiro e Bahia, destinos tradicionais no país. Esse resultado é muito positivo e indica a robustez da atividade econômica do Estado. Indica aumento do interesse por atividades turísticas no Estado", explica.

No geral, quatro dos cinco segmentos pesquisados registraram avanços no volume de serviços prestados, com destaque para serviços de informação e comunicação e serviços de transporte e correios, com resultados superiores à média nacional.

"Esse resultado disseminado deve-se a fatores conjunturais do Estado, como safra recorde do segmento agropecuário, assim como do extrativo, impulsionando o transporte de cargas", avalia o economista-chefe.

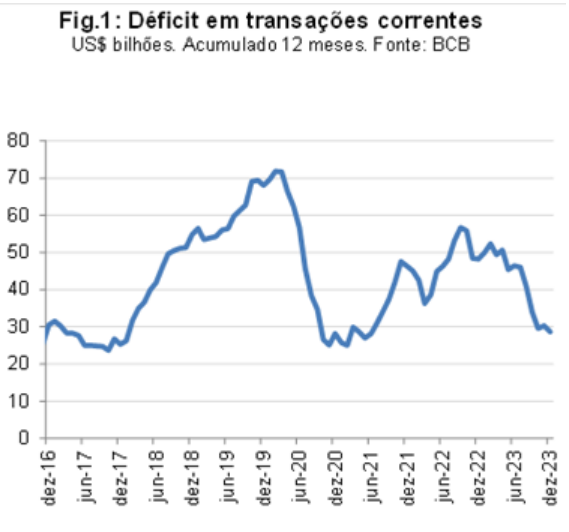
Confira a versão completa do Boletim Econômico do BDMG em www.bdmg.mg.gov.br/saladeimprensa/

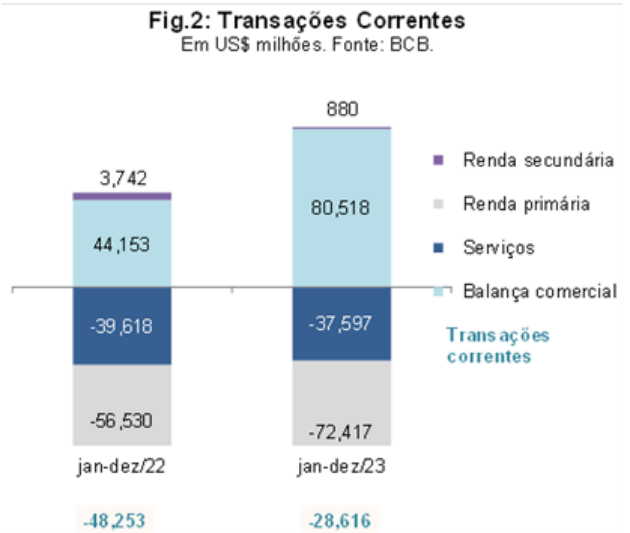
Déficit de Conta-Corrente brasileira foi de US$ 28,6 bilhões em 2023

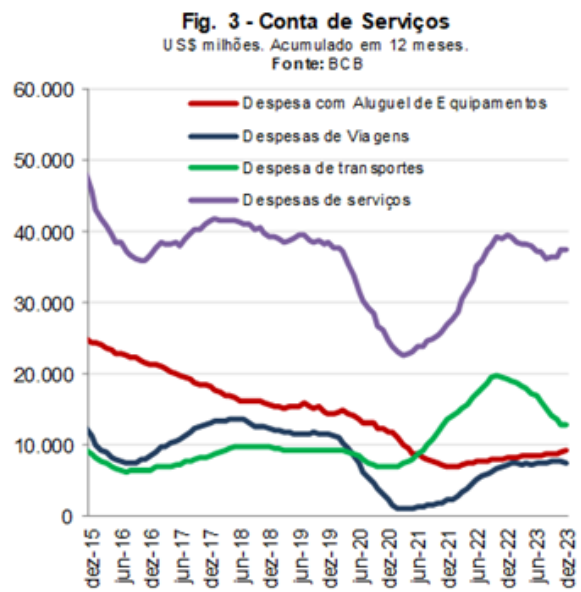
TRANSAÇÕES CORRENTES

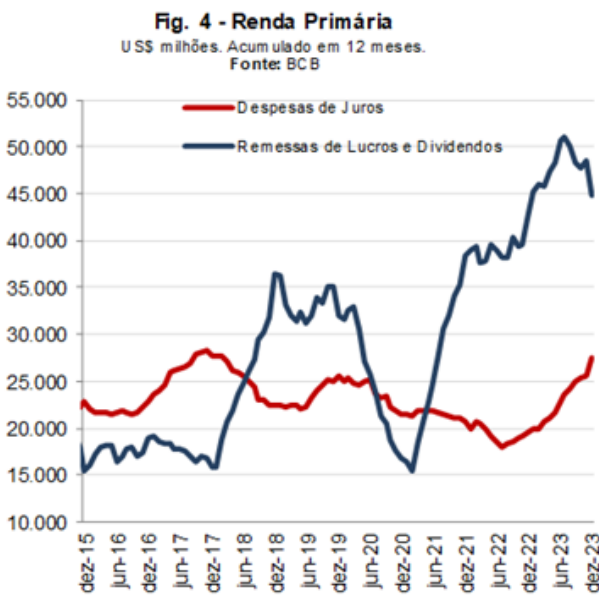
Este saldo mensal em conta corrente ficou abaixo da mediana de expectativas de mercado (-US$ 7,6 bilhões). O principal desvio foram menores remessas de lucros e dividendos (-US$ 4,4 bilhões ante a projeção de -US$ 8,3 bilhões), parcialmente compensadas por maiores gastos com juros (-US$ 4,9 bilhões ante a projeção de -US$ 2,3 bilhões). Desta forma, em dezembro, o volume pago de rendas foi de US$ 9,3 bilhões, enquanto o saldo da balança comercial e os gastos com serviços ficaram em +US$ 7,3 bilhões e -US$ 3,8 bilhões, respectivamente.

Conforme o gráfico abaixo (Figura 1), o déficit em transações correntes em 2023 fechou em US$ 28,6 bilhões ou 1,32% do PIB, que é o percentual mais baixo desde 2017. A elevação do saldo comercial de pouco mais de US$ 44,2 bilhões para US$ 80,5 bilhões decorreu do forte avanço das exportações, em especial de produtos agropecuários, como o complexo soja, cujas vendas externas cresceram 13,7% no ano. Os gastos com serviços recuaram 5,1% para US$ 37,6 bilhões, com destaque para o forte recuo da despesa com transportes (-33% para US$ 12,9 bilhões) por conta da redução dos fretes. Essa queda com transportes mais do que compensou os maiores gastos com viagens e aluguel de equipamentos. Estes gastos, apesar de terem se expandido no ano passado, continuaram aquém do observado antes da pandemia (Figura 3). O volume total de renda primária remetido em 2023 somou US$ 72,4 bilhões, o que representa um avanço de 28,3% ante 2022. Destaque para esse crescimento, o aumento dos pagamentos de juros, que somaram US$ 27,7 bilhões (41,4%). O aperto da política monetária nas principais economias ocidentais explica esse maior gasto com juros. As remessas líquidas de lucros e dividendos cresceram 21,5%, sustentadas pela rentabilidade elevada das empresas









dos setores de extrativa mineral e do agronegócio.

Para 2024, projeta-se um déficit em conta corrente de US$ 42 bilhões, pois se espera um saldo comercial menor (US$ 70 bilhões). Por outro lado, há uma possibilidade de relativa estabilidade para os gastos com serviços e nova queda das remessas de lucros e dividendos.

CONTA FINANCEIRA

O saldo líquido de investimentos diretos no país (IDP) foi de -US$ 389 milhões em dezembro, abaixo da projeção do mercado de US$ 4,8 bilhões. Ainda que a participação no capital tenha registrado um saldo positivo (US$ 924 milhões), as empresas reduziram a parcela de IDP referente aos lucros reinvestidos (-US$ 4 bilhões). Do lado dos empréstimos intercompanhia, o volume de amortizações foi maior que as entradas, o que culminou em um saldo negativo dos empréstimos de US$ 1,3 bilhão. A redução dos lucros reinvestidos e a consequente repatriação de IDP e o aumento das amortizações dos empréstimos intercompanhia costumam se intensificar em dezembro. No ano, o saldo do IDP foi de quase US$ 62 bilhões, o que representa uma queda de 17% em relação a 2022. Provavelmente, as condições financeiras mais apertadas no exterior prejudicaram o fluxo de IDP no ano passado.

Fonte: LCA Consultores Econômicos

Investimento Direto Estrangeiro no Brasil em 2023 atingiu 62 bilhões – queda de 17% em relação ao ano anterior

Em 2023, o saldo do IDP-Investimento Direto Estrangeiro no País foi de quase US$ 62 bilhões, o que representa uma queda de 17% em relação a 2022. Provavelmente, as condições financeiras mais apertadas no exterior prejudicaram o fluxo de IDP no ano passado.

No ano passado, o IDP correspondeu a 2,9% do PIB, ante 3,82% do PIB em 2022. Como mostra o gráfico abaixo (Figura 5), apesar da tendência de baixa desde o início do ano, o IDP tem superado com folga o déficit em conta corrente na mesma métrica.

Entre as três formas de investimentos dos brasileiros no exterior, o destaque foi o investimento direto no exterior, que somou US$ 1,5 bilhão no mês de dezembro de 2023. O saldo acumulado no ano foi de US$ 28,2 bilhões, ante o total remetido de US$ 33,4 bilhões em 2022. Os investimentos em carteira de brasileiros no exterior somaram -US$ 1,3 bilhão em dezembro, o que resultou num saldo acumulado de US$ 4,4 bilhões, ante uma saída de US$ 142 milhões em 2022. Os outros investimentos ativos somaram -US$ 5,5 bilhões no mês, resultando num saldo de US$ 15,5 bilhões no ano, ante US$ 24,7 bilhões em 2022.

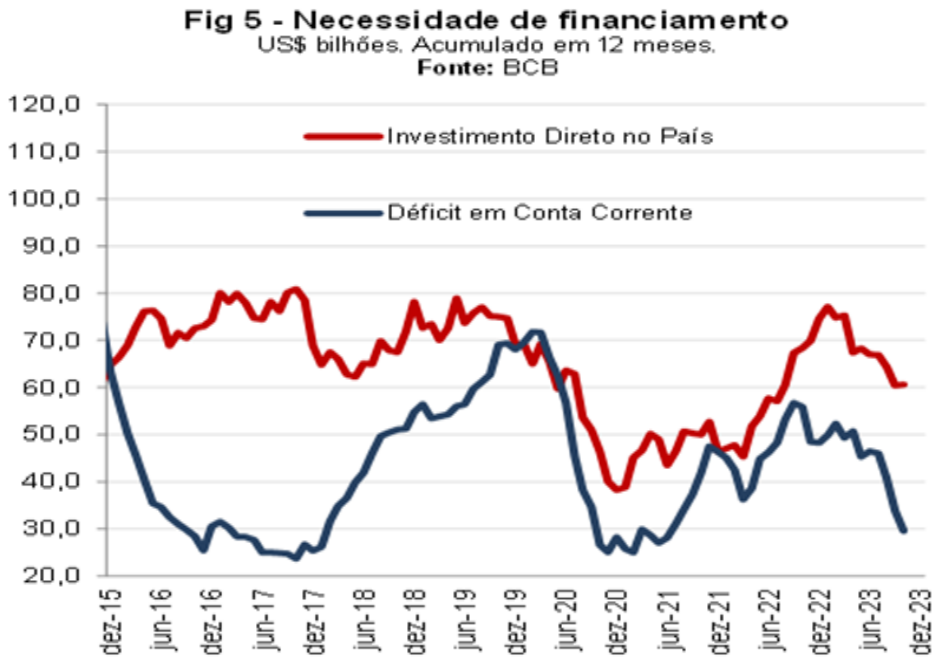
Os investimentos estrangeiros em ativos financeiros brasileiros registraram um saldo líquido de -US$ 4,3 bilhões em dezembro, o que gerou um total acumulado de US$ 11,8 bilhões no ano, ante -US$ 3,1 bilhões em 2022. Os investimentos em ações e fundos de investimento atraíram US$ 51 milhões no mês. No ano, estes investimentos ficaram negativos em US$ 1,1 bilhão. No último mês de

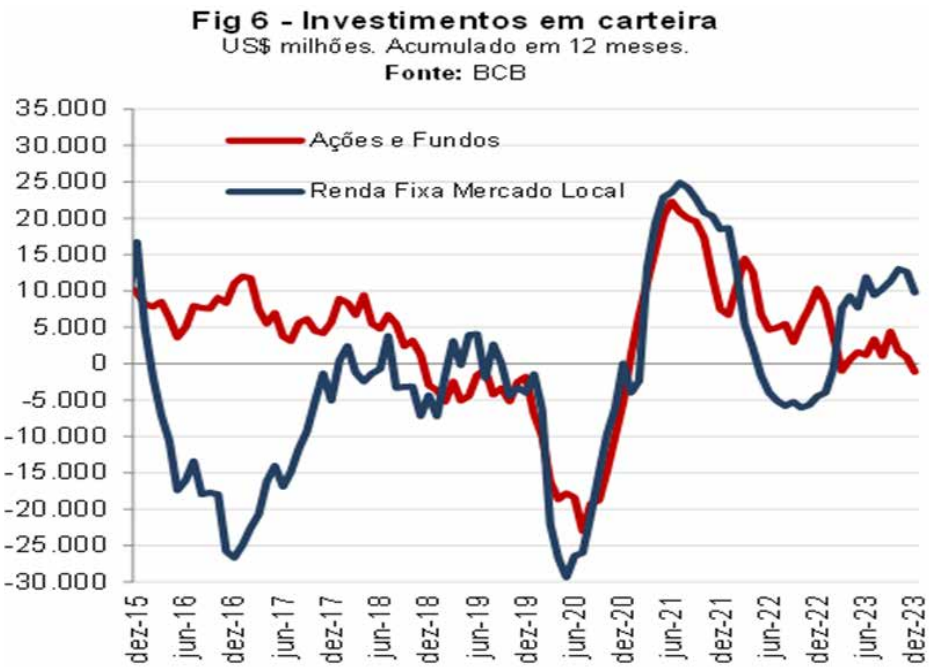
Quadro 1: Balanço de pagamentos

(US$ milhões)	2022		2023	
	dez-22	jan-dez/22	dez-23	jan-dez/23
Conta capital	**12**	**245**	**1**	**328**
Conta financeira*	**-6.179**	**-46.760**	**-6.155**	**-30.944**
Investimento direto no exterior	2.683	33.355	1.507	28.252
Participação no capital	1.925	32.215	1.549	28.268
Operações intercompanhia	758	1.139	-42	-16
Investimento direto no país	-479	74.606	-389	61.952
Participação no capital	-187	57.141	924	52.849
Operações intercompanhia	-291	17.465	-1.313	9.102
Investimento em carteira – ativos	-68	-142	-1.274	4.374
Ações e cotas em fundos	508	-3.987	-1.349	1.497
Títulos de renda fixa	-575	3.845	75	2.877
Investimento em carteira – passivos	405	-3.061	-4.319	11.829
Ações e cotas em fundos	2.134	11.453	51	-1.125
Títulos de renda fixa	-1.729	-14.513	-4.370	12.954
Derivativos – ativos e passivos	95	-2.031	-2.228	-7.994
Outros investimentos – ativos	705	24.675	-5.463	15.510
Outros investimentos – passivos	1.589	23.787	4.465	18.677
Ativos de reserva	-8.078	-7.284	1.060	21.372
Erros e omissões	**1.339**	**1.248**	**-322**	**-2.655**

Fonte: Banco Central do Brasil

*Ativos (-) passivos





2023, os investidores não residentes se desfizeram de US$ 883 milhões em títulos de renda fixa. Ainda que o acumulado no ano seja positivo, como mostra o gráfico acima (Figura 6), o saldo negativo no mês parece dar continuidade a uma ligeira trajetória de queda. A taxa de rolagem dos compromissos a pagar atingiu 100% este ano, contra 89% em 2022.

Em suma, os números das contas externas do Brasil mostram um quadro robusto em 2023 e que deve permanecer em 2024. A balança comercial caminha para um elevado superávit comercial, que, em conjunto com menores gastos com lucros e dividendos, propiciará uma relativa estabilidade do déficit em transações correntes. Assim, o IDP ainda continuará a cobrir com folga este déficit.

Fonte: LCA Consultores Econômicos

Apesar de recorde nas exportações, receita do setor de máquinas e equipamentos caiu 11%, em 2023

Apesar do faturamento recorde com as exportações, a indústria de máquinas e equipamentos viu sua receita cair 11% em 2023. As vendas do setor totalizaram quase R$ 296 bilhões no ano passado, contra cerca de R$ 310 bilhões em 2022. A Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq) divulgou os dados em entrevista coletiva, nesta quarta-feira (31).

Trata-se do segundo ano consecutivo de queda na receita total da indústria de máquinas e equipamentos. O último ano de crescimento foi 2021. Cristina Zanella, diretora de competitividade, economia e estatística da Abimaq, explica que o resultado negativo do setor em 2023 se deve, sobretudo, à retração do mercado interno, cuja receita diminuiu 15,4%.

"Os dados de 2023 vieram na direção que vínhamos comentando: uma queda importante — a segunda consecutiva da indústria de máquinas e equipamentos. O desempenho veio pior do que a expectativa. A gente falava em uma queda de 9,8%. A gente fechou com 11% de queda. O mercado doméstico foi o causador desse desempenho", afirma.

Zanella diz que alguns fatores contribuíram para a timidez do mercado nacional. Segundo ela, o patamar da taxa básica de juros intimidou novos investimentos, fator que se somou à menor demanda de máquinas e equipamentos por outros setores da indústria de transformação — como o têxtil e o metalúrgico, movimento que também se observou no setor agrícola.

EXPORTAÇÕES SURPREENDEM

As vendas de máquinas e equipamentos para outros países cresceram 14,6% no ano passado, totalizando mais de 13,9 bilhões de dólares, segundo a Abimaq. O desempenho das exportações superou o observado em 2012. É agora o melhor resultado da série histórica.

Segundo Zanella, o dado foi surpreendente. "As exportações surpreenderam. Vieram de forma bastante positiva. É a grande notícia do setor. A gente conseguiu exportar bastante mesmo em um cenário internacional de relativa desaceleração."

As importações do setor, por sua vez, cresceram 7,6%, na comparação com o ano de 2022, totalizando 26,7 bilhões. Com isso, houve saldo negativo entre exportações e importações de máquinas e equipamentos da ordem de 12,8 bilhões de dólares.

EMPREGOS E INVESTIMENTOS CAEM

A queda da receita total foi acompanhada de perda de postos de trabalho na indústria de máquinas e equipamentos. O quadro de pessoal do setor encerrou o ano com 395 mil funcionários, cerca de cinco mil a menos do que o observado em dezembro de 2022.

Já os investimentos realizados pelas empresas do setor ficaram abaixo das expectativas. Dos R$ 12,1 bilhões projetados para o ano passado, cerca de R$ 11 bilhões se concretizaram — o equivalente a 90,6%.

PROJEÇÃO PARA 2024

Segundo a Abimaq, a receita total em 2024 deve crescer 3,5%. Já os investimentos previstos, de R$ 10,5 bilhões, ficarão abaixo do montante que as empresas do setor aportaram no ano passado.

Quanto aos empregos, espera-se que, apesar dos potenciais efeitos negativos da medida provisória que reonera a folha de pagamento do setor, o desempenho favorável das empresas leve a um saldo positivo.

Fonte: Brasil 61 – Felipe Moura

Crédito cresceu 7,9% em 2023 e as perspectivas para 2024 são favoráveis

O saldo nominal total de crédito cresceu 7,9% em 2023 e alcançou R$ 5,8 trilhões no ano. O ritmo de variação se reduziu quando comparado a 2022, ano em que a carteira de crédito avançou 14,5%. Esta é a menor taxa de crescimento desde o começo da pandemia, efeito da política monetária restrita em boa parte do ano. Na abertura por tipos de clientes, ambos os saldos apresentaram desaceleração quando comparados a 2022. A carteira de crédito PF registrou a maior taxa de variação e manteve crescimento em dois dígitos, com taxa de 10,1%, ante 17,7% do ano anterior. Já a carteira PJ apresentou uma expansão mais moderada, em 4,5% ante 10,1% de 2022. Na abertura entre origem dos recursos, também houve redução do ritmo de avanço em ambos os tipos, mas com o saldo da carteira direcionada registrando uma menor desaceleração (14,0% para 11,8%) do que o saldo da carteira livre (14,9% para 5,2%).

Em dezembro, o crescimento nominal do saldo de crédito às famílias foi de 10,1% em termos interanuais, completando o 11º mês seguido de desaceleração nestes termos. Na abertura entre modalidades, a carteira livre avançou 3,0% quando comparada a dezembro de 2022, descontado os efeitos sazonais, enquanto a carteira direcionada avançou 7,9% nesta mesma base de comparação. No ano de 2023, as linhas que sustentaram o crescimento da carteira livre foram as linhas de crédito não rotativas, como aquisição de veículos (6,9%) e crédito consignado (1,8%), ao passo que as linhas de crédito rotativas apresentaram um crescimento mais moderado, resultado de uma queda de 24,3% do saldo de cartão de crédito rotativo, compensado pelo avanço de 4,9% do saldo de cheque especial. Já dentro do crédito direcionado, destaque para o avanço em 12,0% do crédito rural, impulsionado por um aumento dos recursos destinados ao Plano Safra 2023/24.

As concessões reais de crédito em dezembro aumentaram 2,6% na

comparação interanual, ritmo menor quando comparado ao observado em novembro (5,0%). Este movimento foi sentido para ambos os tipos de crédito, com desaceleração de 5,3% para 2,8% nos empréstimos de crédito livre e de 3,0% para 1,4% nos empréstimos direcionados. Descontados os efeitos sazonais, as concessões às famílias no trimestre encerrado em dezembro avançaram 0,7%, resultado de expansão das concessões livres (1,1%) e queda nas direcionadas (-4,9%). A taxa de juros (ao ano) média das concessões às famílias manteve tendência de redução e passou de 34,1% de para 33,3% neste mês referente.

Este é o menor patamar desde jun/22. Ambos os grupos de crédito tiveram juros menores nesta leitura, com a taxa média das concessões livres passando de 55,0% para 54,2% e a taxa média direcionada de 10,3% para 9,7%. O spread médio na categoria livre passou de 43,8% para 43,5%. No que tange à inadimplência, a taxa na carteira às famílias voltou a se reduzir neste mês e atingiu o menor nível desde set/22, em 3,7% ante 3,8% de novembro. Em novembro, o endividamento familiar como porcentagem da renda voltou a ficar em 48,2%, um nível um tanto quanto menor do que o observado em novembro de 2022 (49,5%). O comprometimento da renda com serviço das dívidas, por outro lado, apresentou redução relevante na passagem de outubro para novembro, atingindo o menor valor desde maio/22, em 26,5% ante 27,2%, com redução no comprometimento com amortização e juros. O saldo de crédito às empresas avançou 4,5% em dezembro de 2023 quando comparado ao mesmo mês de 2022, pouco acima do observado em novembro (4,2% YoY).

Este movimento se deve à recuperação do crescimento da carteira de crédito livre, que interrompeu sequência de 17 meses seguidos de desaceleração nesta base de comparação, ao registrar taxa de 1,9% ante 1,1% do mês anterior. Já o crescimento da carteira direcionada passou de 10,0% para 9,6% nesta leitura. As concessões reais às empresas cresceram pelo 2º mês em termos interanuais, variando 2,0% ante 0,1% do mês anterior. O resultado foi o oposto entre as duas categorias de crédito, uma vez que houve expansão de 2,4% YoY nos empréstimos livres, enquanto os empréstimos direcionados reduziram em 2,6% no período. Em termos dessazonalizados, a evolução do crédito PJ continua sólida, registrando o 6º mês seguido de avanço das concessões quando comparadas ao período imediatamente anterior.

Esta dinâmica é observada apenas no crédito livre; na contramão, o crédito direcionado completou o segundo mês seguido de queda nesta base de comparação. Os juros médios das concessões às empresas apresentaram nova redução na passagem mensal e atingiram o menor valor desde dez/21, com taxa de 18,4%, ante 19,1% de novembro. Apenas os juros médios das concessões livres se reduziram nesta leitura (de 22,1% para 21,1%), uma vez que os juros médios direcionados avançaram para 11,5% ante 11,2%. A taxa de inadimplência na carteira às empresas voltou a cair frente ao mês anterior, ao passar de 2,9% de novembro para 2,7% nesta leitura. Ambas as modalidades de crédito tiveram redução da taxa neste mês. A inadimplência na carteira livre interrompeu sequência de 11 meses seguidos de alta e voltou a cair, para 3,5% ante 3,6%, enquanto a redução na taxa da carteira direcionada foi maior (1,6% para 1,2%). Descontados os efeitos sazonais, contudo, a taxa de inadimplência livre avançou 0,1p.p.

O cenário do mercado de crédito melhorou no último trimestre de 2023 e traz uma perspectiva positiva para 2024. Pelo lado das famílias, o programa de renegociações de dívidas (Desenrola) teve impacto relevante nas variáveis de crédito, levando uma redução do crédito rotativo (oneroso ao consumidor), da inadimplência e do spread bancário. Juros menores, aliados a um mercado de trabalho resiliente, se refletiram numa recuperação do crédito não rotativo. Além disso, a implementação do Marco Legal das Garantias pode exercer impacto relevante sobre o mercado de crédito pessoal, com potencial redução do risco das novas operações e, consequentemente, dos spreads bancários.

O cenário às empresas apresentou significativa melhora neste mês de dezembro, com recuperação das concessões de crédito livre, contínua redução dos juros de novas operações e uma moderação do ritmo de alta da inadimplência. O mercado de capitais também se recuperou ao final de 2023, com aumento do número de emissões, refletindo uma menor incerteza das instituições financeiras e investidores. Por outro lado, a inadimplência nas micro e pequenas empresas continua em crescimento e pode significar mais uma barreira de acesso ao mercado de crédito por parte destas empresas. Por fim, o crédito direcionado deve continuar forte neste ano de 2024, ainda que possa apresentar dificuldades durante o ano. Se de um lado será beneficiado pela maior propensão do BNDES para novos empréstimos (especialmente ligados à infraestrutura, através do novo PAC e NIB), por outro lado a quebra de safra esperada para primeira metade deste ano pode reduzir a capacidade de pagamento dos produtores rurais e afetar a inadimplência das operações ativas. Além disso, nova norma do CMN, diminuindo incentivos fiscais em títulos como CRI e CRA, pode impactar o funding do crédito direcionado, principalmente em financiamentos imobiliários. No entanto, na medida em que a taxa Selic se reduz, os recursos via poupança devem voltar a ganhar participação em operações nesta modalidade.

Fonte: LCA Consultores Econômicos

Cooperativismo consolida-se como solução sustentável na COP28

Conferência do Clima demonstrou a importância do cooperativismo para o avanço global de soluções climáticas

O cooperativismo teve papel de destaque na COP28, que aconteceu em Dubai de 30 de novembro a 12 de dezembro de 2023. A Conferência das Nações Unidas sobre a Mudança do Clima foi palco de três painéis que consolidaram o modelo como uma solução sustentável para as questões climáticas. Foram eles: "Proteção e Participação Social: construindo resiliência às mudanças climáticas"; "Cooperativas: aliadas da sustentabilidade ambiental e segurança alimentar"; e "As contribuições da Economia Social e Solidária para os ODS: o papel da política comercial", este último organizado pela Organização Mundial do Comércio (OMC).

Entre os temas discutidos, estiveram a importância das cooperativas para o crescimento inclusivo das comunidades, o papel da participação social em iniciativas que compensem os impactos das mudanças climáticas e ações voltadas para a baixa emissão de carbono. A presença extensa do cooperativismo na COP demonstra o reconhecimento do modelo para a preservação ambiental.

Roberta Caldas, presidente da Cooperativa de Crédito dos Empresários e Empregados dos Transportes e Correios do Sul do Brasil (Transpocred), destaca o compromisso do cooperativismo com a comunidade e a conscientização ambiental: "Nós trabalhamos em programas de conscientização a importância de cuidarmos do planeta e de fazermos pequenas ações nas comunidades, contribuindo para um mundo melhor", explica a executiva.

Para isso, as cooperativas de crédito, como a Transpocred, investem em serviços que garantem um maior desenvolvimento sustentável para seus cooperados. Há linhas que beneficiam o crédito de carbono, taxas subsidiadas para o financiamento de veículos elétricos, dentre outras opções.

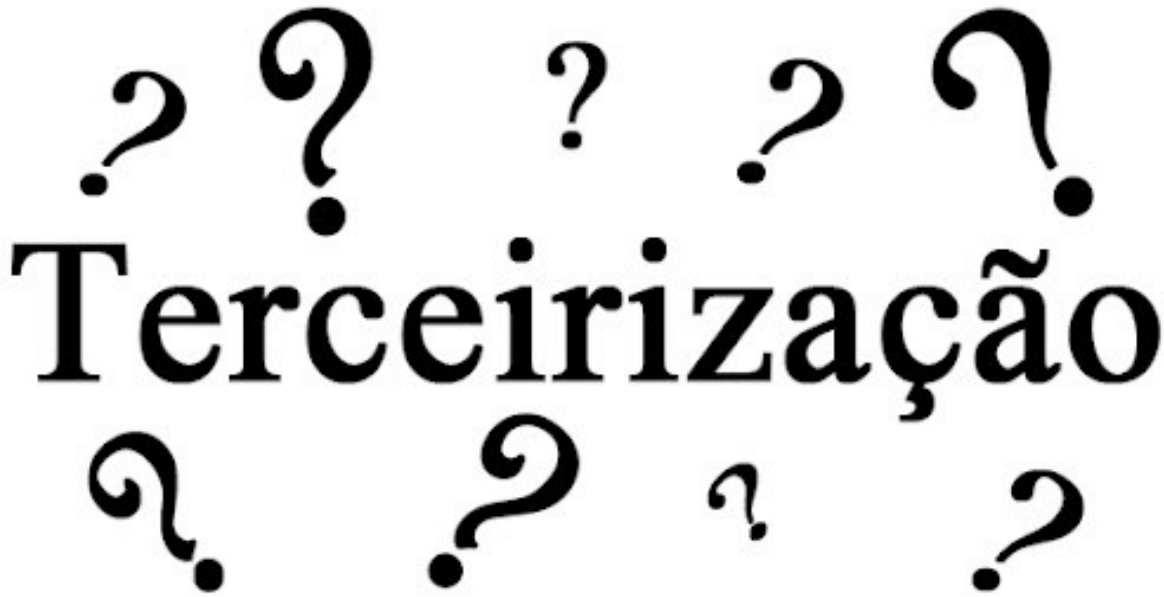
O modelo cooperativista em si tem muito com o que colaborar para uma economia verde: "Hoje, no Brasil, o cooperativismo está presente em 300 regiões onde o banco não está. Então, viver essas dores junto com o nosso cooperado nos possibilita levar a consciência e realizar ações no dia a dia, na nossa casa, na comunidade, que beneficiam o mundo como um todo". Além dos custos menores, o investimento dos cooperados que dão resultados voltam a eles proporcionalmente à movimentação. Isso auxilia na criação de empregos e renda local.

A presença do cooperativismo na COP28 é positiva também por disseminar esse tipo de sistema, fazendo com que as pessoas conheçam seus modelos de negócio voltados ao equilíbrio econômico e social, itens abordados na conferência e que precisam ser alcançados.

"As cooperativas precisam se envolver mais nas agendas de discussão e de consciência em âmbito mundial. Já geramos algumas repercussões, como o Papa abordando o cooperativismo e nossos modelos de negócio em um de seus discursos. No entanto, o cooperativismo precisa estar cada vez mais presente, participando e fazendo com que consigamos demonstrar na íntegra o nosso impacto verdadeiro e rotineiro onde estamos inseridos".

A COP28 se encerrou com um acordo inédito, estabelecendo o compromisso de reduzir gradualmente o uso de combustíveis fósseis ao redor do mundo. O texto final do evento ainda pôs a necessidade de triplicar até 2030 a capacidade de energia renovável e dobrar a taxa média anual de melhorias na eficiência energética. O objetivo da 28ª edição da conferência foi manter o acordo de limitar o aumento de temperatura do planeta em até 1,5 ºC conforme proposto no Acordo de Paris de 2015.

Terceirização totalizou 25% dos trabalhadores em 2023 e isso pode ser bom tanto para empresas quanto para trabalhadores



A terceirização movimentou 4,3 milhões dos profissionais no último ano, que, segundo o IBGE, representa 25% dos trabalhadores formais, com destaque para serviços que abocanhou 70% deste mercado. Esta modalidade, responsável pelo trabalho de 1/4 da população, está em alta por mesclar mão de obra qualificada com rapidez e eficiência total para as empresas.

Renato Pádua, gerente comercial da RH NOSSA, destaca a mobilização como um processo analítico que assegura a regularidade do trabalhador: "A terceirização facilita essa relação entre colaboradores e empresas, contemplando produtividade nas rotinas e agilidade total na mobilização desta mão de obra. A solução resolve questões como a otimização de recursos, eliminando a necessidade de investimentos volumosos em contratação pessoal".

Uma das principais vertentes da terceirização é que ela acaba com etapas burocráticas de ambos os lados e logo nas primeiras semanas o resultado é evidente para as organizações:

"Um novo time de trabalho que chega já pronto para entrar em ação, aumentando a capacidade produtiva em qualquer setor sem parar a operação para as adaptações. Antes, as empresas repassavam para abrir processos de contratação, treinar os selecionados e esperar pelo melhor resultado. Agora, a solução vem pronta através da engenharia de serviços".

Essa pode ser também uma vantagem para o trabalhador qualificado que consegue se manter em alta nos bancos de talentos de grandes empresas via empresas de RH.

Outro detalhe, destacado por Renato, é o fato de os colaboradores já estarem envolvidos com esta modalidade de trabalho terceirizada. Para as empresas, é uma preocupação a menos. Para o especialista, esta interconexão entre pessoas, produtividade e agilidade na terceirização é fruto dessa transformação no mercado de trabalho, com empresas encontrando eficiência na solução e colaboradores se recolocando em trabalhos mais transparentes.

Quase R$ 1 trilhão parado na poupança

Especialistas explicam a desvantagem dessa modalidade de investimento

Ao considerar opções de investimento, a poupança parece ser a uma escolha assertiva para muitos brasileiros. O que prova isso são os dados divulgados esta semana pelo Banco Central (BC), R$ 968 bi é o saldo dos depósitos de poupança no Brasil, em janeiro de 2024. Mas será que vale deixar seu dinheiro na poupança? Para se ter uma ideia, atualmente, o rendimento da poupança em 0,5% mais a variação da TR, segundo dados do Banco Central. O analista de investimento da Money Wise Research, Ivan Eugênio, explica que a rentabilidade da poupança é historicamente baixa e muitas vezes não consegue superar a taxa de inflação. "Isso significa que, ao deixar seu dinheiro na poupança, você pode estar perdendo poder de compra ao longo do tempo. Investir em opções mais rentáveis pode proteger seu dinheiro da desvalorização causada pela inflação", pontua Ivan Eugênio.

Outro ponto que chama a atenção é a diferença entre o volume de saques e depósitos realizados nas cadernetas de poupança durante o mês de janeiro. Ainda de acordo com o Banco Central, enquanto foram depositados R$ 332,266 bilhões, o valor dos saques chegou R$ 352,415 bilhões. Renan Diego, educador financeiro, avalia esse fluxo como positivo. "Apesar de um dos motivos para esse resultado ser o endividamento da população, há um lado positivo: ele também demonstra uma mudança no perfil dos brasileiros, que passaram a retirar suas economias da poupança para buscar investimentos melhores", observa.

Nesse contexto, o analista da MW Research destaca alguns motivos para repensar a ideia de investir na poupança. Como por exemplo a baixa rentabilidade quando comparada a outros investimentos. "Há vários produtos financeiros que são mais seguros e oferecem rendimentos superiores à poupança, como o Tesouro Direto, por exemplo. Ao apostar nessas opções, o investidor tem a chance de aumentar seus ganhos, acelerando o crescimento do seu patrimônio", explica.

"O brasileiro precisa entender que a poupança não é o ativo financeiro mais seguro e durante muito tempo era um tipo de ativo onde nossos pais e avós deixavam dinheiro no passado, mas os dias atuais mudaram e precisamos quebrar esse padrão cultural para ter clareza que temos investimentos mais seguros que a poupança, como o Tesouro Selic, que rende mais que a poupança e você pode retirar a qualquer momento, assim como temos investimentos com o mesmo grau de segurança que a poupança que é o Fundo Garantidor de Crédito (FGC), que protege até R$ 250mil caso a instituição financeira quebre, você recebe o montante investido limitado à R$ 250mil, como o CDB, que também rende mais que a poupança e se for liquidez diária você também pode retirar a qualquer momento. esclarece Renan.

Os juros só incidem em cima do valor aplicado após um mês. "Não é nada vantajoso para quem vai movimentar o dinheiro a curto prazo. Se você sacar o dinheiro 29 dias depois de aplicado, você não terá nenhum ganho com esse investimento. Além disso, a maioria das pessoas no Brasil acreditam que a poupança é o investimento mais seguro que tem, e não é. Imagina que a pessoa fica a vida inteira investindo em poupança, acumula lá 500 mil, 800 mil... Se o banco quebra, ela só tem direito a receber 250 mil reais. Então, investir em poupança é arriscado se a pessoa não souber o que está fazendo", ressalta Ivan Eugênio.

Considerar diversas opções de investimento antes de tomar uma decisão é a melhor estratégia. Embora a poupança seja conhecida pela sua simplicidade e segurança, explorar outras alternativas pode levar a ganhos mais expressivos e à proteção do seu poder de compra ao longo do tempo. Consultar um profissional financeiro pode ser o primeiro passo para encontrar o caminho mais adequado às suas metas e perfil de investidor.

Economia prateada: população 50+ movimenta mercado trilionário

Fernando Potsch
CEO da Seniortech Ventures

A ascensão da geração prateada já é uma realidade. O setor movimenta R$ 2 trilhões anualmente somente no Brasil, conforme dados da consultoria Data8. Podemos observar uma sociedade que integra expressiva presença de indivíduos com 50 anos ou mais, em comparação com duas décadas atrás. Conforme a Organização Mundial da Saúde (OMS), a expectativa de vida atual é de 73,3 anos. No país, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) relata aumento médio de seis anos.

As pessoas estão ficando mais velhas e ativas por mais tempo, portanto é essencial atender plenamente às suas necessidades. Ressignificar o conceito de velhice se torna crucial para a reconstrução social, a fim de transformar integralmente a experiência após a meia-idade.

Nesse contexto, a economia prateada surge como um mercado em ascensão, reconhecido pela ONU como uma das quatro megatendências do século 21. Sendo assim, é preciso desmistificar o pensamento empresarial, visando a formas inovadoras de servir a um grupo em constante crescimento, que está enriquecendo e adquirindo mais poder de compra e escolha.

OCEANO DE OPORTUNIDADES

Os seniores estão se destacando como uma classe consumidora robusta, indo muito além das despesas com saúde. Eles viajam, investem, namoram, empreendem, continuam trabalhando e voltam às salas de aula. Essa ampliação de interesses é evidenciada pelo aumento no percentual de longevos que utilizam a internet, subindo de 24,7% em 2016 para 62,1% em 2022, conforme dados do IBGE.

Apesar do notável crescimento do mercado, a oferta ainda não atende plenamente à demanda em progresso contínuo. Os 50+ frequentemente expressam insatisfação devido à escassez de produtos e serviços adaptados às suas necessidades. Nesse cenário, emergem as seniortechs, startups dedicadas a suprirem dores específicas dessa geração, promovendo longevidade ativa e melhor qualidade de vida.

Em resumo, para prosperar no mercado 50+, é fundamental evitar estereótipos nas abordagens. Empresas devem focar no estágio de vida do cliente mais do que na idade e adotar um pensamento multigeracional. A constante evolução do setor exige atenção às tendências. Reconhecer a importância desse público no mundo é o ponto-chave para não cometer erros. Investir em conhecimento aprofundado e representação realista em campanhas de marketing também pode resultar em notáveis benefícios.

Bitcoin chegou a mais de US$ 50 mil, alcançando a maior alta desde dezembro de 2021, e isso já pode ser efeito do halving que está por vir!

Sebastián Serrano
CEO e cofundador da Ripio

No dia 14 de fevereiro, o Bitcoin chegou a mais de US$ 50 mil, alcançando a maior alta desde dezembro de 2021, e isso já pode ser efeito do halving que está por vir.

A redução pela metade da oferta de novos Bitcoins é um choque para o mercado e marca o ciclo do BTC. Esse impacto na relação de oferta e demanda do ativo causa uma primeira alta de preço, gerando uma pequena bola de neve que atrai mais atenção do mercado e dos usuários, que acabam comprando mais Bitcoin, fazendo o preço subir e aumentando o número de desenvolvedores trabalhando em novos casos de uso para a tecnologia, o que realmente gera mais valor para o ativo. Novos casos de uso desenvolvido aumentam a demanda pela tecnologia. Agora vamos entrar nesse novo ciclo com novos desenvolvimentos importantes, como por exemplo a Lightning Network do Bitcoin, que facilita o pagamento instantâneo.

O Bitcoin já estava se desenvolvendo em 2023, quando seu preço passou de pouco mais de US$ 16.600 em janeiro para quase US$ 42.300 em dezembro, com um aumento anual de 140% em seu preço.

Além disso, esses tipos de tendências geralmente se estendem à Ethereum e a todo o ecossistema de altcoin. Ressalto que boas notícias para o Bitcoin são, em geral, boas notícias para todo o mercado cripto.

Com uma década e meia como uma tecnologia resiliente, segura, privada e eficiente, o Bitcoin acumulou um histórico de fundamentos sólidos que, juntamente com a aprovação de ETFs em janeiro deste ano e as expectativas pelo halving que deve ocorrer entre abril e maio, geram um momento de alto interesse e demanda institucional, tanto de empresas e organizações quanto de Estados.

Já fica evidente que 2024 certamente será um dos anos mais importantes na história da principal criptomoeda do mercado. É muito provável que, até o final do ano, ninguém duvide que o Bitcoin seja o "ouro digital" da nova economia.

A criatividade dos brasileiros não tem fim: a Caixinha, um investimento popular no Norte do Brasil

João Victorino
Administrador de empresas e especialista em finanças pessoais. Com uma carreira bem-sucedida, busca contribuir para que as pessoas melhorem suas finanças e prosperem em seus projetos e carreiras. Para isso, idealizou e lidera o canal A Hora do Dinheiro com conteúdo gratuito e uma linguagem simples, objetiva e inclusiva.

Resumo - No norte do Brasil, a "caixinha" é um investimento informal onde participantes contribuem e o organizador faz o dinheiro crescer. E também funciona como um tipo de empréstimo. Totalmente fora das instituições financeiras. Feito na base da confiança e amizade.

ECONOMIA REAL X ECONOMIA FORMAL

A economia formal muitas vezes parece distante e complexa para a maioria da população. No entanto, é interessante observar que, mesmo sem compreender totalmente os conceitos tradicionais do mercado financeiro, as pessoas desenvolvem iniciativas financeiras informais e que esbanjam criatividade, assemelhando-se, de certa forma, às dinâmicas oficiais de investimento.

Um exemplo notável é a prática comum no norte do Brasil, principalmente no estado do Pará, conhecida como "caixinha", um tipo de investimento financeiro extra-oficial que opera à margem do mercado de capitais, mas desfruta de grande popularidade entre os locais.

"CAIXINHA" - O QUE É E COMO FUNCIONA?

A "caixinha" é uma contribuição feita todos os meses por grupos de amigos, familiares ou colegas de trabalho, na qual os participantes podem realizar ações para aumentar a receita do grupo. O processo geralmente envolve os participantes (cotistas), efetuando pagamentos mensais de suas cotas e contribuindo todos os meses para a realização de eventos que visam impulsionar a arrecadação da caixinha, como sorteios, viagens e festas.

Adicionalmente, em muitas dessas "caixinhas", é encorajado que os participantes busquem empréstimos remunerados com uma taxa de juros específica, com o objetivo de potencializar ainda mais o rendimento do empreendimento.

AS "CAIXINHAS" SÃO FUNDOS DE INVESTIMENTO INFORMAIS?

A peculiaridade deste modelo está na destinação do dinheiro, pois o organizador não apenas coleta as contribui-

ções, mas também empreende ações para fazer o dinheiro crescer, como a realização de sorteios, excursões, vendas de bolos etc.

Algo curioso de se notar é que as pessoas buscam participar das "caixinhas" organizadas pelas pessoas com os melhores históricos de rentabilidade e confiabilidade, assim como ocorre com as gestoras de fundos de investimento tradicionais. Dependendo das estratégias dos organizadores, existem caixinhas melhores e piores que outras, assim como no universo dos fundos, das ações e dos títulos de dívidas.

Para garantir um funcionamento organizado, a administração da caixinha deve dispor de um regulamento que estabeleça as condições operacionais, como valores das cotas, datas de pagamento, taxa de juros dos empréstimos, políticas para atrasos, organização de eventos e outros aspectos relevantes.

Ao fim de cada ano, essa caixinha é aberta, e o dinheiro é dividido como um 14º salário. O organizador recebe uma porcentagem pela administração, acrescentando uma camada adicional de incentivo para a gestão eficiente do fundo coletivo.

O QUE DIZEM OS PARTICIPANTES DAS "CAIXINHAS"?

Em jornais locais, é possível observar depoimentos de participantes como os da psicóloga Cleide Nascimento, que considera as "caixinhas" uma excelente maneira de economizar para as celebrações de final de ano, presentes de aniversário e despesas adicionais.

Ela também destaca a utilidade de contar com a reserva financeira no final do ano, comparando-o a um cofrinho, mas com a vantagem de que o dinheiro não fica inativo, pois sempre passa por correções de mercado, mesmo que modestas. Outro ponto positivo mencionado é que o retorno do investimento ocorre com menos burocracia.

A comerciante Diva de Belém (PA), por sua vez, afirma que organiza uma caixinha há muitos anos, e ela ajuda muito as pessoas. Diz, ainda, que existem umas caixinhas que são melhores do que as outras, a depender da estratégia do organizador. Com orgulho, declara que as dela têm até briga pra entrar.

Elder, um funcionário público de 47 anos de Belém (PA), afirmou que a caixinha é uma prática cultural na cidade. Ele mencionou que em Belém é comum que cada empresa tenha uma caixinha em cada departamento, e em cada rua há algum morador responsável por organizar a caixinha do bairro.

RENDA PASSIVA X RENDA ATIVA

Diferentemente dos investimentos convencionais, a caixinha não se limita a aplicar os recursos em instrumentos financeiros formais. Pelo contrário, o organizador busca alternativas criativas para gerar retorno, tais como rifas, festas, viagens e outras atividades que possibilitam arrecadar dinheiro adicional. Essa abordagem informal reflete a adaptabilidade do sistema às necessidades e características da comunidade local.

CUIDADOS NECESSÁRIOS

Apesar da admiração por essa inovadora iniciativa local, é crucial ter cautela para evitar que a atividade seja considerada ilegal. Como os participantes não operam de forma paralela ao sistema financeiro, mas utilizam-se do sistema bancário, transacionando seus aportes pelos próprios celulares com os aplicativos das "fintechs", a prática ocorre dentro da lei. Mas, ainda que seja uma atividade informal, os participantes devem tratá-la com seriedade.

O maior desafio reside na determinação da taxa de juros, que em alguns casos, excede a praticada pela média das instituições, podendo assim configurar agiotagem, uma infração contra a economia popular prevista na Lei nº 1521/51. Dessa forma, recomenda-se que a taxa esteja alinhada com a média das principais linhas de crédito do mercado para evitar problemas legais.

Além disso, é muito importante documentar todas as reuniões e coletar assinaturas para prevenir eventuais litígios legais, inclusive com a contratação de um advogado em casos de falta de pagamento ou outras irregularidades.

CRIATIVIDADE GERA ACESSIBILIDADE

Em resumo, a prática da caixinha no norte do Brasil destaca a capacidade das comunidades em desenvolverem soluções financeiras criativas e adaptadas às suas necessidades, mesmo quando distantes das formalidades da economia tradicional. É interessante notar como a caixinha se converte em uma espécie de microcosmo econômico, incorporando elementos do mercado oficial de forma simplificada e acessível.

Essa iniciativa extra-oficial, embora funcione à margem do mercado de capitais, utiliza princípios similares, como a circulação do dinheiro, a busca por retorno e até mesmo a cobrança de juros. A caixinha não apenas evidencia a criatividade das comunidades locais, mas também levanta reflexões sobre a necessidade de tornar o sistema financeiro formal mais acessível e compreensível para um público mais amplo.

Ao compreender as práticas informais, é possível enxergar oportunidades de integração e desenvolvimento, promovendo uma relação mais inclusiva e equitativa entre a população e os serviços financeiros.

Safra de café de 2024: projeções são positivas

Ano de bienalidade positiva da cultura contribui para aumento da produção, mas resultado ainda depende das condições climáticas

A produção estimada para a safra brasileira de café em 2024 é de 58,08 milhões de sacas de grãos beneficiados, 5,5% acima da colheita de 2023, confirmando as expectativas do ano de bienalidade positiva da cultura cafeeira. Já no estado de Minas Gerais, as perspectivas são mais cautelosas, com alta prevista de apenas 0,6% na produção, que deverá chegar a 29,18 milhões de sacas. Os números são do 1º Levantamento da Safra de Café do ano, divulgado pela Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), no dia 18 de janeiro.

De acordo com o engenheiro agrônomo Willem de Araújo, coordenador estadual da Emater-MG, fatores climáticos têm prejudicado o desempenho da cafeicultura no maior estado produtor do Brasil, nos últimos anos. "Faltou chuva nas regiões produtoras na época de floração no ano passado. E as lavouras ainda estão se recuperando da geada de 2021. Devido a esses fatores, a produção em 2024 ficará abaixo do esperado, frustrando uma safra maior em Minas Gerais", explica o especialista da empresa estadual de assistência técnica e extensão rural.

A cafeicultura mineira deve sentir em 2024 o efeito das fortes ondas de calor registradas em outubro e novembro do ano passado. "Esse período de calor intenso coincidiu com a fase de florescimento e pegamento das flores, e com o início da formação dos frutos (chumbinhos). O fenômeno climático causou baixo vingamento das flores, queda dos frutinhos e até de folhas", relata Willem de Araújo. Mas o coordenador da Emater-MG ressalta que somente a partir deste mês de fevereiro será possível avaliar com mais precisão os impactos das intempéries dos últimos meses nas lavouras do estado.

De acordo com o mais recente

boletim de estimativa de safra da Conab, nos ciclos de bienalidade negativa, com 2023, os produtores costumam realizar tratos culturais mais intensos nas lavouras. E tem havido ganhos de produtividade, com o aprimoramento tecnológico no setor cafeeiro nacional.

Entretanto, em Minas Gerais, o cenário ainda não é tão favorável quanto nos demais estados produtores, como explica o especialista da Emater-MG: "É porque em 2023 o cenário foi muito ruim. Além das ondas de calor intenso na época da floração, o preço dos fertilizantes esteve muito alto, o que prejudicou os investimentos na manutenção dos cafezais."

Outro fator de preocupação para os cafeicultores mineiros é o período de chuvas deste início de ano. Com precipitações intensas e constantes, aumenta o risco de disseminação de doenças fúngicas. "Com as chuvas persistentes, há um aumento da umidade e, como estamos no verão, com temperaturas mais elevadas, isso favorece a ocorrência de doenças como a ferrugem, que causa a desfolha das plantas. Além disso, as chuvas também atrasam as práticas culturais como a adubação, o que pode acarretar aumento da queda de frutos e folhas, no período de maior demanda de nutrientes pela planta", detalha Willem de Araújo.

O coordenador estadual da Emater-MG alerta que o constante monitoramento das pragas e doenças é uma das estratégias para minimizar os possíveis efeitos das intempéries climáticas, bem como a realização de análises foliares, para verificar os níveis de macro e micronutrientes nas plantas, e, consequentemente, orientar a suplementação para garantir a saúde das lavouras.

OUTROS ESTADOS

O 1º Levantamento da Safra de Café da Conab mostra que há expectativa de crescimento de 15,4% na produção de café do Espírito Santo, que deverá chegar a 15,01 milhões de sacas em 2024. O cultivo naquele estado é predominantemente de café conilon, que tem colheita estimada em 11,06 milhões de sacas, o que se confirmado representará aumento de 9% em relação a 2023. Já o café arábica deve apresentar produção de 3,95 milhões de sacas no Espírito Santo (38,2% acima do volume colhido na última safra).

Em São Paulo, é esperada produção de 5,40 milhões de sacas da espécie arábica (crescimento de 7,4% em comparação ao resultado de 2023). Ainda de acordo com a estimativa divulgada pela Conab, a colheita na Bahia deve ser 6,4% maior, com perspectiva de 3,61 milhões de sacas de 60 quilos de café beneficiado. Em Rondônia, onde o conilon também é predominante, o volume é estimado em 3,19 milhões de sacas, com acréscimo de 5,1% em comparação à safra anterior.

Brasil precisa retomar investimentos em hidrelétricas

Para o presidente-executivo da Abragel (Associação Brasileira de Geração de Energia Limpa), Charles Lenzi, o país gasta com alternativas renováveis distantes da vocação brasileira.

O Brasil utiliza aproximadamente 30% do seu potencial para instalação de hidrelétricas de médio e pequeno porte, segundo dados da entidade que afirma que a Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) teria identificado um potencial para geração de 23.000 MW (megawatts) através dessas instalações. O país, no entanto, conta com uma produção de 6.500 MW nesse modelo. Em entrevista ao Poder360, o presidente-executivo da Abragel, Charles Lenzi, disse que o Brasil não pode "perder o estado da arte" de projetos de geração de energia.

Para o executivo, o país se tornou referência em "energia limpa" por causa dos investimentos feitos em hidrelétricas em anos passados, mas que hoje as usinas desse tipo perdem espaço no debate público sobre a transição energética.

MODISMOS RENOVÁVEIS

O 1º ano do 3º mandato do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) foi marcado por uma vontade do governo em incentivar a geração de energia renovável. Contudo, Lenzi declarou que viu pouquíssimos movimentos de fomento a projetos de hidrelétricas.

Para o executivo, as fontes eólicas e solar dominam o vocabulário do governo quando se fala sobre transição energética porque são discursos importados de países europeus, que não tem o mesmo potencial brasileiro para desenvolvimento de fontes hidráulicas.

Lenzi afirmou que é importante investir nesses projetos intermitentes, que trazem consigo também o desenvolvimento tecnológico, mas é ainda mais necessário que o Brasil priorize a exploração do seu potencial hidrelétrico antes de acelerar os investimentos em outras fontes. "A solução não vai ser só eólica e solar, não tem como. A gente precisa ter uma fonte que dê a sustentabilidade à nossa geração elétrica", declarou.

POLÍTICAS PÚBLICAS

O PL (projeto de lei) 11.247 de 2018, que tem como principal objetivo regulamentar a exploração de energia eólica nas costas marítimas brasileiras, foi aprovado na Câmara em 29 de novembro de 2023 com um dispositivo que obriga a contratação de 4.900 MW de energia produzida por PCH (Pequenas Centrais Hidrelétricas).

Na época, esse foi um dos dispositivos apontados como "jabuti" (trecho que não têm relação com o texto original). Porém, na visão de Lenzi, esse trecho foi um dos poucos movimentos do congresso na direção de uma política pública para o desenvolvimento dessas matrizes.

Além disso, o dispositivo funciona como um ajuste do mercado e mais um avanço na transição energética, pois essa energia contratada substituiu a produzida por térmicas. O projeto agora tramita no Senado. "Esse projeto definiu uma política pública para o segmento de pequenas hidrelétricas e a gente acompanha com muita expectativa e muito otimismo que agora no Senado também seja referendado.

O projeto traz a contratação de pequenas centrais em substituição a fontes de geração térmica e isso traz um benefício para o país no sentido de transição energética", disse Lenzi.

O especialista também disse que o Congresso e o governo deveriam se debruçar na retomada de projetos de usinas hidrelétricas com reservatórios. A última usina com reservatório significativo que entrou no sistema elétrico foi a de Serra da Mesa, em 1998.

Depois o país priorizou usinas a fio d'água, que geram energia apenas com o fluxo natural do rio, sem ocorrer o armazenamento em grandes lagos. Para o executivo, os empreendimentos com reservatórios são essenciais para assegurar a segurança energética do país em meio à entrada cada vez maior de fontes intermitentes no sistema. Ele explicou que as usinas de fio d'água são mais suscetíveis a épocas de seca, o que tem provocado problemas no sistema elétrico periodicamente.

"Devemos voltar a investir em hidrelétricas com reservatório, pois isso é muito importante, não só para o setor hidrelétrico, mas para o país, para que a gente possa inclusive expandir nossa matriz usando fontes intermitentes de uma maneira robusta", disse Lenzi.

Lançada solução de transações diretas entre real e moeda chinesa

Países podem transacionar diretamente, sem o uso de dólar, desde outubro

A fintech Ebury Bank, especializada em pagamentos internacionais e câmbio, sediada em Londres e presente em 25 países, apresenta ao mercado uma inédita solução de transações diretas entre o real e a moeda chinesa, yuan.

A novidade vai facilitar e agilizar o comércio entre Brasil e China, que em 2023 já movimentou mais de USD 150 bilhões entre exportações e importações – segundo dados da Balança Comercial do Governo Federal. A solução proporciona benefícios tanto às empresas dos diversos setores da indústria tradicional como de setores de tecnologia digital.

As transações entre o Brasil e a China são complexas e podem envolver múltiplos intermediários devido à diferença entre as moedas chinesas e às questões de liquidez da moeda chinesa no mercado global. Devido à escassez de liquidez do Yuan no mercado global, a maioria das transações envolve moedas intermediárias como o dólar, euro e libra.

A solução do Ebury Bank elimina essa complexidade, permitindo que empresas realizem transações diretas entre as moedas. Isso já acontece por meio das operações de câmbio via dealers, que realizam operações entre BRL e yuan para empresas que efetuam transações para comércio exterior. Além da facilidade nas transações, outro benefício oferecido pela fintech é o acesso a uma conta global, que permite fazer pagamentos em vários países, como uma entidade local, por meio de várias moedas, e não somente a chinesa. Ao eliminar a necessidade de moedas intermediárias, o custo e o tempo da operação são menores, já que ocorre somente uma conversão de moeda na transação.

Além de transações para importação e exportação, essa facilidade também impacta positivamente os negócios digitais internacionais que atuam no Brasil, como e-commerces e marketplaces, games, software, entre outros segmentos. "É muito bom ver essa evolução nas transações internacionais, que torna o comércio cross-border mais dinâmico e célere. Nos últimos meses tivemos um projeto piloto bem-sucedido com um provedor de pagamentos (PSP) responsável pelas transações de diversos negócios digitais chineses, e vimos uma otimização nas margens, menos fricção e mais rapidez nas operações. Esses fatores impulsionam ainda mais a atuação de merchants chineses no Brasil", afirma Luiz Henrique Didier, Diretor Executivo do Ebury Bank.

Essa solução inovadora está alinhada com o crescimento impressionante do cross-border entre o Brasil e a China, que aumentou 150% nos últimos cinco anos, de acordo com a Receita Federal. No comércio exterior, só em 2023, o total de exportações do Brasil para seu principal parceiro comercial, a China, superou os USD 95 bilhões. Já em termos de importação o total está pouco acima dos USD 49 bilhões, segundo dados da Balança Comercial. Desde 2009, a China é o principal parceiro de comércio exterior do Brasil. Com as transações diretas entre real e yuan, as empresas agora têm uma opção mais eficiente e econômica para expandir seus negócios internacionais e a tendência é que esse crescimento siga em curva ascendente, em uma via de mão dupla.

A Ebury oferece soluções e serviços financeiros que permitem a empresas de qualquer porte comercializar e crescer no mercado internacional com facilidade, removendo barreiras globais. Fornece soluções unificadas como pagamentos e cobranças internacionais, operações de câmbio em mais de 130 moedas em grandes mercados e economias emergentes, estratégias de cash management internacional, empréstimos comerciais e gestão de risco cambial.

Imposto de Renda 2024: quais são as mudanças e dicas para descomplicar a declaração do IR

Com a temporada de declaração do Imposto de Renda 2024 se aproximando, muitas dúvidas surgem: quais são as mudanças em vigor para este ano? Quem está isento do tributo? E como simplificar o processo? Luciana Queiroz, contadora que presta serviço pelo GetNinjas, maior aplicativo para contratação de serviços do Brasil, esclarece sobre as recentes atualizações e aponta as melhores práticas para simplificar o processo de declaração do IR.

O período para a entrega da declaração do Imposto de Renda será de 15 de março a 31 de maio. É importante lembrar que, para efetuar a declaração do IR 2024, o contribuinte deve fornecer os dados referentes a 2023.

Nos anos anteriores, o teto para a isenção da alíquota era de R$1.903. Com a atualização, essa faixa aumentou para R$2.112. Além disso, com essa alteração de 2024, a Receita Federal anunciou um novo desconto simplificado mensal de R$528 na fonte para operacionalizar a nova faixa de isenção — que passa a ser de R$2.640 — o valor é equivalente ao dobro do salário-mínimo de 2023, de R$1.320. Isso significa que brasileiros que receberam esse valor também estão isentos de pagar o imposto referente a 2023.

Sobre as mudanças anunciadas pelo governo federal no início do ano, Luciana esclarece que elas visam corrigir o limite de isenção com base no novo salário-mínimo de 2024. No entanto, essas alterações só afetarão a declaração de 2025, não a deste ano.

"A Medida Provisória (MP) 1.206/2024 anunciada no início do ano pelo Governo Federal é uma correção de isenção com base no novo salário-mínimo de 2024, que aumenta o teto para R$2.824 e torna os contribuintes isentos. Essa nova política do IR 2024 se aplica à renda deste exercício fiscal em andamento, ou seja, as alterações anunciadas pelo governo federal em 2024 só serão aplicadas na declaração de 2025", explica a Luciana.

QUEM É OBRIGADO A DECLARAR O IMPOSTO DE RENDA EM 2024?

Para quem está se perguntando se precisa ou não declarar o IRPF 2024, a regra é clara:

- *-Contribuintes que receberam mais de R$28.559,70 anuais em rendimentos tributáveis ao longo de 2023.*
-
- *-Pessoas que movimentaram valores acima de R$40.000 na Bolsa de Valores;*
-
- *-Tiveram rendimentos acima de R$ 40.000 em rendimentos isentos, não tributáveis ou tributáveis exclusivamente na fonte (indenizações trabalhistas, bolsas de estudos etc.);*
-
- *-Possuem bens, como imóveis, terrenos e veículos, de valores acima de R$300.000; tiveram receita bruta anual acima de R$142.798,50 de atividade rural;*
-
- *-Ou são estrangeiros que se mudaram para o Brasil em 2023 (em qualquer mês) e permaneceram até 31 de dezembro.*

"É essencial fazer o Imposto de Renda com antecedência e garantir que todas as informações declaradas estejam corretas, pois a Receita Federal possui mecanismos que cruzam os dados dos contribuintes", explica a especialista. Além disso, ela elenca 4 dicas para facilitar o processo.

Organize os documentos: Separe todos os documentos necessários, como informes de rendimento, documentos dos bens a declarar (imóveis, veículos) e documentos relacionados à atividade empresarial, se aplicável.

Guarde notas fiscais e comprovantes: Tenha em mãos todas as notas fiscais, recibos de consultas médicas, exames e despesas dos dependentes, como recibo de pagamento de escola para os menores de idade.

Atenção aos detalhes: Certifique-se de ter documentos que comprovem todas as informações declaradas, para evitar complicações em uma eventual malha fina.

Declaração com dependentes e cônjuges: Mantenha os documentos organizados dos dependentes, incluindo despesas dedutíveis, como pagamentos de escola e plano de saúde. "Lembre-se também da importância de incluir a renda mensal do cônjuge ou dependente, se houver", alerta a especialista Luciana.

No GetNinjas, é possível encontrar mais de 500 tipos de serviços, entre eles contador, consultor financeiro entre outros que são oferecidos por mais de 5 milhões de profissionais cadastrados na plataforma. Para mais informações sobre a contratação de serviços, baixe o aplicativo "GetNinjas: Clientes" e faça seu cadastro. Em seguida, é só escolher o tipo de serviço que deseja, e contar mais detalhes sobre a solicitação. Ao concluir o pedido, é possível acompanhar o status da solicitação em tempo real enquanto aguarda o contato de até quatro profissionais para realizar a negociação e escolher qual deles pode atender melhor a demanda.

Novas regras do Minha Casa Minha Vida irão beneficiar pessoas em situação de vulnerabilidade social

Para especialista no segmento de imóveis populares, mudanças buscam promover o resgate social de públicos "esquecidos" pelas políticas habitacionais

As novidades implementadas recentemente no programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) devem impulsionar as vendas de imóveis para as famílias que querem deixar de pagar aluguel e investir num imóvel próprio. As mudanças, de acordo com Paulo Antonio Kucher, vice-presidente comercial da Lyx Participações e Empreendimentos, devem beneficiar principalmente as famílias em situação de vulnerabilidade social, uma vez que 78% do orçamento será destinado a esse público.

"Essas atualizações do programa foram formatadas para reduzir o déficit habitacional, permitindo que pessoas e famílias com menor renda possam realizar o sonho de conquistar a casa própria", enfatiza Kucher.

Segundo ele, a partir da nova regulamentação e do aumento do orçamento destinado ao programa, as famílias terão mais possibilidades de acessar os recursos para o subsídio da habitação. "Esse é um importante investimento em uma parcela da população que, por muitas décadas, foi deixada de lado nas políticas públicas habitacionais. Sempre existiram programas para as famílias de baixa renda, mas agora o foco está sendo aquelas que nunca tinham conseguido acessar esses benefícios porque não se encaixavam nos critérios", analisa o vice-presidente comercial.

Com as novas regras, Kucher explica que o programa Minha Casa Minha Vida foi ampliado para atender também indivíduos em situação de vulnerabilidade social, como pessoas em situação de rua e refugiados. "O objetivo é oferecer condições dignas de moradia a essas pessoas, promovendo um verdadeiro resgate social", ressalta.

Desde 2009, o programa Minha Casa Minha Vida já entregou 6 milhões de moradias e, com as novas regras, o objetivo é acelerar esse pro-

cesso nos próximos anos. A meta do Governo Federal é de que, até 2026, sejam viabilizadas 2 milhões de novas habitações pelo programa.

NOVIDADES

Este ano, o MCMV conta com um orçamento de 13,7 bilhões, 41% a mais do que em 2023. Deste total, 10,8 bilhões serão destinados à faixa 1, o que corresponde às famílias com renda até R$ 2. 640 mensais.

Outra inovação para o ano de 2024 seria o "FGTS Futuro". O fundo permite que trabalhadores com carteira assinada, pertencentes à faixa 1, utilizem créditos que ainda serão depositados no Fundo de Garantia para quitar prestações ou reduzir financiamentos habitacionais. Esse recurso deve beneficiar anualmente 60 mil famílias, segundo o Ministério das Cidades.

Segundo o vice-presidente comercial da Lyx, a medida pode contribuir para aquecer o setor imobiliário e impactar positivamente a economia. "A medida é muito bem-vinda, pois permite ao trabalhador uma maior autonomia sobre o recurso, facilitando a compra da casa própria e impactando toda a cadeia que envolve o setor imobiliário. Além de influenciar a compra e o pagamento do saldo residual no financiamento", esclarece.

A modalidade de créditos inicialmente passará por uma fase de testes. Para que posteriormente seja ampliado para todas as categorias do MCMV, cujo limite de renda é R$ 8 mil mensais.

O programa também busca atender trabalhadores informais de baixa renda, destinando cerca de R$ 800 milhões dos recursos do Fundo de Garantia da Habitação Popular para cobrir riscos em operações de crédito.

Segundo as novas regras, mulheres chefes de família devem ter prioridade no processo de seleção. Além disso, os contratos habitacionais precisam estar registrados preferencialmente no nome da mulher, podendo ser realizado sem a autorização do cônjuge. Outros grupos também têm direito a prioridade no programa, como pessoas com deficiência, idosos, crianças, adolescentes, vítimas de violência doméstica, entre outros.

QUEM PODE PARTICIPAR?

Para participar do programa Minha Casa Minha Vida é necessário atender aos requisitos de renda e não ter nenhum imóvel em seu nome. O benefício é dividido em três categorias e concedido de acordo com a renda bruta mensal ou anual e a região onde o imóvel será adquirido – áreas urbanas ou rurais.

ÁREA URBANA
RENDA FAMILIAR BRUTA MENSAL

- ***Faixa 1: até R$ 2.640;***
- ***Faixa 2: de R$ 2.640,01 a R$ 4.400;***
- ***Faixa 3: de R$ 4.400,01 a R$ 8.000.***

ÁREA RURAL
RENDA FAMILIAR BRUTA ANUAL

- ***Faixa 1: até R$ 31.680***
- ***Faixa 2: de R$ 31.680,01 a R$ 52.800;***
- ***Faixa 3: de R$ 52.800,01 a R$ 96.000.***

A Lyx Participações e Empreendimentos se destaca como uma empresa consolidada no segmento da construção residencial. É uma das principais incorporadoras do programa Minha Casa Minha Vida no Estado do Paraná e está lançando os primeiros empreendimentos no Rio Grande do Sul. No Paraná, a construtora conta com mais de 27 residenciais prontos e outros seis em construção em cidades como Curitiba, Araucária, Almirante Tamandaré, Colombo e Campo Largo. No Rio Grande do Sul, cinco empreendimentos já foram lançados na Grande Porto Alegre.

Herança - Progressão do imposto foi aprovada, mas, alíquota deve ser rediscutida

Atualmente, a alíquota máxima chega a 8%, muito distante do que os países ricos costumam cobrar

Obrigatoriamente progressivo, com a aprovação da Reforma Tributária pelo Congresso Nacional, o Imposto sobre a Transmissão Causa Mortis e Doação (ITCMD) ainda deverá ser rediscutido nos próximos meses ou, talvez, anos. A avaliação é do advogado Jossan Batistute, especialista em sucessão familiar e planejamento patrimonial. Isso porque, atualmente, a alíquota máxima chega a 8%, muito distante do que os países ricos costumam cobrar. Nos Estados Unidos, por exemplo, é de 40%. O especialista observa que, no geral, os governos estão voltados para elevar a cobrança desse tipo de imposto.

"Socialmente falando, tem-se caminhado no sentido de cobrar mais tributos por uma herança, ou seja, um valor que não foi conquistado pela pessoa que a recebe, mas, que foi transmitido por alguém que conquistou todos esses bens e morreu. A sociedade, naturalmente, não tem tanta rejeição a um referido aumento, já que pagará mais quem tiver mais a receber e, além disso, é um 'imposto que não dói', visto que não altera o custo das coisas do dia-a-dia, além de dar um significativo montante em dinheiro aos governos", afirma Jossan Batistute, sócio do Escritório Batistute Advogados. Especialista no assunto, o advogado explica que a proposta de aumento do tributo sobre heranças não é nova, mas, que, somente agora, tem ganhado coro na classe política.

Em 2015, afirma Batistute, o Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz) propôs ao Senado elevar alíquota do ITCMD para 20%. Por outro lado, desde 2019, tramita no Senado um projeto que eleva a cobrança para o máximo de 16%. Nenhuma dessas propostas prosperou e se manteve a alíquota máxima de 8% no país. Só que, com a aprovação da Reforma Tributária, há o reforço de que o imposto deve ser progressivo e, assim, vai ficando mais caro conforme maior o valor do bem doado ou herdado.

O advogado aponta ainda que esse valor deve ser rediscutido e redefinido nos próximos meses e anos, já que, nos países mais ricos, o imposto sobre a herança atinge alíquotas ainda maiores. Na Europa, Ásia e Oriente Médio, é possível encontrar alíquotas que seriam impensáveis no Brasil: Bélgica (até 80%), França (até 60%), Japão (até 55%), Alemanha (até 50%), Coreia do Sul (até 50%), Líbano (até 45%), Estados Unidos (até 40%), Países Baixos (até 40%) e Reino Unido (até 40%). O mais próximo do Brasil, na América Latina, é o Chile, que cobra até 25%. Não obstante, há países que nada cobram sobre herança, tais como: Austrália, Canadá, China, Noruega, México, Rússia e Suécia.

"Com o tempo, cada vez mais, o imposto sobre herança será rediscutido no Brasil. Isso porque a classe política e os governos perceberão que podem elevar muito a arrecadação de impostos através desse imposto. No primeiro semestre de 2023, o Paraná recebeu mais de meio bilhão de reais do imposto. Tudo isso reforça a necessidade de as famílias pensarem o quanto antes no planejamento sucessório, de preferência, quando poucos bens tiverem, mas, acima de tudo, antes das mudanças legislativas que se avizinham", avalia Batistute.

Desafios à economia de mercado e suas falácias

Roberto Castello Branco
Doutor em Economia – EPGE/FGV - Post Doctoral Fellow in Economics – Universidade de Chicago – Ex-presidente da Petrobras

Nos últimos 30 anos o capitalismo retirou da extrema pobreza cerca de dois bilhões de pessoas. Parcela significativa desse contingente é composta por chineses e indianos, cujos países abriram suas economias para as forças de mercado, logrando assim abandonar a letargia típica dos regimes socialistas, onde a atividade econômica é centralizada pelo Estado.

Entretanto, a exemplo do que ocorreu em situações passadas, as fundações do capitalismo estão sendo novamente questionadas, em particular o papel atribuído às empresas envolvendo a maximização de valor para os acionistas (stakeholder capitalism). Ao mesmo tempo, renasce a crença no mito do Estado empresário, incorporada em políticas industriais.

Desafios como a globalização, a mudança climática, a desigualdade de renda, a pandemia e o poder das gigantes da tecnologia têm contribuído para os críticos da economia de mercado atribuírem ao capitalismo a culpa por todos os males a afligir a economia global.

A demanda por reformulação do capitalismo resultou entre outras consequências na difusão e fortalecimento da noção que as iniciativas pró ESG (meio ambiente, social, governança) devem ser prioritárias dentro das empresas. A pressão social sobre elas tem crescido com o desenvolvimento de uma verdadeira indústria de ESG.

A visão de Milton Friedman sobre responsabilidade social das empresas, expressa em seu famoso artigo de 1970, publicado na New York Times Magazine, "The social responsibility of business is to increase profits", passou a ser alvo de contestação e críticas.

Em agosto de 2019, o Business Roundtable, uma associação de CEOs de grandes companhias globais, lançou um manifesto afirmando que elas têm a responsabilidade de atender a compromissos com clientes, empregados, fornecedores, comunidades, o meio ambiente e os acionistas, no que ficou conhecido como "stakeholders capitalism". Muitos analistas interpretaram aquilo como a condenação à morte do "shareholders capitalism" e o fracasso da ideia de Friedman.

Contudo, a sabedoria contida no artigo de Milton Friedman tem sido influente, produtiva e permanece verdadeira em nossos dias, ao contrário do que apregoam seus críticos.

Empresas que priorizam stakeholders em detrimento de seus acionistas não costumam ir bem. Temos observado alguns casos recentes no Brasil, mas o clássico nesse tema é o da indústria automobilística americana, até mesmo por sua dimensão. Nos anos 60 e 70 o foco das montadoras americanas era o bom relacionamento com um stakeholder, os sindicatos de seus empregados, enquanto a criação de valor para os acionistas ficava no banco de trás. A consequência disso foi a devastação da indústria americana pelos competidores japoneses.

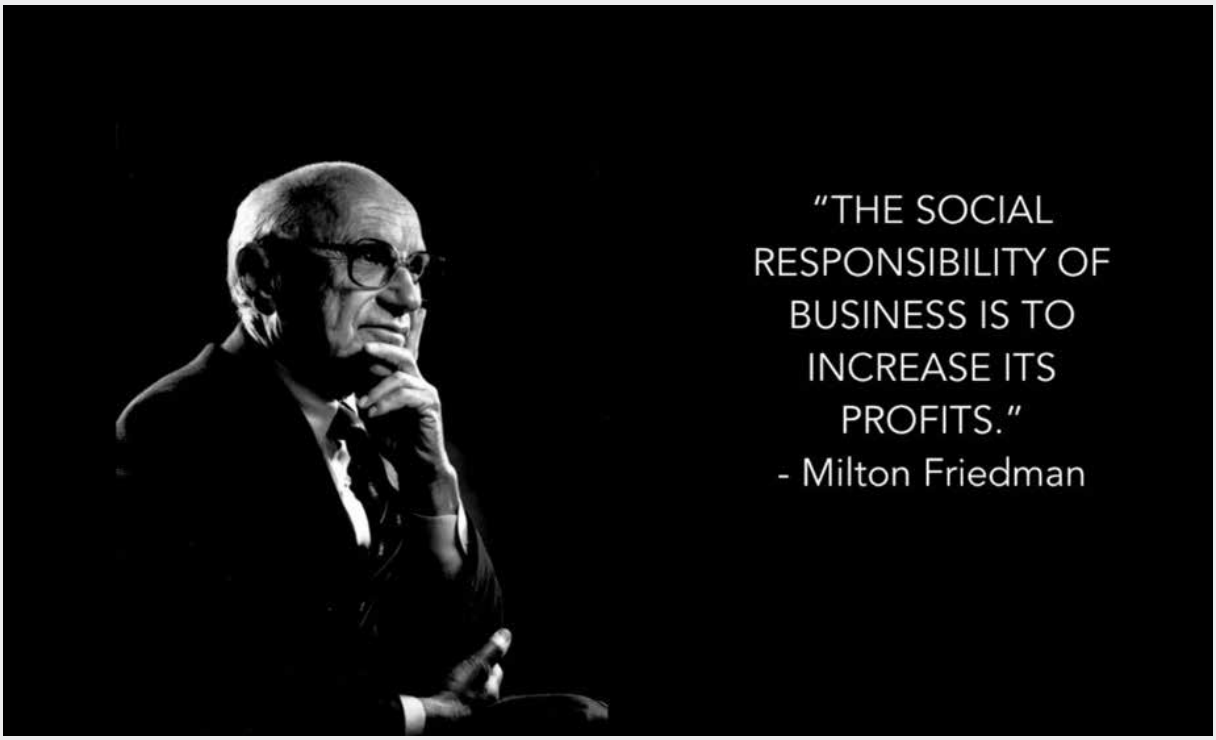
Não podemos nos concentrar unicamente no atendimento de outros objetivos sem avaliar seus custos e benefícios assim como as empresas fazem com relação a qualquer projeto que desejam investir.

Em 2023 o IBAMA negou licença para a Petrobras iniciar a exploração da Margem Equatorial, onde se estima a existência de grandes recursos de petróleo e potencial para combater a pobreza na região Norte do país. O Presidente americano, Joe Biden, negou licença para a construção de novos terminais de exportação de gás natural liquefeito, produto que ajudou a aliviar bastante a crise de energia na Europa derivada da eclosão da guerra da Rússia contra a Ucrânia.

A preocupação com os impactos da mudança climática tem gerado pressões para a indústria do petróleo reduzir a produção, o que poderia ser desastroso para a economia mundial.

Como abastecer uma frota de 1,8 bilhão de veículos movida por motores a combustão interna, os aviões e navios, como produzir plásticos, cimento, vidro, aço e fertilizantes, essenciais na economia moderna, se o mundo ainda não está preparado para fazer isso sem combustíveis fosseis. Os críticos não têm uma resposta para essa questão.

A resistência de acionistas das pe-



troleiras a iniciativas semelhantes começa a aumentar, quando a visão em favor de uma transição energética responsável que assegure a segurança energética passou a se consolidar juntamente com a percepção dos riscos de perda de valor de suas empresas.

De acordo com dados do Sustainable Investments Institute, o apoio de acionistas ao ESG declina desde 2021, de cerca de 35% para pouco mais de 20% em 2023. No ano passado, somente 11% dos acionistas da Exxon Mobil, maior petroleira do Ocidente, votaram a favor de uma petição para diminuir emissões de carbono, contra 28% em 2022.

A administração de algumas empresas às vezes ignora aspectos fundamentais da criação de valor para o acionista em troca de objetivos de curto prazo. Esse foco costuma levar ao malogro de companhias que diziam ter como meta a maximização de lucros.

Uma empresa que joga resíduos industriais num rio ou cujo processo de produção polui o ar, acaba por colher prejuízos pela ausência de responsabilidade social. No mínimo, sua reputação será negativamente afetada entre consumidores, investidores, fornecedores e comunidades afetadas, o que causa consequências negativas adicionais, danosas para seus acionistas.

A discriminação contra mulheres, pretos e outros grupos sociais na contratação de empregados significa abrir mão voluntariamente de potenciais talentos em troca de preferencias não econômicas. Do ponto de vista do negócio, despreza-se a oportunidade de perseguir a formação de uma força de trabalho mais produtiva, o que não é positivo para os acionistas.

Por outro lado, não se deve permitir que o interesse em promover a diversidade implique em qualquer tipo de discriminação e/ou abandono da meritocracia.

Se uma empresa limita o treinamento profissional a determinado grupo assim como a promoção para vagas em sua gestão promoverá discriminação contra os grupos excluídos, além de estar evidentemente desestimulando os discriminados.

Recentemente, o Judiciário estabeleceu para aprovação no concurso para Juiz critérios diferenciados para grupos sub representados na demografia desse Poder. Enquanto é requerido dos demais o acerto em no mínimo 70% das questões, para os sub representados o sarrafo é mais baixo, bastando ter sucesso em 50%.

Será que essa medida não implicará em termos no futuro juízes despreparados nos tribunais de justiça do

país? É, sem dúvida, um ponto que deveria ser analisado com profundidade dada a necessidade de termos uma justiça de qualidade.

A nosso ver, é função do Estado o enforcement das leis contra qualquer tipo de discriminação e a melhoria substancial da qualidade das escolas públicas para conceder oportunidades de ascensão social e econômica aos filhos de famílias mais pobres.

O correto é promoção da igualdade de oportunidades e não da igualdade artificial de resultados.

Alguns acidentes ocorridos nas últimas décadas, principalmente envolvendo companhias de petróleo e de mineração, demonstram que descuidar da proteção ao meio ambiente e da segurança das operações em troca de uma suposta maximização de lucros tem potencial para provocar, além de fatalidades e perdas materiais, prejuízos multibilionários para seus acionistas.

Falhas de governança acabam por se refletir nos resultados da empresa e, consequentemente, na performance de suas ações no mercado de capitais.

O curto-prazismo é incompatível com a maximização de lucros ao tornar insustentável uma trajetória de geração de valor ao longo do tempo. A concepção de Milton Friedman compreendia a ideia de que o compromisso com o lucro deve ser no longo prazo, portanto em harmonia com a entrega de valor para os chamados "stakeholders".

A ideia da necessidade de implantação de um novo tipo de capitalismo, o "stakeholder capitalism", é falaciosa. Empresas efetivamente comprometidas com a criação de valor ao longo do tempo não necessitam dessa espécie de um suposto novo capitalismo.

Depois de fracassos retumbantes, como das empresas estatais como indutoras do desenvolvimento econômico e dos campeões nacionais eleitos pelo Estado, a existência de uma indústria automobilística nascente há 70 anos e as falências da indústria naval, o Brasil voltou ao passado com o lançamento de uma nova política industrial.

A indústria de transformação tem sido um verdadeiro fetiche para muitos políticos e economistas no Brasil e na América Latina. Enquanto isso, a agropecuária, o petróleo, o gás natural e a mineração são desprezados, servindo apenas como financiadoras do setor industrial. Para que este se desenvolva a crença é que a iniciativa privada necessita da mão do Estado para guiar seus investimentos e protegê-la da competição, já que por si só não seria capaz de triunfar no mercado.

Em outras palavras, deixado livre o capitalismo seria incapaz de promover o desenvolvimento econômico.

Essa convicção se deve à uma ideologia estatizante juntamente com interpretação equivocada da história.

Os EUA não se desenvolveram devido à proteção tarifária para a indústria, mas devido à abertura de sua economia aos fluxos internacionais de capital humano, capital físico e tecnologia e a um mercado interno de considerável magnitude, interligado desde o século XIX por ferrovias e canais.

O crescimento acelerado da economia brasileira no período 1950-1980 foi explicado principalmente pela expansão da oferta de trabalho a custos baixos e a realocação de recursos da agricultura para a indústria e os serviços e não pela mão visível do Estado.

A Coreia do Sul, apontada como caso de sucesso de política industrial, se desenvolveu graças à expansão de exportações incentivada pela política cambial.

Em 1960, a moeda coreana era supervalorizada, as exportações correspondiam a 1% do PIB e o financiamento de importações dependia quase integralmente da ajuda americana. A desvalorização da moeda viabilizou o modelo de desenvolvimento voltado para o mercado externo, sendo que no início dos anos 70 as exportações representavam mais de 20% do PIB.

Na realidade, a política industrial na Coreia do Sul só foi lançada em 1973 e se concentrava nas indústrias química e de equipamentos. Essa política não deu certo em face dos custos elevados e aceleração do crescimento econômico não se deveu à política industrial.

A evidência empírica internacional revela que mesmo no caso de políticas industriais bem formuladas (o que não é o caso do Brasil) o impacto sobre o crescimento econômico a longo prazo é pequeno, longe de ser transformador. Na melhor das hipóteses é uma política para alterar a composição do produto (mais indústria menos agricultura e serviços) e não para fazer crescer o produto.

Portanto, novamente estamos no caminho errado, tentando repetir o que já deu errado aqui e em muitos países no mundo.

O desenvolvimento econômico depende majoritariamente do que acontece numa multidão de empresas, investimentos, inovações, ganhos de produtividade etc. Cabe ao Estado prover um ambiente estável e amigável à evolução da iniciativa privada, o que não compreende subsídios, barreiras à competição, seleção de beneficiários de políticas de incentivos etc.

MRV Engenharia agradece à Caixa pela parceria

Companhia alcançou no início deste ano o marco de 500 mil lares entregues

Rubens Menin, presidente do Conselho de Administração da MRV, e Eduardo Fischer, CEO da companhia, receberam, no dia 8 de fevereiro, na sede da MRV&CO, em Belo Horizonte (MG), Carlos Vieira, presidente da Caixa Econômica Federal (CEF). O encontro teve como objetivo a entrega da placa de agradecimento à instituição bancária pela parceria que contribuiu para a conquista do marco de meio milhão de moradia entregues, grande parte financiadas por meio do programa 'Minha casa, Minha Vida'. Hoje, mais de 1,6 milhão de pessoas vivem em um imóvel construído pela MRV.

Divulgação/ Alexandre Rezende

"Não é qualquer empresa que atinge a marca expressiva de entregar 500 mil lares. Este é um belíssimo legado. A relação entre a CAIXA e a MRV sempre foi ética, não apenas pela governança, mas por todas as frentes que se abrem graças à construção civil, como a geração de emprego, a melhora na qualidade de vida, tanto dos funcionários, quanto das pessoas e das famílias que realizam o sonho da casa própria", afirma Carlos Vieira.

Presente em mais de 100 cidades de 22 estados brasileiros e no DF, a MRV foi fundada em 1979, a partir do sonho de democratização do acesso à moradia de qualidade para os brasileiros. "E, seguimos com esse desejo, pois o Brasil ainda conta com um déficit habitacional de aproximadamente 6 milhões de unidades", diz Rubens Menin.

Carlos Vieira, presidente da CAIXA; Rubens Menin, presidente do Conselho de Administração da MRV; Inês Magalhães, vice-presidente de Habitação da CEF; e Eduardo Fischer, CEO da MRV&CO

Eduardo Fischer, CEO da MRV&CO, completa dizendo que se orgulha dessa parceria, que viabiliza a transformação e impulsiona a conquista da moradia no país. "Cada chave entregue é o nosso propósito sendo cumprido mais uma vez: construir sonhos que transformam o mundo. E é por ele que vamos continuar trabalhando juntos, para que cada vez mais famílias possam abrir as portas de seus apês".

Anglo American no Brasil: operações conquistam Padrão IRMA 75 de mineração responsável

Minas-Rio e Barro Alto são os primeiros empreendimentos de minério de ferro e níquel do mundo a alcançarem o nível de desempenho IRMA 75, que reflete os mais altos padrões de transparência e de mineração sustentável e responsável

Os empreendimentos Minas-Rio, de minério de ferro, e Barro Alto, de níquel, da Anglo American no Brasil receberam o reconhecimento do padrão IRMA, sigla em inglês referente à "Iniciativa para a Garantia de Mineração Responsável". Ambas as operações alcançaram o nível de desempenho IRMA 75, inédito em todo o mundo para negócios de minério de ferro e níquel. Para obter esse reconhecimento, as duas minas foram avaliadas por auditores independentes que observaram cerca de 400 requisitos, divididos em quatro princípios: integridade nos negócios, legado positivo, responsabilidade social e responsabilidade ambiental.

Empreendimento Minas-Rio da Anglo American

De acordo com Ana Sanches, CEO da Anglo American no Brasil, o padrão IRMA 75 evidencia o compromisso da empresa no cumprimento do seu Plano de Mineração Sustentável, estratégia que norteia as ações da companhia por meio dos pilares: ambiental, social e governança. "Entendemos que a mineração só faz sentido se for pensada para o bem de todas as partes interessadas. Isso inclui operações cada vez mais seguras e responsáveis, iniciativas em prol do meio ambiente, inovações ligadas à transição energética e à descarbonização, diálogo constante com as comunidades anfitriãs, entre outras importantes ações que vão ao encontro dos nossos valores e do propósito de reimaginar a mineração para melhorar a vida das pessoas", ressalta.

O diretor de Assuntos Corporativos e Sustentabilidade da Anglo American no Brasil, Ivan Simões, enfatiza que "a auditoria da IRMA nos deu a oportunidade de medirmos, de forma independente, nosso desempenho em relação às melhores práticas internacionais de sustentabilidade e responsabilidade, refletindo nosso compromisso com a transparência e com a busca pelos mais altos padrões. Estamos imensamente orgulhosos do trabalho desempenhado pelas equipes do Minas-Rio e de Barro Alto e esperamos continuar transformando o setor mineral, em alinhamento às demandas da sociedade", explica.

O padrão definido para a Mineração Responsável da IRMA foi desenvolvido ao longo de uma década, por meio de consultas públicas que incluíram empresas de mineração, clientes e usuários finais de produtos minerários, ONGs, sindicatos e comunidades, e é considerado um dos processos de certificação mais rigorosos do mundo. As minas auditadas podem ser avaliadas em quatro níveis: IRMA Transparency, IRMA 50, IRMA 75 e IRMA 100.

A Anglo American é uma empresa líder global em mineração e nossos produtos são essenciais em quase todos os aspectos da vida moderna. Nosso portfólio de operações competitivas de classe mundial, que inclui uma ampla gama de opções de desenvolvimento futuro, fornece metais e minerais para um mundo mais limpo, mais verde e mais sustentável, atendendo ao rápido crescimento das demandas diárias de bilhões de consumidores.

Com nossas pessoas no coração dos nossos negócios, utilizamos práticas inovadoras e as mais recentes tecnologias para descobrir novos recursos e minerar, processar, movimentar e comercializar nossos produtos, os quais possibilitam a vida moderna para os nossos clientes – de forma segura, responsável e sustentável.

Como produtora responsável de cobre, níquel, metais do grupo da platina, diamantes (por meio da De Beers), minério de ferro de qualidade premium e carvão metalúrgico para siderurgia, além do projeto de nutrientes naturais em desenvolvimento, estamos comprometidos em atingir a neutralidade nas emissões de carbono em nossas operações até 2040. De forma mais ampla, por meio de nosso Plano de Mineração Sustentável, estamos comprometidos com uma série de metas desafiadoras para garantir que trabalhemos em prol de um meio ambiente saudável, desenvolvendo comunidades prósperas e construindo confiança como líder corporativo.

Trabalhamos em conjunto com nossos parceiros de negócios e diversas partes interessadas para liberar o potencial do valor sustentável que esses recursos representam para as comunidades e países onde operamos, para nossos acionistas, além da sociedade como um todo. A Anglo American está reimaginando a mineração para melhorar a vida das pessoas.

Anglo American divulga resultados de 2023, também adquire e integra ao Minas-Rio recursos adicionais de bilhões de toneladas de minério de ferro de alto teor

O Grupo Anglo American divulgou no dia 22/02 os resultados de 2023, incluindo as operações no Brasil

O Minas-Rio, negócio de minério de ferro da empresa no país, teve seu melhor desempenho desde o início da sua operação em 2014, alcançando 24,2 milhões de toneladas, o que representa um aumento de 12% em comparação com 2022. Esse resultado é reflexo do bom desempenho operacional, da melhora ao acesso à mina e do aumento da disponibilidade de equipamentos. O EBITDA do Minas-Rio teve alcançou cerca de R$ 8 bilhões, um aumento de 28% em comparação a 2023, refletindo maiores volumes de vendas e preços, bem como custos unitários mais baixos.

Já a operação de níquel, presente nos municípios de Barro Alto e Niquelândia (GO), teve pequeno aumento, produzindo 40 mil toneladas de minério, ante 39,8 mil toneladas em 2022, enquanto o EBITDA caiu para cerca de R$ 664 milhões, ante a cerca de R$ 1,9 bilhão em 2022. Essa queda está ligada à redução dos preços do minério, além dos aumentos de impostos, de despesas de capital e de custos unitários de produção.

Para 2024, a previsão para a produção é de 23 a 25 milhões de toneladas de minério de ferro e de 36 e 38 mil toneladas de níquel.

A presidente da Anglo American no Brasil, Ana Sanches, destacou: "seguiremos em busca de novos marcos para nossas operações de minério de ferro e níquel no Brasil, com segurança e responsabilidade, contribuindo para o desenvolvimento sustentável das comunidades que nos acolhem e permitindo encarar os desafios da transição energética. Além disto, nossas operações no Brasil são as únicas no mundo a terem alcançado o padrão IRMA 75, o mais alto padrão de mineração responsável, auditado por instituições independentes."

IRMA é uma sigla em inglês para Iniciativa para Garantia de Mineração Responsável (Initiative for Responsible Mining Assurance). Esse padrão foi definido por um painel reunindo representantes de ONGs, comunidades, sindicatos, investidores, compradores de minério e mineradoras, que busca avaliar o desempenho social e ambiental, com base em 4 princípios: integridade nos negócios, legado positivo, responsabilidade social e responsabilidade ambiental.

ANGLO AMERICAN ADQUIRE E INTEGRA AO MINAS-RIO RECURSOS ADICIONAIS DE BILHÕES DE TONELADAS DE MINÉRIO DE FERRO DE ALTO TEOR

Anglo American plc ("Anglo American") anuncia acordo para adquirir e integrar, aos ativos do Sistema Minas-Rio, os recursos de minério de ferro de alto teor localizados na adjacente Serra da Serpentina, de propriedade da Vale SA ("Vale"). A Anglo American continuará a controlar, gerenciar e operar o Sistema Minas-Rio, incluindo eventuais expansões futuras que incluam Serpentina.

Duncan Wanblad, presidente da Anglo American, considera o acordo

Ana Sanches, presidente da Anglo American é escolhida para presidir o Conselho Diretor do IBRAM

De acordo com Ana Sanches, CEO da Anglo American Brasil, "é com muita honra que recebo o desafio de presidir o conselho diretor do IBRAM - Instituto Brasileiro de Mineração. Liderar essa instituição, que tem desenvolvido, através das empresas associadas, a Agenda ESG da Mineração do Brasil, é uma grande responsabilidade".

Ela destaca que "sabemos que a mineração faz parte do nosso dia a dia, estando presente nas estruturas das nossas casas, nos utensílios domésticos, transportes e equipamentos médicos, entre inúmeras outras aplicações. Nosso setor tem ainda papel crucial no fornecimento de matérias-primas essenciais para a transição energética, visando a construção de um mundo melhor para todas as pessoas".

Ana Sanches: são muitos os desafios, mas com a contribuição de todas e todos, vamos trabalhar incansavelmente, com o presidente Raul Jungmann e sua equipe, para construir uma mineração mais sustentável, inclusiva e responsável, aprimorando cada vez mais as nossas práticas ambientais, sociais e de governança, alinhadas aos anseios da sociedade", declarou

O IBRAM - Instituto Brasileiro de MineraçãoIBRAM - Instituto Brasileiro de Mineração é uma organização nacional privada e sem fins lucrativos. Representa empresas e instituições do setor mineral. Representa empresas e instituições do setor mineral.

A CEO da Anglo American, Ana Sanches, é a primeira mulher a liderar o Conselho do IBRAM - Instituto Brasileiro de Mineração.

A executiva assume a partir deste mês a presidência do Conselho Diretor do Instituto, em substituição a Wilfred Bruijn, ex-presidente da Anglo American. Ediney Drummond, diretor-presidente da Lundin Mining Corporation, segue respondendo pela vice-presidência do Conselho.

Alinhada à governança do IBRAM, Ana atuará em parceria com as demais lideranças das empresas associadas, com foco em reforçar a implantação de ações da Agenda ESG da Mineração do Brasil. Trata-se de uma proposta setorial para aprimorar os indicadores de sustentabilidade, segurança e responsabilidade social das mineradoras associadas.

Imposto do pecado sobre extração de minérios pode prejudicar competitividade do setor

Representantes da mineração afirmam que a incidência do Imposto Seletivo sobre o setor pode diminuir a competitividade das empresas brasileiras no comércio internacional e encarecer a fabricação de bens consumidos internamente.

Novidade do novo sistema tributário, o chamado "imposto do pecado" tem o objetivo de desestimular o consumo de produtos ou serviços que sejam considerados prejudiciais à saúde e ao meio ambiente.

A regulamentação do tributo está prevista para ocorrer este ano, mas, no texto base que o Congresso aprovou no ano passado, há a previsão de incidência do imposto sobre a extração de recursos naturais, como é o caso dos minerais.

Presidente da Frente Parlamentar Mista da Mineração Sustentável, o deputado federal Zé Silva (Solidariedade-MG) afirma que a incidência do imposto sobre o setor é um "equívoco".

Segundo ele, o novo sistema tributário é contraditório ao propor a não oneração das exportações e, ao mesmo tempo, permitir a cobrança do IS sobre a extração de minérios, que têm participação na balança comercial brasileira.

"Eu vejo conflito. Países da América Latina, da OCDE, do BRICS, que cobram imposto seletivo não cobram sobre a mineração, exatamente porque há esse entendimento no mercado global de não exportar impostos", explica.

Ele diz que a experiência internacional de cobrança do imposto do pecado se dá sobre itens como cigarro e bebida alcoólica, por exemplo, ao passo em que a mineração é preservada por conta de seu papel estratégico para a economia.

Zé Silva afirma que onerar a extração de minérios não prejudicará apenas a competitividade das empresas do setor externamente, mas as atividades econômicas que dependem dessas matérias-primas.

"51% do aço produzido no Brasil é consumido em construção civil, indústria automobilística, bens de consumo, utilidades domésticas, ou seja, vai para o cidadão comum. Não vai onerar só o setor e tirar a competitividade. Vai criar também um problema para o cidadão, porque, no final, quem vai pagar a conta é ele", destaca.

MAIS UM TRIBUTO

O Ibram defende que o Imposto Seletivo não deveria incidir sobre a mineração porque a atividade já é tributada no país por meio da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM). Trata-se de um tributo que as empresas mineradoras pagam à União, aos estados e aos municípios pela exploração dos recursos minerais.

Além disso, a entidade afirma que cobrar IS sobre os minerais vai na contramão das tendências globais de incentivo à busca por minerais críticos e estratégicos, sobretudo na chamada transição energética e economia de baixo carbono. O argumento é de que as fontes de energia limpa, como a solar, precisam desses materiais.

"A energia solar precisa de onze elementos químicos que vem da mineração. Então, ela é importante na transição energética, na redução da dependência brasileira de fertilizantes e na produção de alimentos", completa Zé Silva.

ARTICULAÇÃO

Entidades representativas, especialistas e parlamentares ligados ao setor têm se reunido para elaborar propostas sobre o imposto do pecado e sua incidência na mineração. A ideia é apresentá-las ao Grupo de Trabalho do governo que está desenhando a regulamentação do imposto.

Fonte: Brasil 61 – Felipe Moura

Onerar ou desonerar? Eis a questão!

Carlos Pinto

Advogado tributarista, especializado em Negócios, principalmente Startups, ama empreender e traz para o mercado uma prestação de serviços diferenciada, congregando técnica, prática e benchmark, tornando as empresas mais rentáveis e competitivas. É Diretor do Instituto Brasileiro de Planejamento e Tributação (IBPT), criadora do Impostômetro e do Empresômetro Inteligência de Mercado

Em briga de cachorros grandes e disputas de egos é o contribuinte, que no fim do dia, acaba pagando o pato, para que a conta do governo feche

O planalto quer, o congresso aprova! O congresso quer o planalto veta! E aí, entre guerras de interesses, é o contribuinte que acaba absorvendo o custo de tudo isso, quando contrata um serviço ou adquire um produto, pois, no fim do dia, as empresas que fabricam produtos ou prestam serviços acabam repassando para o consumidor final o custo de tudo isso e quando falamos de empregados, este custo é bem mais elevado, pois, além dos impactos previdenciários, também temos uma série de consectários trabalhistas, além do gigante volume de reclamações trabalhistas que encontram um jeito de compensar o empregado, sempre "hipossuficiente" e essa conta nunca fica no prejuízo das empresas. São repassados e inseridos na precificação.

O Brasil, quando comparado a outros países do mundo, é sempre líder no assunto: carga tributária elevada! Por isso precisamos entender que o complexo sistema tributário há tempos vem dando nítidos sinais de colapso, principalmente quando observamos o déficit previdenciário e famigerada necessidade do governo em arrecadar cada vez mais, que visa unicamente cumprir suas promessas eleitorais, na sua grande maioria assistencialista.

Uma discussão legislativa que confronta um interesse político é como nitroglicerina pura, pois, ao mesmo tempo que precisamos equalizar a elevada carga tributária, também precisamos dar maior capacidade às empresas de contratação, pois, sem empregos e baixa taxa de desemprego, não é possível fazer a máquina da economia girar, principalmente quando observamos que, até agora, a maior fonte de arrecadação de receita pública, ainda advém do consumo e sem empregabilidade, o consumo na ponta fica prejudicado e acabamos caindo na síndrome do hamster, que fica o dia todo na gaiola rodando na rodinha, sem contudo, sair do canto.

A decisão política de acabar com a desoneração é no mínimo irresponsável, principalmente quando falamos de um IVA elevado, como previsto com a reforma recém aprovada e não termos ainda qualquer definição de como será a reforma do imposto de renda, que por sua vez, pode compensar a perda que o governo busca repor, de maneira mais justa, tributariamente falando.

Os empresários brasileiros e estrangeiros, precisam enxergar no Brasil um sistema tributário simplificado e justo, para que mais empregos sejam gerados e novas receitas sejam ingressadas na economia. Quando falamos em desoneração de alguns setores, estamos falando de fazer a economia girar e trazermos estabilidade econômica aos empresários que estimula o desenvolvimento social e financeiro do país, pois, isso, o Governo precisa controlar a sua voracidade ao ponto de trazer o sentimento de que o melhor está sendo buscado, mas, o que se vê, é exatamente o oposto: O governo quer arrecadar, custe o que custar e ainda que isso represente a insatisfação social, os cofres públicos precisam estar abastecidos às custas da prole que, continuará pagando muito sobre o consumo, que não separa os ricos dos pobres, ou seja, acabar com a desoneração da folha de forma tão abrupta, não resolverá o problema.

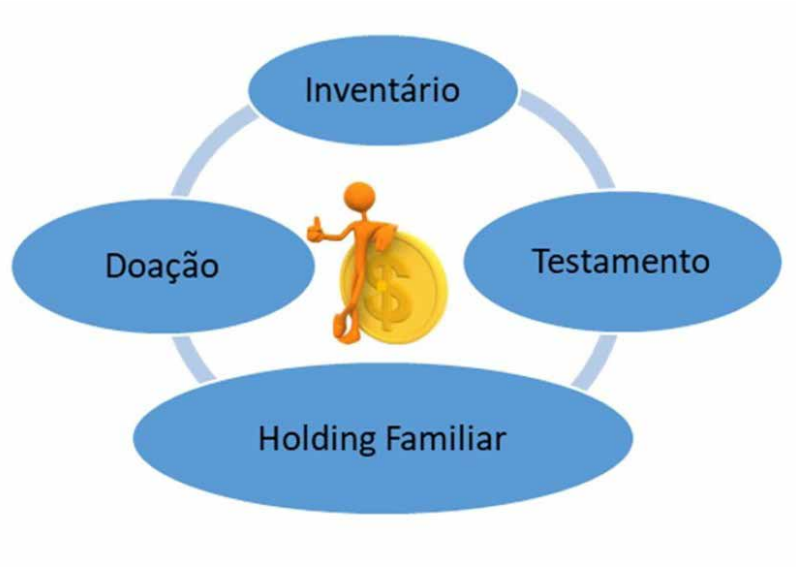
No Brasil nove em cada 10 empresas pagam mais tributos do que deveriam e quando falamos de folha, o custo trabalhista para uma grande maioria das empresas do simples nacional equivalem a 45% a mais do salários e dos demais regimes tributários (Lucro Real ou Presumido) esta provisão é de no mínimo 100% a mais do salário e isso desestimula a contratação e o desejo de expansão, principalmente porque a população, não tem nem capacidade de pagar o custo embutido no preço final, merecendo por fim um destaque, que os custos com folha, ainda que necessários ao funcionamento das empresas, não são considerado como fator suficiente a redução ou dedução do imposto final a ser pago pelas empresas do país.

Logo, observa-se que o governo não pode se perder em seus objetivos e prezar pelo bem social, com a manutenção das políticas sociais sem, entretanto, focar apenas no assistencialismo

Holding familiar continua vantajosa com a reforma tributária

Com a previsão de aumento da carga tributária, modelo continua eficiente para proteger bens e simplificar heranças e doações

Mesmo com a reforma tributária, promulgada pelo Congresso Nacional em 20 de dezembro, as holdings familiares permanecem como um mecanismo viável para proteção e transmissão de patrimônio. "Embora haja possibilidade de aumento da carga tributária, a estrutura deste modelo, que simplifica transmissões e doações de bens, ainda pode ser benéfica", avalia o advogado tributarista Nicholas Coppi, da Coppi Advogados Associados.



Em linhas gerais, holding familiar é uma pessoa jurídica criada de maneira lícita para administrar e proteger o patrimônio de uma família. "Na holding, os bens da família são integralizados ao capital da empresa permitindo a centralização da gestão e o controle dos bens da família", diz Coppi. Mas a partir da promulgação da reforma tributária, o especialista considera a necessidade de novos planejamentos para o modelo.

O texto da reforma tributária prevê a majoração das alíquotas sobre heranças, doações e propriedades de bens ao instituir um modelo progressivo, com alíquotas maiores para grandes heranças, que segundo o advogado, podem chegar a 8%.

Outra alteração que deverá ser observada quando da constituição de uma holding se refere ao local de arrecadação do imposto estadual. Antes da Reforma, o imposto podia ser recolhido no local onde o inventário era processado ou no local onde residia o doador. "Essa regra permitia que, em razão da variação das alíquotas entre os Estados, o montante devido a título de ITCMD fosse mais elevado ou mais acessível, dependendo da opção escolhida, ou seja, a escolha da sede das holdings familiares podia priorizar as unidades da federação com alíquotas menores, a exemplo de São Paulo e Paraná, que têm atualmente alíquotas de 4%", destaca.

Com o texto trazido pela Reforma, a arrecadação do imposto será centralizada no estado de residência da pessoa falecida. "Com isso, não se fala mais em opção por um Estado mais atrativo que outro para estabelecimento da holding", fala.

Para Nicholas Coppi, embora o principal impacto da reforma tributária na sistemática do ITCMD se refira à localização da sede, a criação de holding continua sendo uma prática interessante para administração e proteção ao patrimônio familiar. "Ainda assim, a holding familiar é benéfica, justamente por não haver diversas transmissões e doações entre partes no transcorrer da vida dos acionistas", pondera.

No caso de rendimentos provenientes de aluguéis, o especialista alerta que a carga tributária da pessoa jurídica é menor que a da pessoa física. "Neste ponto, um dos objetivos na constituição de uma holding familiar é aproveitar a carga tributária menor aplicada às pessoas jurídicas. Sobre pessoas físicas as alíquotas são maiores", explica.

Nicholas Coppi reforça que a constituição de holdings familiares não visa exclusivamente as vantagens tributárias, mas também a proteção patrimonial efetiva e a organização na administração de bens. "A holding familiar não deve ser vista somente como um instrumento de redução de tributos, mas sim como uma forma de proteção e gerenciamento de bens.", conclui o advogado.

Empresários apoiam pacote de R$ 300 bilhões para indústria

Nova Indústria Brasil tem foco na recuperação industrial, diz o empresário José Roberto Colnaghi da Asperbras

Pela primeira vez em décadas, o Brasil tem um plano articulado de desenvolvimento e recuperação da indústria. Batizado de Nova Indústria Brasil, o programa é composto por um pacote de investimentos de R$ 300 bilhões até 2026. Desse total, 250 bilhões serão mobilizados pelo BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social). O programa prevê ainda uma política de obras e compras públicas, com incentivo ao conteúdo local, cujos detalhes ainda não foram divulgados.

Do total do pacote, R$ 194 bilhões foram anunciados recentemente. Outros R$ 106 bilhões já haviam sido informados em julho do ano passado. O documento que constitui a Nova Indústria Brasil foi entregue ao presidente da República pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Industrial (CNDI) em cerimônia no Palácio do Planalto. Coube ao ministro do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC), o vice-presidente Geraldo Alckmin (PSB) organizar e sistematizar a proposta que deverá embasar a "neoindustrialização" do país nos próximos anos.

APOIO NO MEIO EMPRESARIAL

O plano foi elogiado por entidades representativas da indústria como a CNI (Confederação Nacional da Indústria), Fiesp (Federação de Indústrias do Estado de São Paulo) e pela Firjan (Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro). O setor industrial realçou o fato de o governo reconhecer a importância desse segmento econômico e consi-

Presidente do Conselho da Asperbras, José Roberto Colnaghi

derou os tópicos elencados no pacote apropriados para o atual momento socioeconômico, dando condições de colocar a economia brasileira entre as maiores do mundo.

Para o presidente do Conselho da Asperbras, grupo que atua em diversos segmentos da indústria, agronegócio e serviços, José Roberto Colnaghi, a iniciativa veio em boa hora. "A indústria é fundamental para o crescimento do Brasil do ponto de vista econômico e social", afirma Colnaghi. "É extremamente salutar que o foco do programa seja no desenvolvimento sustentável, na produtividade, na inovação e tenha um olhar atento para o comércio exterior porque este é o caminho para termos uma indústria moderna e alinhada às melhores práticas internacionais", reforça José Roberto Colnaghi.

Na avaliação do empresário, está aberta a oportunidade de a indústria nacional retomar o protagonismo que perdeu na economia do Brasil. "Outras formulações de política industrial do passado não eram horizontais e não possuíam a articulação e visão ampla que está sendo colocada agora", afirma José Roberto Colnaghi. "Cumpre o governo cuidar, simultaneamente, do equilíbrio fiscal e da execução do Nova Indústria Brasil para que ele propicie todos os benefícios que tanto ansiamos ao país", completou Colnaghi.

FINANCIAMENTO

Segundo o MDIC, os R$ 300 bilhões em recursos serão geridos pelo BNDES, pela Finep (Financiadora de Estudos e Projetos, empresa de fomento à ciência, tecnologia e inovação) e pela Embrapii (Empresa Brasileira de Pesquisa e Inovação Industrial, voltada para o fomento da inovação do setor industrial). Dentro desse total, estão o Programa Mais Inovação, com R$ 66 bilhões, operado pelo BNDES e pela Finep, sendo R$ 40 bilhões em crédito a condições de Taxa Referencial (TR) +2%. Outros R$ 20 bilhões serão concedidos exclusivamente pela Finep, por meio de recursos não-reembolsáveis, ou seja, que não precisam ser devolvidos e que serão distribuídos via chamadas públicas e editais.

O presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, avalia que os R$ 300 bilhões previstos para incentivar a indústria é apenas um piso das metas do governo. Ele acredita que há uma janela de oportunidade histórica para o Brasil, com a reorganização das cadeias de produção globais, e é preciso o apoio do Estado, não apenas do mercado, para alavancar o setor.

A nova política tem metas para os próximos dez anos e é destinada especificamente para seis áreas: agroindústria; bioeconomia; complexo industrial de saúde; infraestrutura, saneamento, moradia e mobilidade; transformação digital; e tecnologia de defesa.

Fiat na liderança do mercado brasileiro com 20,2% de participação

Strada foi o veículo mais vendido do país em janeiro com 8.022 unidades
No mês, a marca garantiu três modelos no top 10: além da picape, Argo e Mobi também estão entre os mais queridos dos brasileiros

Mais uma vez, a Fiat garantiu a liderança do mercado nacional. Foram 30.849 unidades emplacadas (8.521 a mais que a segunda colocada) e 20,2% de market share. Em relação ao mesmo mês no ano anterior, a marca cresceu 7,9% em volume de emplacamentos (2.267 unidades). Outra que também fez bonito é a Strada, que garantiu o título de veículo mais vendido do Brasil com 8.022 unidades comercializadas e 68,8% do segmento de B-Picapes.

A marca também emplacou três modelos entre os dez mais vendidos do país. Além da Strada no topo do ranking, o Argo ficou na sexta posição com 4.696 unidades vendidas e o Mobi, na décima colocação com 3.719 emplacamentos. Vale dizer que o Mobi teve 53,6% do segmento de A-Hatches. Mais do que isso, a Fiat também garantiu o primeiro lugar do pódio nos segmentos de Hatches (20,1%), Picapes (37,4%) e Vans (45,4%).

"É inspirador começar o ano com o 'pé direito' já na liderança do mercado brasileiro, assim como encerramos o ano passado. Essa é uma posição que ocupamos há três anos e não vamos medir esforços para mantê-la. Para isso, estamos preparando grandes novidades para 2024", afirma Herlander Zola, vice-presidente sênior de Operações Comerciais da Stellantis no Brasil e de Veículos Comerciais Leves (LCV) para América do Sul.

Grupo Patrimar lança nova frente de negócios com soluções para investidores

Empresa desenvolveu o inovador Patrimar Asset, que se propõe a solucionar com criatividade as dores de investidores no mercado imobiliário

Alex Veiga, presidente do Grupo Patrimar

O Grupo Patrimar - que atua na construção e incorporação de imóveis das classes econômica, média e alta em Belo Horizonte, no Rio de Janeiro e no interior de São Paulo ,seguindo o objetivo de diversificar os negócios da companhia, acaba de lançar uma novidade pensada para facilitar a vida dos investidores, o Patrimar Asset. A iniciativa permite a entrega do apartamento pronto para receber inquilinos, montado com marcenaria na cozinha, banheiro e quartos, além de eletrodomésticos, equipamentos e móveis nos cômodos. A ideia surgiu a partir de análise da área de Inovação do Grupo, que identificou essa dor nos investidores, que são grande parte dos compradores em determinados empreendimentos lançados.

O projeto piloto da inovação está disponível no High Line, que fica em Vila da Serra - Nova Lima (MG)-, cujo perfil da maioria dos clientes são investidores do mercado imobiliário, que querem alugar as suas unidades para monetizar o investimento. "É uma solução atrativa para o investidor, pois otimiza tempo e dinheiro, já que os apartamentos mobiliados propiciam maior agilidade no retorno do investimento. Todos os itens oferecidos no Kit Investidor estão no padrão de qualidade do Grupo, que conta com fornecedores parceiros para entregar o que há de melhor", destaca Patricia Veiga, Diretora de Inovação e ESG do Grupo Patrimar.

O objetivo é que o Patrimar Asset seja implementado em empreendimentos com características voltadas para o público investidor como, por exemplo, os apartamentos compactos – uma aposta do mercado imobiliário nas grandes cidades, para atender a um público jovem que precisa de um

local para morar enquanto estuda e trabalha em outros estados ou, ainda, jovens casais começando a vida a dois. Um imóvel da Patrimar – marca que atua no segmento de alto padrão do Grupo -, foi escolhido para dar início a nova frente de negócio, e a ideia é que a oportunidade seja ofertada também para outros empreendimentos da marca com esse público, tanto em projetos da Patrimar como da Novolar – marca que atua nos segmentos econômico e médio.

Este é o primeiro projeto da área de inovação do Grupo Patrimar, desenvolvida para propor soluções criativas que resolvam as dores dos clientes, oferecendo suporte personalizado e tornando a experiência cada vez mais completa e especial. "A Companhia se orgulha de estar à frente do mercado, sempre investindo na inovação e antecipando as necessidades dos clientes. Assim, seguiremos como referência no setor de construção civil e imobiliário pelos próximos 60 anos", declara Alex Veiga, CEO do Grupo Patrimar.

Nos últimos anos, a companhia vem intensificando os investimentos na área de inovação como parte da cultura organizacional no desenvolvimento de pessoas. A Gestão da Inovação da organização atua em quatro frentes atualmente: Gestão do Portfólio de Inovação, que ajuda a alavancar a visão de futuro do Grupo a partir da análise estratégica do portfólio de inovação; Cultura de Inovação, que se propõe a habilitar os colaboradores para serem agentes da inovação em todas as áreas de atuação; Inovação Aberta, que estabelece conexões dentro do ecossistema de Inovação para cuidar de dores identificadas na empresa em processos internos do dia a dia, além de também visar oportunidades de crescimento; e Novos Negócios, que é de onde surgiu o Patrimar Asset, ou seja, é uma área voltada para resolução de dores dos clientes.

O projeto Elevator, que reúne os

colaboradores em grupos para olharem temas como Cultura Digital, Eficiência Operacional, Experiência do Cliente, Gestão de Obras e Gestão de Empreendimentos através da ótica da transformação digital foi o start desse movimento. Somado a isso, por meio de iniciativas de intraempreendedorismo, a empresa também avalia projetos inovadores desenvolvidos por colaboradores, selecionando as melhores ideias para serem aceleradas e colocadas em prática - esse é o "Semeando Ideiais", que também faz parte desse processo de aprofundamento em inovação pelo Grupo.

"Aqui no Grupo Patrimar estamos sempre buscando novos modelos de negócios. Por isso, estamos muito felizes em anunciar novas frentes que vão além do nosso core business, a construção e a incorporação, mas que são complementares no conceito de solução em habitação", finaliza Patrícia Veiga.

Em 2023, o Grupo Patrimar completou 60 anos de história. A Companhia, que atua na construção, incorporação e comercialização de imóveis, começou sua trajetória em Minas Gerais e hoje também está no interior de São Paulo e na cidade do Rio de Janeiro. Atualmente, o Grupo trabalha com empreendimentos voltados para as classes econômica e média com a Construtora Novolar e alta renda com a marca Patrimar Engenharia. Com foco constante em inovação e tecnologia, a empresa busca aliar eficiência com sustentabilidade e segurança nos projetos e processos corporativos.

Vale destacar que em 2022, a Companhia se afirmou como forte referência no segmento, sendo uma das 10 maiores empresas de construção imobiliária do Brasil, de acordo com o Ranking Nacional de 2022 da Revista O Empreiteiro, além das conquistas do primeiro lugar na categoria Sustentabilidade Financeira e 375º lugar no ranking da Revista Isto É Dinheiro das maiores empresas do Brasil. Também é vencedora em duas categorias do "Oscar" da construção civil, o Prêmio Master Imobiliário 2022, com os empreendimentos Oceana Golf, no Rio de Janeiro, e La Réserve, em Belo Horizonte. Já em 2023, a Companhia já conquistou o selo Great Place To Work – de excelente lugar para se trabalhar – certificado pela consultoria global GPTW, além do Prêmio da Produtividade na categoria replicabilidade – com um sistema de sustentabilidade que melhora a produtividade da obra e reduz os custos com papéis e impressões – e do Selo Edge – certificação preliminar internacional de sustentabilidade – para o empreendimento Oceana Golf, no RJ.

Pequenos negócios mineiros geraram 9 em cada 10 empregos em 2023

Total de novas vagas supera em mais de dezoito vezes o saldo das médias e grandes empresas

As micro e pequenas empresas (MPE) de Minas Gerais encerraram 2023 com uma proporção de empregos mais de dezoito vezes maior que o das médias e grandes empresas (MGE). As MPE geraram um saldo de 131.927 novos postos de trabalho no ano passado, o que representa 94,8% do saldo total do estado. O número é resultado da diferença entre 1.776.881 admissões e 1.644.954 desligamentos. Já as MGE fecharam o ano com um saldo de 7.303 novos postos de trabalho.

"As MPE desempenham um papel crucial no desenvolvimento econômico local, muitas vezes atuando em nichos de mercado ou em setores específicos da economia que as grandes empresas não cobrem. Isso gera empregos diretos na comunidade local e contribui para a circulação de renda na economia regional", ressalta o presidente do Conselho Deliberativo do Sebrae Minas, Marcelo de Souza e Silva.

O setor de Serviços se destacou como o maior gerador de empregos nos pequenos negócios em Minas Gerais em 2023, com um saldo de 73.341 novas vagas, seguido do setor de Construção Civil (20.447). Já o setor da Indústria Extrativa Mineral registrou o pior saldo, com 807 vagas.

Minas Gerais ocupou a segunda posição entre os estados do país no saldo de empregos nas MPE em 2023. Já entre as regiões mineiras, a que apresentou o melhor resultado foi a Centro, enquanto o pior foi registrado nas regiões dos vales do Jequitinhonha e Mucuri. Entre os municípios, Belo Horizonte ocupou o primeiro lugar na geração de trabalho pelo segmento no estado, com um saldo de 27.185. Em contrapartida, Janaúba foi o município com o menor saldo de empregos gerados: -342.

PERFIL DAS VAGAS DE TRABALHO

O perfil mais comum das admissões feitas pelas MPE mineiras em 2023 são homens, pessoas na faixa etária de 18 a 24 anos e com ensino médio completo. O salário médio de admissão pago pelas MPE no período foi de R$1.779,40, cerca de R$19,17 a menos que o salário médio de desligamento. Quanto aos desligamentos, em sua maioria foram homens, de 18 a 24 anos, com ensino médio completo.

ATIVIDADES E OCUPAÇÕES

Na análise das atividades econômicas específicas, destacam-se a construção de edifícios, com um saldo de 6.286, seguido de serviços de escritório e apoio administrativo (4.895) e serviços de organização de feiras, congressos, exposições e festas (4.100).

Entre as ocupações com melhor saldo de empregos gerados em 2023 destacam-se Servente de obras, com 10.458 novas vagas, seguido por Alimentador de linha de produção (9.219) e Faxineiro (8.166).

RECUO EM DEZEMBRO

Os pequenos negócios totalizaram um estoque de 2.579.480 empregos em dezembro, um decréscimo de 1% comparado a novembro (2.603.729). "Embora este seja um período em que há um aumento nas contratações temporárias para atender a alta demanda de consumo de fim do ano, parte significativa dessas vagas são encerradas ao final da temporada, resultando num alto número de desligamentos em dezembro e nos primeiros meses do ano", explica Silva.

76% dos consumidores mineiros não voltam a um estabelecimento se forem mal atendidos, revela pesquisa da FCDL-MG

Para todos os ramos da cadeia produtiva, o atendimento ao cliente é primordial e a chave do sucesso de uma empresa. Atenta a isso, a Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas do Estado de Minas Gerais (FCDL-MG) realizou uma pesquisa, no mês de janeiro, com consumidores de todas as regiões mineiras, para entender como tem sido a experiência de atendimento no varejo.

Considerando as últimas compras ou aquisições de serviços/produtos, 55,3% dos entrevistados disseram ter sido bem atendidos, enquanto 44,7% informaram que não tiveram uma boa experiência. Porém, diante de um mau atendimento, 76,1% dos consumidores afirmaram não voltar mais ao estabelecimento; 10,1% disseram reclamar na própria loja; 8,8% desistem da compra, mas retornam à loja depois; e apenas 5% reclamam via redes sociais/ Reclame Aqui ou SAC.

Perguntados qual a atitude quando um vendedor não os atende, 68,6% disseram que desistem da compra e apenas 31,4% pegam o produto e finalizam o procedimento sozinhos.

Sobre o tempo de espera de atendimento, 54,1% responderam não ter aguardado muito para serem atendidos, enquanto 45,9% afirmaram ter esperado mais do que o necessário. O levantamento também apontou que, em média, o tempo de espera de atendimento tem sido de 11 minutos.

"Os dados chamam a atenção pela expressividade do percentual de experiências negativas e seus desdobramentos. Isso deve acender um alerta para os lojistas a respeito da importância de uma equipe bem treinada e capacitada", alerta o economista da FCDL-MG, Vinícius Carlos Silva.

Ainda de acordo com a pesquisa, no momento da compra, 57,9% dos mineiros precisam da ajuda do vendedor para escolher um produto. Outros 23,9% fazem pesquisa na internet antes de comprar e chamam o atendente apenas para concluir a compra. Apenas 18,2% responderam que ao chegar à loja, já têm todas as informações necessárias para adquirir o produto ou serviço.

Seguindo nessa perspectiva, 62,3% dos entrevistados informaram que quando precisaram do vendedor/ representante da loja para obter mais informações do produto ou serviço, o atendente não estava preparado com todas as informações necessárias; e na opinião de apenas 37,7% os vendedores estavam preparados.

O economista da FCDL Minas ressalta que, atualmente, com a expansão do e-commerce, as lojas físicas têm que oferecer uma experiência de qualidade, agilidade e atenção com o consumidor.

"Os consumidores estão mais exigentes. Apesar de todos os canais onde podem buscar informações sobre o produto ou serviço que querem adquirir, muitos ainda querem a ajuda de vendedores antes de efetivarem suas compras. Portanto, cabe aos lojistas investirem na capacitação de seus colaboradores, oferecendo cursos e oportunidades para que estejam cada vez mais bem preparados", destaca.

Vinícius Silva afirma ainda que é importante que os empregadores "se planejem e façam contratações pensando em períodos de treinamento, desenvolvimento e, por fim, consolidação, para garantir que o fator chave do sucesso, que é o atendimento customizado, seja o ponto forte de seu negócio", finaliza.

A Federação das Câmaras de Dirigentes Lojistas do Estado de Minas Gerais integra o Sistema CNDL, que é uma das maiores redes representativas do segmento e reúne toda a classe empresarial lojista de comércio e serviços do país. Com 50 anos de atuação, a FCDL-MG agrega mais de 200 CDLs mineiras e dá a voz a cerca de 60 mil associados, que representam, aproximadamente, 63% do PIB estadual.

Confederação Nacional do Transporte dá início às celebrações do seu 70º aniversário

Ao longo de 2024, será realizada uma série de ações para celebrar as sete décadas de trabalho da CNT

A noite do dia 30 de janeiro marcou o início das celebrações dos 70 anos da CNT (Confederação Nacional do Transporte), com um evento que reuniu os membros da Diretoria e do Conselho da CNT e os colaboradores do Sistema Transporte em Brasília (DF).

Na ocasião, o presidente do Sistema Transporte, Vander Costa, declarou que a celebração das sete décadas de atuação da CNT é uma oportunidade especial para celebrar os feitos alcançados nesse período, e reafirmar o compromisso com o desenvolvimento do transporte brasileiro.

"Levei a mensagem para a Diretoria de que deveríamos começar as comemorações com os colaboradores, que, muitas vezes, não têm a visibilidade, mas são os verdadeiros responsáveis pelo sucesso do Sistema Transporte. Todos nós – que fazemos os projetos, os estudos, as divulgações, entre outros – contribuímos para que o transporte tenha a força que tem no Brasil", enfatizou Vander Costa.

Ações comemorativas

Ao longo de 2024, será realizada uma série de ações para celebrar as sete décadas de trabalho da CNT. Uma delas é a campanha publicitária – cujo slogan é "A CNT se move, e o Brasil avança" – que buscará mostrar para a sociedade a importância da atuação da Confederação em prol do progresso do setor e do Brasil.

"uma oportunidade de fazer uma parceria com a Vale para garantir acesso a recursos de alta qualidade e alto teor de minério de ferro em grande escala, vizinho ao Minas-Rio, permitindo criar uma única operação otimizada que aproveite todas as sinergias físicas com nossa infraestrutura de mineração e processamento de minério, além de garantir uma opção de acesso à logística ferroviária e portuária da Vale. A impressionante escala e qualidade do corpo mineral de Serpentina permite expandir a produção de pellet feed, um produto premium que continuará em alta demanda pelas próximas décadas por nossos clientes da siderurgia que buscam descarbonizar seus processos. O Minas-Rio oferece um produto de teor de redução direta, que se posiciona em um dos segmentos mais atrativos para nosso setor atualmente".

Ruben Fernandes, diretor regional da Anglo American para a América Latina, celebra o acordo como "uma oportunidade para assegurar o crescimento da oferta de produtos fundamentais para a transição energética, permitindo a redução das emissões de nossos clientes da indústria siderúrgica. Junto com Quellaveco no Peru e nossas operações no Chile, o Minas-Rio expandido contribuirá para o desenvolvimento responsável e sustentável da mineração na América Latina, gerando emprego, renda, impostos e oportunidades para os países da região".

Ana Sanches, presidente da Anglo American no Brasil, considera a parceria como "um marco para nossas pessoas e nossas operações de minério de ferro no Brasil, potencializando o trabalho sério e responsável realizado nessa região, além de reforçar o nosso forte compromisso com o desenvolvimento sustentável das comunidades e do nosso propósito de reimaginar a mineração para melhorar a vida das pessoas".

Serpentina contém recursos minerais de 4,3 bilhões de toneladas de minério de ferro, um ativo com grande potencial de valorização, refletindo uma extensão do corpo mineral de cerca de duas vezes a extensão do Minas-Rio atual. Serpentina contém um minério de ferro com teor ainda mais alto que o minério de alto teor do Minas-Rio, com predominância de minério friável, menos compacto. Essas vantagens combinadas deverão levar a otimização dos custos operacionais e dos investimentos de capital. A integração desses dois recursos também oferece consideráveis oportunidades de expansão, incluindo o potencial para duplicar a produção, que a Anglo American e a Vale avaliarão de acordo com os termos do acordo.

Eduardo Bartolomeo, presidente da Vale, disse: "Temos o prazer de formar uma parceria com a Anglo American para apoiar a demanda crescente por minério de ferro de alta qualidade à medida que nossos clientes aceleram suas transições para uma siderurgia com baixa emissão de carbono. Minas-Rio é um ativo Tier-1 que se beneficiará de grandes sinergias com o depósito de Serpentina e a logística da Vale, e estamos confiantes de que essa parceria destravará valor significativo para todos os nossos stakeholders. Nós planejamos destinar o pellet feed de alta qualidade para nossas plantas de pelotas e, no futuro, para os Mega Hubs, produzindo briquetes de minério de ferro".

Segundo os termos do acordo, a Vale contribuirá com recursos de minério de ferro de alto teor de Serpentina, e desembolso complementar de caixa de US$ 157,5 milhões, para adquirir 15% de participação acionária no Minas-Rio, sujeito a ajustes usuais na data de fechamento. Se a média do preço de referência do minério de ferro permanecer acima de 100 dólares por tonelada ou abaixo de 80 dólares por tonelada durante 4 anos, será feito um ajuste no valor do pagamento, em favor da Anglo American ou da Vale, respectivamente, de acordo com a fórmula acordada entre as partes.

Após conclusão do acordo, a Vale receberá sua parcela proporcional da produção do Minas-Rio. Adicionalmente, a Vale também deterá a opção de compra de uma participação adicional de 15% na operação do Minas-Rio, se ocorrerem eventos relativos a uma eventual expansão futura do Minas-Rio, incluindo a recebimento da licença ambiental necessária para a expansão, seguindo a conclusão de estudos de pré-viabilidade e de viabilidade mediante desembolso de caixa, a valor justo calculado no momento de exercício da opção de compra.

O Minas-Rio ampliado terá a opção de usar a ferrovia da Vale localizada perto do empreendimento, bem como o porto de Tubarão, para transportar a produção expandida, como alternativa à construção de um segundo mineroduto até as instalações da Anglo American no Porto do Açu. Todas as soluções logísticas viáveis serão consideradas e avaliadas durante os estudos de pré-viabilidade. O mineroduto existente do Minas-Rio cruza a rede ferroviária da Vale, permitindo que um segundo mineroduto muito mais curto se conecte com o corredor ferroviário até o porto de Tubarão. O acordo não inclui ou afeta a participação de 50% da Anglo American no terminal de exportação de minério de ferro localizado no Porto do Açu.

A expectativa de conclusão do acordo é para o quarto trimestre de 2024, sujeito a todas as condições regulatórias.

A Anglo American é uma empresa líder global em mineração e nossos produtos são essenciais em quase todos os aspectos da vida moderna. Nosso portfólio de operações competitivas de classe mundial, que inclui uma ampla gama de opções de desenvolvimento futuro, fornece metais e minerais para um mundo mais limpo, mais verde e mais sustentável, atendendo ao rápido crescimento das demandas diárias de bilhões de consumidores.

Huawei: gigante chinesa fecha parceria em MG com a Bel Micro

A Bel Micro está firmando uma parceria com a multinacional chinesa Huawei e com a HDT, representante brasileira exclusiva da Huawei no segmento de energia solar. Inicialmente, Huawei e a HDT fornecerão para a Bel Micro produtos, soluções e serviços para todas as demandas de energia solar atendidas pela empresa mineira.

"Essa é uma aliança estratégica de respeito, um círculo de confiança entre os maiores players de tecnologias e soluções do mercado nacional. A cadeia B2B2C é a maior favorecida pela democratização dos equipamentos de alta qualidade, diversificação dos investimentos, ampliação expertise de negócio e a inclusão de serviços inovadores." - diz Frederico Leitão, Head de Novos Negócios da Bel Micro Energy. Frederico espera que a parceria se estenda no futuro: "Admiramos muito a Huawei e acredito que nada impede que exploremos novas possibilidades juntos em um futuro não tão distante".

De acordo com Bruno Monteiro, Chief Strategy Officer da HDT, a colaboração é extremamente importante para o crescimento da Huawei e da HDT: "A aliança entre Bel Micro, Huawei e HDT é fundamental para o aumento de capilaridade e crescimento da marca Huawei no Brasil, principalmente na região sudeste. Temos certeza de que a Bel Micro terá as soluções mais completas e tecnológicas em produtos fotovoltaicos com o portfólio Huawei."

A visão também é compartilhada pelo Diretor de Canais da Huawei, Rômulo Horta: "Essa nova parceria ajudará a impulsionar os negócios da empresa no país, ampliando o uso de fontes renováveis e acelerando digitalização do setor elétrico no Brasil e o desenvolvimento de uma economia de baixo carbono.".

Dante Laginestra/Bel Micro

CD Bel Micro Contagem

A Bel Micro é uma companhia mineira criada em 2012, com sede em Nova Lima e unidades em Contagem, Extrema, Rio de Janeiro e Cariacica (ES), além de um escritório em Shenzhen (China). Além de marcas próprias de eletroeletrônicos (HQ), móveis e utilitários (Fortt) e desktops (Skill), a Bel Micro também importa e distribui produtos de diversas marcas, sendo líder de vendas nos maiores e-commerces do Brasil.

A HDT, representante exclusiva Huawei no Brasil no segmento solar e principal regional da companhia chinesa no continente americano, é reconhecida e premiada por seus resultados na região. A HDT Brasil atua no segmento B2B com o fornecimento de produtos e serviços de alta performance, segurança e produtividade de geração, provenientes dos maiores fabricantes do mundo - Huawei e Risen. Tem como missão viabilizar projetos de forma a aumentar exponencialmente o retorno sobre o investimento dos seus parceiros de negócio. A empresa é uma divisão da HDT Group Limited, presente na China, Hong Kong, Brasil, Chile e Panamá.

A Huawei é líder global em soluções de Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) e uma das 100 marcas mais valiosas do mundo de acordo com a Forbes. A companhia tem a visão de enriquecer a vida das pessoas por meio da comunicação e é dedicada à inovação centrada no cliente. Com sólidas parcerias com a indústria local, está comprometida com a criação de valor para operadoras de telecomunicações, empresas e consumidores, oferecendo produtos e soluções de alta qualidade e inovação, e com a transformação digital, oferecendo soluções de nuvem e servidores de Huawei Cloud, em mais de 170 países e territórios. Com mais de 207 mil funcionários em todo o mundo, a companhia atende mais de um terço da população mundial. A Huawei também acredita que a digitalização é o caminho para um mundo mais sustentável e uma economia zero carbono, baseada em fontes renováveis de energia. Por meio da subsidiária Huawei Digital Power, a empresa desenvolve dispositivos inteligentes voltados para geração, distribuição e armazenamento de energia fotovoltaica, aumentando a eficiência energética em data center, usinas de energia e infraestrutura de telecomunicação. Há mais de 25 anos no Brasil, é líder no mercado nacional de banda larga fixa e móvel por meio das parcerias estabelecidas com as principais operadoras de telecomunicações e possui escritórios nas cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Curitiba e Recife, além de um centro de distribuição em Sorocaba (SP) e um Centro de Treinamento em São Paulo.

Mais de 600 mil MEI estão inadimplentes em Minas Gerais

A partir de 20 de fevereiro, o valor do DAS-Simei passou a variar de R$ 70,60 a R$ 76,60, a depender das ocupações desempenhadas por cada empreendedor.

Três em cada dez microempreendedores individuais (MEI) de Minas Gerais estão inadimplentes com o pagamento do Documento de Arrecadação do Simples Nacional (DAS-Simei). Conforme levantamento do Sebrae Minas com base nos dados da Receita Federal, são mais de 600 mil MEI em atraso com o recolhimento.

A inadimplência em Minas Gerais ficou abaixo da média nacional, que registrou um percentual de 44,6% dos MEI com recolhimentos em atraso. O não pagamento da guia acarreta em inadimplência com o INSS e os demais tributos que o regime único contempla, como Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISS) nas ocupações de serviço e/ou o Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) nas ocupações de comércio/indústria/transporte entre estados ou municípios.

Os microempreendedores que não pagam o DAS em dia vão arcar com juros e multa por mês em atraso. Além disso, deixam de receber benefícios previdenciários, como aposentadoria por idade ou invalidez, auxílio-doença, licença maternidade, auxílio reclusão ou pensão por morte. Os débitos incluídos em dívida ativa fazem com que o CPF e CNPJ fiquem negativados. Em setembro, a Receita Federal notificou os contribuintes inadimplentes, alertando para a necessidade de regularização para evitar a exclusão do Simples Nacional neste ano.

"Para aqueles que querem ficar em dia com as contribuições, há a opção de parcelamento em até 60 meses, desde que o valor mínimo por parcela seja de R$ 50. Para regularizar os pagamentos em atraso, o empreendedor precisa enviar uma declaração reconhecendo formalmente todos os débitos", explica Laurana Viana, analista do Sebrae Minas.

O parcelamento das guias em atraso deve ser feito no portal do Simples Nacional. Em caso de dúvidas, os microempreendedores individuais podem ir até uma das Agências de Atendimento do Sebrae Minas ou entrar em contato pelo 0800 570 0800.

NOVO VALOR DO DAS

Desde 20 de fevereiro, o DAS-Simei vai variar de R$ 70,60 a R$ 76,60 (exceto MEI caminhoneiro), a depender das ocupações desempenhadas por cada empreendedor. O reajuste está atrelado ao aumento do salário-mínimo, que foi reajustado para R$1.412,00.

No caso de quem atua no Comércio e/ou Indústria, o novo valor será de R$ 71,60, e quem presta Serviços em geral, passará a pagar R$ 75,60. Já quem exerce tanto ocupações de Comércio e/ou Indústria quanto Serviços, o valor do DAS passará a ser de R$ 76,60.

CONHEÇA O SEBRAE PLAY

Além dos canais de atendimento, o Sebrae Minas conta com o Sebrae Play, plataforma de conhecimento que reúne centenas de materiais gratuitos relacionados ao universo do MEI, desde as obrigações e atividades à gestão financeira do negócio.

PHV Engenharia lança primeiro empreendimento residencial da marca no Buritis

Com a tradição de mais de 25 anos de atuação no mercado imobiliário de alto padrão, a PHV Engenharia vai lançar, no próximo mês de março, o primeiro empreendimento residencial da empresa no bairro Buritis. Localizado em uma das áreas mais cobiçadas da região Oeste de Belo Horizonte, o Vista será apresentado ao mercado no dia 16 de março.

Projetado para ocupar um espaço nobre junto ao novo polo comercial e de serviços do Buritis, nas proximidades da avenida Professor Mário Werneck, o Vista contará com uma torre única em ponto privilegiado da rua José Teófilo Marques. Serão 44 apartamentos, dois por andar, com vista definitiva e plantas de 97m². As unidades terão três quartos, sendo um com suíte, sala ampla de dois ambientes e cozinha americana.

"Nosso empreendimento está situado em uma nova área do bairro, chamada de Novo Buritis. É um point vibrante, perto da natureza dos parques, montanhas e de estabelecimentos de qualidade para todos os gostos e necessidades", destaca Cristiano Madeira, diretor comercial da PHV Engenharia. Além da localização, a área de lazer é outro ponto alto do empreendimento, com mais de 3 mil metros quadrados exclusivos para o bem-estar, diversão e conforto dos moradores. "Não há nada igual na região. A área de lazer é projetada para oferecer experiências únicas para a família e amigos sem precisar sair de casa", aponta Madeira. O projeto inclui quadras de areia, piscina com prainha, piscina infantil, playground, espaço pet, sauna, salão de festas e espaço gourmet.

Com um projeto arrojado e sofisticado, o Vista leva a assinatura da PHV Engenharia ao Buritis. "É um projeto muito especial, que traz em seus detalhes toda nossa expertise em construções de alto padrão e desponta como tendência para quem busca conforto, ótima localização e opções variadas de lazer", destaca o diretor comercial. O prédio, com 22 andares, também se destaca por oferecer espaço delivery, previsão de carga para veículos elétricos e espaço fitness.

Sediada em Belo Horizonte, a PHV Engenharia foi fundada em 1997 e é uma das maiores construtoras do país. A empresa se destaca no cenário nacional por sua atuação nas áreas de desenvolvimento e incorporações imobiliárias, execução de obras residenciais de alto luxo, comerciais e industriais personalizáveis, além de obras de urbanização, infraestrutura e terraplanagem. A PHV possui certificação ISO 9001 e aprovação com nível A no Programa Brasileiro de Qualidade e Produtividade do Habitat (PBQP-H).

Famílias empresárias e governança corporativa: desafios e oportunidades

Luis Gustavo Miranda de Oliveira

Luis Gustavo Miranda de Oliveira, é Doutor e Mestre em Direito, Coordenador Geral do Capítulo Minas Gerais do Instituto Brasileiro de Governança Corporativa e sócio do Rolim Goulart Cardoso Advogados. www.linkedin.com/in/luis-gustavo-miranda

As famílias empresárias enfrentam uma série de desafios únicos que vão além daqueles presentes nos negócios, no mercado e nas relações de trabalho. São desafios que incluem preocupações e dilemas pessoais e familiares que podem afetar a saúde e a longevidade da pessoa, da família e dos negócios.

A presença de conflitos de interesses entre o que é melhor particularmente para uma pessoa, em detrimento dos demais, o que é melhor para a família, em detrimento de aspectos particulares e privados, e o que é melhor para os negócios naturalmente gera situações de tensões que podem evoluir para conflitos e rupturas. A priorização de valores e balizadores de decisão não raro gera divergências até mesmo de natureza ética, como ocorre, por exemplo, entre a opção por aplicar um critério de divisão que não prioriza a meritocracia (por equidade), ou priorizar a meritocracia sem prévio alinhamento do que a caracteriza, sem definir as regras do jogo antes da decisão. Diversos conflitos surgem por diferenças de opinião sobre direção estratégica, forma de gestão dos negócios, critérios de remuneração (direta e /ou indireta) de membros da família que trabalham (ou não) nos negócios, sobre sucessão na liderança da família, dos negócios e do patrimônio.

Ao final, representa grande ameaça para a preservação da saúde financeira dos negócios e do patrimônio que serve à família. Sabe-se atualmente que situações de conflito desviam o foco de atenção dos negócios, podendo gerar perda de competitividade e decisões que não seriam tomadas em um ambiente pacífico.

É diante deste contexto que a adoção de práticas de governança corporativa pode ser uma estratégia eficaz para minimizar esses conflitos. A governança corporativa não só ajuda a estabelecer

regras mais claras para a tomada de decisões e a resolução de conflitos, mas também oferece caminhos para o planejamento, a profissionalização, o desenvolvimento e a acomodação de interesses individuais e coletivos.

Tais questões não são novas e já foram objeto de diversos estudos e experiências. A governança nos negócios familiares (não apenas em empresas familiares) é particularmente complexa devido à interação de três sistemas distintos: a família, a propriedade (o patrimônio) e o negócio (a empresa, a gestão). Cada um desses sistemas tem suas próprias etapas, lógicas e fases de maturação, que nem sempre coincidem. Portanto, é relevante planejar projetando cenários e ações para desenvolvimento e governança da família, do patrimônio e dos negócios com visão que equilibre o curto, o médio e o longo prazo, além de acompanhar de perto a evolução desses sistemas.

Como exemplos, no âmbito da governança familiar, podem ser planejados e desenvolvidos a liderança, a cultura, os valores, a capacitação, os acordos, os combinados familiares e suas consequências. Na governança da propriedade, podem ser planejados e desenvolvidos o próprio patrimônio da família e de forma a servir aos interesses e demandas individuais e familiares, o que pode abranger diferentes estruturas, incluindo (mas não se limitando) o que vem sendo chamado de holding familiar e Family Office. Na governança dos negócios, podem ser planejadas e desenvolvidas ações voltadas para definição e acompanhamento de estratégia empresarial, estruturas de investimento, inovação, perpetuidade nos negócios, prestação de contas. Além disso, deve ser avaliada necessidade de implantação e desenvolvimento de conselho de administração, conselho familiar, acionistas, diretores, acordos de sócios, acordos familiares... E não basta ter estruturas, se elas não estiverem funcionando de forma efetiva.

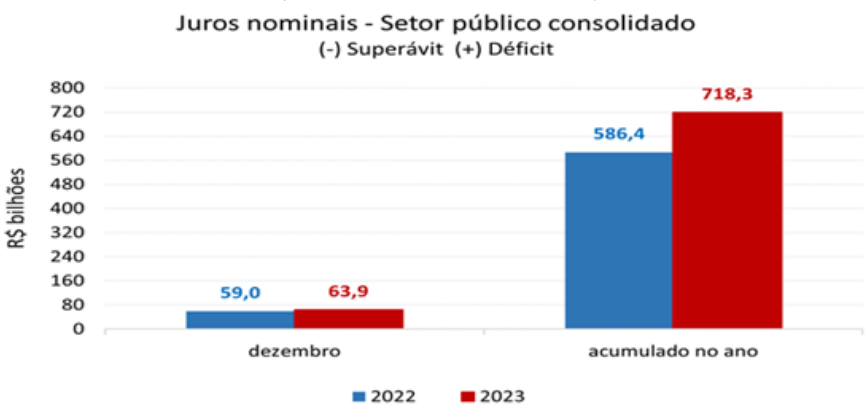
De forma transversal, é relevante estabelecer acordos, critérios de avaliação periódica, planos de consequência e alternativas para minimizar situações de conflitos de interesses e pacificar, de forma a evitar rupturas e perdas. E independentemente da posição do membro da família nos negócios, é necessário pensar em diferentes níveis e estratégias de sucessão, reconhecendo-se não apenas a finitude da vida e as limitações existentes (patrimonial, técnica, de experiência e de tempo), mas as oscilações que as pessoas, os negócios, os mercados e o próprio patrimônio estão sujeitos ao longo do tempo.

A implementação de práticas de governança corporativa efetivas pode ajudar a alinhar os interesses de todos os membros da família, garantindo que as decisões sejam tomadas no melhor interesse dos negócios, mas também suscitando diálogos com foco nos interesses da família e de cada membro. Isso pode levar a um ambiente de negócios e familiar mais harmonioso e produtivo, beneficiando a todos.

Em suma, as famílias empresárias enfrentam uma série de desafios únicos. No entanto, com a implementação de práticas de governança corporativa, esses desafios podem ser superados, abrindo caminho para um futuro mais estável e próspero para os negócios, para o patrimônio, para a família e individualmente para os membros da família.

Em 2023, os Juros Nominais sobre a Dívida Pública consolidada brasileira custaram ao país R$ 718,3 bilhões – equivalentes a US$ 113,58 bilhões e a 6,61% do PIB-Produto Interno Bruto

Carlos Alberto Teixeira de Oliveira



O setor público brasileiro consolidado (União, Estados e Municípios) registrou, em 2023, déficit primário de R$ 249,1 bilhões (2,29% do PIB), ante superávit de R$ 126,0 bilhões (1,25% do PIB) em 2022. No mês de dezembro, o setor público consolidado teve déficit primário de R$ 129,6 bilhões, ante déficit de R$ 11,8 bilhões em dezembro de 2022, ressaltando-se o impacto do pagamento de precatórios (R$ 92,4 bilhões). No mês, o Governo Central e os governos regionais foram deficitários, na ordem, em R$ 127,6 bilhões e R$2,9 bilhões, enquanto as empresas estatais tiveram superávit de R$ 942,0 milhões.

Em 2023, os juros nominais pagos pelo setor público consolidado, apropriados pelo critério de competência, alcançaram R$ 718,3 bilhões (6,61% do PIB), ante R$ 586,4 bilhões (5,82% do PIB) em 2022. Em dezembro, os juros nominais atingiram R$ 63,9 bilhões, ante R$ 59,0 bilhões em dezembro de 2022.

Do total gasto no pagamento de juros nominais - 86,38% (R$ 620,5 bilhões) foram de responsabilidade da União e 13,62% (R$ 97,8 bilhões) dos Estados e Municípios.

A taxa média real da SELIC – isto é – deflacionada pelo IPCA alcançou, em 2023, o maior nível desde 2006 – atingindo 8,01% no ano, conforme tabela apresentada a seguir:

As despesas com juros superaram os gastos juntos, em 2023, dos Ministérios da Saúde, da Educação e do Desenvolvimento e Assistência Social — responsável pelo Bolsa Família. As despesas pagas pelo Ministério da Saúde somaram R$ 170,26 bilhões no ano passado, enquanto aquelas dos Ministérios da Educação e do Desenvolvimento Social, respectivamente, totalizaram R$ 142,57 bilhões e R$ 265,291 bilhões. Um total de R$ 578,13 bilhões.

EM 2023 A PREVIDÊNCIA SOCIAL BRASILEIRA TOTAL (RGPS E RPPS) GEROU UM DÉFICIT PREVIDENCIÁRIO DE R$ 557,0 BILHÕES

Cabe destacar que, no ano passado, o Regime Geral de Previdência Social (INSS) destinado aos trabalhadores de empresas privadas com 98,0 milhões de participantes (64,3 milhões de contribuintes e 33,7 milhões de beneficiários) gerou um déficit previdenciário da ordem de R$ 312,8 bilhões (déficit per capita de R$ 3.191,84).

No mesmo ano, o Regime Próprio da Previdência Social destinado aos servidores públicos da – União, 26 estados, DF, FCDF e municípios, com apenas 10,7 milhões de participantes (5,7 milhões de contribuintes e 5,0 milhões de beneficiários) gerou um déficit previdenciário da ordem de R$ 244,2 bilhões (déficit per capita de R$ 22.822,43).

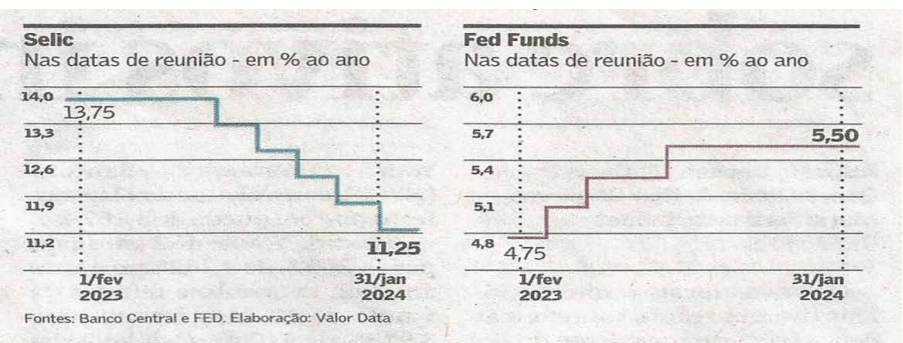
SETOR PÚBLICO CONSOLIDADO BRASILEIRO JÁ GASTOU, MAIS DE UM PIB, NO PAGAMENTO DE JUROS NOMINAIS SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA, NESTES ÚLTIMOS 29 ANOS

No período de 1995 a 2003 de vigência do Plano Real o Brasil dispendeu, no pagamento de juros nominais sobre a Dívida Pública Consolidada (União, Estados e Municípios), a impressionante cifra de US$ 2,46 trilhões (em valores correntes)– mais do que todo o PIB

A TAXA MÉDIA REAL DA SELIC – ISTO É – DEFLACIONADA PELO IPCA ALCANÇOU, EM 2023, O MAIOR NÍVEL DESDE 2006, CONFORME TABELA APRESENTADA A SEGUIR:

Ano	SELIC REAL	Ano	SELIC REAL
2006	11,60	2015	2,63
2007	7,20	2016	7,41
2008	6,27	2017	6,77
2009	5,37	2018	2,72
2010	3,86	2019	1,58
2011	4,97	2020	-1,63
2012	2,48	2021	-4,77
2013	2,39	2022	6,47
2014	4,34	2023	8,01

Fonte: Bacen, IpeaData, LCA e MinasPart Desenvolvimento
Elaboração: MercadoComum



QUANTO O BRASIL PAGOU DE JUROS NOMINAIS SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA*
PERÍODO DE 1995 A 2019 – 29 anos

Governo	US$ bilhões correntes	
	Total	Média Anual
Fernando Henrique Cardoso – 1995/2002	362,14	45,27
Luis Inácio Lula da Silva – 2003/2010	600,56	75,07
Dilma Rousseff – 2011/2016	773,81	128.97
Michel Temer – 2017/2018	228,87	114,44
Jair Bolsonaro – 2019/2022	350,42	87,60
Lula 3 - 2023	143,95	143,95
Total	**2.459,75**	

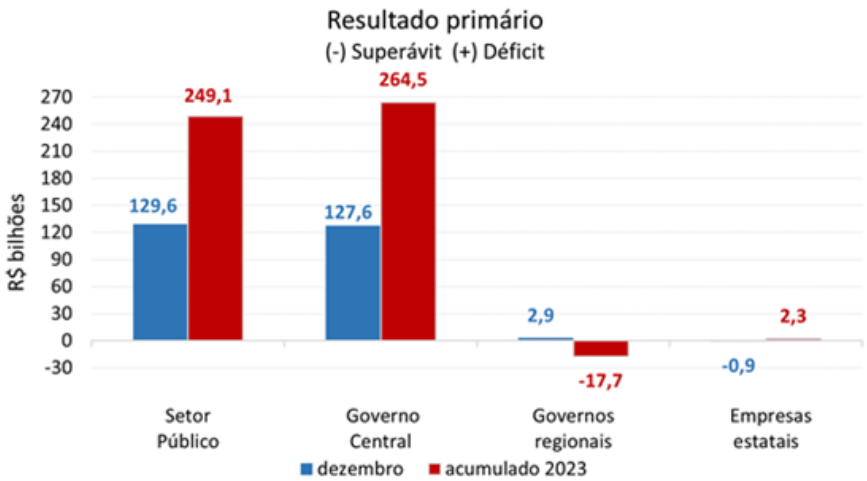
*Considera a União, Estados e Municípios - Fonte: Banco Central do Brasil – MinasPart Desenvolvimento

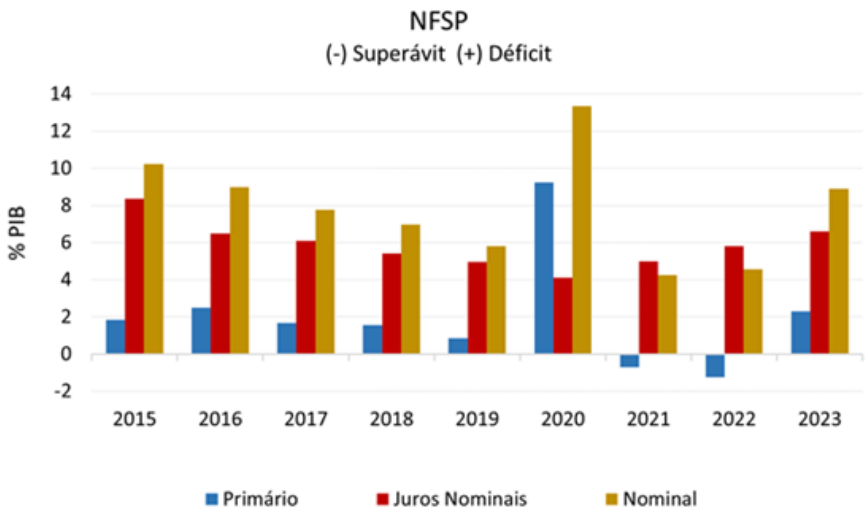
– Produto Interno Bruto do país, estimado em 2,18 trilhões em 2023 – quantia essa mais que suficiente para se construir 33 novas Brasílias. Imagine que ¼ desse volume de recursos tivesse sido aplicado em infraestrutura, educação e saúde no país? Com certeza, o Brasil de hoje seria absolutamente outro e muito melhor!

RESULTADO PRIMÁRIO E NOMINAL

O resultado nominal do setor público consolidado, que inclui o resultado primário e os juros nominais apropriados, foi deficitário em R$967,4 bilhões (8,90% do PIB) em 2023, ante R$ 460,4 bilhões (4,57% do PIB) em 2022. Em dezembro, o déficit nominal atingiu R$ 193,4 bilhões, comparativamente a R$ 70,8 bilhões em dezembro do ano anterior.

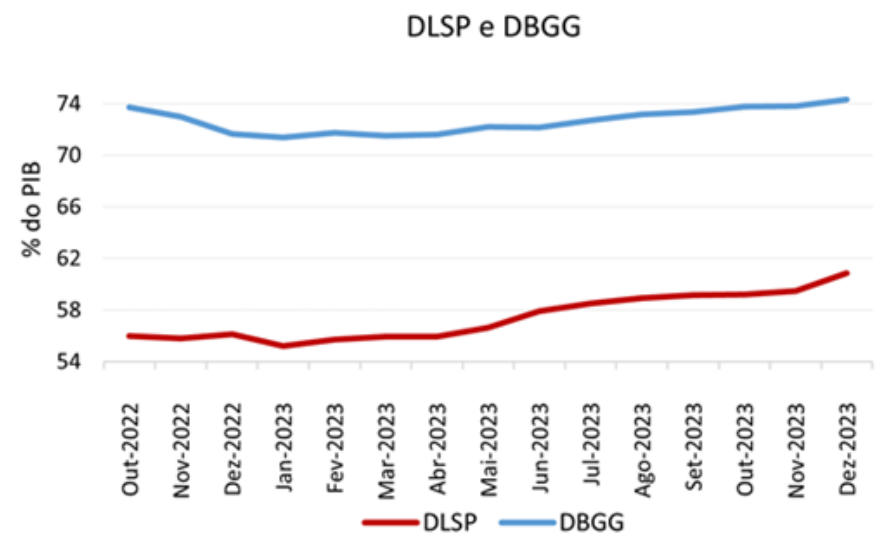
O déficit primário do setor público consolidado em 2023, de 2,29% do PIB, foi o primeiro resultado deficitário desde 2020 (9,24% do PIB). Os juros nominais do setor público consolidado em 2023, 6,61% do PIB, elevaram-se pelo terceiro ano seguido, e alcançaram o maior percentual desde 2015 (8,37% do PIB).

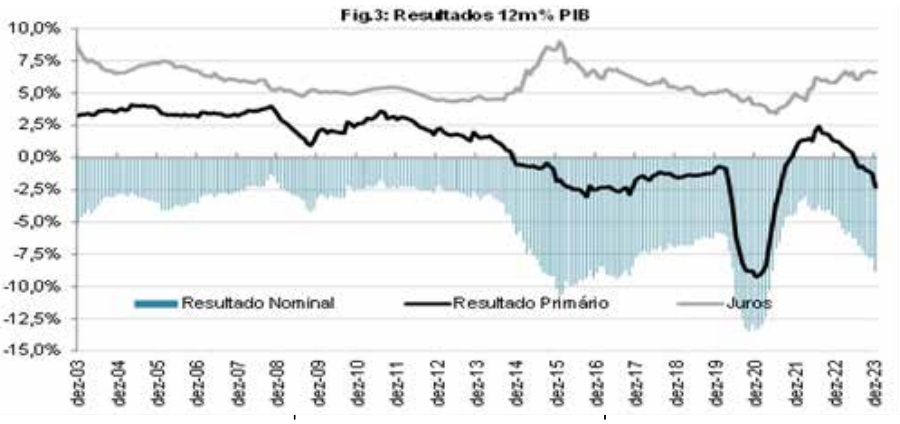




DÍVIDA LÍQUIDA DO SETOR PÚBLICO (DLSP) E DÍVIDA BRUTA DO GOVERNO GERAL (DBGG)

Em 2023, a DLSP atingiu 60,8% do PIB (R$ 6,6 trilhões), com elevação anual de 4,7 p.p. do PIB. Esse aumento decorreu, sobretudo, dos juros nominais apropriados (+6,6 p.p.), do déficit primário (+2,3 p.p.), do efeito da valorização cambial de 7,2% no ano (+0,8 p.p.), da variação da paridade da cesta de moedas que





BRASIL – DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA EM RELAÇÃO AO PIB - PRODUTO INTERNO BRUTO
(União, Estados e Municípios)
2001/2021 – Em %

Ano	Líquida	Bruta
2002	59,18	76,10
2003	53,15	71,51
2004	48,88	68,03
2005	46,19	66,97
2006	46,49	55,48
2007	44,55	56,72
2008	37,57	56,98
2009	40,88	59,21
2010	37,98	51,77
2011	34,47	51,27
2012	32,19	53,67
2013	30,50	51,54
2014	32,59	56,28
2015	35,64	65,51
2016	46,15	69,84
2017	51,37	73,37
2018	52,77	75,30
2019	54,70	74,44
2020	61,37	86,94
2021	55,11	77,31
2022	56,13	71,68
2023	60,85	74,34
2024*	65,80	77,73

*Projeções - Fonte: Banco Central/ MinasPart Desenvolvimento

integram a dívida externa líquida (-0,6 p.p.), e do crescimento do PIB nominal (-4,1 p.p.).

Em dezembro, a relação DLSP/PIB elevou-se 1,4 p.p. do PIB, em função dos impactos do déficit primário (+1,2 p.p.), dos juros nominais apropriados (+0,6 p.p.), da valorização cambial de 1,9% no mês (+0,2 p.p.), do ajuste da cesta de moedas que integram a dívida externa líquida (-0,3 p.p.), e do crescimento do PIB nominal (-0,4 p.p.).

A DBGG – que compreende governo federal, INSS e governos estaduais e municipais – atingiu 74,3% do PIB (R$8,1 trilhões) em 2023. No ano, a relação DBGG/PIB elevou-se 2,7 p.p., resultado sobretudo da incorporação de juros nominais (+ 7,5 p.p.), das emissões líquidas (+0,6 p.p.), do efeito da valorização cambial acumulada no ano (-0,3 p.p.) e do crescimento do PIB nominal (-5,2 p.p.). Em dezembro, a relação DBGG/PIB elevou-se 0,5 p.p. do PIB, em função basicamente dos juros nominais incorporados (+0,7 p.p.), das emissões líquidas de dívida (+0,4 p.p.), e do crescimento do PIB nominal (-0,4 p.p.).

Para o setor públi-

CUSTO DE FINANCIAMENTO PARA CARREGAMENTO DA DÍVIDA INTERNA DA UNIÃO - 2023

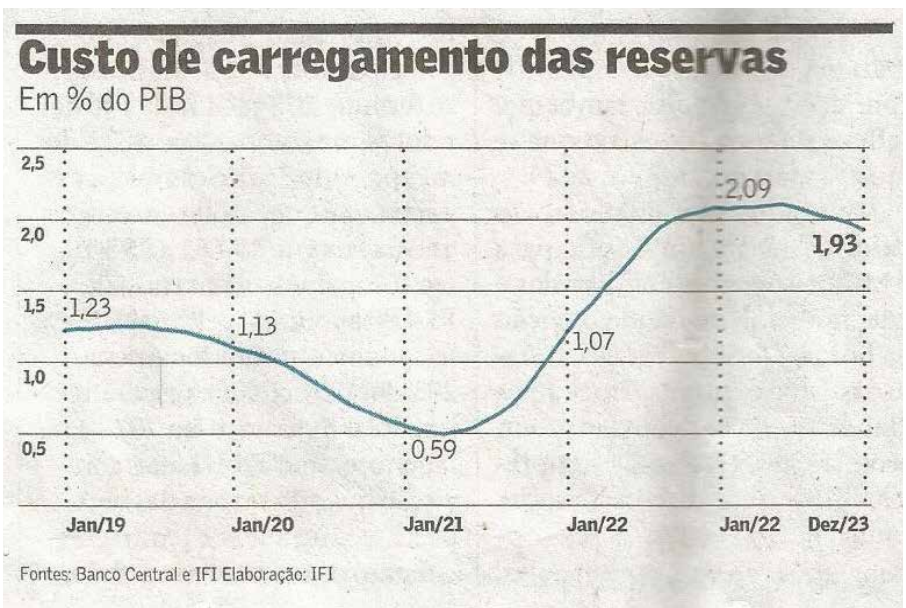
Mês	Efetiva Ano %	Efetiva Mês %	IPCA Mês %	Ganho Real Mês %
Janeiro	11,00	0,8735	0,5300	0,3435
Fevereiro	11,07	0,8788	0,8400	0,0388
Março	11,06	0,8780	0,7100	0,1660
Abril	10,84	0,8613	0,6100	0,2513
Maio	10,79	0,8515	0,2300	0,6215
Junho	10,59	0,8424	(0,0800)	0,7625
Julho	10,67	0,8484	0,1200	0,7264
Agosto	10,98	0.8719	0,2300	0,6411
Setembro	11,15	0,8848	0,2600	0,6248
Outubro	11,27	0,8939	0,2400	0,6539
Novembro	11,18	0,8871	0,2800	0,6071
Dezembro	11,05	0,8772	0,5600	0,3172
Média	**10,97**	**0,8711**	**0,3771**	**0,4940**

Fonte: Ministério da Fazenda

co consolidado de 2024, espera-se que o resultado primário seja em torno de -R$ 83 bilhões ou -0,7% do PIB. Os indicadores da dívida devem continuar em trajetória ascendente: a dívida bruta do governo geral deve terminar o ano em 77,7% do PIB (+3,4 p.p.) e a dívida líquida do setor público, em 65,8% do PIB (+5,0 p.p.).

Em 2023, o custo médio de carregamento da dívida interna da União em poder do mercado foi de 0,8711% ao mês (10,97% ao ano), com ganho real para os investidores de 0,4940% ao mês (6,09% ao ano), depois de excluída a inflação média/mês do IPCA de 0,3771% ao mês (4,62% ao ano).

Em 2023 a dívida total da União (interna e externa) teve o prazo médio de pagamento de 3,95 anos. Considerando apenas a dívida interna da União em poder do mercado teve um prazo médio de pagamento de 3,84 anos.



Fonte: Valor 10.02.24

RESERVAS CAMBIAIS BRASILEIRAS ONERAM AS DESPESAS PÚBLICAS

As Reservas Cambiais avaliadas sob o conceito de liquidez internacional alcançaram, ao final de 2023, o total de US$ 355,03 bilhões – para uma Dívida Externa Bruta de US$ 339,15 bilhões – o que significa uma expansão de 9,34% em relação ao ano anterior. Portanto, o Brasil é credor em relação ao resto do mundo, em US$ 15,88 bilhões. Assim, o nível de Reservas Cambiais brasileiras é também superior em 47,74% das importações totais anuais de US$ 240,80 bilhões do país – mais do que o suficiente para cobrir um ano e meio de importações – relação que considero bastante elevada e desnecessária. Evidentemente, tal política oferece conforto e segurança às contas e à exposição do país no exterior, mas elas embutem um custo bastante alto às contas públicas nacionais.

Estudo elaborado pela economista Vima Pinto, do Instituto Fiscal Independente e publicado no Valor de 10.02.2024, revela que o carregamento das Reser-

vas Cambiais brasileiras custaram ao país, em 2023, o equivalente a 1,93% do PIB-Produto Interno Brasil, e assim, estimado em US$ 42,03 bilhões – ou R$ 209,7 bilhões. Evidentemente, esse custo já está contabilizado nas despesas totais de juros nominais sobre a Dívida Pública brasileira de 2023 e que somaram R$ 718,3 bilhões no mesmo período.

Já há vários anos venho defendendo a utilização de parte das Reservas Cambiais – do país – US$ 100 bilhões, por exemplo, para investimentos em infraestrutura e saneamento básico. Além de promover o barateamento dos custos de produção e melhorar o nível de competitividade e a qualidade de vida, bem como a expansão do nível de emprego, tal decisão possibilitaria o crescimento da economia brasileira em 0,5% - sem precisar incorporar nenhum outro custo adicional ou aumento da dívida pública. De outro lado, em nada diminuiria a exposição e os riscos externos do país.

JURO ALTO: REMÉDIO OU VENENO?

Artigo publicado no jornal Estado de Minas do dia 11 de fevereiro, de autoria do renomado economista Paulo Rabello de Castro, ex-presidente do BNDES:

"Numa síntese corajosa, o Banco Central tem, sim, mandato para defender a estabilidade da moeda, mas certamente não tem alçada para destruir, mesmo acidentalmente, a produção brasileira. Há um sutil limite, uma marca divisória, entre usar o fármaco do juro como remédio ou de aplicá-lo como veneno. Mas é nítida a desconsideração do Copom - o Comitê de Política Monetária que fixa a taxa básica de juros - sobre o estado de saúde da economia. Há décadas, a SELIC é fixada sem aparente preocupação pelos efeitos do juro no nivel do emprego nem sobre os bilhões de reais diariamente pagos como juros, tanto pelo governo como por empresas e pessoas. Só ano passado, o dispêndio federal com juros foi a R$586 bilhões. Este ano pode chegar perto de R$ 800 bi. Nenhum outro gasto federal compete com essa soma astronômica. Apesar disso, o Legislativo não debate juros na aprovação orçamentária anual. Esse gasto é considerado "automático".

Com sua independência legal, o Banco Central ficou ainda mais longe de qualquer escrutínio pela sociedade. Ao inibir o consumo com juros mais altos, na expectativa de moderar a demanda e, assim, deter uma alta inflacionária, o BC deveria mostrar sensibilidade pelo fato de estar também refreando a produção, com efeito recessivo mais forte no Brasil do que em outros países, por causa do oligopólio nos juros bancários - taxas de cartões, créditos diretos e saques especiais. Enquanto o BC deixa passar isso, a inflação permanece acima do limite da meta por três longos anos.

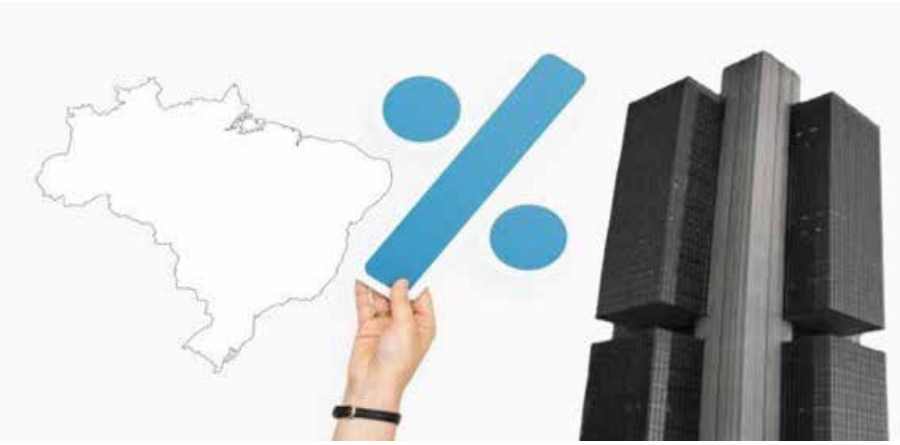
A presunção do BC de que os juros detêm o consumo é afirmação fraca na medida em que não se aplica ao consumo do governo - que é comandado pelo saldo financeiro entre o que o governo gasta e arrecada- aí incluídos os enormes gastos previdenciários, assistenciais e pagamentos aos rentistas que, por definição, farão decisões de consumo bastante insensíveis ao nível de juros. Nesse caso, boa parte do esforço de aplacar a inflação com o remédio de juros altos é jogado fora por uma mistura incorreta entre a política monetária (demasiadamente apertada) e a fiscal (frouxa demais). Se isso é fato, então o mandato dado ao Banco Central para manter a inflação nos limites da meta é um comando legal torto ou incompleto. Em bom português, é um mandato estúpido, porque não "conversa" com o lado fiscal. O governo gastador não se sente responsável pela inflação de demanda (sem oferta correspondente) que ele mesmo provoca. Destrói-se a produção nacional, mas o consumo excedente permanece, sustentado por largas transferências fiscais e gordos encargos sobre a dívida pública.

Não poderiam ter inventado uma "independên-

cia" mais disfuncional. Em última instância, a responsabilidade sobre inflação não é só do BC e, sim, do hoje camuflado Conselho Monetário Nacional, que a mídia e a academia desconhecem. Ali, sentados no CMN, deveriam estar os ministros da Fazenda e do Planejamento, o presidente do BC, como também membros independentes da sociedade, com mandato para defender a moeda e sustentar a saúde da produção. Para auxiliar o CMN nesta tarefa, há previsão legal de outro órgão relevante - o Conselho de Gestão Fiscal - criado no art. 67 da LRF desde 2000, mas jamais instituído. Por quê?

O mercado não tem razão científica alguma para defender o atual nível de juros. Esse nível tem sido praticado acima da "normalidade" (ou seja, muito acima do que seria a relação do risco-país com a inflação projetada) enquanto os governos tampouco se empenham com clareza para dar a cada real arrecadado de imposto o tratamento de seriedade e dignidade que o gasto público merece.

Se o presidente fala sério sobre juros, e se o "mercado" decidir parar de repetir narrativas convenientes à manutenção de suas vantagens, deveríamos sentar para fazer cumprir os mandatos dos dois conselhos, o monetário e o fiscal, sendo o primeiro por precisar ser reformado e empoderado e o segundo, para ser instituído e prestigiado.



Quanto aos colegas economistas, que possamos perceber a ilusão de tentar alcançar uma estabilidade de preços jogada exclusivamente nas costas do BC e dos juros na lua. Essa é uma péssima opção para o País. Não à toa temos tido, desde o Plano Real, um desempenho médio do PIB Brasil de apenas 2% ao ano enquanto, na média mundial, o PIB planetário tem crescido a 3,5%. E assim continuaremos, nesse auto-engano, até que o País consiga atribuir os deveres da condução monetária e fiscal aos atores corretos e na medida certa das responsabilidades de cada um. Só então, o juro deixará de atuar como veneno que nos paralisa e impede de crescer".

A DISCUSSÃO SOBRE OS JUROS DA DÍVIDA E UMA VIAGEM AINDA SEM DESTINO

Destaco, a seguir, artigo de autoria do ex-deputado federal e ex-ministro da Previdência Social, advogado Roberto Brant, publicado na edição de abril de 2023, em MercadoComum:

"Depois de quase três meses da posse ninguém sabe exatamente para onde vai nos levar o governo Lula. Afora algumas iniciativas simbólicas no caminho certo, principalmente no campo da cultura e dos valores humanos, não há qualquer indício de que metas o governo pretende alcançar no campo econômico e no campo social, salvo algumas generalidades sem a devida consistência.

Em praticamente nenhuma área é possível detectar sinais de que grandes planos estão em preparação e que em breve o país será surpreendido com bons projetos e iniciativas destinadas a enfrentar com realismo e efetividade os infinitos problemas do país. É preciso ressalvar, por dever de justiça, que o Ministério da Fazenda não merece ser nivelado ao restante do governo, pois parece que está tratando de construir um arcabouço fiscal que concilie a necessidade de investimentos públicos e a solvência de longo prazo da dívida. Se vai chegar a um bom termo ainda é difícil saber pois terá que resistir à leviandade do seu partido e à impaciência do próprio presidente.

O principal problema do país é o baixo crescimento, que está se tornando um traço permanente da economia brasileira. Esta situação é incompreensível dado que temos abundância de recursos reais e não sofremos nenhuma limitação externa, como aconteceu durante todo o nosso passado. Nenhum país do mundo, talvez com a exceção dos Estados Unidos, desenvolveu-se sem a liderança do Estado. A única resposta razoável ao enigma da nossa pobreza é o mal funcionamento da política. Por isto parece claro que precisaríamos de liderança política de alta qualidade para inspirar os consensos necessários e guiar o processo.

Neste sentido a discussão sobre os juros da dívida e a necessidade de um espaço fiscal para investimentos que elevem a produtividade da economia tem toda a razão de ser neste momento. No entanto, a forma desastrada e contraproducente

como vem sendo tratada a questão pelo presidente Lula e pelo seu partido é incompreensível. Esta é uma questão de fundo e não um motivo de bate-boca. O método escolhido apenas gera instabilidade nos mercados e não resolve nada.

Os juros no Brasil estão fora do lugar, não só agora, mas há muito tempo. Utilizando dados oficiais do FMI podemos verificar de que maneira nesta matéria o Brasil é um ponto fora da curva. Entre 2012 e 2019 o déficit público nos países ricos foi em média 3,2% ao ano, do qual 50% resultou de excesso de gastos em relação à receita e 50% devido aos juros da dívida pública. Nos países emergentes como o nosso, o déficit médio foi de 3,3%, sendo 55% por excesso de gastos e 45% devido aos juros. No Brasil as coisas foram totalmente diferentes: nosso déficit médio foi de 6,7%, resultado de um déficit primário de 0,7% ao ano e 5,7% dos juros da dívida. Não chegamos onde chegamos por excesso de gastos, mas por excesso de juros.

Tanto nos Estados Unidos quanto na União Europeia a autoridade monetária tem autonomia, mas as políticas fiscal e monetária dialogam entre si, pois do contrário teríamos duas forças em sentido contrário paralisando a economia e os negócios, o que seria um absurdo. Teremos que fazer o mesmo aqui, pois nosso desequilíbrio fiscal decorre fundamentalmente do custo da dívida e não será resolvido somente com redução de gastos, até mesmo porque os únicos gastos que acabamos cortando são os investimentos públicos, que estão próximos de zero.

Este diálogo não é conversa de botequim ou discurso eleitoral. É um diálogo com os setores da sociedade numa busca ordenada de pontos em comum visando construir credibilidade. Um governo no qual se confia e que apresenta uma proposta de trajetória de longo prazo viável, pode começar aumentando a dívida para criar crescimento e na sequência, com mais renda e recursos fiscais, reverter a tendência.

O governo Lula visivelmente não tem maioria na sociedade e não vai controlar o Congresso automaticamente. Sua única saída não vai ser o grito, mas sim a entrega do único resultado que as pessoas desejam: oportunidade e prosperidade. Para isto é preciso juízo".

RESGATO, A SEGUIR, ALGUMAS FRASES DE DISCURSOS E PRONUNCIAMENTOS DO PRESIDENTE JK:

Não se descobriu melhor combate à carestia do que produzir

"E qual é o caso do Brasil? Em resumo, é que logremos tirar as consequências do nosso patrimônio, de nossa herança. Que o que vale não o valha apenas simbolicamente, mas de maneira tangível. O problema do Brasil, que envolve tudo o mais, é ativar a riqueza nacional.

Precisamos produzir e produzir em boas condições econômicas, para salvar o Brasil. Precisamos produzir e bem, para que os preços baixem. Não se descobriu até agora melhor combate à carestia do que produzir. A revolução necessária entre nós é do progresso e da expansão. O resto é loquela, é perda de substância, é maldade de impatriotas desajustados.

Convoco-vos para a tarefa de acompanhar e dirigir o crescimento desta nação. Convoco-vos para a revolução da prosperidade, para a reação contra a miséria, para o repúdio ao qualificativo de país subdesenvolvido, com que nos designam ainda. Não queremos ser país subdesenvolvido, não devemos aceitar esse rótulo. País que se desenvolve, isso sim".

(Do discurso proferido em 25 de outubro de 1956, no Rio de Janeiro – no Automóvel Clube do Brasil, em homenagem à Confederação Nacional dos Trabalhadores da Indústria).

Remédios para a estabilidade

"Pretender solucionar a crise brasileira com remédios prescritos para o único fim de estabilidade, como se fôssemos uma terra exausta e um povo cansado, necessitados de equilibrar as poucas forças que ainda nos restassem é semelhante, malgrado as deformações que acarretam todas as analogias, ao intento de se tratarem as crises da puberdade com medicamentos destinados a mitigar a senectude.

Transportaram-se para o nosso País, mecânica e acriticamente, técnicas e instituições que, ou não correspondiam mais às condições de nossa época – como é o caso das correspondentes ao liberalismo europeu do século XXI, ou não se ajustaram à nossa realidade – como é o caso das que insistem em dar tratamento monetário a fenômenos que são basicamente econômicos."

Apresento, ainda e adicionalmente, alguns textos de autoria do ex-presidente Juscelino Kubitschek de Oliveira, extraídos da coletânea de 3 livros intitulada "JK: Profeta do Desenvolvimento – Exemplos e Lições ao Brasil do Século XXI", de minha autoria e publicado por MercadoComum:

O combate à inflação deve ser tenaz, ininterrupto, mas os remédios devem ser aplicados com prudência

"Impõe-se, portanto, a conclusão de que, num país como o nosso, não somente as peculiaridades geográficas e humanas, mas também os dados acerca da evolução econômica indicam o desenvolvimento acelerado como o único caminho de salvação. Nenhuma política será legítima, se não objetivar, com caráter prioritário, o desenvolvimento. É esta uma diretriz que já nenhum go-

verno poderá abandonar no Brasil.

Voltamos, assim, a encontrar novas razões para um tratamento prioritário do desenvolvimento, cujos objetivos só poderiam ser subordinados ao ideal da estabilidade monetária, se nossa economia tendesse a alcançar espontaneamente uma taxa satisfatória de crescimento. Uma vez, porém, que nossa taxa histórica de crescimento é de modo manifesto insuficiente, o sacrifício do objetivo máximo da intensificação do desenvolvimento importaria em dar de antemão a batalha por perdida.

Não desejamos alcançar a estabilidade a qualquer preço, pondo a perder a nossa política de desenvolvimento. Cumpre, aliás, assinalar que o esforço de investimento da economia brasileira nos últimos anos não pode ser considerado anormalmente grande, pois que se situa num nível entre treze e dezesseis por cento do produto bruto. Em vários países, de estrutura similar à do Brasil, essa taxa tem-se elevado a dezoito e, mesmo, vinte por cento. Diga-se, mais, que a participação do setor público no conjunto da nossa economia não é desmesurada, sendo raro que atinja os vinte e cinco por cento considerados normais até em países onde o processo de formação de capital depende muito menos da ação pública. No que toca à despesa orçamentária federal, a participação no produto bruto declinou para 11,7 por cento em 1958, depois de haver alcançado 12,1 em 1956. Nessas condições, não estamos exigindo da nossa economia um esforço superior ao que sua estrutura é capaz de suportar: não há sobreinvestimento, nem volume exagerado de inversões públicas. Se quiséssemos proceder a uma redução brusca dos investimentos ou dos gastos públicos, teríamos uma diminuição da atividade econômica e correríamos o grave risco de pagar em desemprego o que ganhássemos em moderação inflacionária. O combate à inflação deve ser tenaz, ininterrupto, mas os remédios devem ser aplicados com prudência, a fim de evitar sérias repercussões de natureza político-social".

Não desejamos alcançar a estabilidade a qualquer preço

"Voltamos, assim, a encontrar novas razões para um tratamento prioritário do desenvolvimento, cujos objetivos só poderiam ser subordinados ao ideal da estabilidade monetária, se nossa economia tendesse a alcançar espontaneamente uma taxa satisfatória de crescimento. Uma vez, porém, que nossa taxa histórica de crescimento é de modo manifesto insuficiente, o sacrifício do objetivo máximo da intensificação do desenvolvimento importaria em dar de antemão a batalha por perdida.

Não desejamos alcançar a estabilidade a qualquer preço, pondo a perder a nossa política de desenvolvimento.

Se quiséssemos proceder a uma redução brusca dos investimentos ou dos gastos públicos, teríamos uma diminuição da atividade econômica e correríamos o grave risco de pagar em desemprego o que ganhássemos em moderação inflacionária.

O combate à inflação deve ser tenaz, ininterrupto, mas os remédios devem ser aplicados com prudência, a fim de evitar sérias repercussões de natureza político-social".

Nosso país deve arrumar a casa produzindo, trabalhando, exigindo de seus filhos um esforço mais racional e um maior rendimento de produção

"Nenhuma política econômica será bastante convincente para mim, ou conveniente para meu país, se não considerar a realidade positiva de que é necessário alimentar, vestir e amparar novos contingentes humanos que vêm ampliar nossa superfície demográfica. Aos que, de boa-fé, nos aconselham medidas de contenção indiscriminadas, peço que recordem as condições em que se operou o desenvolvimento de grandes nações e julguem se lhes foi possível vencer os obstáculos com que se defrontavam sem criar riqueza. Aos que pensam que o Brasil deve parar a fim de pôr a casa em ordem, respondo que nosso país deve arrumar a casa produzindo, trabalhando, exigindo de seus filhos um esforço mais racional e um maior rendimento de produção. Constituiu sempre uma das preocupações centrais de meu Governo coordenar as medidas tendentes ao mesmo tempo a salvar a nossa moeda, estabilizar a vida econômica, encorajar o aumento da produção, jugular o surto inflacionário".

"Os partidários da miséria que se deem por desesperançados. O País cresceu. Ninguém ousa negá-lo. Mesmo aqueles críticos aos quais causa estranheza tudo o que rompe a estática, não se atrevem a pôr em dúvida que subiu a produção, aumentou acentuadamente o potencial criador, melhorou indiscutivelmente o padrão geral e vida.

A inflação a todos amedrontava, pois nossas elites se limitavam a estudar-lhe os aspectos técnicos. O mito de que os planos econômicos arrojados exacerbariam a inflação tornava tímidas as iniciativas, matando no papel os planos de investimentos infraestruturais e desviando o espírito de indagação de nossos dirigentes das profundas motivações econômicas e sociais que geravam o fenômeno. Buscava-se a igualdade dos saldos, o equilíbrio da moeda, e pouco se atentava para a fraqueza da nossa economia, causa da fraqueza da nossa moeda.

Não percebiam, muitos, que no Brasil, em lugar de nos dedicarmos a combater a inflação em suas expressões exteriores, de reagirmos apenas contra seus efeitos, deveríamos antes conhecer-lhe as causas socioeconômicas no plano interno e no campo das relações internacionais".

O REENCONTRO DO BRASIL COM O CRESCIMENTO ECONÔMICO E O DESENVOLVIMENTO

O Brasil precisa se reconciliar com o crescimento econômico vigoroso, consistente, contínuo, sustentável e eleger o desenvolvimento como a nossa meta prioritária número 1!

O crescimento econômico vigoroso deve deixar de ser apenas uma casualidade, uma questão ou uma efemeridade, um acontecimento meramente fortuito para se transformar, efetivamente, na grande meta econômica nacional, permeando a convolação do País em uma economia madura e desenvolvida. Nesta direção, já tivermos antes, vários exemplos de sucesso e que poderiam nos servir de inspiração, como o caso do Plano de Metas, implementado durante o governo JK.

Transformar o Brasil em nação desenvolvida - essa deve ser a nossa bandeira e visão de futuro. E, nesse sentido, impõe-se uma mudança radical de mentalidade. Não há mais tempo a perder e essa deve ser a decisão imediata a ser tomada e inadiável por mais tempo. Se não a iniciarmos nos restará, tão-somente, o consolo do atraso e com ele também chegará, inevitavelmente, a desordem institucional atrelada a ameaças à nossa democracia.

Não se pode continuar aceitando nem mais tolerar que o Brasil seja condenado ao atraso e ao subdesenvolvimento. Essa não é a nossa sina nem poderá ser o nosso destino!

O Brasil não pode prescindir do crescimento: o estoque de problemas econômicos e sociais, acumulados, eleva-se exponencialmente, apesar da desaceleração da taxa de crescimento da população. Só a expansão da economia preencherá as condições necessária para o enfretamento e atenuação dos mesmos.

Requer ao Brasil buscar a sua transformação em país desenvolvido, como foi o Chile, assim declarado alguns anos atrás. Assim como vem funcionando – com as suas devidas ressalvas o "Sistema de Metas de Inflação", o Brasil deveria estabelecer outro modelo similar, com a implantação de um "Sistema de Metas de Crescimento Econômico Vigoroso e Contínuo, Consistente e Sustentável", estabelecido através de planejamento estratégico de médio e longo prazo.

País que não cresce é país condenado à pobreza e ao subdesenvolvimento, e, por isso, torna-se imprescindível o estabelecimento de uma "Agenda Estratégica para o Desenvolvimento Nacional" – em que a transformação do Brasil em nação desenvolvida seja o grande objetivo.

*CARLOS ALBERTO TEIXEIRA DE OLIVEIRA

Administrador, Economista e Bacharel em Ciências Contábeis, possuindo vários cursos de pós graduação no Brasil e exterior. Ex-Executive Vice-Presidente e CEO do Safra National Bank of New York, em Nova Iorque, Estados Unidos. Ex-Presidente do BDMG-Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais e do Banco de Crédito Real de Minas Gerais; Foi Secretário de Planejamento e Coordenação Geral e Secretário de Indústria, Comércio e Mineração do Governo de Minas Gerais e Diretor-Geral (Reitor) do Centro Universitário Estácio de Sá de Belo Horizonte; Ex-Presidente do IBEF Nacional – Instituto Brasileiro de Executivos de Finanças e da ABDE-Associação Brasileira de Desenvolvimento; Coordenador Geral do Fórum JK de Desenvolvimento Econômico; Presidente da ASSEMG-Associação dos Economistas de Minas Gerais. Presidente da MinasPart Desenvolvimento Empresarial e Econômico, Ltda. Vice-Presidente da ACMinas – Associação Comercial e Empresarial de Minas. Presidente/Editor Geral de **MercadoComum**. *Autor de vários livros e, entre os quais, a coletânea intitulada "Juscelino Kubitschek: Profeta do Desenvolvimento – Exemplos e Lições ao Brasil do Século XXI" e "A Economia com Todas as Letras e Números".*

ESG e o seu impacto no mercado de captação de investimentos

A importância da aplicação das práticas de meio ambiente, social e governança para atrair investidores

Nos últimos anos, o conceito de ESG (Environmental, Social, and Governance) se destacou como um dos principais critérios para avaliar o desempenho das empresas. Esses três pilares — ambiental, social e de governança — se tornaram cada vez mais relevantes para o mercado financeiro, impactando diretamente como investidores, acionistas e consumidores percebem as organizações.

Segundo a pesquisa Global da Ernest & Young, "Global Reporting and Institutional Investor Survey", 78% dos entrevistados apontam que os critérios do ESG devem ser aplicados aos negócios, mesmo que haja uma redução nos lucros a curto prazo. Tendo ouvido mais de mil líderes financeiros e 320 investidores, a pesquisa ainda ressalta que 99% dos investidores usam as informações sobre ESG divulgadas pelas empresas como parte de suas decisões de investimento.

Para Jennifer Chen, CEO da JC Capital e especialista em captação de investimentos, a integração desses critérios na estratégia empresarial não apenas atende às demandas crescentes da sociedade por responsabilidade, mas também pode gerar impactos positivos nos resultados financeiros das empresas — incentivando a competitividade no mercado. "Empresas que praticam ESG geralmente são mais valorizadas pelos investidores. Isso ocorre porque essas práticas são percebidas como indicadores de gestão sólida, mitigação de riscos e responsabilidade social", esclarece a especialista.

Com toda sua experiência no setor, Jennifer ainda ressalta que o ESG veio para ficar e nunca esteve tão presente na indústria de investimentos como agora. "É importante ressaltar o potencial do conceito como algo que veio transformar o mercado e vai deixar seu legado por muitos anos." Mas, afinal, o que são as práticas de ESG e como podem ser adotadas em

uma empresa? Confira a explicação de Jennifer Chen, a seguir:

OS PILARES ESG E SEUS IMPACTOS

Do inglês, Enviroment, Social e Governance, a sigla ESG representa um conjunto de diretrizes e melhores práticas voltadas a avaliar se uma empresa é socialmente consciente, sustentável e adequadamente administrada.

Conforme explica Jennifer, os critérios são utilizados para mensurar a responsabilidade de uma empresa e seus impactos positivos na sociedade. "Essas medidas devem ser integradas à estratégia e ao modelo de negócios das organizações, visando aplicar suas práticas e contribuir para a construção de um futuro melhor".

O pilar ambiental analisa a responsabilidade da companhia com o meio ambiente e a sustentabilidade em suas operações, como: a gestão de resíduos; políticas de desmatamento (caso aplicável); uso de fontes de energia renováveis pela empresa; e o seu posicionamento em relação a questões de mudanças climáticas.

Já a parte social avalia como a empresa gerencia a sua cultura organizacional, seu relacionamento com colaboradores, fornecedores, clientes e o seu impacto na sociedade como um todo. "Desde garantir o bem-estar e saúde dos funcionários (com seus devidos direitos respeitados), até desenvolver discussões quanto à equidade de gênero e racial, políticas de inclusão e de combate ao etarismo", afirma.

Por fim, mas não menos importante, os critérios da governança são responsáveis por identificar como é o relacionamento entre sócios, conselho de administração e diretoria. Essa avaliação é feita a partir de como a empresa atende aos interesses dos funcionários, acionistas e clientes; sobre a entrega de relatórios completos e honestos; sobre sua transparência financeira e como gerencia seus projetos e equipes.

POR QUE INVESTIR EM ESG EM 2024?

O relatório "Panorama 2024" da Ancham Brasil, responsável por listar as 10 principais tendências para o mercado corporativo, elencou a sigla ESG em segundo lugar — perdendo apenas para o impacto da Inteligência Artificial.

No entanto, muito mais que uma tendência, o mercado já está agindo baseado nos critérios de ESG, investindo em empresas que já praticam. Pensando nisso, a especialista listou alguns dos principais benefícios que a adoção das práticas ESG pode trazer para o seu negócio, confira:

1. Prioridade nos investimentos: os grandes fundos de investimentos vão priorizar investimentos em empresas sustentáveis, tanto pela sua responsabilidade com o meio ambiente e com a sociedade, quanto pela cobrança dos acionistas.

2. Linhas de crédito exclusivas: empresas que possuem o selo ESG podem ter acesso a linhas de crédito exclusivas que visam incentivar o desenvolvimento sustentável do planeta e diminuir os impactos negativos das grandes corporações.

3. Benefícios à longo prazo: as empresas que investem em operações limpas e sustentáveis, além de oferecer um ambiente de trabalho saudável, respeitoso, honesto e transparente, estão construindo uma base sólida, com funcionários leais e acionistas seguros.

QUAL É A CONTRAPARTIDA DO ESG COMO INVESTIMENTO?

Segundo a especialista, a contrapartida de adotar os critérios do ESG é que se trata de um investimento de médio a longo prazo. "É importante que as empresas entendam que este tipo de investimento é algo que vai sendo construído em etapas e não vai trazer resultados de uma hora para outra. No entanto, é uma decisão que vai trazer muitos benefícios no futuro."

Jennifer ainda explica que o mercado está a todo vapor e, praticamente, em todos os meses estão sendo lançados programas de investimento para ESG — tanto para crédito privado, crédito nacional e internacional. "Através da adoção desses critérios, é possível alcançar uma prosperidade duradoura, capaz de resistir aos piores desafios e contribuir para a construção de um futuro mais sustentável", conclui.

Jennifer Chen é CEO e fundadora da JC Capital, companhia que atua no mercado nacional e internacional através da captação de recursos no exterior. Sócia da Wanaka Capital, empresa de soluções financeiras sob medida, credenciada ao Safra.

O impacto da Inteligência Artificial na saúde mental dos trabalhadores

Carlos Aldan
CEO e Fundador do Grupo Kronberg, oferece insights sobre como enfrentar os desafios iminentes

A influência crescente da inteligência artificial (IA) no mercado de trabalho, destacada no último ano e reforçada por um novo relatório do Fundo Monetário Internacional, está moldando significativamente as dinâmicas profissionais e levantando preocupações sobre o impacto na saúde mental dos trabalhadores.

De acordo com as previsões do FMI, a IA afetará 40% dos empregos globais até o final de 2024, sendo 60% nas economias avançadas e 26% em países de baixa renda. O Brasil, situado na média com 41%, enfrenta uma mudança substancial no paradigma laboral. O relatório destaca que metade dos empregos impactados pela IA enfrentará desafios, enquanto o restante pode se beneficiar do aumento da produtividade.

Segundo Carlos Aldan, CEO e Fundador do Grupo Kronberg, a automação impulsionada pela IA trouxe inovações para o local de trabalho, simplificando tarefas rotineiras e aumentando a eficiência. "No entanto, essa revolução tecnológica também desencadeou mudanças nas dinâmicas laborais que podem afetar a saúde mental dos funcionários de maneiras complexas e multifacetadas", diz.

1. PRESSÃO E EXPECTATIVAS ELEVADAS:

À medida que os sistemas de IA assumem tarefas repetitivas, os funcionários muitas vezes enfrentam expectativas mais altas em relação à qualidade e originalidade de seu trabalho. A pressão para se destacar em áreas que exigem criatividade e pensamento crítico pode levar a um aumento do estresse, já que os profissionais buscam atender às demandas cada vez mais complexas.

Dica: Estabeleça metas realistas e promova uma cultura que valorize a qualidade em vez da quantidade. Incentive a comunicação aberta sobre as expectativas e ofereça suporte adicional quando necessário.

2. ISOLAMENTO E REDUÇÃO DO CONTATO HUMANO:

Com a automação de muitas funções, a interação humana pode diminuir consideravelmente. A dependência excessiva de comunicações digitais e a falta de contato face a face podem levar ao isolamento social, prejudicando a saúde mental dos funcionários. A necessidade de adaptação a ambientes de trabalho virtuais pode criar um sentimento de desconexão e solidão.

Dica: Fomente a conexão social, mesmo em ambientes virtuais. Crie oportunidades para interações face a face sempre que possível e promova o uso consciente da tecnologia para manter um equilíbrio saudável.

3. INSEGURANÇA NO EMPREGO:

A rápida evolução da IA também levanta preocupações sobre a segurança no emprego. À medida que as máquinas assumem tarefas tradicionalmente executadas por humanos, a ameaça de substituição pode gerar ansiedade e incerteza entre os trabalhadores. A constante necessidade de atualização de habilidades para acompanhar o ritmo da tecnologia pode contribuir para um ambiente laboral permeado pela insegurança.

Dica: Invista em programas de requalificação e promova uma cultura de aprendizado contínuo. Comunique de forma transparente as mudanças organizacionais, oferecendo suporte emocional durante transições.

4. RITMO ACELERADO E SOBRECARGA DE INFORMAÇÕES:

A eficiência trazida pela IA pode, paradoxalmente, levar a um ritmo de trabalho acelerado e a uma sobrecarga de informações. A constante exposição a estímulos digitais e a pressão para manter o ritmo das máquinas podem resultar em exaustão mental e emocional, contribuindo para o esgotamento profissional.

Dica: Implemente práticas de gestão do tempo e incentive pausas regulares. Promova uma cultura que valorize o equilíbrio entre trabalho e vida pessoal, reconhecendo que a eficiência não deve comprometer o bem-estar.

O QUE FAZER PARA MINIMIZAR OS IMPACTOS:

Diante desses desafios, é imprescindível que empresas e líderes adotem abordagens proativas para garantir o bem-estar de seus colaboradores. "Iniciativas que promovam um equilíbrio saudável entre o uso da IA e a preservação da qualidade de vida dos funcionários tornam-se essenciais", diz. Além disso, investir em programas de desenvolvimento de habilidades, apoio emocional e incentivar uma cultura que valorize a colaboração humana pode ser crucial para mitigar os efeitos negativos da IA na saúde mental no ambiente de trabalho.

Em 2024, a integração harmoniosa entre a inteligência artificial e a saúde mental dos trabalhadores aponta como um desafio crucial a ser enfrentado. "O futuro do trabalho não deve ser apenas inteligente, mas também compassivo, garantindo que a tecnologia contribua para um ambiente de trabalho sustentável e saudável para todos", conclui.

Dicas para alavancar o negócio online através da Inteligência Artificial

A importância de aderir a tecnologia para alavancar as vendas via marketplace

A inteligência artificial (IA) se mostra como um grande aliado dos vendedores, ajudando a oferecer experiências de compra genuinamente personalizadas. Segundo o estudo mais recente da Ebit/Nielsen, 75% das empresas de e-commerce do Brasil já utilizam algum tipo de tecnologia baseada em IA. Na atual evolução do marketplace, a personalização surgiu como uma ferramenta indispensável para atrair os consumidores e diferenciar as marcas.

"A personalização é fundamental para se destacar em meio à concorrência acirrada dentro dos marketplaces. E, por meio dos recursos de IA, os vendedores podem analisar dados em escala massiva e identificar padrões de comportamento do consumidor, permitindo a criação de ofertas e recomendações sob medida para cada cliente", afirma Rodrigo Garcia, diretor da Petina Soluções Digitais - startup especializada em gestão de vendas online via marketplaces.

Essas ferramentas possibilitam uma compreensão mais profunda dos gostos, preferências e histórico de compra de cada cliente, tornando possível oferecer produtos relevantes no momento certo e através do canal mais adequado. Além disso, as tecnologias de IA podem automatizar o processo de personalização, garantindo uma experiência consistente e eficiente em larga escala.

IA E FIDELIZAÇÃO DO CLIENTE

De acordo Garcia, a personalização impulsionada pela Inteligência Artificial não se limita apenas à seleção de produtos, mas também se estende à otimização da jornada do cliente. "Com a IA, os vendedores podem criar jornadas de compra personalizadas, desde a descoberta até o pós-venda, aumentando a satisfação do cliente e incentivando a fidelidade à marca", acrescenta ele.

VANTAGENS DE ADERIR AOS RECURSOS DE IA

Para o executivo, a ferramenta tem potencial para fazer análises de cruzamento de dados, pois ela pode ser utilizada para criar interações em chats - como no caso do ChatGPT - ou para realizar tarefas específicas, como comparar preços entre dois links e em outros sites, apresentando os resultados em uma tabela do Excel. Ainda na avaliação do líder do Grupo Petina, a IA é capaz de coletar informações de preços em diversos sites, permitindo identificar variações de preço de maneira ágil, "Portanto, a automação do atendimento ao cliente por meio da IA pode melhorar significativamente a experiência do cliente e aumentar a satisfação", diz Garcia.

"A inteligência artificial não está apenas revolucionando o varejo online, mas também redefine a relação entre vendedores e consumidores. Ao oferecer uma personalização precisa e relevante, estamos construindo um novo tipo de experiência que vai fidelizar cada vez mais clientes", finaliza o diretor.

Dengue: O que acontece e como se prevenir da doença que ameaça virar epidemia

Brasil registrou três vezes mais casos este ano que no ano passado e doença ameaça se transformar em epidemia

A dengue está preocupando autoridades de saúde após, de acordo com dados do Ministério da Saúde, o Brasil registrar, apenas nas primeiras semanas de 2024, cerca de 217.481 casos prováveis de dengue, três vezes mais que no ano passado, além de 15 mortes confirmadas e 149 em investigação.

Minas Gerais já decretou estado de emergência sobre a doença e de acordo com o Secretário de Saúde de BH, Danilo Borges, há risco de, nas próximas semanas, entrar em estado de epidemia.

COMO OCORRE A INFECÇÃO POR DENGUE?

De acordo com o Pós PhD em neurociências e Biólogo, Dr. Fabiano de Abreu Agrela, não é apenas o mosquito Aedes aegypti que pode transmitir a doença.

"É comum ouvirmos falar que o responsável pela transmissão da dengue é o mosquito Aedes Aegypti e sim, ele é um grande fator de transmissão da doença, em grande parte por se adaptar bem a ambientes urbanos, mas ele não é o único responsável. Por exemplo, o mosquito Aedes albopictus, conhecido popularmente como mosquito-tigre-asiático, também transmite a doença".

"Os mosquitos do gênero Aedes, originalmente encontrados em regiões tropicais e subtropicais, agora também estão se adaptando melhor à Europa devido às mudanças climáticas e ao aquecimento global. Esses mosquitos se multiplicam melhor em climas quentes e úmidos, principalmente em locais com água parada e a doença é transmitida pela picada da fêmea do mosquito", explica.

PRINCIPAIS SINTOMAS DA DENGUE

Os primeiros sintomas da dengue surgem de quatro a dez dias após a infecção,

podendo levar até à morte, explica o Médico Dr. Vital Fernandes Araújo.

"Embora casos graves ou fatais sejam raros, a dengue não é uma doença viral inofensiva. Os seus principais sintomas são febre alta, fortes dores de cabeça, dores articulares e musculares, erupções cutâneas e desconforto nos olhos. Pessoas infectadas também relatam fraqueza e fadiga".

"É importante buscar ajuda médica em casos graves pois a doença também pode evoluir para sangramentos, dengue hemorrágica, e outras complicações que podem ser fatais", explica.

PREVENÇÃO CONTRA A DENGUE

A principal forma de prevenção da dengue é evitar a reprodução dos mosquitos responsáveis pela sua transmissão, eliminando água parada em possíveis locais de criação, como vasos de plantas, pneus e recipientes.

Vestir roupas que cubram a pele durante o dia, quando os mosquitos estão ativos, assim como utilizar repelentes (principalmente à base de Icaridina (Picaridina) e DEET), inseticidas e mosquiteiros também são eficazes para prevenir picadas, o que além de prevenir a dengue, também previne doenças como a zika e chikungunya.

VACINAS CONTRA A DENGUE NO BRASIL

Com a aprovação da vacina contra a dengue no Brasil, a Qdenga, produzida com o vírus atenuado, podendo também ser aplicada em pessoas que já tiveram a doença, o Ministério da Saúde marcou o início da campanha de vacinação para fevereiro.

A vacinação iniciará em municípios de grande porte que apresentaram alta transmissão nos últimos 10 anos, tendo como público-alvo crianças e adolescentes entre 10 e 14 anos.

Dr. Fabiano de Abreu Agrela Rodrigues MRSB é Pós PhD em Neurociências eleito membro da Sigma Xi, membro da Society for Neuroscience nos Estados Unidos , membro da Royal Society of Biology no Reino Unido e da APA - American Philosophical Association também nos Estados Unidos. Mestre em Psicologia, Licenciado em Biologia e História; também Tecnólogo em Antropologia e filosofia com várias formações nacionais e internacionais em Neurociências e Neuropsicologia. Membro das sociedades de alto QI Mensa, Intertel, ISPE High IQ Society, Triple Nine Society, ISI-Society, Numerical e HELLIQ Society High IQ. Autor de mais de 220 artigos científicos e 17 livros.

Dr. Vital Fernandes Araújo é médico e se formou pela Universidade Federal da Bahia. Ele é pós-Graduado em Medicina Ortomolecular e pós-Graduado em Psiquiatria.

O médico hoje atua como mentor de médicos e grandes empresários através da sua metodologia que denominou de Integração Neuro Emocional.

Soltar amarras para crescer

Carlos Rodolfo Schneider
Empresário

O Brasil vem crescendo muito abaixo do que poderia e deveria, já há muitos anos, com alguns esporádicos anos fora da curva. Motivo relevante é a baixa produtividade e reduzida competitividade da nossa economia, exceção feita especialmente ao agronegócio, onde temos expressivas vantagens comparativas internacionais. Uma série de fatores interligados explicam as nossas dificuldades de competir com economias mais dinâmicas nas demais cadeias de bens comercializáveis: alta carga tributária, baixa disponibilidade de poupança interna, baixa taxa de investimentos, infraestrutura precária, serviços públicos deficientes, excesso de burocracia, engessamento do orçamento público.

As despesas correntes, isto é, os gastos para manter a máquina pública, tem crescido nas últimas décadas. Isso tem forçado o aumento da carga tributária, que passou da faixa de 25% do PIB na década de 1990, para 33% a 35% nos últimos anos. Além disso, levou a uma redução na taxa de investimentos de 25% para o intervalo de 15% a 18%. Investimentos em infraestrutura, fundamentais para que o país possa crescer, caíram de 5% do PIB para perto de 1%, o que não é suficiente nem para repor a depreciação do que aí está. Além disso, o governo em muitas ocasiões tem captado parcela relevante da poupança da sociedade para se financiar, o que pressiona a taxa de juros, outro importante componente do pesado Custo Brasil.

Para melhorar o ambiente de negócios no país, temos que continuar fazendo mudanças, reformas micro e macroeconômicas, que preparem o país a liberar-se da armadilha da renda média. Já fizemos importantes avanços com as reformas previdenciária e trabalhista, e temos agora uma grande oportunidade de avançar numa reforma tributária, mesmo que parcial, para simplificar a caótica estrutura de impostos. Necessário fazer o alerta para que se resista à pressão pelo aumento da carga tributária, e para a manutenção ou concessão de privilégios para segmentos ou agentes econômicos com maior capacidade de fazer lobby, levando a aumento de carga para os demais.

Muitas das amarras podem ser resolvidas com reformas infraconstitucionais, de mais fácil aprovação, a exemplo das já aprovadas Lei de Liberdade Econômica, independência do Banco Central e minirreforma política que restabeleceu a cláusula de barreira, privatização da Eletrobrás. Temos que aumentar o ritmo de ajustes, dada a ainda grande defasagem em relação às economias mais eficientes. A própria Reforma Tributária precisa ter uma segunda tranche de simplificações, e um importante esforço para redução da pesada carga de impostos, a mais elevada entre os países emergentes, que penaliza empresas e famílias no país. Isso requer que o Estado precise de menos recursos, isto é, que o gasto público seja mais eficiente. A tão aguardada Reforma Administrativa é um passo importante nessa direção, juntamente com medidas apenas gerenciais, que melhorem processos administrativos, preenchendo os cargos com quadros qualificados, cujo desempenho seja reconhecido por uma meritocracia de fato, ao contrário do que hoje acontece.

Outro ponto importante a enfrentar, apontado com frequência por analistas externos, é a falta de senso de urgência no Brasil, o hábito de procrastinar as mudanças necessárias. Como exemplo, a falta de regulamentação até hoje de vários artigos da relevante Lei de Responsabilidade Fiscal editada no ano 2000. Como o artigo 67, que prevê a criação de um Conselho de Gestão Fiscal (CGF), que seria uma instituição fiscal independente, um xerife das contas públicas, composto por representantes da sociedade civil e do poder público, com a missão de orientar e vigiar tanto receitas como despesas públicas. É um instrumento que outros países, que têm uma boa equação fiscal, têm usado com sucesso para aumentar a eficiência do gasto público e por consequência reduzir o peso do Estado sobre a sociedade.

O Movimento Brasil Eficiente (BEM) se empenhou para implantar o CGF ao propor a regulamentação do artigo 67 por meio do projeto de lei de autoria do então senador Paulo Bauer. Aprovado por unanimidade no Senado em 2015, o projeto sofreu alterações na Câmara dos Deputados, que eliminam os representantes da sociedade civil da sua composição, o que precisa ser revisto. Em reunião recente com o presidente da Câmara Arthur Lira, representantes das Federações da Indústria do Rio Grande do Sul, de Santa Catarina e do Paraná formalizaram um pleito para a retomada do trâmite deste importante projeto de lei, com as necessárias readequações. Entendem as três federações que o poder público deve aprender a fazer mais com menos, para que também a sociedade consiga fazer mais, e especialmente o setor industrial, o mais dinâmico da economia, possa cumprir o seu potencial de contribuir com o desenvolvimento do nosso país.

Lula visita Minas pela 1ª vez em seu atual mandato e anuncia investimentos de R$ 121 bilhões para o estado

Ricardo Stuckert/PR

O presidente Lula visitou Minas Minas Gerais chegando a Belo Horizonte no dia 8 de fevereiro e alguns de seus ministros apresentaram e detalharam os investimentos que o Governo Federal vai aplicar em Minas Gerais nos próximos anos. Ao todo, serão R$ 121 bilhões a serem distribuídos em diversas áreas e regiões, incluindo obras e construção de estradas e rodovias, programas de abastecimento de água para mitigar a seca no Vale do Jequitinhonha e Mucuri e região Norte do Estado, readequação do Anel Rodoviário de BH, dentre outros.

"Não temos o hábito de dar continuidade às obras de um governo para o outro porque todo governo quer deixar a sua marca, mas gostaria de lembrar que a gente mede a qualidade das obras de um Estado pelo conjunto todo. Então, este anúncio faz parte de uma política pública civilizatória. Queremos que essas obras sejam resultado nas necessidades de cada cidade, de cada estado", completou o presidente.

O Novo PAC – Programa de Aceleração do Crescimento, com o objetivo de promover investimentos do governo federal, prevê a destinação de R$ 121,4 bilhões para Minas Gerais. O anúncio foi realizado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no MinasCentro. em visita a Belo Horizonte. Do valor total previsto, R$ 84,8 bilhões serão aportados em projetos regionais, que incluem obras que abrangem outros estados, como rodovias e ferrovias. O restante, em torno de R$ 36,7 bilhões, será liberado exclusivamente para demandas mineiras. As rodovias receberão R$ 33,3 bilhões, incluindo a manutenção de 5,6 mil quilômetros e execução de obras em 307,5 quilômetros. Entre os projetos, estão a adequação do Anel Rodoviário da Capital, duplicações e adequações em rodovias, como a BR-381. Para as ferrovias, a estimativa é de R$ 28,3 bilhões.

Rodrigo Pacheco é o candidato de Lula ao governo de Minas em 2026

O presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva (PT), afirmou que o presidente do Senado, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), deve ser considerado para concorrer ao governo de Minas Gerais em 2026. A declaração foi feita em entrevista à Rádio Itatiaia na manhã desta 5ª feira (8.fev.2024). "Pacheco é, possivelmente, a grande personalidade pública de Minas Gerais hoje no cenário nacional. [...] Eu acho que ele é uma figura que tem que ser levada em conta em qualquer discussão eleitoral em Minas Gerais", disse.

Lula afirmou que o presidente do Senado teve "um papel muito importante na garantia da democracia na defesa das instituições". Disse que Pacheco "pode querer discutir" sua candidatura ao governo mineiro e que está aberto ao debate, inclusive, com a possibilidade de apoiá-lo. "Sinceramente, eu acho que nós vamos ter que construir as alianças necessárias. Nós precisamos não apenas eleger o governador, mas nós precisamos eleger senadores. É muito importante a construção de candidaturas ao Senado que sejam possíveis de serem eleitas, de gente que tenha embocadura política", declarou.

Embora tenha se mostrado aberto a apoiar Pacheco caso haja sua candidatura oficial para Minas, o presidente afirmou que ainda "é muito cedo" e que o foco, neste momento, são as eleições para as prefeituras em outubro. "Quando chegar 2025, nós começamos a pensar em 2026", afirmou.

Bolsonarismo está vivo, tem capacidade de mobilização e mostrou força

Ao todo, segundo a Secretaria de Segurança Pública de São Paulo, foram cerca de 600 mil pessoas nas ruas

A manifestação do domingo dia 25 de fevereiro, na avenida Paulista em São Paulo - SP contou com a presença de milhares de pessoas -mesmo ele estando inelegível. Não houve ocorrência de atos contra a democracia e suas instituições. Governadores em busca do apoio de setores mais à direita, como Tarciso, Zema e Caiado participaram. Vários parlamentares também estiveram presentes. Em seu discurso, Bolsonaro tentou se defender das acusações de golpe, falou em pacificação e pediu anistia aos réus do 08 de janeiro. O evento evidenciou que, apesar da derrota em 2022 e os problemas na Justiça, o Bolsonarismo ainda é uma força importante junto aos setores mais conservadores da sociedade e que o seu líder, Jair Bolsonaro, ainda é um ator político relevante.

O ato do ex-presidente Jair Bolsonaro (PL), na Avenida Paulista, contou com a presença de ao menos 94 dos 97 políticos que estavam na lista de confirmados. Três senadores que não haviam confirmado presença foram ao evento. Ao todo, foram 4 governadores: Tarcísio de Freitas (Republicanos-SP), Ronaldo Caiado (União Brasil-GO), Jorginho Mello (PL-SC) e Romeu Zema (Novo-MG). O prefeito da capital paulista, Ricardo Nunes (MDB), também marcou presença.

O ex-presidente Jair Bolsonaro durante o seu discurso negou ter havido tentativa de golpe de Estado depois das eleições de 2024. Defendeu um projeto de anistia aos "pobres coitados" do 8 de Janeiro –quando as sedes dos Três Poderes foram invadidas e depredadas, em 2023. O ex-chefe do Executivo disse que busca "pacificação", "passar a borracha no passado" e uma "maneira de viver em paz". Afirmou que, depois de deixar a Presidência, saiu do país e não buscou questionar o resultado das urnas.

Antes de seguir para a avenida Paulista ontem, para o ato convocado por ele, o ex-presidente Jair Bolsonaro almoçou com os governadores Tarcísio de Freitas, Romeu Zema e Jorginho Mello. A foto do encontro foi publicada pelo senador Rogério Marinho em sua rede social. Logo após, os três governadores seguiram juntos para o local da manifestação. Tarcísio de Freitas, Rogério Marinho, Romeu Zema, Jair Bolsonaro e Jorginho Mello.

HOUVE EFEITO OU NÃO NO ATO PRÓ-BOLSONARO?

O ato de apoio ao ex-presidente Jair Bolsonaro realizado no dia 25 de fevereiro, em São Paulo, foi grande, mas o efeito prático para suas

investigações foi nulo. Segundo Paulo Niccoli Ramirez, cientista político e professor de sociologia da ESPM, o saldo positivo da manifestação na Avenida Paulista está na grande massa de apoiadores vindos de diversas regiões e de cidades vizinhas e do interior paulista. "O evento fortalece a imagem do ex-presidente, inclusive para o seu apoio nas campanhas municipais deste ano, e tenta fazer pressão contra o STF".

O especialista ressalta também que na prática o ato teve a intenção de se livrar das acusações de tentativa de golpe. Já no lado negativo, mostrou a cara do conservadorismo, encontrados nos atos antidemocráticos, com milhares de pessoas a favor do golpe, "uma mancha na imagem da Democracia brasileira, incentivada por uma tentativa de ruptura institucional".

Os ataques ao STF ficaram concentrados nas falas daqueles que discursam na manifestação, bem como na polarização política de apoio a Israel, por meio de cartazes, bandeiras e no discurso. "A intenção maior da manifestação foi dar um recado ao STF de que Bolsonaro poderia se transformar num mártir. O efeito disso foi nulo", conclui Ramirez.

Michelle Bolsonaro aparece em 2º lugar às eleições presidenciais de 2026, mas Lula lidera

Aliados do ex-presidente Jair Bolsonaro acreditam que nem tudo está perdido. Isso porque a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro, do PL, aparece à frente do governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), nas eleições de 2026. Os nomes de Michelle e Tarcísio foram testados pelo Instituto Paraná, em uma pesquisa nacional encomendada pelo PL, de Bolsonaro e Valdemar Costa Neto.

Em uma sondagem estimulada com Michelle como candidata, Lula (PT) lidera a corrida pelo Palácio do Planalto, com 37,6% das intenções de voto. A ex-primeira-dama aparece em segundo lugar, com 23%, seguida por Ciro Gomes (PDT), 9,3%, Romeu Zema (Novo), 6,5%, Ratinho Junior (PSD), 5,1%, Ronaldo Caiado (União), 1,9%, e Helder Barbalho (MDB), 0,9%. Brancos e nulos somam 11,2% e indecisos, 4,4%.

Bicentenário de relações diplomáticas entre o Brasil e os Estados Unidos

O Ministério das Relações Exteriores do Brasil e o Departamento de Estado dos Estados Unidos anunciam o início de um ano de celebrações alusivas ao 200º aniversário do estabelecimento de relações diplomáticas entre nossos dois países. As comemorações destacarão os fortes laços políticos, econômicos e culturais entre o Brasil e os Estados Unidos, duas das democracias mais diversas e prósperas do mundo, conforme enfatizado durante as reuniões dos presidentes Lula e Biden em Washington, em 10 de fevereiro de 2023, e em Nova York, em 20 de setembro de 2023.

Ao longo de 2024, o Brasil e os EUA sediarão uma série de iniciativas conjuntas, seminários, programas de intercâmbio e eventos culturais para destacar nosso compromisso mútuo com a rica diversidade de nossos povos, a força de nossas respectivas democracias, a proteção dos direitos humanos e a preservação do meio ambiente.

Em 26 de maio de 1824, os dois países estabeleceram relações diplomáticas com o reconhecimento da independência do Brasil pelos Estados Unidos. No século XXI, a nossa parceria bilateral continua a produzir resultados para ambos os povos, como evidenciam o dinamismo das relações econômicas e comerciais, o intercâmbio tecnológico, a importante cooperação em matéria ambiental e de energia, a priorização das questões sociais e a renovação de importantes mecanismos de diálogo bilateral ao longo de 2023. O anúncio da Parceria Brasil-EUA pelos Direitos dos Trabalhadores e Trabalhadoras pelos presidentes Lula e Biden também destaca a robustez da relação bilateral.

No plano global, o Brasil e os EUA reafirmam seu compromisso de trabalhar juntos para construir uma ordem internacional mais próspera e democrática, na qual prevaleçam a paz e o desenvolvimento inclusivo e sustentável.

Dois anos de guerra entre Ucrânia e Rússia: quase todos perderam com o conflito

Em 24 de fevereiro de 2022, o Presidente da Rússia, Vladimir Putin, anunciou uma "operação militar especial" na Ucrânia, que deu início a uma guerra com o país vizinho. Ao fazer o anúncio, Putin criticou as ações de Volodimir Zelensky, Presidente da Ucrânia, contra a população local.

Durante os primeiros dias do confronto armado, militares russos bombardearam a capital ucraniana, Kiev, e outras cidades na fronteira entre os dois países, como Kharkov. Desde então, a guerra foi marcada pelo avanço de tropas de Putin e a resistência e retomada de territórios por forças de Zelensky.

O professor de relações internacionais da ESPM, Gunther Rudzit, comenta os resultados do embate que envolveu forças geopolíticas e econômicas. "Quem mais perdeu este conflito, sem dúvida alguma, foi a Ucrânia, com a perda de milhares de vidas, principalmente de jovens, custo muito alto para qualquer sociedade", diz.

Por outro lado, Leonardo Trevisan, professor de relações internacionais da ESPM, afirma que a Rússia também perdeu muito durante a guerra, visto que a imagem de forças armadas russas foi destruída diante da incapacidade de derrotar um inimigo mais fraco. "Sua economia está muito dependente da exportação de commodities, com todos os setores mais tecnológicos atingidos pelas sanções do Ocidente", completa.

Os especialistas da ESPM ainda comentaram sobre as consequências da guerra para os outros países do mundo, como a China, por sofrer um cerco à transferência de tecnologia. "Especialmente na área de microchip liderado por Washington, a China encontrou dificuldade em avançar como líder mundial em tecnologia", afirma Gunther Rudzit, da ESPM.

A Europa também saiu perdendo, visto que sua economia se estagnou e sua competitividade foi abalada. E os Estados Unidos, que pareciam ser os únicos a estarem ganhando até poucos meses atrás, acabou tendo sua capacidade militar afetada. "Isso ocorreu por conta da crescente disfuncionalidade da política americana, em especial do partido republicano, que não teve aprovação de orçamento definitivo", destaca Trevisan.

Há razões para pessimismo, mas o caminho do futuro do Brasil está aberto para nós

Roberto Brant
Advogado, ex-deputado federal e ex-ministro da Previdência Social

Para quem acredita que a história está sujeita a qualquer tipo de determinismo, tal como foi a moda entre as elites intelectuais durante o século XX, ou que o futuro é apenas uma extensão do presente, há razões para pessimismo em relação ao nosso país. Da virada do século até agora quase nada melhorou no Brasil. Nossa renda por habitante está praticamente estagnada, há um visível encolhimento da classe média, aumentou na população a percepção de corrupção e de insegurança e a confiança do povo nas instituições está em seu momento mais crítico. Se o presente durasse para sempre estaríamos perdidos.

Como cidadão e como político nunca deixei de pensar no meu país com paixão e com esperança, sentimentos comuns a muitos de nós que remanescemos da geração dos anos JK. Nós nos tornamos homens e mulheres num momento em que era razoável acreditar que para o Brasil o céu era o limite. O país era pobre, certamente mais pobre do que hoje, mas tinha uma riqueza única: muita gente sonhando. Há quem diga que os sonhos são a maior riqueza do homem. Minha impressão é que os sonhos estão em falta na vida do país, e esta é hoje nossa maior fraqueza.

É uma tarefa complexa compreender completamente por que o Brasil se encontra no presente estado. No entanto, nem todos pensam assim. Os dois grandes polos políticos do país são liderados por gente com uma visão muito simplificada do mundo moderno, mais empenhados em aumentar e fortalecer suas militâncias do que em propriamente articular um projeto para o Brasil do século XXI. Ambos os grupos dominantes da política brasileira, comandados por Bolsonaro e Lula, travam uma luta por ideias que já estão mortas há muito tempo.

Eles tem propostas impossíveis de volta

a um mundo que já não existe. Um quer reconstituir o Brasil do regime militar, nascido pela força há 60 anos e encerrado melancolicamente há 40 anos. O outro quer reconstruir o Brasil com o manual de instruções da esquerda latino-americana dos anos 1950 e 1960. Como duas ideologias reacionárias e extemporâneas podem dominar o debate político na era da inteligência artificial em nosso país, já tão modernizado em muitos aspectos, é algo que intriga e nos desafia.

Na política quando o centro não se sustenta e esmorece está aberto o caminho para a crise e o fracasso. As teorias dos cientistas políticos mundo afora atribuem à qualidade das instituições o destino das nações. Em grande parte, estão próximos da realidade, mas será sempre um erro subestimar o papel que as lideranças políticas desempenham. Hoje, mais do que nunca, quando o caos informacional produz sociedades muito desintegradas, um líder capaz de oferecer um rumo e de facilitar a coesão social, pairando acima dos conflitos morais e culturais, pode mudar o destino de uma nação.

O despreparo, a mediocridade e a falta de grandeza dos três últimos presidentes eleitos no Brasil, são parte da resposta pelo estado em que se encontra nosso grande país e para a falta de perspectivas em que nos encontramos. Todos foram escolhidos livremente pelo povo, aos quais nosso sistema político não foi capaz de oferecer outras opções viáveis. Dilma Roussef, Jair Bolsonaro e Lula 3 (o Lula de 2003-2006 é certamente uma outra história, um outro momento) são personagens menores do que o país e principalmente menores do que seus problemas.

Um grande pensador de nosso tempo, Karl Popper, escreveu algo que sempre me acompanhou: o futuro encontra-se em aberto. Tudo pode acontecer. Ele disse ainda: temos o dever moral de enfrentar o futuro de um modo diferente daquele que seria se o futuro fosse apenas uma continuação do passado e do presente. Outra pensadora, que viu e viveu muitas coisas, Hannah Arendt, disse que na política temos o direito de ter a expectativa de milagres, porque os homens são aptos para realizar o improvável.

Diante do presente sombrio não podemos permitir que os sonhos morram para sempre. Temos que parar de apenas lamentar e começar a imaginar o que podemos e devemos fazer, pois o caminho do futuro está aberto para nós.

libertas.editora

Está na hora de (re)conhecer a arte mineira de fazer política do ex-Governador Hélio Garcia.

"Hélio Garcia era péssimo no futebol... a bola nunca deu pelota para Hélio Garcia, que acabou se dedicando mais às festas e farras no Minas Tênis Clube, no Iate e no Automóvel Clube. O campo em que Hélio Garcia se deu melhor foi a política. Aí o craque se revelou e bateu um bolão"

Gerardo Renault

Adquira já o seu nas melhores livrarias:
Rede Leitura, Quixote, Scriptum Livrarias da Rua, Del Rey e Genipapo.

Coordenadora da Reprodução Humana da Rede Mater Dei de Saúde assume a presidência da Comissão Nacional de Reprodução Assistida da Febrasgo

Mandato da dra. Rívia Lamaita será de dois anos, entre 2024 e 2027

A coordenadora do Serviço de Reprodução Humana e da Residência Médica em Ginecologia e Obstetrícia e Reprodução Humana da unidade Santo Agostinho da Rede Mater Dei de Saúde, Rívia Lamaita, acaba de assumir a presidência da Comissão Nacional de Reprodução Assistida da Febrasgo (Federação Brasileira de Ginecologia e Obstetrícia), além da Coordenação Regional "Cono Sur" do Comitê de Medicina Reprodutiva da Federação Latino-Americana de Sociedades de Obstetrícia Y Ginecolgia (FLASOG). Seu mandato nas duas entidades será de dois anos, entre 2024 e 2027.

Atualmente Professora Adjunta do Departamento de Ginecologia e Obstetrícia da UFMG e da Faciluldade de Ciências Médicas de Minas Gerais, Rívia Lamaita é graduada em medicina pela Universidade Federal de Minas Gerais (1995), mestre em Obstetrícia e Ginecologia pela Universidade Federal de Minas Gerais (2001) e doutora em Ginecologia, Obstetrícia e Mastologia pela Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho (2006).

Coordenadora do Serviço de Reprodução Humana BH da rede Materdei de Saúde e das residências médicas da Rede Materdei de Saúde BH fled aginecologia e Obstetrícia e Reprodução Humana

Possui experiência na área de Medicina, com ênfase em Ginecologia e Obstetrícia, atuando principalmente

nos seguintes temas: infertilidade, reprodução assistida, fertilização in vitro, preservação da fertilidade, endoscopia ginecológica, ultrassonografia, endometriose, ginecologia endócrina.

"Esta é uma oportunidade que recebo com grande honra e responsabilidade. Ao refletir sobre o significado desta nomeação, sinto-me profundamente inspirada pelo potencial transformador que os cargos que irei assumir representam para o campo da reprodução humana.A reprodução humana é um campo complexo e em constante evolução, que abrange uma variedade de questões médicas, éticas e sociais. Desde a fertilidade até o planejamento familiar, das tecnologias de reprodução assistida até os cuidados pré e pós-natais, há uma infinidade de desafios e oportunidades que enfrentamos como profissionais de saúde. Neste contexto, a Comissão de Reprodução Humana desempenha um papel fundamental na promoção da excelência clínica, na defesa dos direitos dos pacientes e na orientação das políticas públicas.

Como presidente, estou comprometida em liderar nossos esforços coletivos para impulsionar a pesquisa inovadora, melhorar o acesso aos cuidados de saúde reprodutiva e promover a educação e a conscientização sobre a sua importância na sociedade. Além disso, reconheço a importância de colaborar estreitamente com colegas e organizações dentro e fora do Brasil. A troca de conhecimento e experiência é essencial para enfrentar os desafios globais da área, e estou ansiosa para fortalecer nossas parcerias internacionais e ampliar nosso impacto regional e global.

Em última análise, vejo esta nomeação como uma oportunidade ao Serviço de Reprodução Humana da Rede Mater Dei de Saúde, não apenas para avançar no campo da reprodução humana, mas também para fazer uma diferença positiva na vida das pessoas às quais servimos".

Korn Ferry anuncia novo presidente no Brasil para consolidar presença estratégica no mercado local

Com quase 30 anos de empresa, Rodrigo Araújo vê a inteligência de dados como oportunidade para posicionar a consultoria em seus desafios

A Korn Ferry, consultoria global de gestão organizacional, anunciou que Rodrigo Araújo assumiu a posição de presidente para a operação brasileira. Esta nomeação reflete o compromisso da empresa em consolidar sua presença estratégica no mercado brasileiro, reconhecendo a importância de ter um líder local para impulsionar seus negócios.

A companhia acredita que ter o Rodrigo nessa posição é essencial, considerando não só as transformações que a própria Korn Ferry viveu recentemente, mas principalmente os desafios que os CEOs das empresas no Brasil vêm enfrentando nos últimos anos. A experiência em mercados diversos e de alta complexidade e volatilidade, a proximidade com diversos executivos e lideranças do mercado e a visão integrada de todas as soluções da Korn Ferry, levarão a empresa a um estágio de crescimento mais orgânico, enquanto ajuda líderes de negócio a transformarem suas organizações para terem sucesso agora e no futuro.

Rodrigo traz consigo uma bagagem sólida e quase 30 anos de experiência na Korn Ferry, sendo fundamental para o crescimento da empresa. Antes de assumir como presidente, liderou as operações da KF na Argentina de 2016 a 2019, com base em Buenos Aires, e, em outubro de 2019, retornou ao Brasil para liderar a prática de Executive Search da KF no Brasil, além de desempenhar o papel de liderança da Comunica-

ção Institucional e Marketing para a região da América do Sul. Hoje, além do posto de líder da Korn Ferry Brasil, continua responsável pela prática de Saúde para a América Latina, abrangendo mercados-chave como Sul da Flórida, EUA, México, América do Sul e Brasil, e é também membro do Comitê de Promoções Globais na KF.

Em seu novo papel de Presidente da Korn Ferry no Brasil, Rodrigo enfrentará desafios importantes e implementará estratégias ambiciosas nos próximos anos. O foco principal será impulsionar o crescimento da corporação, aproveitando as capacidades e conhecimentos da consultoria para garantir resultados consistentes. Além disso, uma das prioridades será o desenvolvimento de soluções integradas, unindo a consultoria, as soluções digitais, as bases de dados, as áreas de talento e toda a propriedade Intelectual da Korn Ferry, buscando oferecer soluções mais completas aos seus clientes.

Araújo reconhece a importância dessa abordagem para atender às demandas do mercado e fortalecer a presença da empresa no segmento de gestão estratégica. “É necessário que estejamos alinhados às demandas em evolução, garantindo que possamos oferecer soluções que os clientes da Korn Ferry precisam. Acompanhar de perto as transformações e proporcionar soluções que irão elevar o patamar de performance das organizações e de suas lideranças é a chave para atender às necessidades e dinâmicas do mercado e posicionar a Korn Ferry como uma parceira estratégica em desafios presentes e futuros", comenta.

Ele também está comprometido em explorar oportunidades relacionadas à inteligência artificial, visando aprimorar os negócios por meio da aplicação de dados. A integração dessas tecnologias será fundamental para melhorar a qualidade das decisões, insights e a comunicação da

KF com os clientes, alinhando-se às tendências do setor, impulsionando novas rotas de crescimento e de inovação.

O líder Brasil expressou seu entusiasmo com o desafio. "Minha determinação é liderar a empresa em uma nova fase de crescimento, utilizando a experiência e enfoque estratégico para impulsionar resultados positivos e gerar valor não apenas para os clientes, mas, também, para os colaboradores. Acredito que esse comprometimento seja fundamental para alcançarmos nossos objetivos e continuar consolidando a marca como referência no segmento de gestão organizacional", comenta.

O novo Presidente possui graduação em Administração de Empresas com ênfase em Marketing pela Fundação Armando Alvares Penteado (FAAP), e complementou sua formação com cursos de pós-graduação em Gestão Estratégica de Negócios e Planejamento Estratégico Corporativo na Business School São Paulo, assim como em Marketing na Escola Superior de Propaganda e Marketing (ESPM).

Com uma trajetória diversificada, Rodrigo trabalhou na área de Recursos Humanos da Petrobrás e em Marketing na United Distillers/Diageo, gigante global de bebidas.

A Korn Ferry é uma empresa global de consultoria organizacional que ajuda seus clientes a alinhar estratégia e talento, impulsionando, assim, um desempenho superior. Apoia diretamente as organizações desenhando as suas estruturas, funções e responsabilidades e as auxiliam a contratar as pessoas certas para colocar sua estratégia em ação. Além disso, as orientam em como recompensar, desenvolver e motivar os seus colaboradores.

Mais de 8.000 colaboradores atendem clientes em mais de 50 países, através de cinco soluções essenciais:

- *Estratégia organizacional*
- *Avaliação e sucessão*
- *Aquisição de talentos*
- *Desenvolvimento de lideranças*
- *Remuneração e benefícios*

Presente nos Emirados Árabes, Europa, África, América do Norte, América Latina e Ásia, a Korn Ferry conta com mais de 100 escritórios ao redor do mundo, e desenvolve pesquisas exclusivas sobre liderança, comportamento empresarial, mercado de trabalho, recursos humanos e outros temas.

Os principais motivos do endividamento da população brasileira e como evitá-los em 2024

Algumas dicas para quem quer começar o ano longe de dívidas

O endividamento é uma realidade para diversas famílias brasileiras. De acordo com o Mapa da Inadimplência e Renegociação de Dívidas da Serasa, mais de 71 milhões de brasileiros fecharam o mês de novembro com pendências financeiras e são muitas as situações que levam as pessoas a esse cenário de endividamento.

A especialista em educação financeira, Marcela Gaiato Martins, Diretora da Recovery, empresa líder na compra e gestão de créditos inadimplentes no Brasil, listou alguns dos motivos mais comuns de endividamento da população brasileira e dá algumas dicas de como evitá-los.

FALTA DE CONHECIMENTO SOBRE ORGANIZAÇÃO FINANCEIRA

Hoje, muito se fala em educação financeira, que nada mais é do que aprender a lidar com o dinheiro de maneira equilibrada, pensando nos compromissos que temos e nas coisas que queremos construir ao longo da vida. A educação financeira envolve o conhecimento sobre como gerir o dinheiro de forma eficaz e como tomar decisões financeiras alinhadas aos nossos objetivos no dia a dia. Esse é o caminho para quitar dívidas, planejar conquistas, formar uma reserva financeira que nos proteja de imprevistos e, aos poucos, ir criando um patrimônio.

PEDIDOS DE EMPRÉSTIMO

Além do cartão de crédito, os empréstimos bancários também são um dos grandes motivos do endividamento da população. Por ter taxas elevadas e juros altos, o valor a ser pago no final é bem maior do que o valor que foi emprestado pela instituição financeira. Por isso, ao fazer um empréstimo é preciso ter planejamento e entender como o pagamento será feito de maneira que não gere inadimplência. Ao contratar um empréstimo analise o CET, ou seja, o Custo Efetivo Total que calcula junto com o dinheiro emprestado todas as taxas, impostos e tarifas e resulta no valor total a ser pago. Ou-

tra alternativa é tentar uma renegociação para quitar a quantia.

AUSÊNCIA DE CONTROLE DOS GASTOS E DAS ENTRADAS DE DINHEIRO

Um dos principais motivos do endividamento é a desorganização financeira, em especial, a falta de controle dos gastos e do dinheiro que entra. Fazer isso é importante para qualquer pessoa, especialmente para aquelas que trabalham por conta e recebem pela venda de produtos e serviços ao longo do mês. Esse dinheiro picado deve ser anotado diariamente. Muitas pessoas gostam de fazer as contas de cabeça, mas isso nem sempre funciona. Se você costuma fazer compras parceladas no cartão e não coloca o valor na sua lista, possivelmente, vai levar um susto na hora de receber a fatura. Além disso, anotar todas as despesas ajuda a enxergar melhor para onde nosso dinheiro está indo e fica mais fácil ver se tem algum corte que pode ser feito para equilibrar as contas ou fazer sobrar dinheiro. Por exemplo: o gasto com comida pelo aplicativo pesou no final do mês? Que tal segurar a onda por um tempo, preparando refeições em casa?

USO NÃO PLANEJADO DE CRÉDITO

O crédito é um aliado do consumidor, mas seu uso deve ser consciente e planejado. A facilidade para contratação, muitas vezes, leva ao desequilíbrio financeiro e às dívidas. Ao parcelar a fatura do cartão de crédito ou usar o limite de conta (cheque especial), por exemplo, você está emprestando dinheiro do banco ou financeira. O dinheiro está lá, disponível para uso, mas não é seu e você paga caro toda vez que usar. O rotativo do cartão e o cheque especial são as linhas de crédito mais caras do mercado.

A taxa de juros do rotativo, atualmente, pode ultrapassar a casa dos 1.000% ao ano, como você pode conferir no site do Banco Central. No cheque especial, os juros podem chegar a quase 173% ao ano. Por isso, essas linhas de crédito devem ser usadas com cautela e por muito pouco tempo. Entrou no cheque especial? Corra para quitar o quanto antes e o mesmo vale para o cartão.

Para os demais empréstimos, antes de contratar, informe-se sobre o CET (Custo Efetivo Total). Faça as contas e veja se a parcela irá caber no seu bolso. Caso contrário, busque alternativas, como fazer renda extra ou tentar uma renegociação para quitar a quantia.

DOENÇAS NA FAMÍLIA

Enfermidade é uma causa de endividamento. As situações chegam de maneira inesperada, levando as famílias a fazerem gastos extras com tratamentos. Além disso, doenças na família podem significar, muitas vezes, perda de renda, em função do afastamento do trabalho. Com os preços de medicamentos cada vez mais elevados e o alto preço dos planos de saúde, é possível recorrer ao Sistema Único de Saúde (SUS), o maior sistema de saúde universal e gratuito do mundo. O SUS disponibiliza médicos, medicamentos e exames sem custo algum. Esse direito de todo cidadão pode ser um alívio, mas nem sempre as questões são resolvidas sem gastos adicionais.

Para evitar entrar em dívidas por essa razão, a dica é manter uma reserva de emergência, ou seja, um dinheiro guardado que será utilizado apenas em situações extraordinárias. Comece guardando o que puder e, aos poucos, vá aumentando a sua reserva até ter alguns meses de gastos cobertos pelo valor.

DESEMPREGO

O desemprego foi impulsionado pela pandemia, fato que gerou uma retração ainda maior nas oportunidades de vagas. Nesse contexto, muitas pessoas perderam seus trabalhos, terminando sem renda e com poucas oportunidades disponíveis no mercado. Esses fatores impulsionaram a inadimplência e, nesse contexto, o orçamento fica mais apertado. Assim, é preciso economizar em vários setores para conseguir se manter. Como alternativa, muitas famílias começaram a buscar uma renda extra, pois nesse cenário é preciso se organizar e se planejar com as novas condições.

EMPRESTAR O NOME

Muitas pessoas costumam emprestar o nome fazendo compras no cartão de crédito ou cedendo documentos para que um amigo ou familiar faça um financiamento usando seu CPF. Essa é uma das principais causas do endividamento da população brasileira, atrás apenas do desemprego. O empréstimo do nome ocorre, geralmente, quando alguém está inadimplente, por isso, não consegue tomar empréstimos usando a sua própria identidade. A questão é que se a pessoa não pagar o empréstimo, quem irá arcar com a conta é o titular do CPF. Além disso, a situação pode levar a conflitos no relacionamento. Ajudar alguém de quem gostamos é uma boa ideia, mas veja se há outras maneiras de apoiar seu amigo ou familiar endividado. Caso aceite emprestar o nome, faça combinados sobre o pagamento – se a pessoa tem algum bem, como uma moto, por exemplo, combinem que esse bem será vendido para pagar a dívida.

COMPRAS POR IMPULSO

Comprar por impulso pode levar ao endividamento ou afetar o equilíbrio financeiro. Por isso, precisamos ficar atentos aos gatilhos de consumo, ou seja, às situações que nos estimulam a comprar sem planejamento. Entre elas, estão as promoções, liquidações e facilidades para fazer compras online. Para evitar que este comportamento se transforme em um hábito, o recomendado é sempre se questionar se você realmente quer, precisa e pode comprar. Pensar um pouco nessas perguntinhas antes de fazer uma compra por impulso pode fazer toda a diferença!

Armadilhas do mercado financeiro

Oferta de COEs que rendem pouco ou nada ao investidor e muito para o corretor e operações alavancadas são algumas formas de ganhar em cima do investidor

Especializados no mercado financeiro, os advogados Rafael Mortari e Adilson Bolico, do escritório Mortari Bolico, alertam os investidores sobre armadilhas que, ao invés de gerar rentabilidade, costumam causar prejuízos e, em algumas situações, até mesmo o endividamento. E os casos de pessoas prejudicadas vem aumentando na mesma medida que cresce a quantidade de investidores na Bolsa de Valores. Segundo a B3, em 2021 eram pouco mais de 3 milhões de CPFs cadastrados e, até o fim de 2023, já eram cerca de 5 milhões.

E eles não se referem a pirâmides financeiras ou outros tipos de golpes dados por criminosos. As armadilhas em questão abrangem operações e produtos financeiros reconhecidos pelos órgãos reguladores e normalmente têm o envolvimento de alguma corretora. Os casos mais comuns incluem investimentos nos chamados Certificados de Operações Estruturadas (COEs), mas o escritório também atende clientes que foram prejudicados por "mal" aconselhamento de assessores financeiros como, por exemplo, investir alavancado em produtos de renda variável de alto risco.

Os COEs são produtos com características muito complexas, de difícil compreensão por parte do investidor leigo. Uma pesquisa da Fundação Getulio Vargas (FGV) publicada em 2021 mostra que 90% dos 284 COEs estudados no período entre 2016 e 2020, apresentaram rentabilidade abaixo do esperado ou não renderam nada. Então, se os produtos são ruins porque os corretores oferecem a seus clientes? Segundo Rafael Mortari, os investidores, neste caso, são vítimas do "conflito de interesse" que envolve o produto.

"O COE oferece baixa ou nenhuma rentabilidade, mas garante um grande ganho para a corretora/banco e uma boa comissão para o escritório/assessor que vendeu o COE. Um percentual maior do que outros tipos de investimentos. Então, imagine alguém que tenha R$ 1 milhão para investir e o emissor ou intermediário na venda do COE paga 5% de comissão para o assessor. São R$ 50 mil na conta de quem vendeu o produto", explica.

O pior é que o produto não possui liquidez, só pode ser sacado ao fim da operação que pode durar alguns anos, dependendo do COE e muitas vezes um saque antecipado pode acabar fulminando o patrimônio investido com descontos de toda ordem. Se for retirado antes do prazo, o prejuízo é alto não só por causa de taxas administrativas, mas porque a indexação que é realizada é muitas vezes inalcançável, conforme revela o estudo da FGV. Na maioria dos casos, mesmo quem cumpre o contrato e só faz o saque ao término da operação, o máximo obtido (nas situações mais comuns) é o capital de volta, sem rentabilidade ou com rentabilidade de poupança.

Mortari conta sobre um dos inúmeros casos que seu escritório tem recebido, em que a perda com COE foi extrema. Trata-se de um empresário do Rio Grande do Sul de perfil conservador, que investia apenas em CDBs e nada entendia de mercado financeiro. Até que um dia, em uma roda de amigos, disseram que ele estava perdendo dinheiro e apresentaram a ele um assessor de investimentos da Ável Investimentos, corretora credenciada à XP Investimentos. Convencido de que seria melhor, ele transferiu todo o capital dos CDBs, R$ 3 milhões, para a corretora e, na distribuição da carteira, o assessor colocou 88% em COEs. "O que é estranho porque a própria XP aconselhava a investir, no máximo, 10% do patrimônio em COE". Como se não bastasse, ele convenceu o empresário a obter empréstimo para investir alavancado. Confiante, a vítima levantou R$ 6 milhões que foi, na totalidade, investido em COEs.

"Se ele fosse resgatar hoje, considerando o que já teve de pagar de juros, a performance dos COEs e a multa que tem de ser paga por resgate antecipado, ele sacaria apenas R$ 400 mil. Porém, se deixar para sacar na data contratual tudo piora, pois ele ficará devendo R$ 500 mil ao final do período. Mas quando o assessor vendeu os COEs, disse que o empresário resgataria entre R$ 12 milhões e R$ 25 milhões", conta.

O cliente, no caso, não assinou contrato algum. Ele foi instruído pelo assessor a fazer tudo por meio da notificação push do aplicativo da corretora. "Basicamente, o patrimônio dele foi arruinado por uma operação orientada ativamente por um assessor de investimentos. E a tendência é que aumente muito o número de vítimas porque a recomendação por este produto só cresce".

Segundo dados da Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais (Anbima), o patrimônio líquido dos COEs aumentou 530% em sete anos. Em 2015, o valor distribuído em COEs era de R$ 6,6 bilhões e no final de 2022 estava em R$ 42 bilhões.

OUTROS CASOS

A Mortari Bolico também trabalha em casos que o investimento não é o COE, mas que o assessor de investimentos intermedia operações alavancadas com ações e derivativos, ou seja, usando "dinheiro emprestado" – as chamadas margens - com a promessa de que a estratégia aumentará os ganhos.

As próprias corretoras oferecem uma margem de crédito para além daquilo que a pessoa tem investido. Por exemplo, se o investidor conta com R$ 100 mil alocados, ele poderia pegar emprestado mais R$ 100 mil para aplicar em outros ativos ou no mesmo ativo, com a finalidade de ter um ganho maior. Isso é possível porque o montante alocado serve como garantia do crédito.

O problema é que pessoas sem a devida instrução entram nesse modelo de investimento sem ter a compreensão sobre os riscos existentes. Adilson Bolico conta um dos tantos casos que tem atendido, um cliente, grande empresário atacadista do interior de São Paulo, que investiu alavancado nas ações da Marfrig. Para tanto, ele ofereceu ações da Americanas como garantia. Mas, no início do ano os papéis da empresa se desvalorizaram em mais de 80%. Como a garantia perdeu valor, ela ficou insuficiente para cobrir a outra operação feita nos papéis da Marfrig baseada em empréstimo.

"Daí a primeira armadilha. Por determinação da CVM, a corretora tem de avisar que a garantia se tornou insuficiente e que, por isso, o investidor tem de cobrir. Mas esse cliente não foi avisado pela XP. O risco dele foi crescendo até que estourou. E estourando disparou automaticamente o gatilho da zeragem, permitindo que a XP vendesse todos os ativos dele com grande deságio para cobrir o rombo. Isso gerou prejuízos irreversíveis ao investidor que possuía aplicações com liquidez em outras instituições e poderia cobrir a insuficiência de garantia e só não o fez por não ter sido devidamente informado", explica o advogado.

Adilson Bolico fala sobre outra armadilha que, desta vez, prejudicou um investidor da capital, São Paulo, que já pagou, segundo apuração preliminar, em torno de R$ 10 milhões à XP somente em taxas nos últimos anos. Neste caso, a XP supostamente emitiu um documento chamado "Contrato de Investimento Ampliado". O contrato possibilita que, havendo queda no valor do recurso dado como garantia, a corretora, ao invés de realizar uma zeragem compulsória, empreste dinheiro para cobrir a diferença até que o cliente cubra o rombo. Só que grande parte dos investidores sequer sabem da existência deste contrato. Além disso, para além dos encargos deste "empréstimo" sem autorização, sempre que a conta do cliente acaba ficando negativa por uma ampliação do risco nas operações que possui, a corretora cobra multas de 1% ao dia enquanto o investidor não resolver a situação.

Da mesma forma, ele não foi devidamente alertado. E a corretora justifica dizendo que evitou perda maior ao cobrir a operação. "Vira uma bola de neve. Se o investidor for do tipo que confia e deixa na mão do assessor, até descobrir o que está acontecendo, perde muito dinheiro. Na hora de oferecer o produto, a corretora liga, manda Whatsapp, faz call, todo um barulho, mas na hora de alertar é aquele e-mail único, quando é enviado, que se perde na caixa de entrada. E já notamos que se trata de um comportamento padrão das corretoras", comenta.

Segundo Bolico, há casos em que o assessor, comprometido com sua função e com o patrimônio do investidor, avisa e age nestes casos, por ser bem-preparado e intencionado. Mas é comum que alguns façam vista grossa porque a corretora está lucrando com a situação. Para o advogado, estas situações derivam de falhas na formação tanto do investidor quanto do assessor de investimento.

Quem investe deve se preocupar mais em obter informações, conhecimento sobre as operações e ficar atento aos contratos ou à falta deles. Os assessores precisam de melhor preparo para atender seus clientes ou mesmo um trabalho de educação voltado para a ética profissional. "Quando há conflito de interesses, o assessor ou a corretora pensarão nos seus lucros, mais do que no cliente. Por isso o investidor não pode confiar cegamente em terceiros".

Economia brasileira e Plano Real 30 anos: desafiando tabus

Luiz Paulo Rosenberg
PhD em economia

Dentro da pletora de heresias cometidas no País na formulação da política econômica, nada suplanta o Plano Cruzado, de 1986. De fato, a tentativa de eliminar um processo inflacionário galopante através de aumento de salário real, descaso com o déficit fiscal, juros reais negativos, congelamento de câmbio e demais preços constitui um marco hediondo na violação de saberes consagrados na Teoria Econômica.

Mesmo assim, o Plano teve uma virtude para o futuro da sociedade: pela primeira vez, os políticos brasileiros puderam constatar que a população atribuía uma prioridade elevada à estabilidade de preços. Rompia-se, então, o armistício demoníaco entre Esquerda e Direita, que vilipendiava o combate à inflação. De fato, para a Esquerda, o enfrentamento da inflação, por esfriar a atividade econômica no primeiro momento, era uma artimanha das elites para jogar sobre as massas o ônus da estabilização; já a Direita, incapaz de persuadir os eleitores de que um sacrifício inicial traria bons frutos no futuro, limitou-se a mitigar os efeitos deletérios da inflação sobre o processo produtivo, refinando continuamente um sistema de ajustes automáticos de preços, que permitia a funcionalidade do lado real da economia, ainda que com o agravamento da concentração de renda. O Plano Cruzado teve o condão de esfregar na cara dos condutores do País que a sociedade, mais do que nada, ansiava por estabilidade de preços.

Daí em diante, todos os governos colocaram a luta contra a inflação no topo de suas prioridades. Até a implantação do Plano Real, acreditava-se que o vilão da inflação fosse o sistema de indexação. Então, bastaria eliminá-lo para a espiral de preços arrefecer. Vem, então, uma leva de intervenções atabalhoadas – verdadeiros estupros à lógica econômica – que desaguavam inexora-

velmente em novo surto inflacionário, com credibilidade cadente dos governantes.

Por que fracassavam? Porque focavam na cereja e não no bolo. Vale dizer, qualquer plano anti-inflacionário precisaria preencher algumas condições básicas para ter sucesso: equilíbrio fiscal, politica monetária ativa, solvabilidade internacional e acesso comercial aos mercados. Só após satisfazer estas condições é que a eliminação da indexação passaria a ser o obstáculo focal à estabilidade dos preços.

Reunindo uma equipe de criativos economistas que conheciam e respeitavam o saber econômico, o Governo Itamar pôde dar continuidade ao processo de abertura e modernização da economia brasileira, canhestramente iniciado por Collor.

Assim, na construção do Plano Real, o equilíbrio das contas públicas foi obtido a duras penas. A taxa de juros passou a ser o instrumento principal de dissuasão de excesso da Demanda Agregada; liderada por Pedro Malan, a saída da moratória completou-se em condições vantajosas para o Brasil. Preenchidas, pois, as pré-condições para o ataque final às trincheiras inflacionárias, chegava a hora de se eliminar o tóxico sistema de ajustes automáticos de preços baseado na inflação passada. Em um lampejo de genialidade, a equipe criou uma moeda que era a própria inflação – estável, pois, por definição – e deixou a sociedade operando com ela, ate se dar conta de que era uma muleta supérflua e dispensá-la sem traumas, surpresas ou prestidigitação.

Claro, nem tudo foi perfeito, na condução inicial do Real: o gasto público aumentou generosamente e a estabilidade do câmbio foi alçada a uma prioridade esdrúxula. Valendo-se da relação inversa entre câmbio e juros, a política monetária tornou-se caudatária da estabilidade cambial, mimetizando uma dolarização tupiniquim. Ao longo do tempo, felizmente, correções foram sendo implementadas ate enraizarmos na condução da política econômica o tripé da estabilidade de preços: equilíbrio fiscal, política monetária ativa, flutuação, à mercado, da taxa cambial, tudo respaldado por polpudas reservas internacionais e abertura comercial crescente. Haja vista que, com exceção da atual comandante do banco dos Brics , todos os presidentes, desde Itamar, se ativeram a estes princípios, com variações em torno do tema. Uma conquista memorável, no único país do mundo que se acomodara por décadas a um amancebamento devastador com a inflação.

Entretanto, erros do passado, causadores de sofrimentos e injustiças, deixam traumas na cultura de uma sociedade. No nosso caso, a guerra contra a inflação incutiu no nosso imaginário alguns fantasmas que continuam a nos assombrar e que devem ser exorcizados. Caricaturando-os:

A inflação brasileira, diferente das tradicionais, é latente, está viva, apenas adormecida: o preço da estabilidade é a eterna vigilância e pagaremos qualquer preço para nocautear este monstro;

O vilão da inflação é o gasto público e o déficit, seu subproduto letal. Gasto bom é gasto cortado, buscar o superávit fiscal é meta virtuosa, a qualquer tempo;

Deus seja louvado por ter criado a política monetária. Com um Banco Central independente, às favas tomar inflação, porque se pratica a liberalidade no gasto público: o BACEN estará sempre legitimado para colocar os juros onde for necessário para compensar a esbórnia fiscal, duela a quien duela.

Olho vivo no superávit comercial. Esta benção que estimula nossos exportadores, paga as importações inevitáveis e permite-nos acumular reservas tranquilizadoras.

Vamos concordar que o respeito aos três primeiros dogmas garante que a inflação jamais vicejaria neste país. Mas, como o oncologista que prescreve quimioterapia na menor dose possível, para não matar o doente junto com a doença, o economista tem a obrigação de restringir o ônus imposto pela política econômica ao mínimo indispensável. Neste sentido, guiar-se por chavões simplistas implica no afastamento do cabedal testado e acumulado pela Teoria Econômica. Já o quarto dogma nos assegura realmente uma respeitabilidade internacional desejável, mas ao custo do sacrifício de um crescimento maior e mais justo e, pasmem, com pressão inflacionária imperdoável.

VAMOS ANALISAR CADA UM DELES, DESAPAIXONADAMENTE?

INFLAÇÃO LATENTE

Como qualquer outra, nossa inflação sempre resultou da vã tentativa de se comprar mais do que se produziu. Sua peculiaridade era o sistema de indexação, que introjetava no futuro, automática e impositivamente, a inflação do passado, a chamada memória inflacionária. Consequentemente, por mais perfeito que fosse um plano de estabilização, ele era conspurcado pelos desalinhamentos do passado. Mas 30 anos após o Plano Real, a memória inflacionária virou amnésia. É verdade que o reajuste de salário mínimo com ganho real é um sobrevivente daquele sistema, mas tolerável como instrumento reparador de uma concentração de renda induzida pela inflação do passado. E que, desde que o ganho real garantido seja igual ou menor do que o crescimento da produtividade, é politica neutra em relação à inflação.

O ponto central aqui é aceitar que a

nossa inflação hoje é semelhante à do mundo todo. Como tal, deve ser enfrentada, sem temores de que seja mais robusta do que as demais. Portanto, nada de contemplação, tergiversação ou covardia ao enfrentá-la; mas, obedecendo ao mesmo ritual seguido nas demais economias.

DÉFICIT FISCAL

Separando o joio do trigo: a qualidade e o tamanho do gasto público no Brasil são das mais graves distorções econômicas que temos? Vinculações, emendas parlamentares, inércia orçamentária, enfim, aberrações com que convivemos há décadas e cujo debate sequer foi iniciado. Felizmente, o lado tributário tem feito avanços notáveis. Não cabe, portanto, questionar a prioridade de se enxugar a máquina estatal, diminuir e simplificar a carga sobre empresas e tributar as pessoas físicas de forma mais eficiente e justa.

Daí a se concluir que o déficit fiscal é um mal em si, vai uma longa distância. Realmente, o déficit fiscal gera como efeito imediato o crescimento da Demanda Agregada e, como efeito duradouro, o aumento do endividamento.

Quando a economia se encontra próxima do pleno emprego, agregar demanda através de gastos públicos maiores do que a arrecadação põe lenha no processo inflacionário. Adicionalmente, se há déficit, há a necessidade de financiá-lo, elevando-se a dívida pública. E, se esta é percebida pelo mercado como perigosamente elevada, a continuidade do seu financiamento pode ser colocada em dúvida e, no mínimo, os juros subirão. Nestas duas circunstâncias, o déficit público é um mal a ser combatido, pois o governo, em vez de ser protagonista do bem estar social, torna-se seu algoz.

Entretanto, se a economia estiver operando com ociosidade, o déficit público será benéfico, por exercer um papel contra-cíclico oportuno e compensatório de uma insuficiência da demanda privada. Similarmente, um aumento da dívida pública em cenário de credibilidade crescente da política econômica, não induz por si só a degradação do seu financiamento. Nestes casos, o déficit não só é aceitável, mas desejável.

Um exemplo da condução virtuosa do déficit primário foi dado por Paulo Guedes que, em 2021, em plena pandemia, ousou minorar o seu efeito recessivo, comandando um déficit colossal. No ano seguinte, a demanda privada se recompondo, Guedes virou a mão e registrou o maior superávit dos últimos tempos.

Conclusão: déficit é o déficit e sua circunstância, nada de louvável ou abominável na sua ocorrência.

Politica Monetária - descartemos, de início, a proposta dos desenvolvimentistas, que se espojam na prática de juros reais negativos para fomentar a atividade econômica. Delfim Neto costuma lembrar que os juros funcionam como a corda amarrada ao pescoço da vaca: para trazê-la para perto, a corda é eficiente, mas para afastá-la, é um fracasso. De fato, para desaquecer a economia, os juros são imbatíveis; para reativá-la, uma lástima. Nosso mestre Milton Friedman ensinava que os juros deveriam ser vistos como o ar condicionado de uma fábrica: não suba acima de 24 graus para estimular a produção, nem congele os trabalhadores para desestimulá-la; mantenha-a estável e interfira nas demais variáveis do sistema. Exemplar tem sido o desempenho do Banco Central americano que, apesar de conviver com um Executivo gastador mesmo em presença de uma demanda privada aquecida, promoveu a elevação dos juros de forma circunspecta, cuidadosa, valendo-se de uma retórica pedagógica de direcionamento das expectativas e conseguindo reverter uma pressão inflacionaria assustadora, sem provocar uma recessão que a todos preocupava. Já no Brasil, a Autoridade Monetária é devota do saber popular de que juros altos e caldo de galinha não fazem mal a ninguém e peca por excesso, apesar da clara lição que seus pares americanos estão dando.

Saldo Comercial - desconheço outro país onde a mídia não especializada acompanha o desempenho mensal da balança comercial com o foco que vemos no Brasil. Trauma remanescente dos defaults, calote, totós, beiço que demos no passado, com dolorosas consequências, o leigo exulta quando as exportações disparam e entram em depressão quando as importações suplantam-nas. Exportar é a solução, foi um slogan consagrado no passado. Na realidade, em uma economia com normalidade nas suas contas externas, Importar é a solução. Importar assemelha-se a desfrutar de uma sofisticada refeição, em restaurante consagrado. Exportar é pagar a conta do regabofe. Consequentemente, quanto maior a abertura comercial, melhor. O sucesso das exportações comprova que somos competitivos em vários produtos, gerando divisas com as quais compraremos produtos melhores e mais baratos, de um mundo que consegue produzi-los melhor do que nós. Mas, mesmo sendo imbatíveis no mercado internacional em diversos produtos, lamentavelmente, mantemos barreiras à importação e elevamos o preço dos importados. Exemplo notável, pagamos quase o dobro do que se pratica no mundo por automóveis populares importados, em nome da defesa da infante indústria automobilística local, esta senhora de mais de 70 anos de idade.

Com mais de trezentos bilhões de dólares de reservas, poderíamos zelar mais pelo bem-estar da maioria, extinguindo o protecionismo de uma minoria.

Roberto Campos Neto: crescimento pode ser maior no primeiro trimestre de 2024

Em seu primeiro evento público após o Copom de janeiro, o presidente do Banco Central comentou que os primeiros dados de atividade econômica mostram que podemos ter uma surpresa em termos de crescimento. Campos também comentou que nos últimos anos, a economia tem surpreendido para cima e para ele isto não se deve apenas às medidas de estímulo da política econômica, como as maiores transferências de renda, mas também aos efeitos das reformas econômicas implementadas após 2016.

Sobre o exterior, o presidente do BC comentou que houve uma correção nos mercados quanto à velocidade de flexibilização da política monetária do FED. Campos acredita que os países desenvolvidos estão endividados, o que resultará em taxas de juros superiores ao período anterior à pandemia.

ATA DO COPOM DESCREVE OS RISCOS EM TORNO DO CENÁRIO DE INFLAÇÃO

Quanto ao cenário externo, os membros do Copom esperam a continuidade da inflação benigna de bens por conta do comportamento favorável dos preços junto ao produtor nos EUA e China, a reversão dos choques negativos de oferta e pela recente dinâmica das commodities. Por outro lado, é um fator de risco para a inflação, o comportamento dos preços dos serviços, que são sensíveis ao ciclo econômico e às condições do mercado de trabalho. Além disso, outro fator de preocupação do Banco Central é a recente elevação dos custos dos fretes por conta dos problemas de segurança no Mar Vermelho.

Do ponto de vista doméstico, o Copom avaliou que a desaceleração econômica poderá ser atenuada pelas transferências de renda, decorrentes do aumento real do salário-mínimo, dos programas sociais do governo e da resiliência do mercado de trabalho. Quanto aos recentes aumentos dos rendimentos salariais reais, foi mantida a avaliação de que este movimento é temporário e, por ora, os membros do Copom apenas monitoram a dinâmica desse movimento. O comitê teme que num contexto de mercado de trabalho forte com reajustes reais de salários, a inflação de serviços fique pressionada e torne lento o processo em curso de desinflação. Outro fator que pode contribuir para um maior crescimento neste ano são os primeiros impactos da flexibilização monetária nas operações de crédito, com redução dos juros em algumas modalidades e aumento da oferta em outras. Segundo os diretores do Copom, as perspectivas do hiato do produto são relevantes para a velocidade da inflação. Os efeitos negativos do El Niño foram incorporados no cenário de inflação do BC, cuja projeções não se alteraram desde o Copom de dezembro.

Por conta destes riscos internos e externos, o Copom manteve as diretrizes de manter sua política monetária em campo restritivo e ajustá-la de forma cautelosa.

Fonte: LCA Consultores Econômicos

Economia de Minas Gerais: BDMG reduz as taxas de financiamento para micro e pequenas empresas mineiras

Geradores de emprego e renda, pequenos negócios podem contratar o crédito digital para reforma, ampliação e reorganização de dívidas

Desde o dia 5 de fevereiro, o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) já reduziu em 0.5 p.p as taxas dos financiamentos destinados aos micro e pequenos negócios mineiros. Empresas com faturamento anual de até R$ 4,8 milhões pagarão 5,35% ao ano mais a Selic, com carência de 12 meses e prazo total de 48 meses. A oferta é por tempo limitado.

"Por serem importantes geradores de emprego e renda, responsáveis por quase 80% dos empregos com carteira assinada do país, as MPEs são fundamentais para o fortalecimento da economia mineira. O BDMG atua para apoiá-las, e faz isso oferecendo crédito com condições especiais logo no início do ano. O crédito pode ser usado para reorganizar dívidas, reformar e ampliar negócios, equilibrar fluxo de caixa", explica o presidente do BDMG, Gabriel Viégas Neto.

BDMG
BANCO DE DESENVOLVIMENTO DE MINAS GERAIS

Clientes Fidelidade, negócios que desenvolvem atividades ligadas a Arranjos Produtivos Locais e empresas lideradas por mulheres, ou seja, com participação societária de 50% ou mais há pelo menos 6 meses, também podem acessar o crédito reduzido.

CRESCIMENTO

Em 2023, a liberação de crédito para o segmento de micro e pequenas empresas aumentou 31%, alcançando quase R$ 490 milhões. No ano anterior, os desembolsos foram de pouco mais de R$ 373,5 milhões.

De acordo com a Junta Comercial de Minas Gerais (Jucemg), em 2023 foram abertas 85,9 mil empresas no Estado de todos os portes, 10% a mais do que em 2022.

As contratações são realizadas de forma 100% digital pelo site do bdmg.mg.gov.br. Também é possível buscar um correspondente bancário.

BDMG e TJMG assinam protocolo de intenções para financiamento a municípios com obras paralisadas no estado

Também foi assinado acordo de cooperação técnica para utilização de mediação pré-processual e conciliação em casos de inadimplência

Gabriel Viégas Neto – Presidente do BDMG

Foi assinado no dia 20 de fevereiro protocolo de intenções entre o Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG) e o Tribunal de Justiça de Minas Gerais (TJMG) com o objetivo de incluir o Banco nos programas "Destrava Minas" e "Destrava 853", que visam viabilizar a continuidade de obras públicas suspensas no estado em razão de conflitos judiciais. Dessa forma, o BDMG poderá oferecer financiamento a municípios que, após acordos feitos via mediação/conciliação, desejem retomar as intervenções paralisadas.

"Estamos incluindo o BDMG nesse acordo como forma de viabilizar os valores financeiros para os municípios concluírem obras paradas. Essa é nossa vocação e nossa prioridade, financiar os municípios é gerar renda, oportunidades. A conciliação é uma forma bastante inteligente de fechar acordos antes de virar uma ação judicial", afirmou o presidente do BDMG, Gabriel Viégas Neto.

Segundo o presidente do TJMG, desembargador José Arthur de Carvalho Pereira Filho, a entrada do BDMG no projeto é importante para que os municípios consigam, após os acordos de conciliação, retomar as obras. "São mais de 1.000 obras paradas em Minas e identificamos que seria importante criar um mecanismo para destravar obras por meio do Cejusc (Centros Judiciários de Soluções de Conflitos e Cidadania). Agregar o BDMG a esse projeto é de suma importância. Ao destravar uma obra, o município precisa de financiamento e aí entra o BDMG", ressaltou.

Os dois programas foram lançados em 2021, com a participação do Governo do Estado. Na ocasião, foram criadas duas portarias determinando o levantamento de obras públicas paralisadas nos municípios e a posterior proposição de medidas de autocomposição para que essas intervenções fossem retomadas, evitando, assim, a judicialização.

INADIMPLÊNCIA

Também na mesma data, foi assinado com o TJMG Acordo de Cooperação Técnica para adoção da mediação e da conciliação para situações de inadimplência envolvendo empresas que acessaram o crédito do BDMG e, por motivos diversos, não cumpriram com o pagamento dentro dos prazos definidos, tornando-se inadimplentes. O objetivo da parceria é reduzir a judicialização de situações que podem ser resolvidas no âmbito dos Centros Judiciários de Soluções de Conflitos e Cidadania (Cejuscs).

Leite: cadeia produtiva vê cenário desafiador em 2024

Medidas governamentais podem estimular o setor

Com duas guerras em andamento no mundo (Rússia X Ucrânia e Israel X Palestina), desempenho fraco das grandes economias globais e juros elevados, os pesquisadores e analistas do Centro de Inteligência do Leite da Embrapa (CILeite) não esboçam muito otimismo para a cadeia láctea em 2024. O analista José Luiz Bellini acredita que este será um ano desafiador para produtores e laticínios. "Depois de um ano difícil, 2024 ainda não será o ano da recuperação e continuaremos observando a exclusão de produtores menos eficientes e de pequenos laticínios, como tem ocorrido nos últimos anos", lamenta Bellini.

Somado à complexa conjuntura global, o recuo das importações chinesas tem mantido os preços internacionais estáveis, mas abaixo da média histórica. Embora demonstrasse uma ligeira alta de 1,6% em relação ao evento anterior, no leilão de 05/12 da Global Dairy Trade (GDT) a média de preços das negociações foi de US$ 3.323/tonelada (valor que já esteve acima de US$ 5.000/tonelada, em março de 2022). "Esses são dados que corroboram para a produção de leite acanhada dos maiores exportadores de lácteos", afirma o analista.

Mas se o cenário internacional é motivo de preocupação, o ambiente interno traz notícias positivas. O crescimento do PIB em 2023 desafiou as previsões iniciais de 0,5% e superou a marca dos 3%. A inflação está controlada e o desemprego, em queda. "No entanto, esse bom desempenho da economia ainda não repercutiu na cadeia produtiva e o consumo de lácteos continua baixo", argumenta o pesquisador Glauco Carvalho. A edição de dezembro da Nota de Conjuntura Econômica do CILeite aponta que a fraca demanda interna também é um dos fatores que comprometem a rentabilidade dos produtores.

"Em vários estados, pequenos produtores estão recebendo menos de R$1,80 pelo litro de leite, o que é insuficiente para remunerar a produção", avalia Carvalho. Desde julho do ano passado, a relação de troca do produtor (Índice de Preços Recebidos IPR/Índice de Preços Pagos – IPP) é menor que a média dos últimos sete anos. A consequência da baixa rentabilidade dos produtores é o desestimulo à produção. Já há alguns anos, o volume de leite produzido no Brasil está estagnado em 34 bilhões de litros anuais.

Um fator que também contribuiu para descapitalizar o produtor foi o grande volume de importações ocorridas no ano passado, principalmente no período da entressafra, quando o preço do leite ao produtor fica mais atrativo. "A queda da produção na entressafra foi suprida pelas importações, aumentando a oferta de leite no mercado", diz Bellini. O analista informa que até setembro do ano passado o volume de leite produzido pelo Brasil cresceu 1,4% em relação ao mesmo período de 2022 e a oferta de leite per capita subiu 5,3% por conta das importações, que superaram dois bilhões de litros de leite equivalente ao longo do ano.

"Mesmo com a desvalorização do leite nacional, as importações se mantiveram motivadas pela grande competitividade externa", diz Carvalho. Na muçarela, por exemplo, a diferença de preços praticados no Brasil e nos países exportadores chegou 45,8% e no leite em pó integral, 31,5%. Argentina e Uruguai, os principais países exportadores de leite para o Brasil possui preços historicamente mais competitivos devido a uma eficiência média no setor superior à realidade brasileira. Enquanto o preço médio do litro de leite no Brasil está a 39 centavos de dólar, o leite argentino custa 35 centavos de dólar e o uruguaio, 36. No fim do ano passado, o Governo Federal anunciou duas medidas para incentivar a atividade.

O CILeite aponta que a pressão das importações fez com que os principais derivados lácteos no mercado atacadista nacional registrassem desvalorização de preços ao longo do

ano. No leite UHT, as cotações caíram 18,6% de maio a novembro chegando a R3,76/litro. Na muçarela a queda foi de 15,6%, chegando a R$26,88, no mesmo período. "Não é só no campo; nas indústrias, as margens também foram ruins, com diversos laticínios contabilizando prejuízo no ano que se inicia", afirma Carvalho.

Perguntado aos pesquisadores e analistas do CILeite o que produtores e laticínios devem fazer para enfrentar um ano que se anuncia difícil, eles sugeriram criatividade e diversificação. A produção de leite artesanal, por exemplo, está em ascensão e pode ser uma saída para muitos produtores. O Analista Lorildo Stock, por sua vez, disse que o produtor precisa se especializar.

"A atividade leiteira é complexa e permite fragmentar a produção em setores como volumosos, recria de animais e leite. Pode ser que o pecuarista tenha maior vocação em alguma dessas áreas e ao se especializar, otimiza a produção". Quanto à indústria, a pesquisadora Kennya Siqueira diz que os laticínios devem diversificar seus produtos de acordo com a tendência do consumo, que aponta para alimentos saudáveis, funcionais e sustentáveis.

GOVERNO FEDERAL ADOTA MEDIDAS PARA DIMINUIR IMPORTAÇÃO E CAPITALIZAR PRODUTOR

Em fevereiro, entrou em vigor o decreto 11.732/2023, de 18 de outubro de 2023. O decreto visa estimular a venda de leite in natura, alterando a aplicação dos créditos presumidos de PIS/Pasep e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) no âmbito do Programa Mais Leite Saudável. Pelo decreto, laticínios ou cooperativas que comprarem leite no Brasil poderão ser beneficiadas com até 50% de créditos presumidos. Para isso, é preciso estarem cadastradas no Programa Mais Leite Saudável. Aqueles que não forem cadastrados podem ter direito a 20% do benefício fiscal.

Segundo o ministro do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar (MDA), Paulo Teixeira, dar crédito presumido para os laticínios comprarem leite in natura os fará comprar do produtor brasileiro, reduzindo a importação. O Governo Federal também adotou medidas para investigar a triangulação do leite que entra no Brasil bem como a reidratação do leite em pó. A expectativa é de que essas mudanças aqueçam a produção de leite, desenvolvendo a cadeia produtiva nacional, gerando mais renda para o produtor.

Carvalho argumenta que a medida deve ter um efeito limitado, já que grande parte das importações não são realizadas por laticínios, mas por traders, indústria de chocolates e varejistas. Por outro lado, uma contínua recuperação dos preços internacionais poderia contribuir para menor importação e recuperação dos preços ao produtor. Mas o pesquisador destaca que o fraco consumo é um limite para as pressões altistas, sendo necessários investimentos em inovação e comunicação que estimulem a demanda.

CAPITAL DE GIRO

Outra medida, publicada no dia 21 de dezembro, visa financiar o capital de giro dos produtores. O Conselho Monetário Nacional (CMN) aprovou uma linha de crédito especial com subvenção federal específica para cooperativas de produtores de leite, com repasse de mais de R$ 700 milhões. Segundo informou o Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa), o objetivo é possibilitar às cooperativas de produção de lácteos a obtenção de crédito que contribua para que produtores regularizem sua situação e outros compromissos em relação aos insumos adquiridos na cooperativa.

Conforme o Mapa divulgou, as condições especiais definidas são para o financiamento de capital de giro, no âmbito do Crédito de Investimento para Agregação de Renda (Pronaf Agroindústria) e do Programa de Capitalização de Cooperativas Agropecuárias (Procap-Agro). O valor, proveniente de recursos do Plano Safra 2023/2024 não aplicados e devolvidos por instituições financeiras, será repassado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e pelo Banco do Brasil.

Os financiamentos terão juros de 8% ao ano e uma taxa especial (4% ao ano) para a agricultura familiar. Os beneficiários ainda poderão contar com 24 meses de carência e 60 meses para o pagamento. Segundo Carvalho, a medida auxilia no capital de giro e atenua problemas financeiros vivenciados nos últimos meses, mas não devem ter efeito estrutural sobre a eficiência e competitividade do setor, que é um tema mais complexo.

BRASIL POSSUI ILHAS DE EXCELÊNCIA EM PRODUÇÃO DE LEITE

Apesar de ser importador de lácteos e, na média, apresentar uma produtividade abaixo de alguns países onde a atividade é mais desenvolvida, o Brasil possui ilhas de excelência. Isso pode ser constatado na Figura 1, que compara a produção de leite de algumas microrregiões (em azul) com a média de alguns países.

A produtividade média no mundo está em 2.660 litros de leite por vaca, enquanto a média brasileira é de 2.280 litros/vaca. No entanto, a região de Ponta Grossa, no Paraná possui produtividade média de 8,541 litros/vaca, rivalizando com a Alemanha (uma das maiores produtividades do mundo).

Analisando o mapa, observa-se que microrregiões das regiões Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste estão bem acima da média mundial (4.560 litros/vaca), sendo comparadas à Nova Zelândia, o maior exportador de lácteos do mundo. Na visão de Bellini, esses dados mostram que o país tem tecnologia e vocação para produzir leite e que o setor irá emergir da crise do ano que se passou.

Pedidos de recuperação judicial cresceram quase 70% em 2023

Foram registradas mais de 1.400 solicitações de janeiro a dezembro do ano passado, maior número apontado desde 2020;
• Setor de "Serviços" foi o que mais demandou por RJs;
• "Micro e pequenas empresas" lideraram a procura e 135 companhias de "grande porte" solicitaram o recurso em 2023

As recuperações judiciais registraram alta de 68,7% em 2023 na comparação com 2022, conforme o Indicador de Falência e Recuperação Judicial da Serasa Experian. Ao total, foram 1.405 pedidos ao longo do ano, o 4º índice mais alto registrado desde o início da série histórica, em 2005, e o maior valor desde 2020. Confira a comparação mês a mês no gráfico abaixo:

"Em 2023, testemunhamos um surpreendente aumento no índice de recuperações judiciais no Brasil, ultrapassando o patamar de 1.400 pedidos, assim como os anos de 2017 (1.420) e 2018 (1.408). O ano passado foi marcado por um recorde de inadimplência das empresas, influenciando significativamente o panorama da recuperação judicial. Embora os sinais de melhoria tenham começado a surgir, como a queda da inflação e das taxas de juros, a reação no cenário de recuperação judicial mostra-se mais lenta", comenta o economista da Serasa Experian, Luiz Rabi.

SETOR DE "SERVIÇOS" LIDERA AS SOLICITAÇÕES NO BRASIL

O setor de "Serviços" foi o responsável pela maior parte dos requerimentos

de recuperação judicial em 2023, com 651 pedidos. "Comércio" apareceu em segundo lugar, com 379 solicitações. Veja, na tabela a seguir, o comparativo:

Já em relação aos portes, as "micro e pequenas empresas" (MPEs) foram as que mais demandaram por recuperação judicial, com 939 pedidos. Em seguida, estavam os "médios negócios" (331) e os "grandes" (135).

SOLICITAÇÕES DE FALÊNCIAS FECHA O ANO COM ALTA DE 13,5%

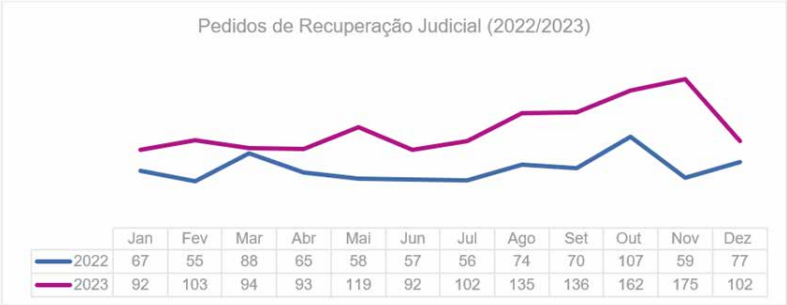
Os pedidos de falências também tiveram alta em 2023: foram 983 pedidos ante 866 registrados em 2022, um aumento de 13,5%. Foram as "micro e pequenas empresas" que puxaram a alta (546), seguidas pelas "médias" (231) e pelas grandes companhias (206). O setor que mais demandou pelos pedidos foi o de "Serviços" (373), seguido por "Indústria" (311), "Comércio" (292) e "Primário" (7).

ANÁLISE MENSAL: 102 PEDIDOS DE RJS EM DEZEMBRO DE 2023

Em dezembro de 2023, foram registradas 102 requisições de recuperações judiciais, uma alta de 32,5% em relação ao mesmo mês de 2022. Na variação mensal, a indicação foi de queda de 41,7%.

Já no recorte dos pedidos de falências, o total foi de 48 no mês de referência, com variação anual de -7,7% e mensal de 23,1%. A seguir, confira os gráficos com todas as informações na íntegra:

O Indicador Serasa Experian de Falências e Recuperações Judiciais é construído a partir do levantamento mensal das estatísticas de falências (requeridas e decretadas) e das recuperações judiciais e extrajudiciais registradas mensalmente na base de dados da Serasa Experian, provenientes dos fóruns, varas de falências e dos Diários Oficiais e da Justiça dos estados. O indicador é segmentado por porte.



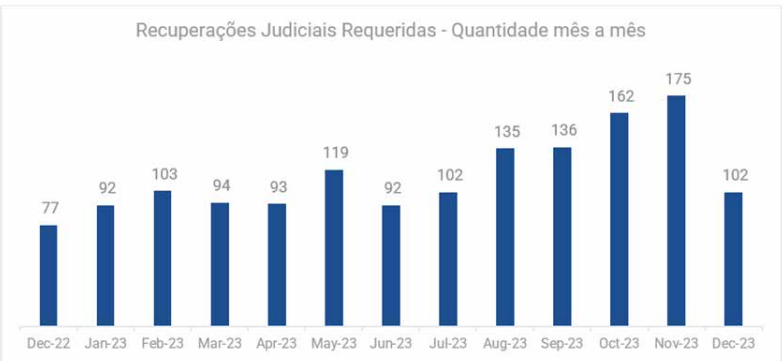
Fonte: Serasa Experian

Pedidos de Recuperação Judicial			
Por Setor			
Setores	2021	2022	2023
Comércio	199	201	379
Indústria	142	138	254
Serviços	460	424	651
Primário	90	70	121

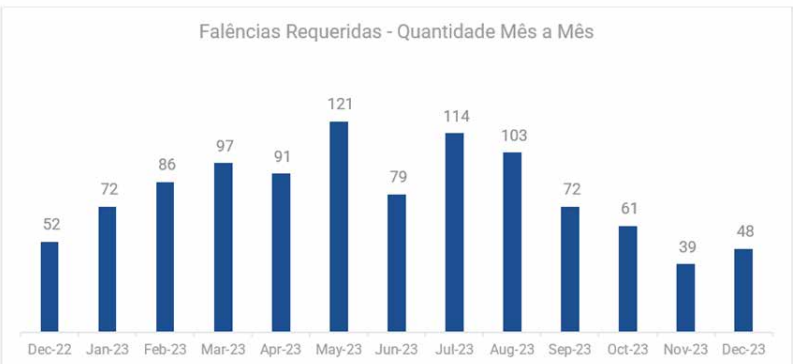
Fonte: Serasa Experian

Pedidos de Recuperação Judicial			
Por Porte			
Setores	2021	2022	2023
Micro e Pequena Empresa	604	528	939
Média Empresa	197	214	331
Grande Empresa	90	91	135

Fonte: Serasa Experian



Fonte: Serasa Experian



Fonte: Serasa Experian

Venture Capital brasileiro: falta o "Made in Brasil"

Camila Nasser

Cofundadora e CEO do Kria, que é uma das principais plataformas de investimento em startups. A executiva iniciou sua carreira profissional no universo financeiro no Kria, como estagiária, ainda na época de faculdade. Ao longo dos anos, assumiu importantes cargos de liderança, como Head de Marketing e Chefe de Operações. No final de 2020, foi convidada para se tornar CEO da fintech. Camila é graduada em comunicação pela ESPM - Escola Superior de Propaganda e Marketing, em São Paulo

A indústria de Venture Capital brasileira se consolidou nos últimos anos como um espelho do que ocorre nos Estados Unidos, especialmente no Vale do Silício. Desde o próprio nome do mercado - VC -, que no Brasil seria o Capital de Risco - até jargões como "valuation" para se referir a valor do negócio, "founder" para se referir aos fundadores, e os diferentes estágios de aporte "pre-seed to Series F", o mercado brasileiro incorporou a dinâmica americana para investimento em startups (opa, mais um termo gringo) com a tese de multiplicação de várias vezes o capital investido.

Mas o Brasil não é os Estados Unidos (obviamente, Sherlock Holmes) e precisamos entender as diferenças e nuances de ambos os países para a consolidação de um mercado sólido e independente.

Nos EUA, o investidor tem um relacionamento especial com o capital: as baixas taxas de juros aproximam os investidores do mercado de ações: mais de 55% da população americana investe na bolsa e uma pesquisa realizada pelo Bank of America apontou que 80% dos jovens investidores estavam olhando para investimentos alternativos.

Do lado do empreendedorismo, este artigo sobre como o Vale do Silício foi formado narra com riqueza de detalhes o fomento à inovação enraizado na cultura das Universidades americanas, com apoio de capital governamental e filantrópico para tal. Somado à maior segurança regulatória, temos um ambiente propício para, de um lado, empreendedores inovarem em novos mercados e, por outro lado, investidores se arriscarem a financiar tais inovações.

Aqui no Brasil, nosso mercado de capital de risco está em outro patamar: lidamos com taxas altíssimas de juros e inseguranças regulatórias e tributárias. Estamos começando a desenvolver a educação empreendedora dentro de algumas universidades, porém, sem os endowments e apoio a pesquisas que os gringos têm.

De acordo com um levantamento da ACE, o ecossistema brasileiro precisaria de, ao menos, 15 vezes mais investimento nos estágios iniciais para alcançar o mercado americano. E enquanto 43% das empresas listadas nas bolsas americanas foram investidas por VC, no Brasil a taxa é menor que 2%.
Por que, então, replicamos o modelo americano para o nosso capital de risco?

VALUATIONS

Imitamos os valores de captação e precificação de startups americanas, apesar de não termos o mesmo mercado endereçável e potencial de crescimento/retorno.

CRESCIMENTO DOS NEGÓCIOS

A metodologia de blitzscaling (crescimento a qualquer custo) do Vale do Silício, que leva startups a captarem cheques gordos, não pode ser o padrão brasileiro - nossa oferta de capital é mais escassa e, portanto, as startups precisam de premissas de crescimento mais sólidas, que dependam menos de capital externo.

VIAS DE SAÍDAS

Se 98% das empresas que passam pelo VC no país não abrem o capital na bolsa, as teses de saída (exits) dos investidores precisam ser readequadas, junto com as premissas de rodadas futuras.

PERFIL DOS EMPREENDEDORES

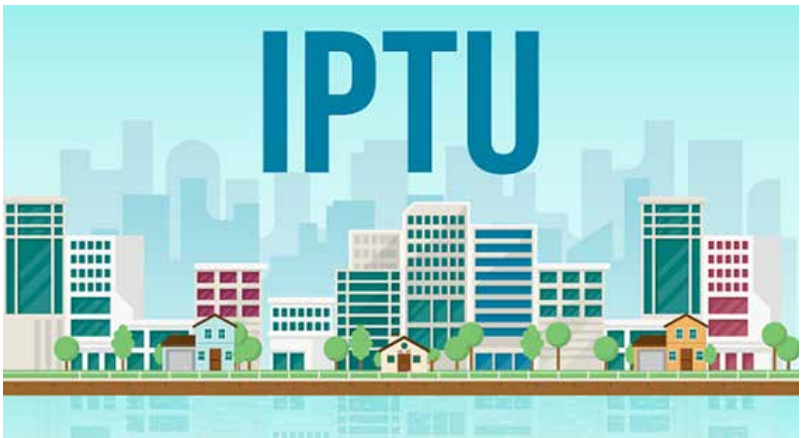
Importamos dos norte-americanos a premissa de que os melhores empreendedores virão das universidades mais renomadas, ou de experiências prévias em bancos ou consultorias. O pedigree de ter estudado em faculdades Ivy League como Harvard, MIT e Columbia exclui mais de 99% da população brasileira, e cria uma bolha de oportunidades que não condiz com a realidade local.

O Brasil é o lar de mais de 203 milhões de pessoas, mais de 20 milhões de empresas. Somos a nona maior economia do mundo, país do Pix e da mais importante floresta tropical. Precisamos parar com a síndrome de vira-lata, e fomentar um ecossistema de Venture Capital que de fato dialoga com o contexto do país.

IPTU cada vez mais caro pesa o bolso dos contribuintes no momento de pagar a conta

Os municípios precisam encontrar o equilíbrio entre a necessidade de financiamento para os serviços públicos e a capacidade de pagamento da população

O Imposto Predial e Territorial Urbano, mais conhecido como IPTU, é destinado para o caixa do Tesouro Municipal, que utiliza os recursos arrecadados através desta e das demais fontes de receita do município, para as prioridades locais, além de cobrir as despesas da administração pública. No entanto, os valores a serem pagos estão cada vez mais altos, o que acaba pesando no bolso da população.



O fato é que o tributo sobre a propriedade urbana existe desde o período colonial, quando a Família Real chegou ao Brasil em 1808, mas foi só em 1934, com a nova Constituição, que o 'imposto predial' se tornou competência dos municípios. O Código Tributário Nacional de 1966 estabeleceu as disposições sobre o IPTU, reiterando a sua municipalidade conforme previsto na Constituição. Ou seja, o que inicialmente era uma responsabilidade do Império, posteriormente tornou-se competência dos estados e, por fim, dos municípios.

Segundo o especialista em finanças pessoais, João Victorino, em teoria, os municípios estão autorizados a reajustar os valores das tarifas do IPTU com base nos índices de inflação do ano anterior, correções monetárias acima deste patamar estariam proibidas, a fim de não prejudicar os contribuintes. Porém, além das correções monetárias pelos índices de inflação, as prefeituras têm a prerrogativa de ajustar o valor do IPTU com base em diversos critérios.

João cita alguns destes critérios. "A Planta Genérica de Valores, que determina os valores venais dos imóveis, pode ser periodicamente revisada. Essa atualização reflete as mudanças no mercado imobiliário e a valorização das áreas urbanas, impactando no cálculo do IPTU. O segundo ponto é que qualquer modificação feita no imóvel, como construções, obras ou reformas, resulta em um aumento do valor do imóvel, o que afeta o IPTU, refletindo a valorização decorrente das alterações feitas. E por fim, a prefeitura tem a prerrogativa de alterar a porcentagem da alíquota do IPTU. Essa mudança pode resultar em um aumento ou diminuição no valor do imposto, impactando diretamente os contribuintes", revela.

Todos os critérios listados acima visam proporcionar às prefeituras flexibilidade para ajustar o IPTU de acordo com as condições do mercado imobiliário, as mudanças nos imóveis e as necessidades orçamentárias da administração municipal. Por essa razão, é muito importante que os contribuintes estejam cientes desses fatores, pois podem influenciar diretamente o montante a ser pago no imposto sobre a propriedade. Outro ponto a se considerar são as cidades com populações de renda mais alta, cidades turísticas e com reservas ambientais, que tendem a apresentar valores de IPTU mais altos que a média das demais cidades.

Em relação a melhor forma de pagar impostos, não existe uma regra e é preciso avaliar o desconto concedido pela prefeitura e, também, a capacidade de pagamento do contribuinte para estabelecer o que deve ser feito. João ressalta que se o desconto com o pagamento à vista for maior que o rendimento deste capital, quando alocado em aplicações de curto prazo, que é o tempo de parcelamento dessas despesas, vale a pena pagar à vista.

No entanto, para quem está mais familiarizado com aplicações em renda fixa, como Tesouro Direto, o especialista destaca que existem boas oportunidades de investimento deste capital, destinado ao pagamento

dos impostos, que rendem mais que o desconto dos municípios. "A opção pelo parcelamento não está descartada de antemão, ainda mais com a taxa selic, em fevereiro de 2024, rendendo 11,25% a.a. Porém, é fundamental lembrar que para fazer o pagamento à vista, o contribuinte deve ter o dinheiro em caixa e não pegar empréstimos para cumprir essa obrigação. Caso contrário, a melhor opção é parcelar o valor mesmo", diz.

Considerando que existem benefícios ou reduções de taxas disponíveis para residências de padrão médio e baixo que estão abaixo de um valor específico, as alíquotas do IPTU praticadas nas principais capitais do Brasil variam entre uma faixa que costuma ficar entre 1% a 3% do valor venal do imóvel, como vemos a seguir:

IPTU NAS CAPITAIS

Capital	Valor do imposto (sobre o imóvel)
São Paulo	0,7% a 1,9%
Rio de Janeiro	1% a 3%
Belo Horizonte	0,6% a 3%
Vitória	0,16% a 3%
Florianópolis	0,6% a 1,7%
Curitiba	0,2% a 3%
Porto Alegre	0,4% a 3%
Cuiabá	0,4% a 2%
Campo Grande	1% a 3%
Goiânia	0,15% a 3,8%
Distrito Federal	0,3% a 3%
Rio Branco	0,5% a 2%
Macapá	0,5% a 2%
Manaus	1% a 2%
Porto Velho	0,6% a 2,5%
Boa Vista	0,5% a 2,5%
Palmas	0,4% a 3%
Belém	0,2% a 2%
São Luís	0,5% a 2,6%
Teresina	0,2% a 2,6%
Salvador	0,1% a 3%
Aracaju	0,5% a 3%
Maceió	1% a 2%
Recife	0,6% a 2%
João Pessoa	1% a 1,5%
Natal	0,6% a 1%
Fortaleza	0,6% a 2%

João explica que os valores a serem pagos pela população estão cada vez mais altos. "Não deixa de ser assustador o fato de que se você paga em média 3% do valor do seu imóvel como IPTU todos os anos, em aproximadamente 30 anos você terá pago um novo imóvel para a prefeitura na forma de imposto. É por isso que mudar o peso da cobrança do IPTU é necessário, porém, envolve considerar diferentes fatores, como a necessidade de recursos para a administração pública e a capacidade de pagamento dos contribuintes", pontua.

Diante deste cenário, o especialista aponta 5 caminhos:

1. *Isenções e incentivos: analisar isenções fiscais existentes e considerar a implementação de incentivos fiscais para determinadas áreas ou para proprietários que investem em melhorias sustentáveis.*
2. *Participação popular: incluir a população no processo de decisão pode ser bem crucial. Realizar consultas públicas ou audiências para discutir possíveis mudanças nas políticas de IPTU pode ajudar a obter uma visão mais abrangente com participação da comunidade.*
3. *Eficiência na gestão pública: certificar-se de que a gestão pública seja eficiente e transparente é fundamental. Administrar os recursos arrecadados de maneira eficaz pode gerar mais espaço para a diminuição da cobrança de IPTU.*
4. *Desenvolvimento econômico: trabalhar para o desenvolvimento econômico pode aumentar a base de contribuintes e, consequentemente, a arrecadação, sem depender apenas do aumento de alíquotas do IPTU.*
5. *Equilíbrio: é preciso encontrar um equilíbrio entre a necessidade de financiamento para os serviços públicos e a capacidade de pagamento da população. O diálogo aberto e a busca por soluções equitativas são essenciais para alcançar um sistema tributário justo e eficiente.*

João Victorino é administrador de empresas e especialista em finanças pessoais, formado em Administração de Empresas, tem MBA pela FIA-USP e Especialização em Marketing pela São Paulo Business School. Após vivenciar os percalços e a frustração de falir e se endividar, a experiência lhe trouxe aprendizados fundamentais em lidar com o dinheiro.

Carnaval: as marchas mais pesquisadas pelos brasileiros

Ranking de músicas com mais buscas online nessa época é liderado pelo clássico "Mamãe, eu quero" e as famosas "Cabeleira do Zezé" e "Me dá um dinheiro aí"

Ao lado das fantasias criativas e blocos de rua, quem já está contando os minutos para celebrar durante a próxima semana sabe que, para um bom e velho Carnaval, um ingrediente-chave jamais pode ficar de fora da festa: as famosas marchas temáticas, cujos ritmos contagiantes e letras fáceis de decorar fazem com que, a cada novo ano, canções clássicas tomem conta dos trios elétricos e se transformem em verdadeiros hits nas plataformas musicais.

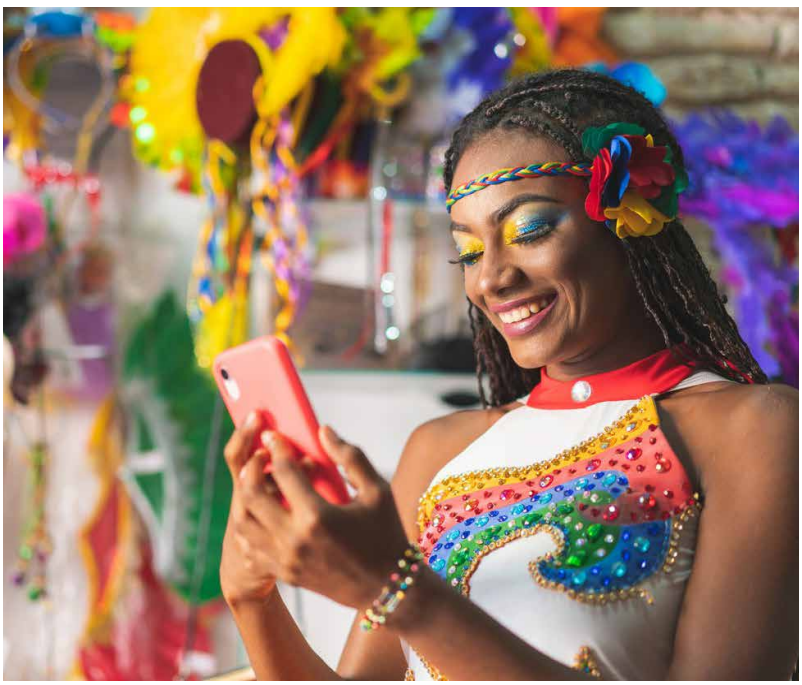
Ou vai dizer que você não conhece ao menos um dos versos de "Mamãe, eu quero", "Cabeleira do Zezé" ou "Allah-la-ô"?

Pois saiba que a lista de hinos atemporais, de toda forma, não se resume somente aos três, abrangendo uma variedade de outros sucessos não apenas entre os foliões, mas os internautas — como destaca a plataforma Preply.

Isso porque, em um levantamento especial para a data, a especialista no ensino de idiomas acaba de divulgar quais marchinhas estiveram por trás dos maiores picos de buscas online ao longo do último Carnaval, bem como a origem e o significado dessas letras que tanto embalam a folia nas cidades de Norte a Sul..., mas cujos sentidos originais, muitas vezes, seguem desconhecidos pela nossa população. Confira abaixo:

"MAMÃE, EU QUERO" (VICENTE PAIVA E JARARACA)

Em meio a tantas músicas inesquecíveis, não surpreende que a marcha de Carnaval mais buscada pelos brasileiros na internet também tenha sido aquela que, com frequência, vem sendo considerada a mais tocada nos cortejos e festivais ao redor do Brasil.

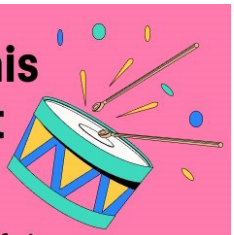


Afinal, estamos falando daquela que, de acordo com um levantamento da revista Veja, recebeu o título de 2ª melhor marchinha temática de todos os tempos, chegando até mesmo a ser executada durante a festa de encerramento dos Jogos Olímpicos de 2016 — tamanha a sua popularidade de Norte a Sul.

O que muitas pessoas não sabem, na verdade, é que "Mamãe, eu quero" foi composta há quase um século pelos músicos Vicente Paiva e Jararaca, mesma época em que foi interpretada por Carmen Miranda no filme estadunidense "Down Argentine Way" ("Serenata Tropical", em português), obra indicada ao Oscar e responsável por popularizar seus versos internacionalmente sob o nome de "I want my mama".

Embora, originalmente, o seu sentido fizesse alusão direta às memórias de infância de um de seus compositores — Jararaca fora uma dessas crianças que permanecem pedindo a chupeta mesmo depois de bem crescidas —, de lá para cá, é possível pensar que aqueles que a cantarolam a cada novo Carnaval o fazem para evocar a busca por alegria e prazer (assim como um bebê que quer mamar), quando não para trazer à tona essa sensação de brincadeira e malícia sugerida pela letra.

Essas são as marchas mais pesquisadas na internet em época de Carnaval



Ranking baseado em buscas online feitas por brasileiros durante o 1°tri do último ano

#	Marcha carnavalesca	Volume de buscas
1	Mamãe eu quero	55.800 buscas
2	Cabeleira do Zezé	13.880 buscas
3	Me dá um dinheiro aí	12.560 buscas
4	Daqui não saio	6.880 buscas
5	Acorda, Maria Bonita	6.050 buscas
6	Allah-la-ô	5.090 buscas
7	Jardineira	4.860 buscas
8	Ô abre alas	4.830 buscas

"CABELEIRA DO ZEZÉ" (JOÃO ROBERTO KELLY)

Afinal, que brasileiro nunca se perguntou quem seria o tal do Zezé, que inspirou a famosa marcha "Cabeleira do Zezé", assim como também se pegou pensando no que de fato ele seria, tal qual sugerido pela canção?

Se você é mais um dos tantos curiosos em relação à música, aqui vai: em suas diversas entrevistas, o produtor musical João Roberto Kelly, o nome por trás da composição, explica que o personagem sobre o qual canta foi inspirado em um garçom "cabeludo" com quem se esbarrou em um bar, cujo corte de cabelo em muito o lembrava os Beatles em início de carreira. Daí seu questionamento: qual seria a desse rapaz de visual meio James Dean, meio artista de vanguarda?

"ME DÁ UM DINHEIRO AÍ" (HOMERO, GLAUCO E IVAN FERREIRA)

Inspirada pelo bordão de mesmo nome, a marcha que tem como refrão "ei, você aí, me dá um dinheiro aí" ganhou sua própria melodia pela mão dos irmãos Homero, Glauco e Ivan Ferreira, que viram potencial na frase comumente repetida (sempre com ares de malandragem e malícia) no programa de TV humorístico "Praça da Alegria" sob a forma de música.

Daí em diante, um processo gerou o outro: primeiro, a faixa foi oficialmente gravada pelo cantor Moacyr Franco, que a lançou em um disco no ano de 1959. Logo em seguida, a canção se transformou em um verdadeiro hit graças aos personagens do próprio "Praça da Alegria", que a popularizaram a ponto de torná-la o maior sucesso do Carnaval em 1960… o que se mantém até os dias atuais.

"DAQUI NÃO SAIO" (PAQUITO E ROMEU GENTIL)

Quando o assunto são as marchas de Carnaval, não é incomum que, dada a popularidade de suas letras, certos títulos acabem se convertendo até mesmo em expressões idiomáticas — e esse é o caso da frase "daqui não saio, daqui ninguém me tira".

No entanto, o que hoje é usado para se referir à resistência ou relutância em deixar algum lugar já foi, em 1949, uma composição produzida com o intuito de iluminar um problema social ainda persistente: a escassez de moradias em um país marcado pela desigualdade, conforme sugerem as palavras de Paquito e Romeu Gentil.

Submetida a um concurso de músicas carnavalescas da prefeitura do Rio, em 1950, a canção de cunho social logo levou o prêmio… e acabou conquistando, de brinde, os corações de brasileiros e brasileiras nas décadas que se seguiram.

"ACORDA, MARIA BONITA" (VOLTA SECA)

Se, de um lado, a grande inspiração por trás de "Cabeleira do Zezé" é um personagem ordinário, cuja identidade permanece um mistério para muita gente, em "Acorda, Maria Bonita", quem ganha vida é uma figura histórica: a brasileira Maria Bonita, primeira mulher a participar de um grupo de cangaceiro que se tem registro e também companheira de Lampião.

Isso porque, embora tenha se transformado em marchinha carnavalesca com o passar do tempo, essa

é uma música escrita e gravada pelo cangaceiro sergipano Antônio dos Santos (mais conhecido como Volta Seca) em 1958, parte de um LP chamado "Cantigas de Lampião" — com músicas que abordavam a rotina e os desafios da vida nos cangaços.

Agora ficou mais claro o sentido dos seguintes versos, hoje ecoados em cortejos e festivais, que dizem "Acorda, Maria Bonita/levanta, vai fazer o café/que o dia já vem raiando/e a polícia já está em pé"?

"ALLAH-LA-Ô" (HAROLDO LOBO E ANTÔNIO NÁSSARA)

Outro fruto do trabalho coletivo entre grandes artistas, é possível dizer que a história do hit "Allah-la-oh" se divide em dois momentos diferentes: o primeiro sendo aquele em que, no Carnaval de 1940, o músico Haroldo Lobo levou para um bloco de rua carioca os versos de uma de suas composições (que viria a se tornar a base da marcha que conhecemos) e, em seguida, a etapa em que Lobo, apostando no sucesso da letra, pediu que o também compositor Antônio Nássara a completasse com uma segunda parte.

Desse trabalho conjunto, portanto, é que surgiriam os famosos versos "Viemos do Egito/e muitas vezes nós tivemos que rezar/Alá, Alá, Alá, meu bom Alá/mande água pra Ioiô/mande água pra Iaiá /Alá, meu bom Alá", que evocava alegoricamente a imagem do deserto do Saara e a do deus islâmico Allah para falar do calor intenso que marca o verão brasileiro.

Trata-se, nesse sentido, de mais um exemplo que mostra como elementos de outras culturas, religiões e costumes são assimilados pelas produções carnavalescas, que nem por isso deixam de perder aquele "temperinho brasileiro" que tanto as caracteriza.

"A JARDINEIRA" (HUMBERTO PORTO E BENEDITO LACERDA)

Parte essencial do repertório carnavalesco de 1939, "A Jardineira" é, antes de tudo, uma adaptação de refrões provenientes da Bahia, transformados em marchinha de Carnaval por dois compositores fluminenses: Humberto Porto e Benedito Lacerda, que a colocaram na boca da população nos festivais temáticos daquele ano.

Nas décadas posteriores, a canção, que conta a história de uma jardineira enlutada pela morte de uma camélia que "caiu do galho, deu dois suspiros e depois morreu" se expandiu pelo Brasil, ganhou versões e mais versões e chegou a virar motivo de duras brigas, protagonizadas pelas tantas pessoas que afirmavam ser as donas legítimas dos versos.

Ainda hoje, aliás, há quem continue questionando a autoria da música, que, a despeito das controvérsias, está sempre nas listas de mais ouvidas na data nos últimos anos.

"Ó ABRE ALAS" (CHIQUINHA GONZAGA)

Para que as principais marchinhas de Carnaval fossem produzidas no futuro, ou melhor, para que a própria ideia de marcha carnavalesca se difundisse por entre os brasileiros, antes foi preciso que, em 1899, uma canção fosse composta pelos dedos de Chiquinha Gonzaga: "Ó Abre Alas", tida, hoje, como a primeira marchinha de Carnaval da história e a única da lista escrita por uma mulher.

Na época, sua intenção era simples: atender aos pedidos de uma música inédita para o cordão carnavalesco Rosa de Ouro, um dos grupos precursores das escolas de samba e blocos temáticos atuais. O que Gonzaga não imaginava é que a canção logo se tornaria não só uma marca do Carnaval carioca, mas um sucesso absoluto durante toda a primeira década do século XX — e, como demonstram as buscas no Google, muitos e muitos anos depois.

Vale lembrar que o título "Ó abre alas" se refere à expressão usada para pedir passagem, abrindo caminho para que algo ou alguém passe. No contexto do Carnaval, a marcha vem sendo usada como um chamado para abrir espaço e dar início à folia. A letra da música evoca a alegria, a animação e a celebração típicas da data, incentivando as pessoas a se unirem na festa e a deixarem suas preocupações de lado.

METODOLOGIA

Para desvendar quais as marchas carnavalescas mais pesquisadas no país, a pesquisa da Preply teve como ponto de partida todas as buscas relacionados ao tema "marcha de Carnaval" na ferramenta Keyword Tool, cujo período de análise abarcou pesquisas realizadas no primeiro trimestre do último ano — considerado o período de Carnaval — nos mecanismos de busca. Compreendidas as músicas com os maiores volumes de pesquisa, uma segunda análise girou em torno da origem e significado das canções mais populares do país.

A Preply é uma plataforma online de aprendizagem de idiomas que conecta professores a centenas de milhares de alunos em 180 países em todo o mundo. Atualmente, mais de 40.000 tutores ensinam mais de 50 idiomas, impulsionados por um algoritmo de aprendizado de máquina que recomenda os melhores professores para cada aluno. Fundada nos Estados Unidos, em 2012, por três fundadores ucranianos, Kirill Bigai, Serge Lukyanov e Dmytro Voloshyn, a Preply cresceu de uma equipe de três pessoas para uma empresa com mais de 600 funcionários de 62 nacionalidades diferentes, com escritórios em Barcelona, Nova York e Kiev.

Carnaval prejudica a economia do país

"Com algum exagero, é como se fizesse uma comparação com um mês em que trabalhássemos apenas 5 dias. Seria um mês produtivo?"

O Carnaval, uma das festas mais esperadas do ano, já dá o tom em todo o país. Mas sob a perspectiva econômica, não há o que comemorar.

Existe país sem feriado nenhum? Não existe. Mas há países com o número muito grande de feriados (se é excessivo ou não, é relativo), e o Brasil está entre esses eles, quando o comparamos com os mais de 180 países economicamente ativos.

E por que a pausa para o Carnaval é ruim sob a perspectiva econômica? Esse feriado diminui a capacidade produtiva brasileira. Com algum exagero, seria como fazer uma comparação com um mês em que trabalhássemos apenas 5 dias. Seria um mês produtivo? Cheio de realizações, entregas, vendas, ou seja, com o que estivéssemos envolvidos? Certamente não. Dias de trabalho tem correlação direta com produtividade, tempo, e, consequentemente, produção de riqueza por meio da atividade econômica.

É a produtividade que vem da atividade econômica que gera riqueza, reduz a pobreza, ajuda e melhora a educação, acesso à saúde, segurança e a prosperidade como um todo. Existem várias formas de se produzir riqueza, mas, essencialmente, é por meio do trabalho.

Feriados têm diferentes motivações. Em geral, variam entre datas religiosas, históricas e culturais. Seja qual for a originação, o fato é que outras culturas também as festejam, mas não entendem que precisam deixar de trabalhar. Nos EUA são pouquíssimos os feriados em que realmente a maior parte dos negócios não abre ou não opera. Diria que três dias no ano apenas. Todos os demais, pouco ou em nada interferem nas atividades econômicas do país.

Uma grande empresa multinacional americana no Brasil, por exemplo, percebe a distorção facilmente, já que os pares no país de origem notam a frequência com que os colegas em terras brasileiras param.

Um outro ponto na mesma esteira do tema produtividade, que chama a atenção, é sobre as empresas adotarem ou não o regime de trabalho de quatro dias por semana.

Alguns defendem que a produtividade não será afetada num regime de quatro dias de trabalho por semana, que ele, ao contrário, poderia até aumentar a demanda por mais profissionais e, dessa forma, gerar fomento econômico.

Tenho minhas dúvidas, pois, na maioria dos setores, já enfrentamos estrangulamento de produtividade versus tempo disponível. Acredito que isso até poderia funcionar para alguns poucos setores, mas, em geral, certamente diminuiria a produtividade dos negócios e das empresas.

Mas não poderia deixar de destacar, e pontuar, que a vida não é só dinheiro, muito pelo contrário. Dinheiro é apenas o meio. O fim é perseguirmos, pela qualidade, o que pode representar para cada um de nós entendimentos completamente diferentes.

Por isso defendo para todos os casos o liberalismo, completo e total, em que o próprio mercado deveria ter liberdade e autonomia para decidir a adoção ou não a feriados, ou quaisquer outras políticas de trabalho.

Lembre-se, não existe certo e errado. Existe o que te faz bem.

Carnaval influencia economia, mas tem pouco impacto sobre o Turismo na capital paulista

Maior parte dos foliões é da cidade ou da região metropolitana; ainda assim, festa deve movimentar as atividades do Comércio e dos Serviços

Com carnaval atípico, em decorrência da desistência de mais de cem blocos de rua nos desfiles da capital paulista, o faturamento do Turismo não deve sofrer grande impacto em 2024, de acordo com a Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado de São Paulo (FecomercioSP). Segundo a Entidade, embora a festa seja relevante para a economia local, a maior parte do público (91%) é formado por moradores da própria cidade e da Região Metropolitana (RMSP).

Os dados são da pesquisa do Observatório do Turismo (SPTuris), realizada em 2023. Ainda de acordo com o estudo, dentre os turistas que visitam a cidade, apenas 6,5% utilizam hotéis e flats, enquanto a maioria (62,3%) faz viagens curtas, retornando para a casa no mesmo dia — isso quando não se hospedam na residência de amigos e parentes (24,9%). Contudo, embora represente um porcentual menor, o carnaval de rua não é irrelevante para o setor.

Faz parte da estratégia conquistar turistas de fora do Estado, pois os eventos trazem segurança, fácil deslocamento e diversão. Isto é, todas as variáveis necessárias para atrair foliões que gostem do evento de rua. Além disso, para se ter uma ideia, o gasto médio dos visitantes na capital no ano passado foi de R$ 1.151,90, contra R$ 106,40 do folião local — diferença que movimenta restaurantes, lojas e teatros, entre outros estabelecimentos das cadeias de Comércio e Serviços que impulsionam a economia da capital paulista.

Neste ano, a desistência de mais de cem blocos dos desfiles de rua deve resultar numa diminuição do movimento na cidade, o que, evidentemente, tende a impactar a economia de forma negativa. Sem uma projeção no número de foliões pelas ruas, também é mais difícil estimar o impacto financeiro dos gastos do público. No ano passado, o desfile das escolas de samba, que acontece no sambódromo do Anhembi, movimentou pouco mais de R$ 200 milhões — a expectativa é que o valor não seja muito diferente neste ano.

Segundo a FecomercioSP, o cancelamento dos desfiles por blocos de diversos tamanhos demonstra a necessidade imediata de uma revisão na estrutura de negócios e organização entre os blocos e a prefeitura. Não cabe à administração municipal financiar integralmente as agremiações, mas pode auxiliar na montagem da estrutura para que os blocos funcionem adequadamente dentro das regras, garantindo que a animação e as expectativas dos foliões consigam atrair o patrocínio de investidores.

A FecomercioSP reúne líderes empresariais, especialistas e consultores para fomentar o desenvolvimento do empreendedorismo. Em conjunto com o governo, mobiliza-se pela desburocratização e pela modernização, desenvolve soluções, elabora pesquisas e disponibiliza conteúdo prático sobre as questões que impactam a vida do empreendedor. Representa 1,8 milhão de empresários, que respondem por quase 10% do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro e geram em torno de 10 milhões de empregos.

Carnaval 2024: levantamento da Abrasel indica que foi um dos melhores da história para bares e restaurantes

Tânia Rêgo/Agência Brasil

O resultado do Carnaval para os bares e restaurantes superou as expectativas, segundo levantamento preliminar da Abrasel. Em cidades como Salvador, Belo Horizonte, São Paulo e Rio de Janeiro, o setor faturou 15% a mais que em 2023. Fatores como as altas temperaturas e a grande movimentação de foliões nos quatro dias de festa, contribuíram para o crescimento.

Já nas capitais nordestinas, como Natal, no Rio Grande do Norte e São Luís, no Maranhão, o setor comemorou o aumento expressivo de 20% no faturamento em relação ao mesmo período do ano passado.

Os dias de Carnaval movimentaram o setor de bares e restaurantes em Maceió, capital de Alagoas. Os estabelecimentos da cidade registraram aumento de 13% no faturamento. Os empreendedores ainda perceberam o feriado com positividade: para 56%, o feriado foi "muito bom" ou "bom" para os negócios.

A capital pernambucana, Recife, viu seu faturamento crescer ainda mais, registrando um aumento de 30%. Além disso, em algumas áreas específicas da Região Metropolitana de Recife, a alta chegou a 50%, refletindo uma movimentação intensa em determinadas localidades da região.

Mesmo nas regiões onde não há festas tradicionais de Carnaval e que normalmente se tornam refúgio para quem quer fugir da folia, o cenário foi positivo para muitos estabelecimentos. Alguns bares e restaurantes em Curitiba (Paraná), que se prepararam especificamente para receber os consumidores durante o feriado, chegaram a registrar alta de até 20% na movimentação, em comparação ao mesmo período do ano passado; já em Porto Alegre (Rio Grande do Sul), alguns estabelecimentos chegaram a registrar aumento de até 10% no faturamento.

"A organização e o planejamento dos eventos, tanto por parte dos governos estaduais quanto municipais, e o investimento em segurança, foram primordiais para atrair os foliões para as ruas, movimentando ainda mais o nosso setor. Essas ações fazem a diferença porque estimulam as pessoas a circularem e, consequentemente, consumirem mais nos bares e restaurantes", afirma Paulo Solmucci, presidente-executivo da Abrasel.

QUEDA NO FATURAMENTO

Em Fortaleza, capital do Ceará, houve uma queda de 30% no faturamento, em virtude das fortes chuvas que afetaram a cidade durante o Carnaval. Fora da rota de Carnaval, a maioria dos estabelecimentos em Florianópolis (Santa Catarina), também registraram faturamento menor que o mesmo período em 2023.

O impacto das datas comemorativas no transporte rodoviário de cargas

Aumento de veículos nas estradas é ponto de atenção para as empresas do setor

Segundo a Agência de Transporte do Estado de São Paulo (ARTESP), a estimativa na circulação de veículos antes do feriado de Carnaval, era de 2,4 milhões de usuários pelas principais rodovias de acesso e saída da região metropolitana durante o período.

Esse exemplo é um reflexo do que ocorre nos períodos sazonais durante o ano e no país inteiro, ou seja, em épocas de datas comemorativas (Carnaval, Páscoa, Dia dos Pais, Dia das Mães, Natal, Ano Novo, por exemplo), as pessoas buscam aproveitar os feriados para realizarem viagens com suas famílias, causando uma maior movimentação nas rodovias, especialmente os carros pequenos de passeio.

Por outro lado, um setor bastante afetado com essas questões é o transporte rodoviário de cargas, responsável por mais de 65% do translado de mercadorias pelo país, que por si só já obtém uma grande movimentação nas vias.

Franco Gonçalves, gerente administrativo da TKE Logística, descreve como essas questões podem impactar nas logísticas das empresas de transportes: "Hoje nos preocupamos muito mais com o motorista casual - aquele que pega estrada apenas em ocasiões específicas -, que, muitas vezes, é mais imprudente. Temos casos de fechamento dos caminhões, mudanças de faixas repentinas, frenagens bruscas, dentre outras atitudes de usuários que não estão acostumados com esse tipo de ambiente. Isso acaba aumentando o índice de acidentes e de pequenas batidas."

ESTRATÉGIA

Esse desafio, historicamente, já é recorrente nos corredores do transporte, e para mudar o cenário as empresas recorrem a novas estratégias para que o impacto nas operações seja ainda melhor. Um exemplo disso é a comunicação assertiva com os clientes para entender a necessidade de cada um.

Franco destaca: "Nessas épocas, tentamos estreitar ainda mais a comunicação com os clientes e entender quais deles precisam receber o material imediatamente em feriados como esses. Vou citar um exemplo hipotético: Eu tenho um cliente que está querendo fazer o despacho da mercadoria, o escoamento da carga dele na indústria por uma questão de atingir metas, porém o cliente final não vai receber tão cedo. Nesse caso, temos que analisar todos os pontos, se podemos deixar esse veículo parado durante o tempo solicitado ou se precisamos deixar armazenado em algum lugar, seja em um pavilhão ou no caminhão mesmo. Enfim, tudo isso engloba uma conversa bem transparente."

Além desses pontos, outro impacto exponencial internamente fica nas questões dos motoristas. Executivos relatam que, devido à crescente de maiores trânsitos pelas rodovias, os motoristas, às vezes, optam por não a viajar, principalmente durante o Natal e Ano Novo.

"O estresse em geral para os motoristas é muito maior nesses dias. Muitos deles optam por não viajar e, consequentemente, diminui a disponibilidade também dos veículos na empresa. São a essas questões que precisamos sempre estar atentos."

OFERTAS E DEMANDAS

Passando para o outro lado da moeda, apesar de todos os desafios decorrentes, em períodos como esses, a quantidade de fretes aumenta e inflaciona o mercado, beneficiando as empresas no lucro.

Para o gerente administrativo da TKE Logística, essa percepção pode ser comemorada, mas existem outras perspectivas que também precisam ser levadas em conta.

"Datas comemorativas acabam tirando uma previsibilidade e um fluxo constante. Pode acontecer de uma hora para outra você ter um aumento exponencial na oferta de cargas, o que pode parecer legal, mas não é necessariamente, porque você tem um limite de veículos trabalhando e não consegue compensar o tanto de ofertas correntes, o que pode desgastar a relação com o cliente.

Por fim, o entendimento é que são necessárias estratégias de muitos lados, tanto na preocupação com o congestionamento das estradas quanto no alinhamento interno das operações para dar conta do aumento dos serviços.

"Sempre procuramos capacitar os nossos motoristas e proporcionar veículos com alta capacidade, seja na segurança ou no conforto. Conversamos com os nossos colaboradores diariamente, já que são eles os que estão à frente das operações. Auxiliamos também onde são os postos seguros, onde devem estacionar e informamos sobre a direção segura. Claro, sempre temos para onde melhorar nestes quesitos e, por isso, procuramos sempre evoluir", finaliza o executivo.

Mudanças nas regras sobre nacionalidade brasileira

Michele Hastreiter e Mariane Silverio

Michele Hastreiter e Mariane Silverio são do Departamento de Direito Comercial e Societário e Direito Migratório da Andersen Ballão Advocacia

No âmbito do Direito Constitucional, 2023 ficou marcado por mais uma mudança nas regras que disciplinam a nacionalidade brasileira. Com a promulgação da Emenda Constitucional n° 131/23, em 03 de outubro, alterou-se pela quarta vez, desde a entrada em vigor da Constituição em 1988, seu artigo 12, que disciplina as condições para aquisição e perda da nacionalidade brasileira. A recente mudança alterou os critérios para a perda da nacionalidade brasileira, excluindo a hipótese da perda automática pela aquisição voluntária de outra nacionalidade.

O tema era discutido no meio jurídico e no Congresso Nacional desde 2018, quando a carioca Cláudia Sobral (Hoerig) teve sua nacionalidade cancelada. Ela foi extraditada para os Estados Unidos da América, onde foi condenada pelo homicídio de seu marido. Foi justamente o cancelamento de sua nacionalidade que viabilizou a extradição, já que o Brasil não extradita brasileiros natos. A carioca, que emigrou para os Estados Unidos em 1990, naturalizou-se estadunidense em 1999. Ora, no texto vigente até recentemente, o parágrafo 4°, inciso II, do artigo 12 da Constituição Federal previa o seguinte: "Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que [...] adquirir outra nacionalidade, salvo nos casos de a) reconhecimento de nacionalidade originária pela lei estrangeira; b) de imposição da naturalização, pela norma estrangeira, ao brasileiro residente em estado estrangeiro, como condição para permanência em seu território ou para o exercício de direitos civis". Portanto, o referido dispositivo só admitia a dupla nacionalidade, em caso de nacionalidade estrangeira originária, como ocorre com inúmeros brasileiros descendentes de imigrantes europeus, ou quando a naturalização resultasse de uma exigência do sistema jurídico do país estrangeiro para viabilizar a permanência ou o exercício de direitos civis em seu território. Em nenhuma destas hipóteses se enquadrava a carioca, que tinha autorização para residir e trabalhar nos Estados Unidos, pois era portadora de um "Green Card".

À luz do texto constitucional que vigorou até outubro passado, ao escolher uma outra nacionalidade por livre e espontânea vontade, o indivíduo estaria renunciando à sua condição de brasileiro. Ocorre que a notoriedade dada ao caso de Cláudia Sobral na imprensa trouxe preocupação à comunidade brasileira que vive no exterior. Muitos foram pegos de surpresa, pois haviam se naturalizado estrangeiros sem conhecer que a naturalização poderia levar-lhes a perder a nacionalidade brasileira. É fato que o governo brasileiro por muito tempo fez "vistas grossas" à imensa quantidade de brasileiros que se naturalizavam em outros países, deixando de promover de ofício o cancelamento de suas nacionalidades, conforme previa a norma constitucional. A polêmica em torno do caso de Cláudia Sobral foi o pano de fundo para a discussão e aprovação da Emenda Constitucional n° 131/23. Com a mudança legislativa, o parágrafo 4° do artigo 12 da Constituição Federal passou a vigorar com a seguinte redação:

4º - Será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que:

I - tiver cancelada sua naturalização, por sentença judicial, em virtude de fraude relacionada ao processo de naturalização ou de atentado contra a ordem constitucional e o Estado Democrático;

II - fizer pedido expresso de perda da nacionalidade brasileira perante autoridade brasileira competente, ressalvadas situações que acarretem apatridia.

Enfim, o estrangeiro naturalizado brasileiro pode perder a nacionalidade em decorrência de um comportamento ilícito (fraude à naturalização ou atentado contra a ordem constitucional e o Estado Democrático). Já o brasileiro nato só perderá a nacionalidade brasileira se assim o desejar, devendo para tanto formular um requerimento expresso. Aliás, mesmo aqueles que tenham requerido a perda da nacionalidade brasileira poderão readquiri-la posteriormente, em caso de arrependimento.

A mudança insere o Brasil no rol dos países expressamente favoráveis à possibilidade de polipatridia. Contudo, para Cláudia Sobral, que segue nos Estados Unidos cumprindo pena pelo assassinato do marido, foi uma mudança tardia.

Dicas para evitar golpes ao comprar um smartphone

Escolher fontes confiáveis e realizar o pagamento em plataformas seguras são medidas para se proteger de fraudes

No cenário digital, a busca pelo smartphone ideal muitas vezes leva os consumidores a enfrentar desafios, incluindo a ameaça constante de golpes. Neste contexto, é fundamental estar ciente das práticas de segurança e estratégias para evitar fraudes ao adquirir um aparelho. Confira as dicas da empresária e especialista em tecnologia Michelle Menhem para proteger-se.

1 - ESCOLHA FONTES CONFIÁVEIS

Ao adquirir um smartphone, dê preferência a lojas autorizadas, revendedores oficiais ou sites renomados. Evite vendedores desconhecidos e ofertas tentadoras que possam esconder armadilhas.

2 - CONHEÇA SOBRE O VENDEDOR:

Antes de finalizar a compra, pesquise sobre o vendedor ou a loja. Avaliações, reputação e histórico de reclamações podem oferecer informações valiosos sobre a legitimidade do vendedor.

3 - FAÇA UMA INSPEÇÃO DO PRODUTO:

Para dispositivos usados, examine cuidadosamente o celular. Solicite fotos detalhadas, verifique o número de série e compare as especificações com as informações oficiais para assegurar a autenticidade do aparelho.

4 - REALIZE O PAGAMENTO DE FORMA SEGURA:

Escolha métodos de pagamento confiáveis, como cartão de crédito ou PayPal, que proporcionam proteção ao comprador. Evite transferências diretas ou serviços duvidosos que possam expor você a possíveis golpes.

5 - DESCONFIE DE OFERTAS IRRESISTÍVEIS:

Se a oferta parecer muito boa para ser verdade, é provável que seja falsa. Desconfie de preços excessivamente baixos e vendedores pressionando para fechar negócio rapidamente.

6 - EXIJA DOCUMENTAÇÃO E GARANTIA:

Ao comprar um celular novo, exija a nota fiscal original e verifique se a garantia está incluída e válida. Documentação adequada é essencial para proteger seus direitos como consumidor.

7 - RECONHEÇA OS SINAIS DE GOLPE:

Esteja atento a sinais de possíveis golpes, como pressão por pagamentos adiantados, solicitações de informações pessoais e propostas para realizar transações fora de plataformas seguras.

Lembre-se de confiar no seu instinto e usar o bom senso ao fazer qualquer compra. Se algo parecer suspeito, é sempre melhor reconsiderar e buscar uma alternativa mais confiável.

Fonte: Michelle Menhem
@michellemenhemm
Especialista em tecnologias - CEO
@techchannelcapacitacao
@skymachine @skytech

Uso inadequado de computadores em ambientes gastronômicos

Caso de Barueri-SP, que viralizou nas redes sociais e na mídia nessa semana, trouxe à tona a utilização, cada vez mais comum, de bares, de padarias e de cafés como "escritórios de trabalho"

Após a briga entre um consumidor e o dono de uma padaria de Barueri-SP, na Grande São Paulo, viralizar nessa semana, a Federação de Hotéis, Bares e Restaurantes do Estado de São Paulo (Fhoresp) alerta para o uso inadequado de notebooks, de tablets e de celulares em ambientes gastronômicos. Com o objetivo de evitar novos conflitos, a principal orientação da entidade é que as partes adotem bom senso na utilização dos equipamentos, bem como na aplicação de restrições por parte dos estabelecimentos.

O diretor-executivo da Fhoresp, Edson Pinto, sugere aos clientes que verifiquem antes se o local escolhido é amigável ou não à prática de permitir o uso de eletrônicos para fins laborais. Se o estabelecimento adota limitações, segundo a Federação, é preciso que o consumidor as respeite, uma vez que ambientes gastronômicos são da esfera privada e podem ter regramentos próprios, desde que não infrinjam a lei.

Por sua vez, e segundo o que estabelece o Código de Defesa do Consumidor (CDC), os estabelecimentos devem divulgar as orientações em local visível aos seus frequentadores, com direito à fácil entendimento e clareza. A mensagem deve ser, ainda, objetiva, de acordo com Édson:

"A realização de longas reuniões on-line e a maior permanência nos ambientes gastronômicos por força do trabalho remoto estão indo além do consumo in loco. Desde a pandemia da Covid-19, isso tem se tornado cada vez mais comum. Só que, em alguns casos, tem gerado problemas, como o ocorrido há poucos dias em Barueri".

Para a Fhoresp, isso acontece porque, bares, restaurantes, cafés e padarias, geralmente, oferecem estrutura que comporta trabalho remoto, mesmo não sendo essa a finalidade. O diretor-executivo da Federação cita como exemplos o acesso gratuito à Internet, energia elétrica para carregar baterias de eletrônicos, além de estacionamento e sanitários.

No entanto, esses serviços, que, no início, se tratavam de uma cortesia aos consumidores, têm se transformado em transtorno para alguns estabelecimentos em razão da utilização inadequada por parte de alguns consumidores, conforme aponta Édson:

"Muitos dos clientes querem transformar os locais em verdadeiros escritórios particulares. Esta prática acaba por reter as mesas por tempo excessivo, e, muitas das vezes, sem consumo equivalente. Trata-se de conduta que impede a rotatividade de outros consumidores que desejam se alimentar", esclarece.

CONFLITOS MAIS COMUNS

De uns tempos para cá, a Fhoresp tem notado o surgimento de conflitos entre cafés, padarias, restaurantes e bares e os clientes em relação ao uso da estrutura para fins comerciais e trabalho remoto.

Édson defende que, caso não haja bom senso entre as partes, é necessário que os estabelecimentos adotem restrições, como impedir o acesso de Wi-Fi, não permitir o carregamento de baterias ou até cobrar valores adicionais ou consumo mínimo pela utilização da estrutura para fins comerciais.

O diretor-Executivo da Fhoresp acrescenta, ainda, que essas providências são necessárias para evitar a pior alternativa: majorar os preços do cardápio, a fim de reduzir prejuízos acumulados pelos estabelecimentos, o que, consequentemente, penalizaria todos os consumidores:

"Para reuniões e ações relacionadas ao trabalho administrativo ou criativo, entendemos que os coworkings e os espaços públicos são os ambientes mais propícios. Vale lembrar que cafés, padarias, bares e restaurantes são empresas de alimentação, somente", completa Edson.

Inseticidas atingem maior volume de vendas em cinco anos e repelentes registram aumento de 27% em unidades frente a 2022

Aumento dos casos de dengue no Brasil devem impulsionar ainda mais esse mercado

As temperaturas cada vez mais elevadas do verão brasileiro e a consequente proliferação de insetos, como a que se vê hoje do mosquito transmissor da dengue, têm contribuído para o avanço no consumo das categorias de repelente e inseticidas nos últimos anos. Novo estudo da Kantar, líder em dados, insights e consultoria, mostra avanço na penetração da categoria nos lares e crescimento de venda no atacarejo.

O levantamento mostra que em 2023 as categorias de repelentes e inseticidas nos lares brasileiros cresceram 15 pontos percentuais (p.p.) e 2,5 p.p. respectivamente em relação a 2022. Já o aumento do volume de repelente consumido foi da ordem de 27%. A maior concentração desse consumo é na classe AB, representando 27% da população e 34% das unidades compradas. A região da Grande Rio de Janeiro é responsável por 12% dos repelentes adquiridos nacionalmente.

Já as unidades de inseticidas compradas em 2023 atingiram o maior número em 5 anos, chegando a 131,8 milhões de unidades, 11% a mais do que em 2018. A maior concentração do consumo fica nas regiões Norte e Nordeste, que representam 34% do total comprado. A penetração da categoria de inseticidas chega a 77% da população, o que representa mais de 45 milhões de lares brasileiros.

Os atacarejos são o canal de venda que mais ganha espaço na venda das categorias. Representavam 6,8% do share de vendas de repelentes e 16,8% de inseticidas em 2020 e em

2023 foram responsáveis por 13,2% e 23,9% da comercialização dos produtos, respectivamente.

No último verão o consumo em unidades de repelentes já foi 9% maior versus o verão de 2020, enquanto inseticidas registraram crescimento de 48%. Com o fenômeno El Niño prometendo temperaturas acima da média neste verão e o recente salto dos casos de dengue no Brasil, a expectativa é de que esses mercados sigam crescendo.

Os dados acima são do estudo Brasil 40º da Kantar, que acompanha o comportamento de consumo dos brasileiros em bens de consumo massivo – alimentos, bebidas, artigos de limpeza do lar e itens de higiene e beleza pessoal, de maneira contínua. Foram contemplados 11.300 domicílios de todas as regiões e classes sociais do País, representando 60 milhões de lares.

A Kantar é a principal empresa global de dados e análises de mercado e uma parceira de marca indispensável para as principais empresas do mundo, incluindo 96 dos 100 maiores anunciantes do planeta. Combinamos os dados atitudinais e comportamentais mais significativos a nossa profunda expertise e plataformas tecnológicas para acompanhar como as pessoas pensam e agem. Auxiliamos nossos clientes a desenvolverem estratégias de marketing que moldam seu futuro e promovem crescimento sustentável.

Ivermectina: a falsa esperança contra a Dengue - alerta do Ministério da Saúde

Nos últimos tempos, a ivermectina, um antiparasitário, tem sido amplamente discutida como possível solução para diversas doenças, incluindo a dengue. No entanto, o Ministério da Saúde veio a público alertar sobre a ineficácia desse medicamento no tratamento da dengue, doença transmitida pelo mosquito Aedes aegypti.

A disseminação de informações não comprovadas sobre o uso da ivermectina contra a dengue tem sido observada, inclusive em perfis de redes sociais de alguns profissionais de saúde. O governo federal esclarece que não há dados ou fontes confiáveis que respaldem essa afirmação.

A ivermectina ganhou destaque durante a pandemia de Covid-19, quando foi promovida como parte de um tratamento precoce contra o vírus, apesar da falta de evidências científicas que comprovassem sua eficácia. Estudos realizados na época mostraram que o medicamento não possuía benefícios significativos no combate ao coronavírus.

O Ministério da Saúde enfatiza que a ivermectina também não é eficaz em reduzir a carga viral da dengue. Portanto, não reconhece qualquer protocolo que inclua o medicamento no tratamento dessa doença. A propagação de fake news, especialmente em um contexto epidemiológico que requer atenção, representa um risco significativo à saúde pública.

Nos últimos tempos, a ivermectina, um antiparasitário, tem sido amplamente discutida como possível solução para diversas doenças, incluindo a dengue. No entanto, o Ministério da Saúde veio a público alertar sobre a ineficácia desse medicamento no tratamento da dengue, doença transmitida pelo mosquito Aedes aegypti.

A disseminação de informações não comprovadas sobre o uso da ivermectina contra a dengue tem sido observada, inclusive em perfis de redes sociais de alguns profissionais de saúde. O governo federal esclarece que não há dados ou fontes confiáveis que respaldem essa afirmação.

A ivermectina ganhou destaque durante a pandemia de Covid-19, quando foi promovida como parte de um tratamento precoce contra o vírus, apesar da falta de evidências científicas que comprovassem sua eficácia. Estudos realizados na época mostraram que o medicamento não possuía benefícios significativos no combate ao coronavírus.

O Ministério da Saúde enfatiza que a ivermectina também não é eficaz em reduzir a carga viral da dengue. Portanto, não reconhece qualquer protocolo que inclua o medicamento no tratamento dessa doença. A propagação de fake news, especialmente em um contexto epidemiológico que requer atenção, representa um risco significativo à saúde pública.

TRATAMENTO DA DENGUE: PROTOCOLO OFICIAL E RECOMENDAÇÕES

Segundo as diretrizes do Ministério da Saúde, o tratamento da dengue se baseia na identificação dos sintomas pelo médico por meio de uma consulta detalhada com o paciente. Posteriormente, exames laboratoriais podem ser solicitados, a depender da gravidade do caso.

Para os casos leves de dengue, a orientação é repouso durante o período de febre, ingestão adequada de líquidos para garantir a hidratação e uso de analgésicos como paracetamol ou dipirona para alívio da dor e da febre. É fundamental destacar que o ácido acetilsalicílico não deve ser utilizado, pois aumenta o risco de sangramento.

É crucial que o paciente esteja atento aos sinais de alarme da doença, como dor abdominal intensa e persistente, náuseas, vômitos persistentes e sangramento de mucosas. Nestes casos, a internação para um manejo clínico adequado é recomendada de acordo com o protocolo estabelecido.

A Dra. Marcela Rodrigues, Diretora da Salus Imunizações, reforça a importância de seguir as condutas clínicas baseadas em evidências científicas para garantir a segurança e eficácia no tratamento da dengue, a imunização é muito importante para combater a doença. Os medicamentos prescritos são aprovados pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e devem ser utilizados conforme orientação médica para o manejo adequado da doença.

Primeiro polo de disseminação em telessaúde no Brasil é inaugurado em Campinas, São Paulo

Localizado na UNICAMP, o Living Lab é um laboratório criado para ser espaço de transferência de tecnologia e capacitação de pessoas que promete revolucionar a formação dos profissionais de saúde no país por meio do ensino e da inovação em saúde digital.

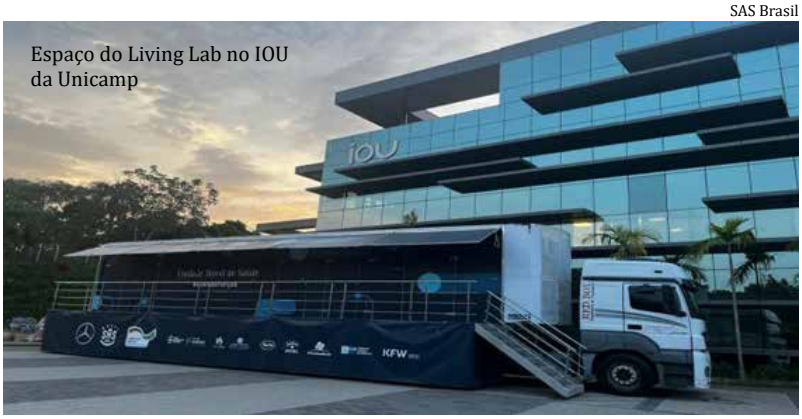
Foi inaugurado o primeiro laboratório do Brasil com o propósito de disseminar a pesquisa e a inovação em saúde digital, o Living Lab. Com foco em transferência de tecnologia e capacitação de pessoas, a inovação é uma iniciativa da SAS Brasil, uma startup social sem fins lucrativos que atua desde 2013 levando atendimento gratuito para regiões sem acesso à saúde especializada no país, em parceria com a Unicamp, o Centro de Pesquisa e Desenvolvimento em Telecomunicações e o Instituto de Pesquisas Tecnológicas.

A abertura do espaço acontece nos dias 1 e 2 de fevereiro durante a primeira edição do Workshop de Inovação em Saúde Digital RNP e SAS Brasil, que será seguido de uma programação para estudantes da área de saúde no dia 3. Localizado no Instituto de de Otorrinolaringologia Cirurgia de Cabeça e Pescoço (IOU) da universidade, o espaço, que conta com apoio da Faculdade de Ciências Médicas, será um ambiente acadêmico aberto aos mais diversos públicos e instituições para realizar pesquisa, inovação e prática no campo da Saúde Digital.

O laboratório tem duas principais motivações. A primeira é voltada para o desenvolvimento do profissional da saúde, que poderá expandir seu acesso a ferramentas digitais e acompanhar os avanços tecnológicos na área médica e incorporá-los em sua prática clínica. Juntamente disso, a expectativa do Living Lab é que por meio da saúde digital e da telessaúde oportunidades de expansão do acesso aos cuidados de saúde, especialmente em áreas remotas ou carentes de recursos, sejam cada vez mais inclusivas e eficientes.

"A SAS Brasil junto com seus parceiros desenvolveu o Living Lab para que ele seja um ambiente de formação e assistência em telessaúde. A expectativa é que por meio dele futuros profissionais de saúde, ao serem treinados, estarão preparados para enfrentar os desafios e as oportunidades que surgem na era digital, promovendo a inovação e aprimorando a qualidade dos cuidados de saúde oferecidos à população", comenta a médica e CMO da SAS Brasil durante o lançamento da iniciativa.

SAS Brasil



Espaço do Living Lab no IOU da Unicamp

POR DENTRO DO LIVING LAB

Da tradução literal, laboratório vivo, o Living Lab levará pela primeira vez sistemas de teleconferência e plataformas de telemedicina, que tornam possível realizar consultas remotas, compartilhar informações e promover a colaboração entre os profissionais de saúde, independentemente de sua localização física. Além de sua contribuição para a assistência, o Living Lab será um espaço para o desenvolvimento de empreendedorismo de impacto na saúde, atraindo alunos, profissionais e startups que atuam na área para apresentarem suas propostas de conceito e apoiando o desenvolvimento desses negócios

Como espaço de treinamento, desenvolvimento de soluções e realização de teleatendimentos, o laboratório abre as portas para testar e validar protocolos e modelos de assistência capazes de transformar o acesso e o financiamento da saúde no Brasil e no mundo. Para isso, inicialmente ao longo dos próximos dois anos serão realizados cursos livres, treinamentos, projetos de extensão e atendimentos todos focados no desenvolvimento da Saúde Digital no Brasil.

A primeira atividade no espaço contou com a presença de nomes relevantes para a Saúde Digital no país. De forma remota, a secretária de Saúde Digital do Ministério da Saúde, Ana Estela Haddad, marcou presença no workshop. Além da secretária, estiveram presentes Luiz Ary Messina, Coordenador Nacional da Rede Universitária de Telemedicina da RNP, Marcelle Regina Silva Benetti, Diretora do Departamento de Ensino, Pesquisa e Saúde Digital da Secretaria Municipal de Saúde de Campinas e Edson Soares, coordenador do Projeto de Telessaúde da Rede Mario Gatti Campinas.

Alzheimer: os principais sinais e como lidar com o familiar afetado

O Fevereiro Roxo é uma campanha dedicada à conscientização do Alzheimer, fibromialgia e lúpus, doenças crônicas incuráveis. A ação resgata a importância da identificação precoce das três doenças, uma vez que a progressão dos sintomas pode ser identificada precocemente e amenizada, proporcionando maior qualidade de vida aos pacientes.

Dentre as doenças mencionadas, o Alzheimer merece destaque. Segundo a Abraz (Associação Brasileira de Alzheimer) 1,7 milhão de brasileiros a partir dos 60 anos, têm algum tipo de demência, sendo 55% dos casos correspondentes ao diagnóstico de Alzheimer.

O Alzheimer é um transtorno neurodegenerativo progressivo, que afeta as funções cerebrais, causando sintomas iniciais relacionados à perda de memória. "Entre os principais estão os problemas com a execução de tarefas diárias, linguagem, irritabilidade e, principalmente, a perda de memória recente", alerta René Padovani, psicólogo e coordenador de filantropia da Pró-Saúde.

O QUE FAZER AO IDENTIFICAR OS PRIMEIROS SINAIS

O Ministério da Saúde indica que o Alzheimer evolui em estágios, sendo eles:

- ***Estágio 1 (inicial)****: alterações na memória, na personalidade e nas habilidades visuais e espaciais;*
- ***Estágio 2 (moderado)****: dificuldade para falar, realizar tarefas simples e coordenar movimentos. Agitação e insônia;*
- ***Estágio 3 (grave)****: resistência à execução de tarefas diárias. Incontinência urinária e fecal. Dificuldade para comer. Deficiência motora progressiva;*
- ***Estágio 4 (terminal)****: estrição ao leito. Mutismo. Dor à deglutição. Infecções intercorrentes.*

Amigos e familiares podem notar os sintomas da doença antes do indivíduo. "Ao identificar os sinais, é importante buscar uma avaliação médica, com neurologista, psiquiatra e geriatra, para a realização de exames físicos e neurológicos, acompanhados de uma avaliação do estado mental do paciente", indica o profissional.

O Alzheimer é uma doença que não possui cura e é progressiva, podendo causar um grande sofrimento no núcleo familiar e, principalmente, no paciente acometido pela doença "é importante possuir um suporte emocional e maiores informações de conduta com fontes seguras" conclui.

COMO LIDAR COM O FAMILIAR AFETADO

A Abraz indica que contar ou não ao paciente sobre a doença é uma decisão que cabe à família, mas os profissionais de saúde envolvidos no caso podem discutir e auxiliar nesse processo. Para René, uma das formas de lidar com a situação vai de encontro à orientação da Associação.

"Para além de pensarmos se a família deve ou não contar, é primordial resgatar a biografia do familiar diagnosticado. Como esse familiar agiu em toda a sua vida? Ele busca ativamente decidir sobre suas condutas ou se afasta de informações médicas? Devemos ter em mente que o Alzheimer proporciona perdas ao longo dos meses e anos. Cada caso é único e deve ser avaliado considerando os desejos do paciente", explica René.

Caso a família queira contar sobre o diagnóstico, é melhor que seja feito na fase inicial para que o familiar compreenda. Caso a reação seja positiva o familiar pode participar de decisões futuras. Além do cuidado e sensibilidade para informar o familiar afetado, também é importante que os familiares tenham acompanhamento psicológico para lidar com as dificuldades da doença e possível perda do ente", completa.

Mercado Gastronômico

A Copa do Queijo

Sérgio Augusto Carvalho
sergioamc@uol.com.br

Se existe uma Copa do Mundo (campeonato mundial) de Bridge, por que não a Copa do Mundo do Queijo? É o que os paulistas estão querendo implantar no cenário queijeiro Internacional, este ano pela terceira vez.

O 3º Campeonato Mundial do Queijo do Brasil vai acontecer em São Paulo de 11 a 14 de abril, no Teatro B32. Se tem um produto culinário brilhando no mundo da Gastronomia, é o Queijo! Pelo menos no mercado brasileiro esse velho produto do quotidiano rural brasileiro, especialmente em Minas Gerais, ganhou um destaque superespecial nos últimos anos.

Essa terceira edição do Concurso que espera reunir cerca de 2 mil produtores em São Paulo. É de se esperar que a totalidade seja de brasileiros, pois a divulgação do evento no exterior está não existe. A competição, na verdade, tem aspecto doméstico. Justifica-se pelo fato de os produtores europeus de vivência secular nesse mercado não serem empolgados com os "concursos" para classificar seus produtos fora do seu continente. Afinal, a história já faz essa distinção há tempos.

Recentemente, o site Tasteatlas fez uma pesquisa para classificar os melhores queijos do mundo, e os europeus ocuparam os 10 primeiros lugares (4 italianos, 3 franceses, 1 grego, 1 português, 1 de Montenegro): Parmigiano Reggiano, Mussarela de Búfala da Camapana, Stracchino di Crescenza, Burrata, Santo Andre, Reblochon, Monte D'Or, Graviera Naxou, Serra da

Estrela e Pljevaljski. E 3/4 dos 100 mais votados são europeus.

Da mesma maneira que, no Brasil, o queijo sempre foi destaque em Minas Gerais, onde faz parte da história gastronômica, social e econômica do seu povo, sendo componente obrigatório nas mesas de refeições no cotidiano de suas regiões.

O Queijo raiz fabricado em Minas Gerais não tem comparativos no resto do país – queiram ou não os seus concorrentes! Fabricado há séculos em suas fazendas onde a pecuária é um ramo forte da economia, o "Queijo Minas", seja fresco ou obedecendo a vários tipos de cura, ganhou uma valorização de sua qualidade nos últimos anos ao ser reconhecido no exterior pela sua alta qualidade.

Este crescimento levou os produtores em Minas e no resto do país a descobrir que podiam fabricar, também, queijos antes considerados exclusividades de franceses, italianos, portugueses, espanhóis, escandinavos e asiáticos. Evidente que eles, séculos à nossa frente, mantêm a posição sem ameaças ao seu domínio.

Porém, já tem produtores brasileiros lançando no mercado queijos raríssimos, como o Reblochon, Monte D'Or e até o Stracchino. Isso, sem falar nos gorgonzolas, bries, burratas, manchegos, pecorinos, gruyère, fontinas, etc... Os originais são quase incomparáveis, mas os produtos brasileiros estão deixando os estrangeiros surpresos e atentos ao que está acontecendo.

Aprimorando a qualidade do seu gado leiteiro, o produtor brasileiro – especialmente o mineiro – tem muito caminho pela frente para somar qualidade aos seus queijos. O sonho (distante) é emparelhar com os europeus! A ascensão do Queijo Minas Artesanal (Canastra, Serro, Araxá, Vertentes, Cerrado, Salitre, Triângulo e Zona da Mata) já serviu de aviso para os concorrentes e de incentivo

para os produtores mineiros.

É esperado que a Copa do Mundo de abril em São Paulo seja dominada pelos queijos que vão sair de Minas – apesar da evolução da produção queijeira em todo o país, especialmente na Região Sudeste e Sul. Outros produtos rurais também terão uma Feira paralela (em frente ao Teatro B32, na avenida Faria Lima), com alimentos, bebidas e queijos.

O presidente do Mundial, o francês Laurente Dubois, é uma das maiores autoridades mundiais como dirigente e produtor. Tem o título de "Meilleur Ouvrier de France" (melhor artesão queijeiro da França) e foi um dos fundadores da Fundação para a Biodiversidade do Queijo – que tem o objetivo de apoiar projetos de interesse geral que contribuam para a sustentabilidade dos queijos locais de leite cru como objeto do patrimônio culinário francês, promovendo a biodiversidade e a boa saúde humana.

ESTA É A PROGRAMAÇÃO DO MUNDIAL:

3º Concurso de Queijos e Produtos Lácteos (Queijos, Iogurte, Doces de Leite e Coadalhas);

2º Concurso de Melhor Queijeiro do Brasil (para produtores de queijo que serão desafiados em suas competências técnicas e capacidade de improvisação);

2º Concurso de Melhor Queijista do Brasil (para o público de comerciantes de queijo, chefs de cozinha e agentes comerciais da cadeia do queijo artesanal ou industrial);

2º Concurso de Melhor Fondue do Brasil (supervisionado pelos organizadores do "Mondial de Fondue de Tartegnin", na Suíça).

Os queijos vencedores do concurso participam de uma segunda etapa, em Evento Extra, de 19 a 28 de abril, quando serão servidos por restaurantes paulistas em tábuas, com geleias e outros acompanhamentos. Há chefs que estão estudando a preparação de pratos especiais cujos ingredientes sejam as estrelas da Copa!

No ano passado, 30 restaurantes, cafés, bares, hamburguerias, padarias e sorveterias da capital paulista participaram da produção de pratos especiais onde os ingredientes principais foram os produtos participantes do Mundial-23.

A Organização e Promoção do Evento é da MarAberto.Co, agência de comunicação especializada em gastronomia de São Paulo.

Quais os maiores mitos sobre o vinho?

A desmistificação de quatro mitos comuns sobre a bebida

No dia 18 de fevereiro, comemora-se o Dia Mundial do Vinho e a Wine celebra a data esclarecendo os principais mitos que nos acompanham até hoje e acabam pautando a degustação de muitos enófilos.

"Apesar de abranger muitos conceitos e informações, o universo dos vinhos não deve ser tido como algo assustador ou difícil, muito pelo contrário: ele pede apenas uma boa dose de disposição para conhecer as mais diversas variações que um vinho pode apresentar e encantar com experiências e momentos incríveis", diz Marina Bufarah de Souza, sommelière da Wine, o maior clube de assinatura de vinhos do mundo.

Para ajudar nessa jornada, seguem algumas questões que são tidas como verdades absolutas para serem esclarecidas, seguidas de dicas para facilitar seu consumo:

1 - QUANTO MAIS VELHO O VINHO, MELHOR É

Mito. Há vinhos de extrema qualidade que, logo após sua fabricação, já estão prontos para o consumo, os chamados vinhos jovens. A maioria dos vinhos produzidos no mundo entram nessa categoria e devem ser consumidos numa média de cinco anos a contar da sua safra. Porém, existem exceções, como aqueles com mais estrutura, mais taninos e boa acidez, que conseguem ser mais longevos e se beneficiar de fato do envelhecimento em garrafa.

Todo vinho possui uma curva de evolução: nasce, evolui, chega a sua plenitude e começa a morrer (declinar). Por isso, na dúvida, é importante checar o tempo de guarda indicado pelo enólogo, informação que pode ser encontrada na ficha técnica do produto.

O Finca Valcendon Colección 7 Parcelas D.O.C.a. Rioja Graciano 2020, por exemplo, já envelheceu 4 anos em garrafa e está perfeito para ser consumido hoje. Mas caso você queira guardar mais um ou dois anos ele pode evoluir um pouco mais e ganhar aromas e sabores mais maduros.

2 - VINHOS COM TAMPA DE ROSCA (SCREW CAP) NÃO TÊM QUALIDADE

Mito. A tampa de rosca ou screw cap, foi criada para suprir a demanda de rolhas no mundo, que é maior do que a oferta, e é tida hoje como uma excelente alternativa para vedar as garrafas.

As tradicionais rolhas de cortiça são produzidas pelo Sobreiro, uma árvore que se regenera a cada 9 anos, para então poder dar origem a próxima remessa de rolhas, o que torna inviável vedar todas as garrafas produzidas no mundo com esse tipo de rolha.

O principal objetivo da rolha é proteger o vinho do contato com o oxigênio, papel exercido perfeitamente pelas tampas de rosca, preservando a bebida e mantendo ela pronta para o consumo.

Nunca tomou um vinho com screw cap? Uma ótima opção é o Dark Horse Rosé 2019, bastante fresco, frutado, fácil de beber e de abrir, afinal a principal vantagem da tampa de rosca é sua praticidade.

3 - VINHOS COM SABOR MAIS ADOCICADOS LEVAM AÇÚCAR EM SUA COMPOSIÇÃO

Mito. O sabor adocicado dos vinhos finos vem do açúcar residual da própria uva. Ou seja, o açúcar da fruta que não foi consumido pelas leveduras e transformado em álcool durante o processo de fermentação.

Nem sempre o teor de açúcar residual é percebido na boca, pois a sensação de doçura pode ser suavizada pela acidez do vinho.

Vale ressaltar que todos os elementos estruturais do vinho - acidez, taninos, corpo, álcool e açúcar residual, influenciam-se. O mais importante é o equilíbrio entre eles para que possamos ter um vinho agradável no nosso paladar. Para quebrar esse mito, vale provar um vinho meio seco e perceber o quão saboroso e agradável ele pode ser. O Cardilla Frappato I.G.P Terre Siciliane 2021 traz notas de cereja, morango, com toques de pimenta e tabaco e, em boca, apresenta perfeito equilíbrio, com frescor, maciez e longa persistência.

4 - VINHOS VERDES RECEBEM ESSE NOME POR CONTA DA SUA COR VERDE

Mito. O vinho verde é uma Denominação de Origem Controlada (D.O.C.) de Portugal e só recebem esta classificação os vinhos que são obrigatoriamente produzidos nessa região, seguindo as regras estipuladas pelo conselho regulador. Vale observar que os vinhos verdes não são sempre brancos, eles também podem ser espumantes, rosés e até tintos.

O Casa de Vila Verde D.O.C. Vinho Verde 2022 é um belíssimo exemplar desta denominação e é perfeito para ser degustado bem geladinho e nos refrescar nos dias mais quentes.

Provavelmente você não vê a hora de pôr todos esses conhecimentos em prática e ter experiências ainda mais gostosas no mundo dos vinhos. Há uma infinidade de opções para te acompanhar nessa jornada, separe sua taça e se delicie!

Mercado de vinhos cresce e deve aumentar lucro de bares e restaurantes no Brasil

O crescimento no consumo da bebida indica um cenário favorável para a oferta do produto

Durante a pandemia, o mercado de vinhos no Brasil registrou um crescimento notável. Segundo a Wine Intelligence, empresa especializada em pesquisas sobre o produto, o consumo da bebida teve um aumento significativo, com aproximadamente 3 milhões de novos consumidores regulares de vinho entre 2019 e 2020.

Diante do cenário promissor, os empreendedores de bares e restaurantes veem no aumento do consumo a oportunidade para ampliar a margem de lucro dos estabelecimentos. Em entrevista ao podcast da revista Bares&Restaurantes, O Café e a Conta, produzido pela Associação Brasileira de Bares e Restaurantes (Abrasel), o consultor especialista Diego Bertolini afirma que o potencial do mercado brasileiro é enorme, mas é preciso expandir a presença da bebida no setor. Ao oferecer uma variedade de vinhos, os consumidores podem ser incentivados a experimentar novas opções, elevando o valor gasto por visita.

"No consumo do vinho, o cliente pede água, uma entrada; o tíquete médio é maior do que no consumo de outras bebidas. O empresário precisa ter noção que pode estar deixando dinheiro na mesa ao ignorar a venda da bebida em seu estabelecimento", afirma Bertolini.

Para pensar no aumento do tíquete médio dos bares e restaurantes, existem alternativas que podem ampliar a venda de vinhos. Uma possível estratégia, destacada na entrevista, é evitar a oferta de rótulos facilmente encontrados em supermercados; escolher bebidas que não estão nas prateleiras pode trazer um senso de exclusividade para os clientes.

"O recomendável é optar por rótulos mais exclusivos, buscando evitar comparações diretas com os produtos disponíveis em supermercados. Muitas vezes, os consumidores não compreendem a diferença de preços entre um vinho adquirido no supermercado e o mesmo vinho servido em um restaurante", conta o especialista.

Bertolini relembra que ao incluir um vinho no cardápio do estabelecimento, é importante considerar que além do produto em si, também estão embutidos os custos associados ao serviço prestado. Assim, buscar por produtos exclusivos é fundamental não apenas para justificar o consumo, mas também para ampliar a margem de lucro do estabelecimento.

Ao abraçar a tendência de crescimento no mercado de vinhos, os empreendedores do setor de bares e restaurantes podem não apenas diversificar suas ofertas, mas também aumentar a margem de lucro e proporcionar experiências únicas aos seus clientes.

Vinho, Gente, Coisas e Adjacências

Espumantes brasileiros, em pequenas borbulhas

Inimá Souza
inima.souza@gmail.com

Dia desses, em reunião, na qual estavam presentes alguns apreciadores de vinho, de alto coturno, alguém relata uma pequena história: fora a um dos nossos bons restaurantes, e ao abrir a carta de vinhos constatou a ausência de vinhos brasileiros. A exceção foi um espumante, que, pela qualidade, segundo seu entendimento, não poderia estar ali.

O cerne dessa realidade – sim, constatável não em um ou outro restaurante, mas, em número expressivo deles -, decorre do limitado conhecimento do vinho brasileiro – menos pelo proprietário, muitas vezes envolvido com outros afazeres, e mais de quantos o assessoram, ou deveriam.

O vinho brasileiro atingiu um nível de qualidade indiscutível, o que vem sendo, reiteradamente, atestado por sucessivas premiações, mundo afora. E essa qualidade está no vinho que vem da Serra Gaúcha, do Vale dos Vinhedos (nossa primeira DO), da Serra do Sudeste, da Campanha Gaúcha, do Planalto Catarinense, Vale do São Francisco, do Sul de Minas, do Centro-Oeste. Ou seja, qualidade ampla e irrestrita.

Um passo importante para transformar essa realidade no restaurante, e por que não, para todo aquele que aprecia um bom vinho, é conhecer o nosso vinho; que, do alto de sua qualidade segue o que já afirmara, há década, monstros sagrados da crítica, como Oz Clark, Jancis Robinson, Charles Metcalfe, Marcelo Copello, Manoel Beato, e tantos outros.

Essa qualidade prenunciada lá atrás é inconteste hoje, e vem crescendo a cada safra, a partir dos critérios no plantio, a adoção de modernas técnicas na cantina, até a consagração na garrafa e o reconhecimento do mercado internacional.

Assim, a ausência do vinho brasileiro, em qualquer carta - ainda que se respeite a especificidade da gastronomia -, só se explicaria pela limitação de conhecimento.

Quanto ao espumante brasileiro, vou "chover no molhado". A qualidade é imbatível, e resulta de dedicação centenária. Basta lembrar que o primeiro espumante data de 1915, com o Peterlongo.

Além de dedicação do produtor brasileiro, o terroir privilegiado da Serra Gaúcha, com seu clima temperado sub-tropical, temperatura média de l7°, onde a Chardonnay, Pinot Noir e Riesling Itálico, fazem a festa. Não sem razões de sobra, a maior região produtora do País, e berço do espumante nacional.

Também outras regiões no Rio Grande do Sul produzem ótimos espumantes, assim como o Planalto Catarinense, o Vale do São Francisco e o Sul de Minas. Sim, cada qual com as características que tipificam os respectivos terroirs. A verdade é que o espumante pátrio tem a cara do Brasil: festivo, alegre e leve.

As premiações mundiais só confirmam.

Tim, tim.

Por que Siracusa é tão famosa?

Paulo Queiroga
Com ajuda do Blog: malapronta.com.br

Não faltam motivos. Trata-se de um destino turístico internacional consagrado, considerada por Cícero como das mais belas cidades do mundo e hoje Patrimônio Cultural da Humanidade.

Sua fundação remonta ao século VIII a.C. na Magna Grécia, assim chamada a região que hoje corresponde à Sicília e se tornou um dos grandes centros de conhecimento e poder da civilização ocidental, comparada a Atenas e Cartago.

Siracusa respira história e personalidades. Ali nasceu e viveu Arquimedes, matemático, físico, astrônomo, engenheiro, inventor, um dos gênios mais populares da história. É também o local onde é narrada a lenda do famoso Teorema de Pitágoras.

A cidade é pano de fundo do relato autobiográfico de Platão (Carta VII), onde o maior dos sábios disserta sobre a Teoria das Formas, o poder e a tirania, a partir das suas relações tortuosas com o tirano Dionísio de Siracusa. Além disso, é onde nasceu Santa Luzia e lá se encontra o sepulcro desta tida como uma das santas mais queridas entre os católicos.

Siracusa é uma viagem cultural

Talvez, o viajante desatento ou desprevenido tenha menos interesse na riqueza civilizatória soterrada sob séculos neste local. Daí ser sempre recomendável, antes de viajar para qualquer que seja o destino, ler, pesquisar e entendê-lo para melhor aproveitar sua viagem. Sem isso, o visitante enxergará apenas um monte de ruínas e uma cidade fervilhante, com mais de 120 mil habitantes, na Costa Jônica da Itália. Ele não terá como se abstrair para expandir o conhecimento e sorver o encanto de estar ali. Seria desperdício de viagem.

O patrimônio de Siracusa, parte em ruínas, sintetiza o período grego, romano, o renascimento europeu e o barroco religioso dos papas, especialmente, a Ilha de Ortígia, um labirinto encantado com ruelas, catedral, mes-

quita árabe e a sinagoga no bairro judaico mais antigo da Europa.

O Templo de Apolo na Piazza Pancali em Ortiga inspira o primeiro encanto. Considerado um dos mais importantes monumentos da Grécia Antiga, é o templo dórico mais antigo da Sicília, datado do século VI a.C.

Parte do que sobrou do seu rico passado permanece visível. O monumento já foi teatro, igreja bizantina, mesquita islâmica, igreja Normanda Salvador, quartel de tropas espanholas e residência particular. Suas colunas de pedras resistem e continuam a registrar seus tempos históricos.

O Parque Arqueológico, que fica fora da ilha de Ortiga, reúne os mais importantes monumentos da antiguidade clássica. Ali estão o altar de Hierão II, o Teatro Grego, o Anfiteatro Romano, com um efeito acústico impressionante e a "Orelha de Dionisio", uma caverna grande esculpida no calcáreo, semelhante a forma de um ouvido humano, que produz um eco espetacular. O nome se refere ao Tirano Dionísio de Siracusa.

A Piazza Duomo, com bares e mesas na calçada é reconhecida como uma das mais bonitas da Itália. E o que não falta na Itália são praças grandiosas. Reinando majestosamente na praça se encontra a Catedral de Siracusa, construída sobre um templo pagão dedicado à deusa Atena.

Uma curiosidade: Nela está escrito: "Ecclesia Syracusana, Prima Divi Petri Filia, Et Prima Post Antiochenam Christo Dicata" (Igreja de Siracusa e filha de São Pedro, a primeira dedicada a Cristo depois da de Antioquia). Ou seja, primeira comunidade cristã da Europa surgiu em Siracusa, no século I d.C. A primeira comunidade cristã do mundo, aquela de Antioquia, se encontra na Turquia, portanto, na Ásia Menor.

Também fonte inspiradora dos apaixonados pela História é o Museu Archeológico Regional, com artefatos dos períodos da pré história, do grego, romano e posteriores, além de selos, documentos e papiros. Aliás, o papiro cresce espontaneamente na região. Na cidade, ainda hoje, existem artesãos que escrevem sob o papiro e vendem como souvenir.

Programar uma viagem bem estudada à Siracusa é fazer valer cada centavo e cada tempo gastos nesta aventura histórica inesquecível.

Brasil bate recorde em receitas de turismo internacional

ULTRAPASSANDO FRONTEIRAS

O Brasil alcançou um novo patamar no turismo em 2023, arrecadando R$ 34,5 bilhões (US$ 6,9 bilhões) com turistas internacionais. Esse resultado, que representa um aumento de 1,5% em relação ao ano de 2014 — quando o Brasil sediou a Copa do Mundo —, evidencia o potencial do país como destino turístico no cenário internacional.

PRINCIPAIS VISITANTES

A Argentina permaneceu como o principal país de origem dos turistas, com 1,9 milhões de visitantes, seguida pelos Estados Unidos, com 668,5 mil, e pelo Chile, com 458,5 mil.

MAIS VOOS, MAIS VISITANTES

A oferta de 12,9 milhões de assentos em voos em 2023, um aumento de 32,47% em relação a 2022, facilitou esse fluxo, conectando ainda mais o Brasil ao mundo.

DEBATE SOBRE VISTOS

A política de isenção de vistos, especialmente para turistas dos EUA, Canadá e Austrália, foi objeto de debate em 2023. A prática anterior de isenção de vistos visava estimular o turismo. Com a nova administração do governo Lula, discutiu-se a reintrodução de vistos para esses países, visando uma política de reciprocidade, onde vistos seriam exigidos de cidadãos de países que também demandam vistos de brasileiros.

No entanto, o aumento na demanda por vistos sobrecarregou o sistema consular, levando à manutenção da política de isenção como forma de facilitar o fluxo turístico.

OLHANDO PARA OUTRA VERTENTE

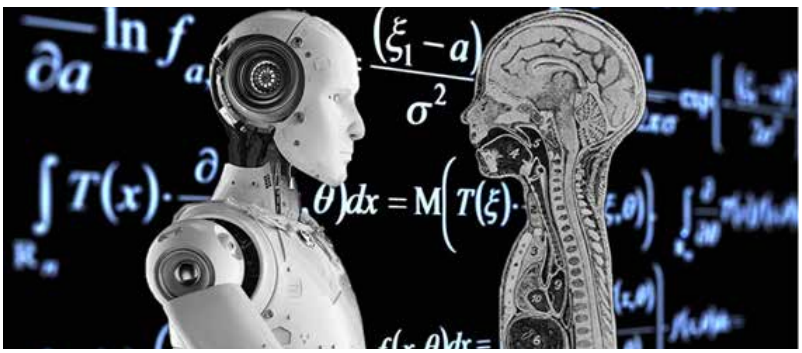
Os brasileiros também demonstraram maior interesse por viagens ao exterior em 2023, gastando um total de US$ 14,5 bilhões, o maior valor registrado desde antes da pandemia. Parece que todo mundo está de malas prontas, não é mesmo?

Fonte: Daily Fin 06.02

Tendências em inteligência artificial

Especialistas destacam a evolução da tecnologia no ambiente empresarial e sua importância para o crescimento das instituições

A evolução da Inteligência Artificial (IA) é notável e em 2024 mais empresas devem acordar para essa realidade sem volta. A data média estimada para o momento em que a IA poderá superar os humanos em suas atividades é 2047, como alerta Ethan Mollick, professor da Universidade da Pensilvânia, especialista em inovação e IA, em recente artigo publicado.



Trazendo para a realidade brasileira notamos uma grande expectativa nas mais diversas áreas. Em uma pesquisa realizada pelo Instituto de Engenheiros Eletricistas e Eletrônicos (IEEE) com 350 CTOs (Chief Technology Officer), CIOs (Chief Information Officer) e diretores de Tecnologia da Informação, 65% acreditam que a IA dominará a tecnologia em 2024.

Para Diego Barreto, VP de Finanças e Estratégia do iFood, e Sandor Caetano, Chief Data Officer do PicPay, autores do livro "O Cientista e o Executivo - Como o iFood usou a inteligência artificial para revolucionar seus processos, criou vantagem competitiva e se tornou um case mundial de sucesso", da editora Gente, empresas estão explorando novas oportunidades.

"É importante que todas as áreas de uma empresa possuam treinamento de Inteligência Artificial, pois ela é uma engrenagem, é o que faz a empresa crescer. A IA não é um tema isolado, como uma área ou um processo. IA é a empresa", alerta Diego Barreto. A seguir, confira as cinco principais tendências de IA para 2024, segundo os especialistas Sandor Caetano e Diego Barreto:

CÓDIGO ABERTO

Empresas e grupos estão abrindo seus modelos de Inteligência Artificial para o público, e alguns já estão alcançando o patamar do avançado GPT3.5. "Essa tendência não apenas pode reduzir os custos, mas também estimula estratégias mais ousadas, como o uso de múltiplos agentes. Para acompanhar esse 'zoológico de modelos', as empresas precisam adaptar suas tecnologias para aproveitar ao máximo essa revolução", pontua Sandor Caetano.

IA NA PALMA DA MÃO: PEQUENOS E ESPECIALIZADOS*

O CDO do PicPay explica que com a explosão de modelos abertos e especializados, gigantes como Google e Apple estão permitindo a execução desses modelos localmente em dispositivos móveis. "Isso não só diminui os custos de processamento, mas também abre portas para uma nova categoria de aplicativos 'potencializados por modelos de linguagem', transformando assistentes e jogos com interações envolventes".

COPILOTOS PARA FACILITAR PLATAFORMAS B2B

O GitHub Copilot já é um sucesso, e agora várias empresas B2B estão oferecendo seus próprios copilotos para melhorar o uso de suas plataformas. "Salesforce, Shopify, Databricks e Google (Looker) estão na vanguarda dessa tendência, proporcionando assistência personalizada para aprimorar a experiência do usuário em suas plataformas", comenta Sandor Caetano.

A Fronteira Humano-ChatGPT*

Sandor alerta que a implementação de tecnologias como o ChatGPT diretamente no atendimento ao cliente pode levar a situações embaraçosas. "Erros nas respostas são comuns, como o caso da GM nos EUA, que inadvertidamente 'vendeu' um carro por $1. Esses incidentes ressaltam a necessidade de equilibrar a interação humano-ChatGPT nas empresas, minimizando falhas e garantindo um controle mais preciso". "É importante mudar as estratégias quando elas acontecem de um modo que você não espera. Quando algo dá errado, o que resta é encontrar outro caminho para achar a melhor solução para os clientes e empresa", explica Diego Barreto.

DESAFIOS LEGAIS

A questão dos direitos autorais e da legislação na área de IA promete ser um terreno instável. Com diversas opiniões circulando, a falta de consenso pode gerar confusão. "É um terreno onde as opiniões são abundantes, mas as soluções concretas ainda são escassas. Essas cinco tendências moldarão o cenário da Inteligência Artificial ao longo de 2024, impulsionando inovações, desafios e transformações significativas", afirma o CDO do PicPay.

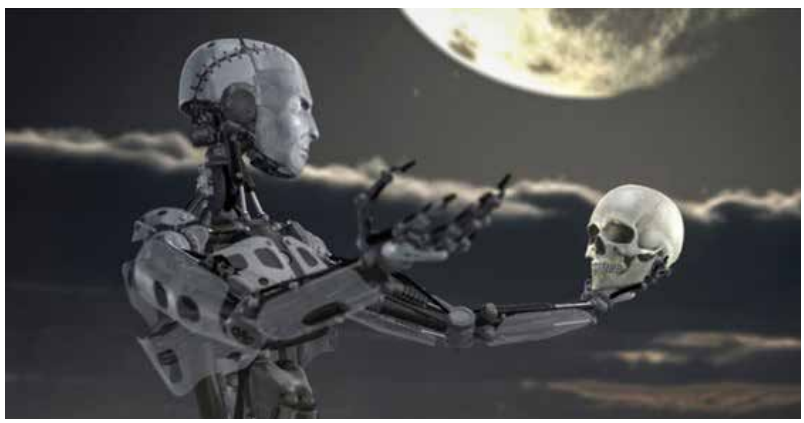
Ao explorar essas tendências, é crucial que se encontre um equilíbrio entre inovação e responsabilidade, assegurando que a inteligência artificial contribua para o bem da sociedade. O ano de 2024 se apresenta como um marco na evolução da IA, promovendo avanços que conduzem a um futuro em que inteligência e humanidade convivem harmoniosamente.

Inteligência Artificial, pausa para reflexão

Cesar Vanucci
Jornalista
cantonius1@yahoo.com.br

"(...) Uma corrida perigosa para modelos de "caixa preta" cada vez maiores e mais imprevisíveis" ("Carta Aberta" de cientistas sobre a Inteligência Artificial)

A Inteligência Artificial está chegando aí, com penca significativa de inovações, algumas ainda inimagináveis. O tema suscita interrogações e reflexão amadurecida. Tem-se como certo que com a implantação ampla deste avançado instrumento tecnológico, acontecerá algo bem mais impactante do que ocorreu com a chegada da internet. Mudanças radicais poderão vir a ser incorporadas ao nosso comportamento mundano.



Nas antevisões de pessoas já bem familiarizadas com o manejo da revolucionária ferramenta técnica, a I.A trará situações análogas ao que aconteceu e acontece ainda com outros engenhos prodigiosos nascidos da fecunda criatividade humana, concebidos originalmente dentro do propósito de engrandecimento civilizatório. Caso de relembrar o ocorrido com a incorporação da pólvora, do avião, da energia nuclear e da própria internet aos projetos e empreitadas dos seres humanos na busca incessante do progresso e desenvolvimento. Todas essas apreciáveis conquistas, que geraram benefícios sem conta, acabaram também, em numerosas ocasiões, servindo a objetivos não harmonizados com as sublimes aspirações do espírito humano.

Existem, como sabido, compreensíveis preocupações de personalidades que compõe a elite da inteligência e sabedoria com relação a eventos danosos que poderiam derivar da aplicação distorcida do sistema IA. Recentemente ainda, numa "Carta Aberta" ao mundo, 1300 cientistas, sociólogos, empresários do ramo da informática, acadêmicos graduados, externando temor nas alegações ditadas, recomendaram enfaticamente fosse estabelecida uma pausa nos avanços do processo. Insistiram num ponto: que "a pausa deve ser pública e verificável e incluir todos os principais atores." Acrescentam: "Se tal pausa não puder ser decretada rapidamente, os governos devem intervir e instituir uma moratória." Noutro ponto do palpitante pronunciamento é salientado mais o seguinte: "Laboratórios de IA e especialistas independentes devem usar essa pausa para desenvolver e implementar um conjunto de protocolos de segurança compartilhados para design e desenvolvimento avançados de IA a serem rigorosamente auditados e supervisionados por especialistas externos independentes. Esses protocolos devem garantir que os sistemas que aderem a eles sejam seguros além de qualquer dúvida razoável. Isso não significa uma pausa no desenvolvimento da IA em geral, apenas um retrocesso na corrida perigosa para modelos de caixa preta cada vez maiores e imprevisíveis com capacidades emergentes. A pesquisa e o desenvolvimento de IA devem ser reorientados para tornar os sistemas avançados e poderosos de hoje mais precisos, seguros, interpretáveis, transparentes, robustos, alinhados, confiáveis e leais."

Outro aspecto de vital importância trazido à reflexão da humanidade pelo manifesto diz respeito à necessidade imperiosa de se assegurar regulação, monitoramento, rastreamento, auditoria permanente, certificação de dados. Esses cuidados essenciais levarão à necessária responsabilização por danos eventualmente provocados pela IA. O arcabouço jurídico institucional concebido – admitem os signatários da "Carta Aberta" - permitirá todas as condições almejáveis para se lidar com as dramáticas perturbações econômicas, sociais e políticas causadas pela IA. Ficarão assim também resguardados os sagrados interesses democráticos.

Inteligência Artificial chega ao Calendário de Vendas do Sebrae Minas

Plataforma gratuita ajuda empresários a identificar melhores datas para explorar vendas e conquistar novos mercados

Para qualquer empreendedor, independentemente do segmento em que atua, certos períodos do ano são fundamentais para expandir as vendas e explorar novos mercados. Nesse sentido, existem várias datas estratégicas e propícias para fidelizar ainda mais os clientes. Para ajudar os donos de pequenos negócios a se orientar em relação às oportunidades, o Sebrae Minas lançou o Calendário de Vendas 2024 com inteligência artificial, uma plataforma virtual gratuita para explorar informações relevantes para posicionar a marca da empresa. A novidade pode ser acessada no link.

Apenas no primeiro semestre, são 156 datas com potencial de venda. Por meio da ferramenta, o empreendedor tem acesso ao campo de busca para fazer perguntas sobre as melhores chances para gerar volume de vendas. Além disso, o sistema permite explorar também datas temáticas (exemplo: Dia Nacional do Turismo ou Dia Mundial do Consumidor) na qual outras estratégias podem ser identificadas.

"O empresário consegue buscar respostas que combinem com seus produtos, serviços, público e a data pretendida. Sabemos que acompanhar todas as oportunidades do semestre é um trabalho difícil. Por isso, para não se esquecer das datas-chave do período, o usuário vai receber um e-mail antecipado a cada mês para definir estratégias de vendas", afirma o analista do Sebrae Minas Rafael Tunes.

SEBRAE PLAY

O Sebrae Minas também conta com o Sebrae Play, plataforma de conhecimento que reúne centenas de materiais gratuitos relacionados ao universo do empreendedorismo, desde os primeiros passos da jornada empreendedora à gestão de um negócio e conquista de novos mercados.

Relatório Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil atualiza informações sobre águas do País

Irrigação, abastecimento urbano e indústria representaram aproximadamente 84% do volume de água retirada no Brasil. Cheias afetaram 1,5 milhão de pessoas e secas atingiram 7 milhões de brasileiros

Um raio X sobre as águas do País. Assim pode ser definido o relatório Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil 2023 – Informe Anual, publicação lançada nesta sexta-feira, 2 de fevereiro, pela Agência Nacional de Águas e Saneamento Básico (ANA), durante live transmitida via YouTube com as participações da diretora-presidente interina, Ana Carolina Argolo, e dos diretores interinos Marcelo Medeiros e Nazareno Araújo, além da superintendente de Estudos Hídricos e Socioeconômicos, Ana Paula Fioreze. Produzido anualmente pela instituição, o Conjuntura é uma referência que apresenta informações atualizadas sobre a gestão e situação dos recursos hídricos no País a partir de indicadores e estatísticas. Nessa atualização são considerados dados principalmente de 2022 e acontecimentos relevantes de 2023.

A publicação apresenta atualizações sobre disponibilidade hídrica e qualidade da água, usos do recurso, efeito da mudança climática e ações para garantir a segurança hídrica. Em 2022, a retirada total de água estimada no Brasil foi de 2.035,2 m^3/s ou 64,18 trilhões de litros no ano. Os principais uso de água no Brasil, que utilizaram cerca de 84% do volume de água retirada, foram a irrigação (50,5%), o abastecimento urbano (23,9%) e a indústria (9,4%). Outros usos considerados foram o uso animal (8%), as termelétricas (5%), o abastecimento rural (1,6%) e a mineração (1,6%).

Em 2022, mais de 1,5 milhão de pessoas foram afetadas por cheias (alagamentos, enxurradas e inundações) no Brasil. Por outro lado, cerca de 7 milhões de pessoas foram afetadas por secas e estiagens (fenômenos mais passageiros), sendo que aproximadamente metade delas vivem no Nordeste, região que contabilizou 45% dos registros desse tipo de fenômeno no País.

O Conjuntura informa que ocorreu uma intensificação dos eventos

climáticos extremos com o fenômeno La Niña em 2022 e até o início de 2023 e com o El Niño mais recentemente, que culminou em chuvas extremas no Sul e em seca no Norte e no Nordeste em 2023. A associação do El Niño com o aquecimento das águas do Oceano Atlântico Tropical Norte favoreceu chuvas abaixo da média, resultando em níveis mínimos históricos de rios do Norte no último ano.

De acordo com a melhor informação disponível, o Brasil recebeu um volume de água sob a forma de chuva equivalente a 15,04 trilhões de metros cúbicos em 2021. Por outro lado, a evapotranspiração correspondeu a 8,51 trilhões de m^3. Da parcela da chuva restante, uma parte infiltrou no solo, alcançando as reservas de água subterrânea, e outra chegou a rios e córregos a partir do escoamento. Escoaram em rios no território nacional cerca de 9,5 trilhões de m^3 de água, dos quais 3,3 trilhões de m^3 de água correspondem à contribuição dos rios provenientes de outros países amazônicos. No total saíram do País 9,2 trilhões de m^3 de água dos rios para o mar e 358 bilhões m^3 para países vizinhos.

Para poder monitorar rios e chuvas, existe a Rede Hidrometeorológica Nacional com estações espalhadas por todo o País e cuja operação é realizada por diferentes instituições. Em 2022, essa rede tinha mais de 23 mil estações. Desse total a ANA gerenciou diretamente 4.780 estações, sendo 2.836 pluviométricas (monitoram chuvas), e 1.944 estações fluviométricas (monitoram os rios). Além disso, em 2022 havia 2.933 pontos de monitoramento de qualidade de água em operação em 24 unidades da Federação.

Para garantir a segurança hídrica, em 2022, a ANA participou da elaboração de 38 processos de alocação de água, publicação de três marcos regulatórios e 12 campanhas de fiscalização de uso de recursos hídricos em rios de domínio da União (interestaduais e transfronteiriços) – resultando em 158 usuários vistoriados, e na aplicação de 233 Autos de Infração.

A Agência também emitiu três resoluções para efetivar as medidas indicadas no Plano de Contingência para Recomposição dos Volumes de Reservatórios do Sistema Interligado Nacional (SIN) nas bacias dos rios Paranaíba e Grande durante o período úmido 2022/2023, com foco na segurança hídrica e na garantia dos usos múltiplos da água em 2023 e nos anos seguintes. Também estiveram em atividade seis Salas de Crise (Região Sul, Paranapanema, Doce, Pantanal, Parnaíba e Madeira) e três Salas de Acompanhamento (Sistemas Hídricos Paraíba do Sul, São Francisco e Tocantins), com realização de 89 reuniões com os atores envolvidos.

Estavam em funcionamento no país, em 2022, dez comitês de bacias hidrográficas interestaduais e 238 comitês de bacias estaduais, e já haviam sido desenvolvidos 12 planos de bacias interestaduais, 195 planos de bacias estaduais e 26 planos estaduais de recursos hídricos. A arrecadação através da cobrança pelo uso dos recursos hídricos totalizou R$ 460 milhões em bacias de domínio estadual e R$ 138,68 milhões em bacias interestaduais em 2022.

O relatório é a terceira publicação do atual ciclo do Relatório Conjuntura, que teve início em 2021, com o lançamento do Relatório Pleno, que contém o diagnóstico e o prognóstico do Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) com horizonte até 2040. O levantamento será complementado pelos Informes de 2022, 2023 e 2024 para encerrar o ciclo atual das publicações do Conjuntura, sendo que todas as edições podem ser acessadas em: https://www.snirh.gov.br/portal/snirh/centrais-de-conteudos/conjuntura-dos-recursos-hidricos.

O Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH) é a principal referência para a gestão das águas do País, tendo a ANA papel central na sua implementação. Esse é um instrumento estratégico que busca consolidar e orientar as ações estratégicas voltadas ao fortalecimento do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH), à melhoria das condições de qualidade e quantidade de água, à implementação dos instrumentos de gestão e ao estabelecimento das interfaces com as diversas políticas relacionadas aos recursos hídricos.

O conflito Israel – Palestina

Patrus Ananias
Deputado Federal (PT-MG) – Ex-prefeito de Belo Horizonte – Ex-ministro do Desenvolvimento Agrário

Tenho vínculos históricos e profundos com o povo judeu e a tradição judaica, assim como com os povos árabes e palestinos. Sou neto de libanês. Sou leitor da Bíblia desde a infância, quando comecei a me abrir para as questões políticas, inspirado pela vida e pelos ensinamentos de Jesus. Encontrei também no Velho Testamento, textos judaicos, lições e exemplos que me acompanham vida afora. Começou com Moisés expondo diante de Javeh as suas fragilidades humanas e políticas: "Perdão, meu Senhor, eu não sou um homem de fala (...)pois tenho a boca pesada e pesada a língua (...). Eu não sei falar com facilidade". Moisés, então, pede dispensa de sua missão de libertar seu povo do domínio egípcio. Não é atendido.

Sempre acolhedor e humilde, Moisés, que atende as pessoas, uma a uma, do nascer ao pôr do sol, escuta o conselho do sogro:

> ***"Escolhe no meio do povo homens capazes, tementes a Deus, seguros, incorruptíveis e estabeleça-os como chefes de mil, chefes de cem, chefes de cinquenta e chefes de dez. Eles julgarão o povo em todo tempo. Toda causa importante eles trarão a ti, mas toda causa menor eles mesmos julgarão. Assim, será mais leve para ti".***

É o início de um saudável processo de maior participação da comunidade. Moisés aponta diretrizes para a relação com estrangeiros e pobres:

> ***"Não afligireis o estrangeiro nem o oprimido, pois vós fostes estrangeiros no país do Egito (...). Não tardarás em oferecer da tua abundância e do teu supérfluo (...). Não espalharás notícias falsas, nem darás a mão ao ímpio para seres testemunha da injustiça (...). Da falsa acusação te afastarás; não matarás o inocente e o justo, e não justificarás o culpado (...).***

A passagem que mais me toca o coração é aquela em que Moisés é informado – na verdade, trata-se de uma denúncia; querem que ele tome providências punitivas – de que pessoas "estão profetizando no acampamento." (...)

> ***"Estás ciumento por minha causa. Oxalá todo o povo de Javeh fosse profeta, dando-lhe Javeh o seu espírito".***

Seguem as minhas leituras bíblicas. Encontro com Davi. Carregava em todas as dimensões os limites, contradições e fragilidades da condição humana. Reconhecia seus erros e pecados, baixando a cabeça diante de seu Deus e daqueles que falavam e agiam em seu nome. Cometeu um crime gravís-

simo ao facilitar a morte de um amigo leal para ficar com a mulher dele, que Davi muito desejava. Recebeu uma duríssima advertência do Profeta Natã, abaixou a cabeça, chorou e se arrependeu.

Seguem os Profetas. Isaías foi sempre o meu preferido, um guia. Lembremos o sonho, ainda não realizado, de Martin Luther King, nele inspirado: "Sonho que um dia todos os montes serão rebaixados, todos os vales serão exaltados; os lugares inóspitos serão aplainados". Isaías, em muitas passagens, antecedeu Jesus nos anúncios da justiça e da paz:

"Eu trarei paz como um rio (...)".

Muito aprendi com os Livros Proféticos e Sapienciais. Os Salmos, em boa parte atribuídos ao rei Davi; os Provérbios, a Sabedoria de Salomão – outra figura contraditória e intrigante – Eclesiástes...1

Chegamos a Jesus, o Príncipe da Paz, que nasceu e viveu em territórios onde se encontram judeus e palestinos. Andou também pelo Egito. Jesus, o judeu-palestino, abre os olhos e o coração para o mundo:

"Bem-aventurados os que promovem a Paz".

Saltemos agora dois mil anos de história. Os judeus dispersos pelo mundo, maltratados e vistos com preconceito. Por outro lado, os árabes-palestinos também não tiveram boa vida. Enfrentaram as Cruzadas, "guerras santas", o colonialismo e a exploração europeia.

No caso dos judeus, a violência atingiu seu ponto culminante com o genocídio nazista – um dos maiores crimes, senão o maior da história da humanidade. As memórias de Anne Frank tocam o coração e nos acompanham para sempre!

Atravessamos as guerras, tristemente

presentes desde a criação do Estado de Israel; a Guerra dos Seis Dias, em 1967; os territórios palestinos invadidos e ocupados.

Chegamos aos nossos dias. O atentado terrorista do Hamas matando e sequestrando pessoas totalmente indefesas. Inaceitável o número de mortos e sequestrados!

Mas, e a reação do governo de Israel sobre o povo palestino? O que nós estamos assistindo, através das imagens dos meios de comunicação (e aqui presto homenagens às transmissões da TV França, focada na América Latina), é estarrecedor! Não se trata de uma guerra contra o Hamas, mas sim de uma guerra de Israel, poderosamente armado, contra o povo palestino.

No momento em que escrevo este texto, a mídia mundial independente registra quase 30 mil mortes palestinas. São milhares de crianças, adolescentes, pessoas idosas, pais e mães de família. São 69.333 feridos desde o início do conflito, muitos deles com feridas e sequelas para sempre, no corpo e na alma. 90% da população palestina de Gaza – são 2,1 milhões de habitantes – vivendo graves e crescentes problemas de saúde, fome e falta de água.

As forças militares de Israel não têm limites. Destroem a Palestina [Gaza] e avançam sobre o Líbano. Qual o limite? Onde o atual governo de extrema direita de Israel pretende chegar? A pergunta fica no ar. Não tenho, não temos, as receitas precisas para a paz. Mas penso que é hora de Israel e seu aliado maior, os Estados Unidos, ouvirem com mais atenção os chamados das organizações internacionais, especialmente das Nações Unidas.

Os atos genocidas que estão sendo cometidos contra a população palestina, sem limites e com potencial de se espalhar para outros países, não podem continuar. Novamente, buscamos inspiração no ensinamento de Jesus: "Bem-aventurados os que promovem a paz".

1 Fonte: Agence France-Presse, 21/02/2024.

Entrega do edifício e as manobras de construtoras para lesar os compradores

Kênio de Souza Pereira
Conselheiro do Secovi-MG e da Câmara do Mercado Imobiliário de MG; Diretor em MG da Associação Brasileira de Advogados do Mercado Imobiliário; Colunista de Direito Imobiliário da Rádio Justiça do STF e do Boletim do Direito Imobiliário/Diário das Leis;
kenio@keniopereiraadvogados.com.br

Diversas construtoras têm se utilizado de manobras para obter vantagens indevidas no momento que ocorre a primeira assembleia de condomínio com os novos proprietários. Isto é, cria-se situações que prejudicam os compradores tais como: fazê-los assumir despesas que não são deles, transferir o pagamento da quota de condomínio antes da efetiva conclusão da obra e a entrega das chaves, entrega das áreas comuns para o síndico a fim de criar obstáculo para que seja exigida a reparação dos defeitos que a construtora alega que prescreve em 90 dias ou dificultar a exigência de pagamento de multa em decorrência do atraso da obra, e ainda, criar um marco para passar a cobrar juros e correção monetária mais elevada sobre o saldo devedor que será financiar junto ao agente financeiro, mesmo ciente de que o síndico não é procurador dos proprietários.

Todavia, os compradores animados com a conclusão do empreendimento, brindam e se congratulam nos coquetéis de entrega das unidades, realizados pelas construtoras para criar uma situação de inibir àqueles que reclamariam sobre as pendências ou exigissem explicações sobre o que não ficou claro. Naturalmente, vários argumentos não divulgados passam a constar na ata da forma que mais favorece o construtor, sendo comum a

ata não ser apresentada na hora, pois tal documento é utilizado em juízo para contrariar as reclamações que poderão vir existir.

Em diversos processos judiciais nos quais os condôminos cobram valores ou a reparação de obras que foram mal feitas, constata-se que esses ficam surpresos ao lerem uma ata bem diferente do que realmente foi discutido na assembleia, redigida dias depois da reunião. Arrependem-se de cometer o erro de dispensar uma assessoria jurídica que os orientasse desde a finalização e a entrega do empreendimento. Certamente, há construtores honestos e confiáveis, mas isso não consiste na regra, basta ver as inúmeras empresas que geram milhares de demandas judiciais e que fecharam as portas resultando em prejuízos.

SÍNDICO DEVE SER DE CONFIANÇA DOS COMPRADORES

Em alguns casos a construtora organiza uma situação para impor a eleição de um síndico que seja seu parceiro, um empregado ou amigo ligado à diretoria da incorporadora. Por isso vemos tantos edifícios perdendo prazos e agindo de forma amadora no momento que precisam exigir da construtora a reparação dos vícios de construção ou o pagamento de valores devidos.

A administradora ou síndico parceiro, bem como os "amigos ocultos do construtor" assumem o papel de defender as irregularidades praticadas pela construtora e desmotiva os compradores a se unirem e a lutarem por seus direitos.

AUSÊNCIA DE ASSESSORIA JURÍDICA PREJUDICA OS COMPRADORES

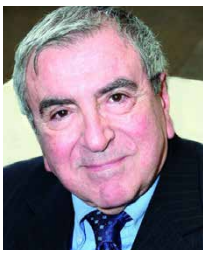
Por não dominar as diversas leis e normas técnicas que regulamentam a compra de unidades em construção, os compradores ficam inseguros quanto as irregularidades e, ao se calarem, consolidam prejuízos que às vezes chegam a milhões, pois os danos são multiplicados por dezenas ou centenas de unidades.

O síndico nem a assembleia podem deliberar sobre o direito patrimonial de cada coproprietário, sendo abusivo o expediente da construtora entregar parte do empreendimento ao síndico, pois este se constitui de um todo indivisível.

COBRANÇAS ABUSIVAS SOBRE O SALDO DEVEDOR

Dependendo do porte do condomínio, a construtora lucra milhões a mais ao se utilizar de cláusulas para se ver livre do dever de indenizar os compradores pelo descumprimento do prazo de entrega, contando com os parceiros que são eleitos como síndicos ou que residem no condomínio para desunir a coletividade e evitar que ela aja com profissionalismo.

Há ainda, lucro indevido ao passar a cobrar juros de 1% ao mês sobre o débito pendente de pagamento pelo comprador, acrescido do IGP-M/FGV, mediante a alegação de que o Habite-se foi concedido. Entretanto, a demora em conseguir aprovar o financiamento do imóvel diretamente com o banco, geralmente é causada pela própria construtora, a qual não pode lucrar com tal situação e nem impor qual será o agente financeiro que atenderá o comprador, tendo este o direito de escolher o que lhe oferece menor custo.



A importância da advocacia ambiental na prevenção de abusos ambientais em escala global e sua integração nas universidades

Jayme Vita Roso
Advogado, ambientalista e escritor
vitaroso@vitaroso.com.br

À medida que o impacto das atividades humanas sobre o meio ambiente se torna cada vez mais evidente, a necessidade de ações efetivas para prevenir abusos ambientais em escala global torna-se premente. A advocacia ambiental emerge como uma ferramenta crucial nesse cenário, influenciando políticas, sensibilizando a sociedade e monitorando práticas prejudiciais. Além disso, universidades ao redor do mundo têm desempenhado um papel significativo ao integrar cursos específicos sobre advocacia ambiental em seus currículos, capacitando os futuros líderes a enfrentar os desafios ambientais com uma abordagem interdisciplinar e prática.

A advocacia ambiental desempenha um papel vital ao sensibilizar a sociedade sobre questões ambientais e pressionar por mudanças significativas. Defensores ambientais, através de campanhas, pesquisas e ações judiciais, têm o poder de expor práticas prejudiciais, responsabilizando as partes envolvidas e desencorajando comportamentos destrutivos. Assim, o direito ambiental é considerado como ramo do direito que visa a proteção não somente dos bens vistos de uma forma unitária, como se fosse microbens isolados, tais como rios, ar, fauna, flora (ambiente natural), paisagem, urbanismo, edificações (culturais) e outros, mas como um macrobem, incorpóreo, que englobaria todos os microbens em conjunto bem como as suas relações e interações.

A natureza interconectada dos desafios ambientais requer uma abordagem global. A advocacia ambiental, sem fronteiras, colabora internacionalmente para enfrentar questões como a poluição transfronteiriça e a exploração desenfreada de recursos naturais. Parcerias entre países e organizações não-governamentais fortalecem acordos globais e impulsionam a cooperação para proteger ecossistemas críticos.

Diante da urgência dessas questões, muitas universidades têm respondido introduzindo cursos específicos de advocacia ambiental. Esses cursos abordam questões legais, éticas e sociais relacionadas ao meio ambiente, oferecendo aos estudantes uma compreensão aprofundada das estratégias eficazes de advocacia e incentivando o desenvolvimento de soluções sustentáveis. Os cursos de advocacia ambiental adotam frequentemente uma abordagem interdisciplinar, integrando conhecimentos de diversas áreas. Isso capacita os estudantes a compreenderem as complexidades das questões ambientais e a desenvolverem soluções abrangentes. A colaboração entre diferentes disciplinas é fundamental para enfrentar a amplitude dos desafios ambientais.

Inclusive, há parcerias com Organizações Ambientais já vigentes: Universidades engajadas na promoção da advocacia ambiental frequentemente estabelecem parcerias com organizações não-governamentais ambientais. Essas colaborações proporcionam aos estudantes experiências práticas, permitindo que apliquem seus conhecimentos em projetos reais, contribuindo para iniciativas de defesa do meio ambiente.

Os cursos de advocacia ambiental não se limitam à teoria; eles enfatizam o desenvolvimento de habilidades práticas. Simulações de casos, elaboração de estratégias de campanhas ambientais e prática na redação de documentos jurídicos específicos para questões ambientais preparam os futuros defensores ambientais para os desafios do mundo real.

A integração da advocacia ambiental nos cursos universitários não apenas contribui para a formação de profissionais conscientes e engajados, mas também gera um impacto além das fronteiras acadêmicas. Os graduados desses cursos estão melhor preparados para influenciar políticas ambientais, liderar iniciativas de sustentabilidade e contribuir para um mundo mais equilibrado e saudável.

A advocacia ambiental não é apenas uma resposta necessária para prevenir abusos ambientais em escala global, mas também se reflete na conscientização e formação de líderes comprometidos. O compromisso conjunto da sociedade, da advocacia e da educação é fundamental para preservarmos nosso planeta para as gerações futuras. Por fim, é digno de nota que o vigor das boas práticas tem tido decisivos impulsos com os elevados estudos, que promovem profundas inflexões, sobretudo com os incessáveis ensaios da Accademia Alfonsiana (Roma).

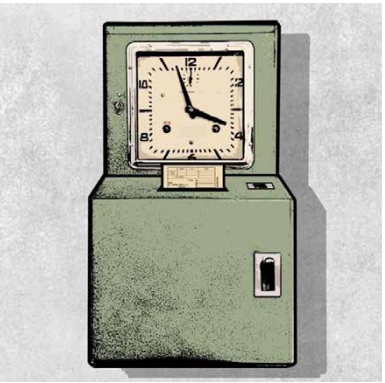
A proposta de redução da jornada de trabalho no contexto da baixa produtividade da economia brasileira

Guilherme Rezende
Assessor especial da Presidência do Supremo Tribunal Federal. Foi economista-chefe do CADE

Direitos nascem em árvores? Já respondo de pronto: "direitos não nascem em árvores", como afirma o professor Flávio Galdino em sua obra Introdução à teoria dos custos dos direitos. Em 1999, Sunstein e Holmes, em obra clássica – The Cost of Rights: Why Liberty Depends on Taxes –, foram taxativos ao argumentarem que direitos têm custos, e esses custos são financiados pelos impostos pagos por toda a sociedade. Dito de outra forma: levar a sério os direitos significa levar a sério a escassez.

É com esse preâmbulo que quero discutir a proposta sobre a redução da jornada de trabalho sem diminuição do salário. Seria bom, não é? Vamos aos fatos. O projeto de lei nº 1.105/23 permite negociações para redução da jornada diária ou semanal, sem cortes salariais, desde que feita mediante acordo ou convenção coletiva. Se aprovado, possibilitará a redução da jornada máxima de 44 horas semanais – definida pela Constituição Federal – para até 30 horas semanais, mediante acordo entre sindicatos e empregadores, desde que não haja corte salarial. Atualmente, a CLT permite a redução de jornada apenas em casos excepcionais e por acordo individual ou coletivo. Portanto, o que chama a atenção não é a criação de um novo direito proposto pelo projeto de lei, visto que as empresas já têm a possibilidade de negociar uma redução de jornada com seus empregados.

O que preocupa é trazer esse direito para a discussão como se fosse um dos meios para solucionar os problemas da baixa produtividade brasileira. Não parece ser! Na justificativa do referido projeto, sustenta-se que a permissão para a redução de jornada se insere em uma tendência mundial buscando um melhor equilíbrio entre vida e trabalho, refletindo-se, inclusive, na melhoria da produtividade do trabalhador. Tal justificativa assenta-se em esparsa evidência empírica para países que já apre-



sentam uma maior produtividade. Um dos estudos realizados na Inglaterra utilizou um grupo de cerca de 70 empresas para concluir que a maioria delas afirmou que a mudança está funcionando bem para seus negócios, e que a produtividade permaneceu a mesma ou melhorou com a semana mais curta. Além de Inglaterra, países como Espanha, França e Japão já debatem o tema, com propostas de redução de horas trabalhadas. Vale ressaltar que, segundo o Eurostat, o gabinete de estatísticas da União Europeia, países como Holanda, Dinamarca e Alemanha já trabalham, em média, menos de 35 horas semanais. Porém, esses países exibem uma produtividade do trabalho significativamente maior do que a brasileira, o que lhes possibilita manter, em média, uma carga de trabalho reduzida para os trabalhadores ou considerar leis que promovam a diminuição da jornada de trabalho. O caso brasileiro é bem diferente.

No ranking de produtividade, que leva em conta o PIB por pessoa ocupada, o Brasil está na 57ª posição de um total de 63 nações avaliadas pelo Institute for Management Development (IMD). O País fica abaixo de Colômbia, México, Argentina, África do Sul e Cazaquistão. O Brasil precisa de quatro trabalhadores para produzir o mesmo que um trabalhador americano faz. A produtividade do trabalho no Brasil atualmente não atinge nem metade da registrada na Coreia do Sul e no Japão. Para chegar à produtividade da França, Alemanha ou Inglaterra, precisaríamos de três trabalhadores para produzir o que um trabalhador desses países faz. Sem garantias de aumento de produtividade com a referida proposta, as empresas tendem a enfrentar custos operacionais mais altos, pois terão que manter o mesmo nível salarial com menos horas de trabalho. Esses custos podem ser repassados para os consumidores por meio de preços mais altos, levar algumas empresas à falência ou mesmo diminuir a capacidade de investimento de alguns setores.

Em escala macroeconômica, a baixa produtividade brasileira impõe custos para toda sociedade, na forma de um crescimento econômico espasmódico. O que uma extensa e robusta literatura econômica demonstra é que o aumento da produtividade brasileira virá com maior inovação, qualificação dos trabalhadores e máquinas e equipamentos de ponta. Portanto, é cada vez mais necessário eliminar legislações que aumentam os custos das empresas. Uma proposta como essa parece desarrazoada. Grande parte dos direitos são, à primeira vista, meritórios. Já temos diversas meias-entradas, termo tão bem cunhado pelo economista Marcos Lisboa, que oneram sobremaneira o setor produtivo brasileiro. É preciso adicionar direitos que estejam baseados em evidências empíricas sólidas para o contexto brasileiro, e não novas meias-entradas. Levar os direitos a sério envolve incluir de maneira pragmática no rol das difíceis escolhas da sociedade os custos dos direitos, pois como disse recentemente o Ministro Luís Roberto Barroso no discurso de enceramento do ano judiciário: "Para ver se uma decisão é justa, precisamos saber quem paga a conta." (Fonte: Matéria extraída do Brazil Journal – 15.02)

A semana de quatro dias e os impactos para empregadores e empregados

José D'Almeida Garrett Netto
Advogado do departamento trabalhista da Andersen Ballão Advocacia

Jornada de trabalho reduzida é um modelo que tem despertado interesse e discussões no âmbito jurídico

Recentemente tem ocorrido um aumento nas notícias envolvendo a prática da redução da jornada semanal de trabalho, dos habituais cinco dias, para quatro dias.

A ideia da semana de trabalho de quatro dias não possui uma origem específica ou singular. Ao longo do tempo, diferentes teóricos, pesquisadores e movimentos sociais discutiram e propuseram a redução da jornada de trabalho como uma forma de melhorar as condições de vida dos trabalhadores.

A jornada de trabalho de quatro dias é um modelo que tem despertado interesse e discussões no âmbito jurídico. Essa proposta consiste em reduzir a semana de trabalho para apenas quatro dias, reduzindo a carga horária do trabalhador, sem, entretanto, reduzir a sua remuneração.

A organização 4 Day Week Global, em parceria com pesquisadores da Cambridge University e Boston College, juntamente com pesquisadores locais de cada região, vem re-

alizando ao longo dos últimos anos, estudos juntamente com diversas empresas ao redor do mundo para a experimentar a semana de trabalho de quatro dias, principalmente como um esforço para melhorar a produtividade, a satisfação dos funcionários e promover um equilíbrio entre trabalho e vida pessoal.

Entre junho e dezembro de 2022, o Reino Unido foi o mais recente participante da iniciativa da semana de quatro dias, o qual contou com 61 empresas e aproximadamente 2.900 trabalhadores. Ao final do experimento, 92% das empresas participantes optaram por manter definitivamente a semana de quatro dias, sendo que das cinco que não mantiveram, duas optaram por estender os testes e três o pausaram indefinidamente. Esta mesma iniciativa será testada no Brasil, a partir de novembro de 2023, se estendendo até o mês de abril de 2024.

As razões para a manutenção da iniciativa da semana de quatro dias se dão em razão dos benefícios decorrentes desta, sejam para as empresas, seja para os trabalhadores. Para o empregado, a redução do tempo de trabalho permite uma melhor conciliação entre vida pessoal e profissional, proporcionando mais tempo para atividades pessoais, descanso e convívio familiar, o que pode resultar em maior satisfação do empregado na realização de suas atribuições.

Entre as consequências decorrentes, há o aumento da produtividade e qualidade das atribuições dos empregados beneficiados pela redução da jornada semanal, havendo menor incidência de doenças relacionadas ao trabalho, como burnout, ansiedade e distúrbios do sono.

Assim como os inúmeros benefícios trazidos para os trabalhadores, a realização de labor ao longo de somente quatro dias durante a semana também pode trazer benefícios significativos para as empresas.

Para o empregador, estudos demonstram que além do aumento das receitas decorrentes da maior produtividade dos trabalhadores, há também redução de desligamentos voluntários, de faltas ao trabalho, bem como de ausências ao trabalho durante o período de expediente para a resolução de problemas pessoais.

Ainda, os resultados obtidos pelos estudos da organização 4 Day Week demonstram que 63% das empresas que aderiram a semana com quatro dias de trabalho possuem mais facilidade para atrair e reter talentos em seus quadros, de forma que as empresas se tornam mais atraentes para os trabalhadores, possibilitando, também, a geração de novos empregos, principalmente naquelas empresas que em razão da atividade econômica exercida, não podem funcionar somente por quatro dias, podendo, assim, implicar na diminuição do welfare state (estado de bem-estar social).

Também há que se falar no aumento da criatividade e inovação decorrentes do maior tempo livre dos colaboradores, o que pode gerar mais receitas.

A implementação da semana de quatro dias pode eventualmente envolver alguns ajustes na organização do trabalho, de forma que pode resultar em economia de custos operacionais para a empresa. Menos dias de trabalho podem levar a uma diminuição do consumo de energia, manutenção de equipamentos e uso de recursos físicos, como água e eletricidade.

Assim, diante de todos os benefícios trazidos com a eventual implementação de uma semana de quatro dias, a empresa deve tomar precauções em razão dos efeitos que a redução da jornada semanal traz.

Com a diminuição de dias laborados, há uma diminuição da carga horária semanal, o que altera o divisor aplicável e consequentemente, aumenta o valor da hora de trabalho de cada empregado, o que aumentaria o valor de eventuais horas extras pagas, assim como a incidência de reflexos.

Da mesma forma, é aconselhável que esta implementação seja realizada por meio de negociação coletiva, junto ao sindicato dos empregados, sendo possível o retorno, sem prejuízo a empresa, ao status quo anterior, na hipótese de retorno a jornada semanal de cinco dias laborados.

Acaso a implementação ocorra por meio de acordo individual, haveria a incorporação da condição mais benéfica ao contrato de trabalho do empregado.

Por fim, também há que se falar no aspecto ambiental da redução. Com a redução do número de dias laborados, há uma redução no deslocamento diário dos funcionários, resultando em menor consumo de combustíveis fósseis nos deslocamentos. Menos viagens de carro ou transporte público significam menos emissões de dióxido de carbono (CO2) e outros poluentes, contribuindo para a mitigação das mudanças climáticas.

Em suma, o crescente interesse na redução da jornada semanal de trabalho de cinco dias para quatro dias reflete uma busca por melhores condições de vida dos trabalhadores, além de benefícios significativos para as empresas e meio ambiente, não podendo serem esquecidos os ônus inerentes a tais mudanças.

O que é importante para você, é importante para nós.

Gestão de patrimônio significa tranquilidade, fidelidade aos valores, objetivos alcançados e atendimento de alta qualidade.

Para nós, da Portogallo Family Office, o planejamento do seu futuro é o que mais importa para nós.
E para você, o que é mais importante?

Não administramos fortunas, administramos futuros.

São Paulo - Brasil
Santa Catarina - Brasil
Lisboa - Portugal

contato@portogalloinvestimentos.com.br

(11) 3078-6830
www.portogallofamilyoffice.com.br

Autorregulação ANBIMA
Gestão de Recursos

CVM
Comissão de Valores Mobiliários

Minas e os fundamentos da autonomia cultural brasileira

Mauro Werkema
maurowerkema@gmail.com

Na Semana Santa deste 2024 ocorre o centenário da visita a Minas da famosa caravana de participantes da vanguarda modernista brasileira, liderada por Mario de Andrade, e que assinala um marco histórico revelador do fenômeno cultural mineiro do século dezoito. Os visitantes, participantes da Semana de Arte Moderna, que ocorre em São Paulo, em fevereiro de 1922, irão dizer que encontraram nas cidades histórias mineiras, especialmente Ouro Preto, os fundamentos estéticos de uma cultura autenticamente brasileira, liberta dos cânones europeus, tema e aspiração básica do Movimento Modernista Brasileiro.

Esta história começa em 10 de junho de 1919 quando Mário de Andrade vem a Mariana visitar o poeta mineiro Alphonsus de Guimarães, onde fora juiz municipal e já com fértil obra poética que lhe daria, muito anos mais tarde, o reconhecimento como um dos maiores poetas simbolistas brasileiros. Mário relata que "em Mariana, a Católica, fui encontrá-lo na escuridão de sua sala de trabalho, sozinho e grande" e descreve seu encontro como "uma hora de inesquecível sensação a que vivi com ele'. Nesta viagem, Mário de Andrade conhece Ouro Preto e dirá que encontrou, "perdida entre as montanhas de Minas" e preservada, uma "cidade histórica, artística e cívica". E traz a Minas, em 1924, passando por São João del-Rei, onde assistiram a Semana Santa, Tiradentes, Congonhas e Ouro Preto, Oswald de Andrade, Godofredo da Silva Telles, René Thiollier, Tarsila do Amaral, Olívia Guedes Penteado e o poeta de origem suíça em visita ao Brasil, Blaise Cendrars. Mário, como também outros modernistas, voltaram a Minas e mantiveram diálogos com colegas mineiros, em diversos momentos.

Os visitantes dirão que encontraram no século XVIII mineiro, no campo das artes visuais, o "lastro cultural de uma identidade nacional". E que identificaram nas históricas mineiras os elementos de uma "autêntica arte brasileira", com uma "autonomia cultural" nas Artes Plásticas, na arquitetura, no conjunto da "obra barroca mineira", constituindo um excepcional surto de criatividade de artistas, mestres e artesãos em região marcada pelo isolamento geográfico. Manifestações de igual valor surgiram também em outras cidades, como Sabará, Diamantina, Serro, Tiradentes. E, refletindo a expres-

são modernista, Cataguazes, onde ocorre fenômeno cultural excepcional na história mineira.

Mário publica na "Revista do Brasil" quatro crônicas sobre "arte religiosa do Brasil", abordando a arte encontrada em Ouro Preto, Mariana, Congonhas do Campo e São João del-Rei. E diz que "na arquitetura religiosa de Minas a orientação barroca – que é amor à linha curva, aos elementos contorcidos e inesperados - passa da decoração para o próprio plano do edifício. Aí os elementos decorativos não residem só na decoração posterior, mas também no risco e projeção das fachadas, no perfil das colunas, na forma das naves", em oposição às formas retilíneas, de origem jesuítica, encontradas nas primeiras matrizes mineiras sob a estética do Estilo Nacional Português. Em 1928 escreve sobre Antônio Francisco Lisboa, o Aleijadinho e sua obra, dando-lhe dimensão cultural excepcional, iniciando a divulgação das suas obras e seu nome. Ocorre então o despertar do interesse sobre Minas Gerais e o surto artístico e cultural do século dezoito que se revela também na pintura, na música e em uma ampla escola de entalhadores escultores, que o IPHAN irá revelar.

Mário qualifica Aleijadinho, Antônio Francisco Lisboa, como "gênio brasileiro por excelência" e considera Minas Gerais como o espaço de formação de uma arte nacional onde se encontra o sentimento de identidade com a nacionalidade. E assinala que o "autenticamente brasileiro" marca o movimento modernista no conceito de autoridade e liberdade da arte religiosa, distanciada do litoral e da troca de experiência rotineira com a arte europeia. Igualmente desperta em Minas, nas vanguardas modernistas, uma maior atenção à cultura mineira setecentista. Mário diz que Aleijadinho consolida o conceito de "arte verdadeiramente nacional" e que permite a "identificação da inteligência nacional" ("O Modernismo em Minas Gerais", Epaminondas Bittencourt, 2022; "Mário de Andrade em Minas Grais", Natal, M.C, 2022. A Capela de São Francisco, em Ouro Preto, com risco e ornamentações de Aleijadinho, de 1763, revela o estilo de passagem do Barroco Colonial para o Rococó e mostra a genialidade do artista.

O mineiro Gustavo Capanema, integrante da geração modernista mineira, tornou-se, em 1934, ministro da Educação de Getúlio Vargas. O poeta Carlos Drummond de Andrade, destaque do modernismo mineiro, muda-se para o Rio e ocupa a chefia de Gabinete de Capanema. Em 1935 Mário de Andrade, a pedido de Capanema, apresenta o anteprojeto do Decreto Lei 25, elaborado em sua redação final por outro modernista mineiro, Rodrigo Melo Franco de Andrade. Mário propõe a proteção do patrimônio cultural brasileiro e orienta a criação do Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, hoje IPHAN, que ocorre a 30 de novembro de 1937, por ato do presidente Getúlio Vargas. Com visão modernista emancipadora, o patrimônio histórico e artístico nacional passa a ser definido como o "conjunto de bens móveis e imóveis existentes no país e cuja preservação, seja de interesse público, seja por sua vinculação a fatos memoráveis da História do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, bibliográfico ou artístico".

E será esta consciência de identificação e proteção da cultura brasileira a marcante contribuição da Semana de Arte Moderna de 1922 e que se concretizará, de maneira efetiva e sistematizada, com a criação do IPHAN e que terá, em Minas, atuação intensa e reveladora da excepcionalidade cultural encontrada. O pensamento modernista buscava justamente romper com o tradicionalismo cultural, com uma renovação estética, liberta dos cânones importados, encontrada em obras singulares e marcantes nas fases do Barroco Mineiro, na arquitetura, na arte escultórica e ornamental, entre outras manifestações.

O SPHAN pesquisou em todo o Brasil, começando pelas cidades e igrejas históricas mineiras, as primeiras a serem tombadas, onde encontrou as "raízes de uma cultura brasileira original", e com "uma originalidade nacional", diferenciada dos estados do litoral, bem anteriores ao surto artístico mineiro e tipicamente portuguesas. Mário e seus seguidores dedicaram-se e, especialmente os técnicos do então SPHAN, a buscar explicações para este fenômeno, que ocorre nos primórdios da sociedade mineira setecentista, apesar do distanciamento geográfico, como herança de uma rápida e conflitiva ocupação territorial provocada pela busca do ouro, da rápida urbanização e um novo tipo de sociedade, a religião opressora, canônica e grave, da Contrarreforma e a atuação mais livre das ordens religiosas, as restrições do regime colonial português, os anseios de autonomia e de liberdade, manifestos por uma constante rebeldia, e a consequente formação de consciência crítica decorrente da formação de uma elite que co-

nhece a Ilustração e o Iluminismo que se alastram na Europa nos anos finais do século XVIII. Forma-se nas cidades históricas de Minas "uma sociedade de pensamento", que fala em independência e em república. E surge uma nova classe social, os mulatos brasileiros, artesãos de reconhecido pendor artístico, herança de sua condição social e racial.

Mário de Andrade dirá ("Arte Religiosa do Brasil em Minas Gerais") que "foi neste meio oscilante de inconstâncias – a Minas Gerais setecentista – que se desenvolveu a mais característica arte religiosa do Brasil. A Igreja pode aí, mais liberta das influências de Portugal, proteger um estilo mais uniforme, mais original que os que abrolhavam podados, áulicos, sem opinião, nos outros centros". E conclui: "As igrejas construídas por portugueses mais aclimatados ou por autóctones algumas, provavelmente como o Aleijadinho, desconhecendo o Rio e a Bahia, tomaram um caráter bem mais determinado e, poderíamos dizer, muito mais nacional". Mário ressaltará a "opulência mineira no século XVIII" e a "carência paulista de bens históricos".

O SPHAN descobre e aponta os grandes artistas do período, além de Aleijadinho (1737/38 a 1814), como Francisco Xavier de Brito, José Coelho Noronha, Francisco de Faria Xavier, Francisco de Lima Cerqueira, escultores e entalhadores, o arquiteto e pedreiro Manoel Francisco Lisboa, o pintor Manoel da Costa Athayde e muitos outros. A Minas setecentista produzirá outros expoentes na arte, na cultura popular e na erudita, no conhecimento, resultado da libertação intelectual, na arquitetura, escultura, literatura, na música e, já no final do século XVIII, no pensamento político iluminista, que inspira a revolução Francesa e a Inconfidência, ambas de 1789. Os inconfidentes já falavam em república e na independência, alcançada em 1822.

Será em Minas que a equipe técnica do SPHAN fundamentará critérios e soluções para intervenções preservacionistas, tombamento e restauração, nos elementos artísticos e estruturais das igrejas e construções mineiras coloniais. Realizará amplas pesquisas em acervos, fontes documentais, livros das associações religiosas, irmandades e confrarias, câmaras municipais. E irá expandir extraordinariamente o conhecimento do processo histórico e das condições e fatores propiciadores do surto de criatividade artística e cultural do século XVIIII mineiro.

Lourival Gomes Machado ("Barroco Mineiro", 1968), maior conhecedor do século dezoito mineiro, diz que "em Minas, no século XVIII, manifestou-se artisticamente, pela primeira vez, uma autêntica cultura brasileira", com criatividade e expressões libertas dos estritos cânones importados da arte europeia. E que "nasceria em Minas a mais forte, mais farta e mais bela expressão de uma arte verdadeiramente brasileira".

Nas cidades históricas mineiras, especialmente na antiga Vila Rica, revelam estudos abrangendo a América Latina, teria ocorrido "a terceira onda civilizatória das Américas, a primeira no México, com os astecas, na Península do Yucatan, que já em 1315 criaram Tenochtitlan, capital do império asteca e origem da capital mexicana e, a segunda, no Peru, em Lima, pelos incas, que foi sede do vice-reinado espanhol na América, primeira universidade e primeira diocese, complementadas pela cultura espanhola. Ambas com títulos de Patrimônio Cultural da Humanidade da Unesco. O fenômeno mineiro possui similaridades com os outros: a povoação rápida e conflituosa pelo ouro, em ação pioneira na ocupação do interior do Brasil-Colônia, o insulamento geográfico em meio inóspito, os conflitos constantes pelo domínio territorial e resistência ao jugo português, o caráter ostentatório do barroco da Contrarreforma católica, conformando um caldeamento de condicionantes naturais e humanos. Estes condicionantes singulares produzirão, já no século XVIII, também obras de literatura, música, arquitetura, pintura, escultura e, até nossos dias, a diversidade e a riqueza das artes das boas práticas do bem viver nos diversos ramos da cultura popular e folclórica, como a gastronomia e o artesanato.

Já em 1733, na inauguração da Matriz do Pilar, em Vila Rica, a procissão de trasladação do Santíssimo, chamada de "Triunfo Eucarístico", revela uma sociedade irrequieta, mas com gosto pelo suntuoso, pela ostentação e pelas exterioridades triunfalistas, típicas do estilo barroco da Contrarreforma, com que o catolicismo contrarreformista, aliado do Absolutismo, procura vencer o protestantismo e a descrença que já nasce com o iluminismo, que alimenta os embates entre a fé e a razão. Nas festas das irmandades e festivas procissões, revela-se o barroquismo, que se torna "estilo de arte e de vida", como nos fala Affonso Ávila, mestre da decifração do Barroco Mineiro. Cabe a Minas lembrar e celebrar todos estes registros históricos.

Livro promete descomplicar o Imposto de Renda

Em "Pensamento Criativo" Michael Michalko, especialista no tema e oficial do exército norte-americano, explica como desenvolver ideias inovadoras e evitar padrões de pensamento lineares

Chega às prateleiras uma publicação revolucionária que promete mudar a forma como os brasileiros encaram a declaração do Imposto de Renda: "DECLARAÇÃO DE IMPOSTO DE RENDA: Dicas e truques que o Leão não quer que você saiba". Este livro não é apenas mais um manual sobre tributos, é sua chave para desbloquear segredos fiscais que foram guardados a sete chaves — até agora.

O autor André Charone, com sua vasta experiência em Declaração de Imposto de Renda de Pessoa Física, compartilha seu conhecimento especializado em uma linguagem acessível e convidativa. Através das páginas deste guia, ele compartilha estratégias infalíveis e conselhos práticos, acumulados ao longo de uma carreira distinta, para ajudar o leitor a se proteger dos "ataques" do leão da Receita Federal.

Diferenciando-se por sua abordagem prática e direta, o livro oferece um conteúdo rico que vai além das dicas básicas de preenchimento da declaração. André explora técnicas avançadas e táticas pouco conhecidas para otimizar a declaração, garantindo que os contribuintes possam maximizar a restituição ou minimizar o imposto a pagar, sempre dentro da legalidade.

O livro abrange todos os aspectos essenciais da declaração do Imposto de Renda. Desde revelar como aproveitar ao máximo as deduções legais até maneiras inteligentes de declarar investimentos e evitar a malha fina. Com exemplos práticos e estudos de caso, André guia o leitor por cada etapa do processo, tornando a tarefa de declarar os rendimentos uma experiência menos intimidadora e mais proveitosa.

Declaração de Imposto de Renda – Dicas e truques que o leão não quer que você saiba, é o resultado da combinação única de expertise técnica com uma didática excepcional. A obra é um convite aberto a todos que desejam desvendar os segredos da declaração de Imposto de Renda, desde os novatos até os mais experientes, que buscam estratégias para aprimorar suas práticas fiscais.

Prepare-se para encarar o leão com confiança este ano. Armado com o conhecimento e as estratégias deste livro, o período de declaração de impostos não será mais uma fonte de estresse, mas uma oportunidade para afirmar seu controle sobre suas finanças pessoais. Não perca a chance de se beneficiar da sabedoria de um dos maiores especialistas fiscais do país. Adquira já o seu exemplar e transforme a declaração do seu Imposto de Renda.

AUTOR

André Charone é contador, professor universitário, Mestre em Negócios Internacionais pela Must University (Flórida-EUA), possui MBA em Gestão Financeira, Controladoria e Auditoria pela FGV (São Paulo – Brasil) e certificação internacional pela Universidade de Harvard (Massachusetts-EUA) e Disney Institute (Flórida-EUA).

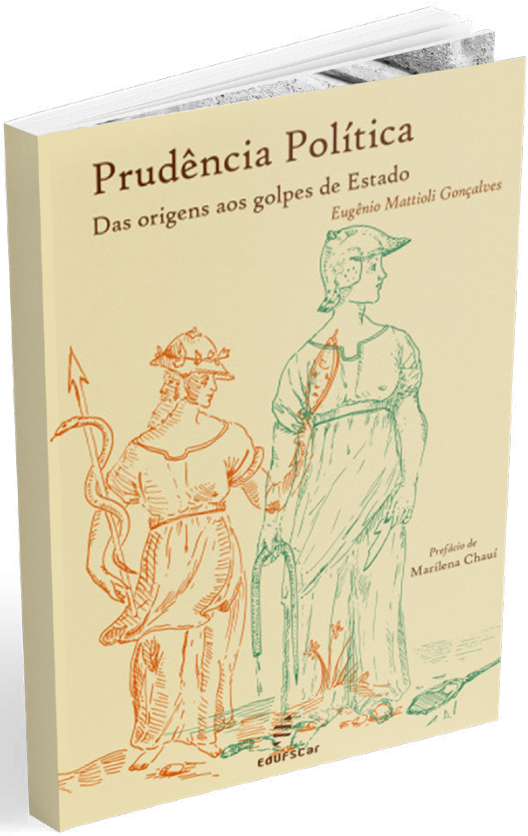
É sócio do escritório Belconta – Belém Contabilidade e do Portal Neo Ensino, autor de livros e dezenas de artigos na área contábil, empresarial e educacional.

André lançou dois livros com o tema "Negócios de Nerd", que na primeira versão vendeu mais de 10 mil exemplares. Os livros trazem lições de gestão e contabilidade, baseados em desenhos e ícones da cultura pop.

O Livro impresso está disponível para compra através do link:
https://www.amazon.com.br/Declara%C3%A7%C3%A3o-Imposto-Renda-Charone-Tavares/dp/B0CV82Y7L1
Versão digital:
https://play.google.com/store/books/details/Andr%C3%A9_Charone_Tavares_Lopes_Declara%C3%A7%C3%A3o_de_Imposto?id=A3fzEAAAQBA

Lançada a obra "Prudência Política"

Livro aborda o conceito desde as origens até os golpes de Estado



Prudência e golpe de Estado são palavras que fazem parte do vocabulário político corriqueiro e estão no centro do debate do livro "Prudência Política - das origens aos golpes de Estado", de autoria do pesquisador Eugênio Mattioli Gonçalves e que está sendo lançado pela Editora da Universidade Federal de São Carlos (EdUFSCar). O prefácio é assinado pela pesquisadora da USP, Marilena Chaui.

A ideia do livro surgiu da busca por entender a relação entre dois polos aparentemente opostos: a virtude clássica da prudência, bastião da moralidade para os antigos, e as teorias modernas da razão de Estado, como a ideia de golpe de Estado. "Sempre me interessei pela temática dos golpes de Estado, que na tradição de estudos da filosofia política se insere diretamente no âmbito das teorias da 'razão de Estado', questão central do pensamento político dos séculos XVI e XVII. A partir de minhas pesquisas sobre o assunto pude notar uma relação direta entre a virtude antiga da prudência e esses novos problemas da filosofia política moderna", afirmou o autor, complementando que a obra é produto direto de seu doutorado em Filosofia, pela USP, que por sua vez é a etapa final de sucessivas pesquisas, desenvolvidas desde meados de 2009.

Para Gonçalves, a prudência se refere à tomada de decisão, ao questionamento sobre a melhor ação possível em determinada situação. Qual a melhor escolha diante de um desafio? Como devemos agir em cada caso? Segundo o autor, tradicionalmente, na história da Filosofia, essas perguntas encontram referência no conceito de prudência. "A discussão sobre a prudência, assim, é a discussão central da ética: qual o melhor agir? Essa questão, por sua vez, pode se referir tanto ao agir em âmbito individual - como às escolhas cotidianas que cada um de nós faz - como também às decisões públicas, políticas, tomadas por governantes e que envolvem o coletivo. É esse o escopo da prudência política", definiu.

Já sobre os golpes de Estado, o livro demonstra como a primeira teoria sobre o tema, publicada em 1639 pelo pensador francês Gabriel Naudé, é produto direto das transformações sofridas pelo conceito de prudência na história da Filosofia, o que nos permite entender melhor a gênese da primeira grande formulação sobre a ideia de golpe de Estado na teoria política moderna.

Dessa forma, a obra se propõe a reconstruir a genealogia do conceito filosófico de prudência, noção fundamental para a história do pensamento ético e político. O livro remonta à origem dessa virtude, na filosofia clássica, mostrando as transformações pela qual passa a discussão sobre a prudência, até seu auge no debate público, ao redor das teorias sobre o Estado moderno. "A publicação é dividida de modo didático, elencando em ordem cronológica as principais referências a esse percurso de nascimento e transformação do conceito de prudência, esmiuçando as principais referências ao assunto na história da filosofia", descreveu o autor.

E continua: "A pesquisa permite observar a grande transformação conceitual sofrida pela ideia de prudência política durante o passar dos séculos, abandonando durante esse percurso seu peso moral e sua preocupação com a justiça, enquanto passa a ganhar um caráter mais instrumental, de ferramenta política na luta pela preservação do poder".

O livro pode ser adquirido pelo site da EdUFSCar (www.edufscar.br), onde podem ser encontradas mais informações.

JK: LIVRO INÉDITO SOBRE EX-PRESIDENTE FOCA EM SUA VISÃO DE FUTURO E ESPÍRITO DESENVOLVIMENTISTA

Juscelino Kubitschek de Oliveira

A vida, obra e trajetória do ex-presidente Juscelino Kubitschek já rendeu livros, filmes, documentários, minissérie na TV e até podcasts. E a julgar pelas informações que não param de surgir, ainda vai render muito material para pesquisa. Que o diga o economista Carlos Alberto Teixeira de Oliveira, que acabou de lançar o livro "JK: Doutor em Desenvolvimento – Um Mineiro à Frente de seu Tempo".

O que transparece no livro de 704 páginas é a visão de grandeza de Juscelino e a sua antevisão do futuro. Haja visto o projeto da Pampulha, projetada quando ele foi prefeito de BH, e que significou o marco inicial de uma nova arquitetura, depois consolidada com a construção de Brasília. O autor do livro, Carlos Alberto Teixeira destaca um recorte do período de JK em Minas Gerais e selecionou alguns discursos da época em que ele esteve à frente da capital mineira, e depois, como governador do Estado. Nesse sentido, todo o material publicado é inédito e pouco conhecido.

Neste novo livro, o autor procurou desmitificar e derrubar algumas histórias e infundadas críticas, como a de que Juscelino teria sido o causador da inflação no Brasil. "Eu comprovo que ela já vigorava e prevalecia no país antes da sua posse, com percentuais elevados, e ele procurou combatê-la de forma coerente e prática. Nesse sentido, JK afirmava que a melhor forma de combater a inflação e o custo de vida era produzir mais, com mais qualidade e custos menores e defendia o aumento da produtividade industrial brasileira". Outra ficção, segundo ele, é a de que o custo da construção de Brasília levou ao endividamento do país. "Tal alegação também não procede. A capital brasileira, segundo o ex-ministro Roberto Campos, teria custado, no máximo 3,5%, do PIB nacional, o que equivaleria, nos dias de hoje, a cerca de US$ 70 bilhões. "Esse valor, considerando-se o dólar atualmente cotado a R$ 5,00 - equivale a R$ 350 bilhões. Ora, esse montante representa apenas a metade de tudo quanto o setor público brasileiro – União, Estados e Municípios gastará, neste ano, no pagamento de juros sobre a dívida pública consolidada.

Carlos Alberto também é autor de outras obras, como a coletânea de livros e 2.366 páginas intitulada "JK: Profeta do Desenvolvimento – Exemplos e Lições ao Brasil do Século XXI".

O livro poderá ser encontrado, inicialmente, apenas junto a MercadoComum que o publicou.

Tel: 31 3281-6474 - revistamc@uol.com.br
Rua Padre Odorico, 128 - 10º Andar - 30.330-040
BELO HORIZONTE – MG - www.mercadocomum.com

VALOR DO LIVRO:
Retirada na sede de MercadoComum: R$ 100,00
Envio: BH/Interior de MG: R$ 120,00 - Outros Estados: R$ 140,00

PAGAMENTO:
Via PIX: 70.954.383/0001-12
Crédito em C/C: A favor de MinasPart Comunicação, Ltda.
Banco Itaú (341) - Agência 3176 - Conta 05630-1

INFORMAR: Nome do adquirente, endereço postal e CEP

MercadoComum®
HÁ 30 ANOS FORMANDO OPINIÕES!